Daniela Andrade

**POBREZA RURAL E CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO
PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLA CABOCLO:
HISTÓRIA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE IGUAPE, VALE DO RIBEIRA-SP**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM

**POBREZA RURAL E CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO
PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLA CABOCLO:**

HISTÓRIA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE IGUAPE, VALE DO RIBEIRA-SP

Daniela Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Sant’ana Diegues.

São Paulo

2003

*Aos sitiante de Iguape,
para que não deixem a História passar sem vocês.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um processo de aprendizagem e amadurecimento intelectual das questões do Homem e da Natureza. Devo à oportunidade de participar do Nupaub, desde 1998, o início desta caminhada. Portanto, o agradecimento que dedico ao Prof. Diegues se estende para além do âmbito desta dissertação. Agradeço-lhe pelo espaço oferecido para refletir sobre estas questões numa perspectiva de quem não perdeu a Utopia.

Devo agradecer aos Professores Ricardo Abramovay e Dalcio Caron pela leitura crítica do relatório de Qualificação, e pelas sugestões e orientações oferecidas de forma cuidadosa, a partir das quais pude dar o rumo definitivo de minha pesquisa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa de mestrado concedida durante dois anos da pesquisa.

Agradeço também ao Parecerista da Fapesp, pelo qual, apesar de anônimo, tenho grande estima. Suas sugestões bibliográficas e seus comentários críticos contribuíram muito para o desenvolvimento do trabalho. Agradeço especialmente a indicação de leitura de Pierre Bourdieu, pois foi através desta que consegui dar sentido a tantas observações proporcionadas pela prolongada convivência em Iguape, mas que permaneceriam apenas como intuições sem forma e sem espaço na pesquisa.

Agradeço a Vladimir Navazinas pela ajuda prestada para adequar o mapa cedido pela Prefeitura Municipal de Iguape aos fins deste trabalho. À Rafaele Souza Carneiro pelos textos e, sobretudo, pelas conversas compartilhadas sobre Iguape, sua terra natal. Christian Jensen pelo auxílio na tradução do resumo.

Os dois anos em que estive em Iguape não seriam tão proveitosos sem o apoio incondicional de meus pais, Paulo Henrique e Elisa, e de meus irmãos, Paulo Roberto e Beatriz. À minha querida família, agradeço pela alegria de tê-la sempre próxima nos momentos mais importantes da minha vida.

Aos sitiantes de Iguape, especialmente os que participam da feira, agradeço pela partilha de suas histórias de vida, de seus conhecimentos, de suas casas. Em Iguape, foram acima de tudo os meus amigos. Agradeço por deixarem mais viva minha ligação com a *terra* e meu comprometimento com o *homem*.

Daniela Andrade
Agosto de 2003

SUMÁRIO

Lista de tabelas

Lista de siglas utilizadas

Resumo

Summary

INTRODUÇÃO	1
APRESENTAÇÃO GERAL DA ÁREA	1
DELINEANDO A QUESTÃO DE ESTUDO	4
A AGRICULTURA CABOCLA	6
SUPOSIÇÕES	11
SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	13
O TRABALHO DE CAMPO	19
PANORAMA GERAL DOS BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE IGUAPE	22

CAPÍTULO I – AGRICULTURA ITINERANTE E MODO DE VIDA CABOCLO

A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO CABOCLA EM IGUAPE	31
O REGIME DE USO DO SOLO	38
O MEIO, O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E A REALIDADE SOCIAL	42
<i>Sistema rústico de produção do arroz</i>	45
TRABALHO: PRODUTIVIDADE E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO ANO	47
SITANTES TRADICIONAIS DE IGUAPE: SEUS TIPOS E A NATUREZA LOCAL	49
A RELAÇÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA	53
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: FAMILIARES E COLETIVAS	58
ARTICULAÇÃO COMERCIAL: A FRONTEIRA ENTRE A ABUNDÂNCIA E A PENÚRIA	63
O EXTRATIVISMO COMO OPÇÃO MERCANTIL	67

CAPÍTULO II – INTERFERÊNCIAS NO CENÁRIO REGIONAL E O INÍCIO DO PROCESSO DE DESORGANIZAÇÃO CABOCLA

A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS -----	69
A PRESENÇA DO ESTADO (DE 1950 A 1980) -----	75
MIGRAÇÕES E A QUESTÃO FUNDIÁRIA (ESPECULAÇÃO, PRODUÇÃO E OCUPAÇÃO) --	81
ASSALARIAMENTO TEMPORÁRIO E A MANUTENÇÃO DA AUTONOMIA -----	87
O EXTRATIVISMO ENQUANTO CAUSA E CONSEQÜÊNCIA DA DESORGANIZAÇÃO CABOCLA -----	89
A DESORGANIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CABOCLO -----	90
ÊXODO RURAL -----	96
INTENSIFICAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS LIMITES -----	98
UM CENÁRIO E O INESPERADO -----	99
O IMPACTO DAS ENCHENTES NO QUADRO AGRÍCOLA MUNICIPAL -----	102

CAPÍTULO III – PANORAMA ATUAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DA VIDA NOS BAIRROS RURAIS

A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E A DINÂMICA AGRÍCOLA MUNICIPAL --	107
UMA SÍNTESE DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS RELATIVAS AO USO DOS RECURSOS FLORESTAIS -----	108
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE AGRÍCOLA ITINERANTE -----	110
O REGIME DE USO DE SOLO E A TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA -----	111
O QUADRO AGRÍCOLA, TAL QUAL O CONHECEMOS -----	115
CARACTERIZANDO OS SISTEMAS -----	116
A RECONFIGURAÇÃO DO QUADRO AGRÍCOLA MUNICIPAL: OBSERVAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE SISTEMAS E AGRICULTORES -----	124
ARTICULAÇÃO MATERIAL -----	129
TERRA -----	129
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS -----	132
ARTICULAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA -----	134
RELAÇÕES EM TRANSIÇÃO: A NOÇÃO DE GRUPO E COLETIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA CONVIVÊNCIA -----	137
NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO -----	141
<i>O Diarista -----</i>	<i>143</i>
<i>Associações e cooperativas: novas formas possíveis de organização da produção -----</i>	<i>145</i>

**ARTICULAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS COM O MERCADO: COMERCIALIZAÇÃO
E FINANCIAMENTO----- 149**

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS ----- 153

CABOCLO: REPRESENTAÇÕES DE SI E DE SUAS PRÁTICAS TRADICIONAIS----- 153

REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA ----- 157

As informações omitidas: a nova moral e o julgamento social----- 158

REPRESENTAÇÕES E ATITUDES DIANTE DA HISTÓRIA ----- 161

**CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

À LUZ DA HISTÓRIA AGRÁRIA----- 167

PONDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA ITINERANTE E A CONSERVAÇÃO FLORESTAL
----- 168

A Legislação Ambiental: um juízo tácito sobre sociedade e a natureza----- 172

A itinerância na perspectiva da história agrária----- 178

AGRICULTURA ITINERANTE ATUAL VERSUS SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO----- 181

CONSIDERAÇÕES FINAIS----- 188

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS----- 193

LISTA DE TABELAS

Quadro de números e dados do Vale do Ribeira e Iguape-----	30
Tabela 1: _Evolução da população total e taxas de crescimento populacional do município de Iguape entre 1772 e 1905.-----	42
Tabela 2: _Número de estabelecimentos por estratos de área no município de Iguape, 1940 e 1950 -----	55
Tabela 3: _Número e área dos estabelecimentos segundo condição do responsável no município de Iguape, 1940 e 1950 -----	56
Tabela 4: _Produção do arroz do século XIX até a primeira metade do século XX, em Iguape.-----	66
Tabela 5: _Evolução da produção do arroz e banana em Iguape, em função do número de produtores, volume da produção e área cultivada (1920-1980) -----	70
Tabela 6: _Estratos de área e a evolução do número dos estabelecimentos no município de Iguape, 1960-1995/96 -----	86
Tabela 7: _Evolução da população total e da proporção relativa à população urbana e rural do município de Iguape, 1950-1980 -----	97
Tabela 8: Produção de olerícolas no município de Iguape, 1980-----	98
Tabela 9: _Evolução do uso de máquinas e instrumentos agrícolas no município de Iguape, 1950-1995/96 -----	113
Tabela 10: _Evolução do número de estabelecimentos segundo os grupos de área de lavoura, município de Iguape, 1950-1980-----	120
Tabela 11: _Evolução da forma de utilização da terra no município de Iguape, 1950-1995/96-----	128
Tabela 12: _Evolução do número e da área dos estabelecimentos segundo a condição do responsável no município de Iguape, 1960–1995/96-----	131

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

CEC	Centro de Estudos Caiçaras/Iguape
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITESP	Instituto de Terras da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo
NUPAUB	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas brasileiras
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo
SMA-SP	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo
SUDELPA	Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista
USP	Universidade de São Paulo
SVR	Serviço Regional do Vale do Ribeira

RESUMO

A agricultura desempenha, desde a colonização do Vale do Ribeira-SP, papel central nas transformações e no desenvolvimento desta região, constituindo-se em *locus* de investigação e entendimento de suas características marcantes: a pobreza e a conservação do ambiente natural de Mata Atlântica. Através da construção da história agrária do município de Iguape – pontuada por eventos históricos de importância regional – buscamos averiguar como o desenvolvimento da atividade agrícola conjugou o uso da natureza e a satisfação das necessidades humanas desde a virada do século XIX para o XX – quando se configurou uma organização rural tipicamente cabocla – até os dias atuais. Para construir uma história agrária valemos do conceito de *sistema de produção agrícola*, tendo por referência central o regime de uso do solo, tal como definido por Boserup (1983). Nesta pesquisa, submetemos à análise os processos sociais decorrentes da evolução agrária, a partir de seus aspectos materiais e objetivos e daqueles simbólicos e subjetivos inerentes às práticas sociais. A organização cabocla esteve estreitamente ligada à agricultura tradicional de base tecnológica itinerante, cuja prática exige a ocorrência e o uso da mata, para fins de exploração da efêmera fertilidade do solo. A partir da década de 1960, uma série de eventos associados à incorporação econômica regional – como as migrações, especulação imobiliária, incentivos à modernização produtiva – iniciaram processo de desorganização do sistema de agricultura caboclo e das relações e dinâmicas sócio-culturais implicadas. Já no final da década de 80, julgamos terem sido as novas regras de exploração da Mata Atlântica, estabelecidas pela Legislação Ambiental, determinantes para a conversão da base técnica itinerante, ao impor expressiva restrição às áreas cultiváveis e proibir a derrubada da vegetação florestal. Procuramos demonstrar como este processo foi acentuado pela nova orientação política que alterou a forma e a presença do Estado na região. Através de pesquisa de campo avaliamos como a população rural de tradição cabocla reorganizou a técnica agrícola, as relações de produção e sua articulação com o mercado. Dentre outros efeitos, observamos a formação de produtores desagregados socialmente, desenraizados de sua cultura e empobrecidos economicamente.

SUMMARY

Agriculture as undertaken in the *Vale do Ribeira*, Sao Paulo region from colonization time, has been a key element in the area's development and transformation, a real object of study and investigation to further understand its marked traits: poverty and the *Mata Atlântica* environmental safekeeping. Via the build up of the *Iguape* district agricultural history – rich in important regional historical events – we strived to deepen knowledge of agricultural development in how nature was used and also the means for fulfilling human needs from the turn of century XIX to XX – when a typically *caboclo* organization was identified – to present days. To further build up an agricultural history, we have made usage of the “agricultural production system” concept, as reference the soil usage regime, as defined by Boserup (1983). In this survey we submit to analysis the social processes resulting from agricultural evolution, starting from material aspects, goals, symbols and subjective values pertaining to social action and mutually determined by economics. The *caboclo* organization was deeply linked to traditional farming rooted in shifting technology, which banked on the existence and usage of woods, its fleeting fertility and land rotation. From the 1960 decade on, a series of events associated to regional economic incorporation – such as migrations, real estate dealings, modernization output subsidies – led to the process of disorganization of the *caboclo* agricultural system and of implied dynamic socio-cultural relations. In the late 80's, we believe that the new *Mata Atlântica* ruling, set down by the Environmental Legislation, determining the itinerant technique conversion, while setting significant restriction to arable areas and the banning of forest clearing. We show how this process was further determining under the new political orientation which altered the presence and form of the State in the region. By means of field work we studied how the *caboclo* tradition bred rural population reorganized agricultural techniques, production schemes and market handling. To mention among other effects, we found socially disrupted producers, culturally uprooted and economically impoverished producers.

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO GERAL DA ÁREA

Este estudo baseia sua investigação no município de Iguape, região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo. O Vale do Ribeira compreende uma extensa área cujos limites precisos certamente carecem ser debatidos. Segundo critérios do Instituto Socioambiental (ISA, 1998, p.10), a área correspondente ao Vale do Ribeira é delimitada pela Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, além de outras sub-bacias que se interligam, totalizando 28.306 Km². Alastra-se por dois Estados: São Paulo, na porção sudeste, e Paraná, na porção leste, possuindo, em ambos, uma faixa montanhosa de interior e outra de planície litorânea.

De acordo com a divisão regional do país adotada desde a década de 60 pelo IBGE, esta imensa área delimitada pelo ISA compreende integralmente uma mesorregião geográfica que agrega, por sua vez, duas microrregiões geográficas, além de pelo menos outras quatro microrregiões, abrangidas parcialmente, apenas no Estado de São Paulo. O município de Iguape faz parte da microrregião Registro (que abrange 11 municípios¹), a qual se inclui na mesorregião Litoral Sul Paulista, segundo a classificação atualmente empregada pelo IBGE desde sua mais recente atualização, em 1995. Até a década de 80, a microrregião que compreendia o município de Iguape chamou-se *Baixada do Ribeira*², e esta é a forma como é usualmente mencionada e que adotamos neste trabalho, pois incorpora entendimento de suas

¹ São eles: Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Registro e Sete Barras.

² Na década de 60 chamou-se *Zona da Baixada do Ribeira* e abrangia 11 municípios, os quais comparados ao conjunto atual de municípios da microrregião Registro, incluíam Itariri e Pedro de Toledo em substituição a Barra do Turvo e Cajati – o município de Ilha Comprida ainda não havia sido desmembrado do de Iguape nesta época. Já em 1980, a *Baixada do Ribeira* incluía apenas 9 municípios, os quais comparados aos atuais excluía-se Barra do Turvo e Cajati.

características sociais, econômicas e históricas.

A área territorial do município de Iguape corresponde a 1.981,2 Km² ou, aproximadamente, 17,7 % da área da microrregião a que pertence. Sua população total somou no ano 2000, 27.401 habitantes, sendo aproximadamente 80% na zona urbana e 20% na zona rural (veja Quadro de Números e Dados do Vale do Ribeira e Iguape, ao final desta *Introdução*). A cidade de Iguape, sede municipal, está a 200Km de distância de São Paulo, interligando-se pelas rodovias Regis Bittencourt (BR-116) e Casemiro Teixeira (SP-222), também conhecida como Biguá-Iguape.

Iguape pertence à Região Administrativa e à Região de Governo de Registro. Esses são dois modelos de organização espacial elaborados, dentre outros objetivos, para servir de base para a localização dos diversos órgãos da administração pública estadual³. No caso das Regiões Administrativa e de Governo com sede em Registro, há equivalência entre as duas divisões, sendo ambas compostas pelos mesmos 14 municípios⁴ – 12 dos quais compõem a microrregião Registro.

Entre Iguape e Paranaguá a Serra do Mar recua para o interior deixando uma extensa planície de até 80 quilômetros entre o mar e a serra – as elevações de Itatins e da Juréia são braços de serra que avançam pelo município. Em Iguape, é rápida a passagem do planalto para a planície, cuja monotonia é quebrada pela presença de algumas colinas e morros, como o do Inglês e do Caiobá. As chuvas freqüentes alimentam numerosos rios que irrigam toda a área municipal, e junto com o Ribeira de Iguape, deságuam no mar formando um complexo estuário.

A Ilha Comprida, localizada a frente de metade da costa de Iguape, exerce a função de barreira natural contra efeitos nocivos da maré, permitindo que as águas entre a

³ As duas estruturas são compatíveis, de modo que o contorno das Regiões de Governo – padrão mais atual e menos abrangente – corresponde perfeitamente aos limites das Regiões Administrativas. A divisão político-administrativa do Estado de São Paulo tem, desde o ano de 2000, 42 regiões de governo e 14 administrativas. Esta divisão reúne o conjunto de cidades e territórios semelhantes quanto à vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional etc. (Fundação Seade. Anuário estatístico do Estado de São Paulo: notas metodológicas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/anuario>. Acessado em: 11 jan. 2003).

⁴ São eles: Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.

ilha e o continente, chamadas de Mar Pequeno, ofereçam perfeitas condições para a proliferação e abrigo de inúmeras formas de vida, animal e vegetal, associadas à fusão de águas doce e salgada, e ao manguezal que ali se desenvolve (ver mapa ao final desta *Introdução*). Esta área, na verdade, faz parte do grande Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, um dos mais importantes ecossistemas costeiros do país e do mundo, reconhecido pela UNESCO, em 1999, como Patrimônio Ecológico da Humanidade.

O clima quente e úmido favorece o crescimento de exuberante floresta Atlântica, que em diferentes épocas do ano pinta-se de amarelo nas floradas dos ipês, acácias e guapuruvus. Mas a floresta não é a única formação vegetal do município, entre o mangue e a mata encontram-se as vegetações de restinga (ou jundu), arbustiva-rasteira e hidrófila.

Depois deste prolongado contato com a região, não poderíamos deixar de dizer que o rio Ribeira de Iguape é, sem dúvida, aquele que, ao menos no imaginário dos homens, *comanda* toda essa natureza, além da sociedade que se construiu as suas margens. Ora calmo e tranquilo, ora vigoroso e explosivo, *ele* parece conduzir a história natural e social do Vale que recebe seu nome – ironicamente chamado *Ribeira*.

Mesmo localizado entre duas regiões metropolitanas altamente dinâmicas (São Paulo e Curitiba) e tendo sido uma das primeiras e mais exploradas regiões brasileiras no período colonial e imperial, o Vale do Ribeira apresenta-se entre as regiões menos desenvolvidas e mais pobres dos estados a que pertence. Todavia, a pobreza material de sua população contrapõe-se a seu precioso patrimônio ambiental, constituído pela mais vasta extensão contínua de Mata Atlântica conservada do Estado de São Paulo e ainda, a sua rica herança cultural, guardada pelas variadas comunidades patrimoniais que lá habitam, entre elas, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e de pequenos agricultores familiares de tradição cabocla (ISA, 1998, p.2).

O município de Iguape foi escolhido para a realização desse estudo por desempenhar, desde a colonização do Vale do Ribeira, um papel central nas transformações e no desenvolvimento de toda a Baixada. Iguape e Cananéia são dos núcleos mais antigos

de povoamento da região, existindo desde o primeiro século de colonização. Distinguem-se dos demais por estarem ligados ao mar, em ancoradouros nas duas extremidades do Mar Pequeno – áreas que favoreceram a formação dos primeiros núdulos de povoamento no litoral sul (PETRONE, 1961, p.25). “Iguape, especialmente, cresceu em função de sua favorável posição, dado que podendo articular-se com o interior da Baixada por intermédio do Ribeira e seus afluentes, desde logo pôde desenvolver-se mais que Cananéia” (ibidem, p.28-29).

A história de Iguape condensa os mais importantes elementos que transformaram a região e que hoje a caracterizam, tais como: baixos índices de desenvolvimento social e altos níveis de pobreza, presença de comunidades patrimoniais, deficiência na estrutura fundiária, grande porcentagem da área municipal coberta por floresta e/ou sob proteção ambiental do Estado.

DELINEANDO A QUESTÃO DE ESTUDO

A agricultura é uma atividade que esteve sempre ligada à história e ao desenvolvimento do Vale do Ribeira, marcando e orientando seus ciclos econômicos. Esta atividade – assim como todas aquelas que dentro de um sistema econômico se voltam para a produção material – se estabelece por meio da ação dos homens sobre a natureza, com o objetivo de atender a suas necessidades materiais de existência⁵ (o que não se restringe à subsistência). Para este trabalho nos interessaram algumas implicações lógicas: 1) se a agricultura é um processo produtivo e, portanto, um processo de exploração/transformação da natureza, sua prática ao longo do tempo permitiu a conservação do patrimônio florestal do Vale do Ribeira; 2) se a agricultura é um processo produtivo e, portanto, completa-se no atendimento das necessidades

⁵ Esta acepção emana diretamente da forma como Marx (1867, p.297) definiu o trabalho: “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam homem e natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana”.

humanas, a pobreza rural resulta de falhas e de deficiências desse processo – convertendo-se, assim, num problema social. Logo, encontramos no *desenvolvimento da agricultura* valioso *locus* de análise e explicações daquilo que vem, sobretudo, caracterizando a região e sua população: a pobreza e a conservação do ambiente natural de Mata Atlântica.

Embora a presença da atividade agrícola seja constante na história do Vale do Ribeira, sua forma de organização e funcionamento passou por mudanças ao longo do último século. Durante toda a primeira metade do XX⁶, a agricultura de Iguape foi predominantemente marcada pela agricultura *cabocla* ou *caipira*⁷. Atualmente, coexistem no município – e na Baixada do Ribeira, de modo geral – além de monoculturas empresariais, uma grande diversidade e heterogeneidade de sistemas de pequena produção, cujos traços nem sempre correspondem àqueles que fundamentam o sistema caboclo.

Cada forma de organização da atividade agrícola traz em seu bojo *implicações sociais* que lhes são *correspondentes*. Esta é uma noção fundamental da qual emanou o interesse por nos debruçar sobre a história agrária do município de Iguape a fim de averiguar como o desenvolvimento da atividade agrícola conjugou o uso da natureza

⁶ Durante quase todo o século XIX, a economia do município centrara-se na lavoura comercial do arroz, produzido por mão-de-obra escrava, em terras que se concentravam sob o domínio dos “senhores do arroz” cujo enriquecimento e poder se processavam através da comercialização deste cereal, sobretudo voltada para o mercado externo (estadual e europeu). Na virada deste século para o XX, após um processo de decadência do padrão patronal de produção e comercialização, a organização da produção agrícola em Iguape sofreu uma inflexão fundamental, dando lugar à predominância do sistema econômico caipira, o qual perdurou praticamente inabalável em, pelo menos, suas três primeiras décadas.

⁷ Aqui cabe uma importante nota. Ao usar o termo *cabocla* ou *caipira*, nos referimos não a suas características étnicas, mas sim a uma forma econômica e social característica. No Vale do Ribeira, especialmente em municípios litorâneos como Iguape, a população não se considera *cabocla* ou *caipira* e quase nunca se apresenta por meio de tais denominações. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p.38), em seu trabalho *Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas*, deu atenção à diferenciação dos grupos populacionais da região, associando-os a um tipo de paisagem caracterizada “por um tipo de trabalho humano e costumes dos moradores”. Assim, nas restingas e orlas marítimas, caracteriza-se a paisagem social *caçara*. Conforme a proximidade e intimidade de rios, identifica-se a *ribeirinha*. Se já mais do interior, e não na beira de rios, a *capuava*. Ao chamá-los todos por *caboclos* ou *caipiras*, pretendemos apenas ressaltar aspectos comuns da organização econômica que rege a existência social de tais grupos. Ou seja, nos referimos aos caracteres essenciais que dão a unidade de organização e funcionamento da vida rústica, tomando de modo genérico a diversidades de suas formas étnicas e culturais. Mesmo Maria Isaura coloca em nota de seu texto: “Ribeirinhos, capuavas e caçaras são *caipiras* [grifo nosso]” (QUEIROZ, 1969, p.39).

e a satisfação das necessidades humanas no transcorrer do século XX até os dias atuais. Tal interesse nos impôs a necessidade de caracterizar e classificar formas de agricultura segundo critérios que nos auxiliassem a visualizar sua dinâmica no tempo e sua contribuição para a conformação sócio-ambiental da região, esboçada nesta introdução.

Para conceber e estudar *formas de agricultura*, nos valem de um instrumento teórico de conhecimento que é o conceito de *sistema de produção agrícola*. Não se trata exatamente de um conceito científico fechado, mas de um artifício intelectual que nos serviu para organizar e sintetizar informações conexas que distinguem um processo produtivo, sua organização e funcionamento, além de nos permitir representar suas transformações e movimentos. Mais adiante, daremos detalhes daquilo que concebemos como sistema de produção. Neste momento, porém, nos importa destacar mais diretamente o fato do qual procede nossa questão de estudo.

A AGRICULTURA CABOCLA

A agricultura cabocla é uma expressão do campesinato no Brasil e objeto de intenso escrutínio e debate dentro das disciplinas das Ciências Sociais. Neste trabalho, a agricultura cabocla é apresentada como um *sistema de produção agrícola*, no qual ambiente, recursos naturais, equipamentos, homens e conhecimento se articulam. De tudo o que diz respeito a esse sistema de produção, gostaríamos de destacar neste momento aquilo que, apesar de aparentemente banal, instigou a realização desta pesquisa: a agricultura cabocla desempenhada no início do século XX organizava-se de modo que o florescimento da vida social amparava-se na *existência* e no *uso* da mata virgem.

Esta não é uma observação romanceada da relação entre o caboclo e a natureza.

Veremos que a mata e a capoeira⁸ de fato exercem um papel central dentro da organização da economia, e mais ainda, do *modo de vida*⁹ do homem rústico. Segundo Abramovay, “É na mata e não nos campos que ele [o caboclo] encontra as condições mais favoráveis a sua sobrevivência [...]” (1981, p.13). E destaca duas razões, comentadas no Capítulo I deste nosso trabalho:

Primeiro, a floresta representa importante fonte de abastecimento, assegurando às famílias camponesas parte importante de sua alimentação. A proteína animal, por exemplo, é em grande medida proveniente da caça e da pesca. Segundo, dado à rusticidade das condições técnicas de que dispõe o caboclo, o cultivo em áreas de floresta é mais fácil que em áreas de campo aberto.

Um terceiro e fundamental elemento é que somente a fertilidade de um solo cuja cobertura florestal foi recém desbravada e queimada pode produzir a ponto de satisfazer a necessidade calórica para sustento de uma família e ainda gerar excedente comercializável, sem que seja preciso utilizar qualquer insumo fertilizante – o que exigiria maior empenho de trabalho. Desse fato, cuja compreensão requer conhecimento técnico sobre fertilidade do solo, procede uma das características centrais da estratégia cabocla de produção e reprodução social: sua agricultura não se faz sobre campos permanentes. A base técnica de seu sistema agrícola apóia-se na itinerância¹⁰, ou seja, na movimentação sucessiva da área cultivada – o que tecnicamente chamamos de *rotação de terras*. Aquela área, cuja produtividade torna-se insatisfatória dado o desgaste do solo, é deixada em repouso por um lapso de

⁸ Vegetação que nasce após a derrubada da mata virgem, podendo atingir novamente o porte florestal. A capoeira equivale à vegetação secundária, contrapondo-se, na nomenclatura, à vegetação nativa ou primária.

⁹ Apesar de não usar a expressão *modo de vida* como um conceito, foi Antonio Candido, em seu clássico estudo “Parceiros do Rio Bonito”, quem consolidou seu entendimento, a partir de Marx: “A maneira pela qual os homens produzem os seus meios de subsistência depende, ante do mais, da natureza dos meios de subsistência que encontram prontos e que necessitam reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado apenas como reprodução da existência física dos indivíduos; ele já é uma espécie determinada da atividade deste indivíduos, uma determinada maneira de manifestar a sua vida, uma determinada *maneira de viver* deste indivíduos” (MARX *apud* CANDIDO, 1964, p.24).

¹⁰ O caráter itinerante, no caso dos agricultores de Iguape, refere-se exclusivamente à agricultura. Não havia nomadismo. Os agricultores viviam em bairros rurais – cuja dispersão das casas, muitas vezes, foge à concepção que fazemos de um bairro – empenhando-se, não raro, em caminhadas relativamente longas até sua área de plantio.

tempo, que consiste no período de pousio; tempo no qual a floresta secundária se regenera e a terra recupera sua “força”. Enquanto isso, novas parcelas são abertas para cultivo.

Esse sistema itinerante ampara-se, ao mesmo tempo, na *derrubada contínua* da mata e na sua *continuidade física* (ocorrência), seja por regeneração, seja por abundância de floresta disponível – é a contradição do sistema agrícola itinerante, contradição esta que promoveu crises e conduziu sociedades à extinção ou a grandes revoluções agrícolas. Se esta observação parece-nos óbvia, Boserup nos alerta para aquilo que talvez não seja tão inequívoco assim. Para uma agricultura itinerante, uma área de floresta não significa uma área em desuso; ela pode ser uma área em pousio ou uma reserva de terra fértil, exercendo uma função importante dentro do sistema produtivo. Nestes casos, Boserup (1987, p.9) diz não ser possível fazer uma distinção nítida entre terra cultivada e não cultivada.

Em função disso, Boserup, que estudou o curso histórico da agricultura no mundo, ateuve sua análise não apenas à área plantada, mas à *dinâmica de cultivo* (de uma família ou comunidade). Isso significou trazer as áreas não diretamente utilizadas para o âmbito de sua análise. Para tanto, desenvolveu o conceito de *frequência de cultivo*, que a nosso ver foi mais bem traduzido por Ricardo Abramovay (1981, p.17) ao utilizar-se da expressão *sistema* ou *regime de utilização do solo*. Esta expressão carrega em si o sentido que Boserup pretendeu enfatizar, ou seja, a análise dinâmica do conjunto de áreas pertencentes a uma determinada exploração agrícola e as diferentes funções que cumprem dentro da totalidade de um sistema de cultivo. Em outras palavras, entende-se por “regime de utilização do solo” a relação entre área em pousio e área cultivada de um sistema agrícola (BOSERUP, 1987, p.10; 13). Com base nesta relação de uso do solo, descreveu e classificou as diferentes formas de agricultura praticadas historicamente, correspondendo a cabocla ao *pousio florestal*¹¹.

Através dessa nova abordagem, Boserup pôde identificar que os sistemas de cultivo,

¹¹ “Sob este sistema, clareiras são abertas anualmente nas florestas e semeadas ou plantadas por um ano ou dois. Em seguida, são abandonadas durante um período longo o suficiente para que a floresta as invada outra vez. O que significa que o pousio deve durar de vinte a trinta anos pelo menos” (BOSERUP, 1987, p.13).

historicamente, evoluem a partir da tendência de intensificação permanente do regime de utilização do solo, ou seja, a partir do encurtamento, até a eliminação, do período e da área de pousio¹², ocorrendo então, a passagem daqueles considerados extensivos para os intensivos (BOSERUP, 1987, p.47). Esta tendência é observada, com vigor, no decorrer do último século no Vale do Ribeira. Mirabelli e Vieira (1992), em texto sobre a ocupação e povoamento do Vale, apontam que a partir da década de 50 observou-se um significativo aumento das lavouras permanentes e inteiramente mercantis e, ao mesmo tempo, diminuição das lavouras temporárias e de policultivos. As razões, entretanto, talvez não coincidam com aquelas trabalhadas por Boserup, a qual se apoiava no aumento da pressão demográfica para explicar tal fenômeno.

Muitos fatores foram abordados e examinados em nossa pesquisa, tais como os processos de migração interna e externa, conflitos fundiários, abertura econômica dos bairros, política de incentivo ao desenvolvimento regional, introdução de cultivos comerciais perenes etc. Cada um desses fatores interferiu diferentemente sobre os elementos do sistema produtivo caboclo e sobre sua organização interna, alterando a dinâmica de pousio.

Atualmente, encontramos no Vale do Ribeira uma agricultura cujo pousio praticamente inexistente. Tal fato, entretanto, é garantido por uma *política de conservação ambiental*¹³ que, por meio de legislação específica, disciplina o uso dos recursos naturais e a exploração da Mata Atlântica, acarretando entre outras

¹² “[...] sugere-se que se considere um contínuo de tipos de uso da terra, do caso extremo de terra verdadeiramente virgem, nunca cultivada, passando pelos casos de terras onde se colhe e planta a intervalos cada vez mais curtos, até finalmente, àqueles territórios onde se semeia tão logo a cultura anterior tenha sido colhida” (BOSERUP, 1987, p.9).

¹³ Segundo Brito (1995), um dos estados que mais investiu em políticas públicas de conservação ambiental foi justamente São Paulo, que introduziu, até a data de seu estudo, cerca de 3% de seu território sob a categoria de Unidades de Conservação (UCs). Grande parte destas concentram-se no Vale do Ribeira que, em contraposição a todo o resto do Estado, possui patrimônio ambiental bastante conservado. Foi a partir deste atributo que se decretou ainda na década de 60 – e com grande ênfase na década de 80 – uma série de Unidades de Conservação. As UCs presentes no município de Iguape são: Estação Ecológica de Chauás, criada em 1987 e a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada em 1986. Atualmente, são no total 24 UCs na Bacia Hidrográfica do Ribeira, perfazendo cerca de 51% da área da Bacia (ISA, 1998, p.44).

consequências, significativa restrição das áreas cultiváveis e proibição¹⁴ da derrubada da mata.

Com relação à circunstância da qual partimos, temos um contraste: se no início do século XX a presença da mata integrava-se ao sistema de produção agrícola da maior parte da população rural da região, nos dias atuais significa restrições à prática agrícola. Sua *ocorrência* – e não sua *ausência* – tornou-se impeditiva, antagônica à realização de sistema de produção agrícola cuja frequência de uso do solo não fosse totalmente intensiva. Se não podemos atribuir inteiramente à política de conservação ambiental a intensificação do regime de uso do solo na região do Vale do Ribeira, podemos ressaltar que é a partir de sua criação que se formaliza e se institui, enquanto política, o fim da itinerância e a eliminação do pousio. Ou seja, o fim da agricultura cabocla; logo, gerando consequências econômicas e sociais.

Eis aí o ponto central da nossa reflexão: como se deu o processo de intensificação e diferenciação do sistema agrícola caboclo, do início do século XX até os dias atuais? Qual a atual condição social desses agricultores que descendem da tradição cabocla? Quais os efeitos concretos da política de conservação ambiental sobre a organização e o funcionamento da pequena produção? Qual seu significado político e social? Enfim, qual a relação que se produz entre a evolução dos sistemas agrícolas de produção, a geração de pobreza e a conservação da Mata Atlântica?

Responder a tais questões foi o propósito de nosso estudo. Para tanto, achamos que percorrer a *história agrária* de um importante município do Vale do Ribeira seria uma via fértil de investigação. A história agrária sobre a qual nos debruçamos foi a história das transformações e derivações do *sistema de produção agrícola caboclo*; a história da sucessão do sistema de pousio florestal para o sistema pós-florestal¹⁵. Neste percurso, submetemos à análise os problemas sociais que emergiram dessas

¹⁴ Essa proibição, entretanto, não é total. A lei propicia relativa flexibilização, permitindo o uso (manejo) e a derrubada da mata conforme o estágio da regeneração da vegetação (ou estágio sucessional) identificado pela variação do porte arbustivo e pelo sombreamento. Além disso, existe a possibilidade de requerer licenças para exploração de recursos florestais, desmatamento, uso agrícola de várzeas, intervenção em áreas de preservação permanente e construção de tanques e açudes.

¹⁵ Expressão utilizada por MAZOYER & ROUDART (2001).

transformações.

SUPOSIÇÕES

Se a rotação de terras é motivada sobretudo pela busca da condição ideal de cultivo, que se refere à fertilidade do solo sob cobertura florestal, sem esta prática algo novo deverá ser feito para desempenhar a função de fertilização. Isso significa que o agricultor necessitará adotar algum método de adubação alternativo. No caso de uma agricultura pré-industrial, isto é, que não conta com a aplicação de insumos químicos nem utiliza mecanização a motor, vale a constatação de Boserup (1987, Capítulo 3): a passagem do sistema de pousio longo para o de pousio curto e deste para o anual, se dá às custas de trabalho adicional por unidade de área¹⁶, cujo resultado produtivo (por tempo de trabalho) é inferior àquele que se alcançava anteriormente (sistema menos intensivo). Ou seja, incorre em queda da produtividade do trabalho por unidade de área¹⁷.

Se o pousio deixou de ser praticado, devemos então averiguar quais métodos alternativos de adubação foram acessados, bem como se deu a realocação da força de trabalho individual e familiar daqueles que antes praticam o sistema itinerante. Se a maior parte da população rural do município não tem acesso a tecnologia moderna, nem aos incentivos governamentais para tal, está desprovida de conhecimentos e mecanismos econômicos e institucionais para que reoriente sua estratégia agrícola a fim de garantir, em condições aceitáveis, a qualidade de vida de sua família. Diante desta situação, construímos nossa suposição central:

¹⁶ Não havendo a possibilidade de utilização de insumos industrializados, o agricultor poderá optar entre: adubação verde, implicando esforço de introduzir um novo cultivo e incorporá-lo ao solo; distribuição de esterco animal, demandando o trato de animais etc.

¹⁷ É com esse argumento que a tese de Boserup torna-se anti-malthusiana, pois a partir daí passa a mostrar que o desenvolvimento agrícola é *impulsionado* pelo crescimento populacional, ao impor a necessidade de se produzir mais para alimentar uma população crescente. É somente esse tipo de pressão levaria os homens a abandonar o sistema extensivo de uso de solo e empregar maior esforço

A forma como foi elaborada a política de conservação ambiental impôs drástica redução do período de pousio, bem como da disponibilidade de áreas agricultáveis, levando a que, desde as últimas duas décadas, a conservação ambiental do Vale do Ribeira se dê a custa do agravamento da pobreza da maior parte de sua população rural.

Desde já podemos dizer que, ao longo desta pesquisa, outros elementos de análise nos levaram a ampliar o escopo desta conjectura. Fatores essenciais para caracterizar o entendimento das transformações no sistema agrário (tradicional) de produção, como a nova articulação entre a economia dos agrupamentos caboclos e a sociedade dominante, se somaram à nossa suposição inicial, exigindo cuidadosa reflexão.

Ao mesmo tempo, o “salto” entre sistemas agrícolas nos levou a debater e a problematizar a questão da distribuição de terras e a situação dominial das propriedades no Vale do Ribeira. O estabelecimento de grileiros e latifúndios, agravado após as décadas de 60 e 70, representou, da mesma forma, uma força externa à organização do sistema camponês que veio, concretamente, invadir o seu espaço.

“A maior parte dos cultivos comerciais é feita em áreas planas, as várzeas, já abertas historicamente, sem vegetação florestal, sem problemas fundiários e com boa infraestrutura. Os agricultores familiares tendem a se concentrar em áreas mais acidentadas, que em geral, não têm titularidade definida e que possuem vegetação nativa, o que implica em problemas com o licenciamento¹⁸, com a falta de crédito, conflitos, dificuldades de transporte, definindo um quadro de extrema desvantagem [...]” (RESENDE, 2000, p.78).

Resende, que desenvolveu estudo sobre a Legislação Florestal e o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, admite que os conflitos ambientais são socialmente

de trabalho num sistema mais intensivo. Assim Boserup contesta a idéia de que o crescimento populacional é *limitado* pelo desenvolvimento agrícola.

¹⁸ Para os agricultores mais capitalizados “a fiscalização não chega a ser um impeditivo, apenas um custo extra” (Ibidem, p.78).

determinados, de modo que os segmentos mais desprovidos da população rural estão muito mais vulneráveis no enfrentamento do conflito entre preservação ambiental e o exercício de suas atividades.

A política de conservação ambiental acaba por perpetuar os privilégios e a hegemonia da classe social que exerce controle sobre os modelos de produção e consumo, sobre as formas de propriedade e sobre a organização do trabalho. Favorece, assim, a reprodução e ampliação de situações de desigualdades sociais.

SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Sistema é desses conceitos que sabemos o que é, mas temos dificuldades para defini-lo. Nos traz intuitivamente uma idéia de afinidade funcional entre variáveis, mas também uma idéia de dinâmica... mais ainda, uma idéia de circuito; algo que possui uma interioridade e um funcionamento regulado por complexidade própria. Assim, definimos *sistema*, um conjunto de elementos interligados e interatuantes segundo certas regras que imprimem uma lógica de funcionamento e produzem coerência interna. Em síntese, um sistema possui *elementos* e uma *ordem* que os relacionam para uma finalidade. Segundo a reflexão de Godelier (cf. s/d, p.320-321)¹⁹, o essencial na organização interna de um sistema é o caráter misto, contraditório do vínculo entre seus elementos, os quais não podem ser pensados separadamente.

Todavia, nem todos os autores que utilizam o conceito de *sistema de produção agrícola* identificam e trabalham os mesmos elementos, tampouco os mesmos mecanismos de funcionamento e evolução. O sistema de Boserup, por exemplo, apóia-se na idéia de frequência de cultivo, que evolui sob pressão do crescimento demográfico. Mazoyer & Roudart, enfatizam aspectos ecológicos na caracterização

¹⁹ Infelizmente, da única tradução em português desta obra de Godelier, publicada pela Editora Tempo Brasileiro, não consta data. A publicação original, cujo título é *Rationalité et irrationalité en économie*, foi publicada pela F. Maspero, Paris, em 1966 (coleção *Economie et Socialisme*, 5).

dos diferentes sistemas agrícolas e destacam, da mesma forma, a importância das crises ecológicas, além da a pressão demográfica como indutores da evolução agrária. Já Godelier, pensou a respeito das diferentes naturezas e formas que as relações de produção, articuladas às forças produtivas, assumem em cada sociedade ou grupo. Sendo assim, nesta pesquisa, identificamos e demos prioridade aos elementos que nos pareceram mais coerentes e abriram maior possibilidade de entendimento da realidade estudada. Vamos a eles.

O primeiro, e talvez o mais óbvio, é o ambiente físico e suas condições ecológicas, sob as quais se cultiva e produz meios de vida. A esse respeito, dois aspectos foram abordados com especial interesse. Sobre um deles, já vimos nos pronunciando. Trata-se do vasto domínio do ecossistema de Mata Atlântica presente no município de Iguape, bem como em todo o Vale do Ribeira. Seu atributo florestal já cumpriu a função de ser importante meio de produção, sendo incorporado ao processo produtivo como reserva e forma de renovação da fertilidade solo.

Um segundo aspecto refere-se às inevitáveis e imprevisíveis, embora periódicas, enchentes do rio Ribeira de Iguape. O fenômeno das enchentes é, de há muito, substantivo na região, embora tenha sido pouco estudado conforme aponta a análise bibliográfica que se encontra no Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira (ISA, 1998). Tal fenômeno continua gerando instabilidade e fragilidade na agricultura do Vale, mostrando-se capaz de paralisar o crescimento econômico de toda a região. Como o sistema de agricultura cabocla era atingido por uma cheia repentina? E como atinge a agricultura praticada atualmente? Enfim, como essa particularidade do meio é absorvida pelos sistemas agrícolas? Essas são questões que nos valeu discutir.

A terra e os recursos naturais (matéria-prima), por meio dos quais se desenvolve o trabalho produtivo, são chamados de objeto de trabalho, embora possamos considerá-los como *meios de produção* já que representam a base concreta, objetiva, da qual se produz. Os meios de produção, em si, compreendem as ferramentas, os implementos agrícolas, as instalações, os combustíveis, os meios de transporte, ou seja, tudo que dá suporte material à produção. Representam, assim, mais um elemento que compõe

e caracteriza um sistema de produção, merecendo ser investigado.

Godelier também inclui entre os meios de produção “os conhecimentos que uma sociedade pode ter da natureza e igualmente o conjunto dos processos técnicos, das regras de fabricação dos instrumentos, das regras do uso do corpo no trabalho, etc...” (1981, p.175). Esses conhecimentos seriam os “meios intelectuais”, nas palavras do autor, de ação sobre a natureza²⁰.

É da combinação dinâmica desses fatores de produção, isto é, recursos, equipamentos, trabalho e conhecimento, que resulta a *tecnologia*. Como nos sugere Godelier (s/d, p.329), os recursos só se tornam recursos quando existe equipamento e conhecimento (*know-how*) para explorá-los; da mesma forma que estes só se desenvolvem a partir de uma base de recursos. Ora, se o *regime de utilização do solo* é a base tecnológica de um sistema agrícola, colocá-lo no centro da análise nos possibilitou evidenciar a evolução das relações recíprocas entre os fatores de produção.

Todavia isso não é suficiente para caracterizar um processo de produção. Qualquer que seja este, “os homens não atuam individualmente sobre a natureza, se não que também atuam uns sobre os outros, não podem produzir sem associar-se de um certo modo [...]. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações [sociais] [...]” (MARX *apud* PALACIOS, 1980, p.21). Da mesma forma, Godelier (1981, p.38) afirma que o resultado do trabalho “não se mede apenas em termos técnicos e não depende apenas de condições técnicas, depende também das condições sociais”. Sendo assim, não poderiam ficar de fora de nosso estudo as relações sociais de produção que necessariamente figuram entre os elementos componentes de um sistema agrícola.

Quando falamos em *relações de produção* estamos nos valendo de um conceito desenvolvido por cientistas sociais a partir da crítica à Economia Política de Marx. Refere-se ao conjunto de relações econômicas que se estabelecem entre os homens

²⁰ No fundo, estamos falando até aqui das forças produtivas, isto é, da base material – os recursos e os instrumentos – e da base intelectual, que é o próprio homem.

no correr dos processos de produção e reprodução da vida social, independentemente de sua consciência e vontade. As relações de produção qualificam o vínculo social daqueles que integram o processo produtivo (o proprietário e o produtor direto) através dos laços de propriedade estabelecidos em relação aos meios de produção. Em outras palavras, as relações que se estabelecem entre os homens (no processo produtivo) são intermediadas pela relação entre estes e os meios de produção.

Portanto, dizem respeito às regras de apropriação e uso dos fatores de produção, bem como dos produtos do trabalho – assinalando a autonomia do produtor direto sobre o processo produtivo. Mais uma vez, falamos em regras que combinam os fatores de produção. Num contrato de arrendamento de terra, por exemplo, o proprietário da terra não é o mesmo que o das ferramentas e, tampouco, da força de trabalho. O produto desta exploração agrícola será repartido entre as três figuras: o proprietário da terra, da ferramenta e da força de trabalho.

Optamos por nos apoiar em Boserup e tomar o *regime de utilização do solo* como o eixo de nossa análise, o elemento encadeador, o fio da meada. Isso significou colocar em evidência a base tecnológica que, por si só, nos remete ao exame das condições materiais mais diretas, ou seja, a disponibilidade de terra e floresta. É sobre esta base material que se manifestam os demais aspectos da produção, da cultura e da vida social. Todavia, a análise das transformações no regime de uso do solo vai muito além da simples análise técnica. Como bem resumem Mazoyer & Roudart (2001, p.323), estas transformações representam “um desenvolvimento agrícola complexo, inseparável do desenvolvimento dos outros setores de atividades, e cujas condições e consequências são da ordem ecológica, econômica, social, política, cultural e jurídica, muito mais do que técnica”²¹.

Para compreender a organização cabocla, nos ancoramos no regime de utilização do solo, isto é, não apenas sobre a base material a partir da qual é explorado o trabalho do caboclo no quadro de uma sociedade capitalista, mas também sobre a base a partir

²¹ Aqui Mazoyer & Roudart referem-se especificamente a primeira revolução agrícola, cujas modificações que engendrou coincidem com aquelas reveladas pelo regime de utilização da terra: a supressão do pousio. Entretanto, o conteúdo dessa revolução, como querem dizer os autores, foi muito além da transformação técnica.

da qual se reproduz no quadro desta exploração (cf. ABRAMOVAY, 1981). Isso significa desvendar a dinâmica interna de um sistema de produção e ainda visualizar a *articulação* com as outras formas de produção, sejam sistemas de produção agrícola ou outros ramos da divisão social do trabalho. A articulação significa congruência entre sistemas e representa um canal indutor de mudanças. No caso da agricultura cabocla, veremos que as articulações estabelecidas são ativas e, mais ainda, se caracterizam pela relação de subordinação e dominância.

...

Antes de finalizar esta apresentação do eixo teórico da pesquisa, pediríamos um pouco mais de fôlego ao leitor. Se nos limitássemos a descrever e analisar as transformações do sistema de produção caboclo, bem como suas condições prévias de funcionamento, seguindo a estrutura teórica que acabamos de detalhar, produziríamos um estudo sem viço e, provavelmente, de pouca validade.

Seria um equívoco explicar os processos e as práticas sociais apenas através das relações materiais e objetivas que se desenvolvem entre seres humanos e a natureza. Mesmo as práticas propriamente econômicas, como consideramos inicialmente a agricultura, são permeadas e intermediadas por representações simbólicas. É através do conhecimento, das representações, da percepção, que os meios materiais são mobilizados e as práticas e condutas sociais são desenvolvidas, conscientemente ou não.

A dimensão simbólica é parte constitutiva das práticas sociais – é um aspecto oculto, embora bastante atuante. “[...] o pensamento não somente interpreta a realidade, mas organiza todas as práticas sociais sobre esta realidade e, portanto, contribui para a produção de novas realidades sociais. É esse fato que fundamenta a diferença entre as várias maneira de ser ‘materialista’ na prática científica e política”²² (GODELIER,

²² De modo análogo diz Bourdieu (2000, p.119): “[...] a atenção dada à dimensão simbólica das práticas, longe de representar uma fuga idealista para as esferas etéreas da superestrutura, constitui a condição *sine qua non*, e não somente nesse caso, de uma autêntica compreensão (que se pode chamar, se quiserem, de materialista) dos fenômenos de dominação. Mas a oposição entre a infra-estrutura e a superestrutura ou entre o econômico e o simbólico é apenas a mais grosseira das oposições que, [...] impedem que se compreenda completamente a lógica infinitamente sutil da

1981, p.184). O domínio econômico, segundo Bourdieu (2000), é reciprocamente determinado pelo domínio simbólico.

Ao adotarmos esta perspectiva na pesquisa, pudemos perceber que a agricultura cabocla era impulsionada a ajustar-se, a *intensificar-se*, muito embora de acordo com as vias que lhes são próprias. Ou seja, diante de conflitos ou desequilíbrios no interior de sua organização, as alternativas acionadas foram aquelas pertinentes a mentalidade do caboclo, restritas à forma como percebe e interpreta seus problemas e soluções. É claro que esta mentalidade também se transforma, acompanha e mobiliza a evolução do sistema – acelerando, muitas vezes, seu fracasso.

Conforme escreveu Diegues (1994, p.55), baseando-se em Godelier, “[...] no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte, não material, onde exercem e entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que os indivíduos e grupos fazem de seu ambiente [e da própria prática produtiva], pois é a partir delas que agem sobre o meio ambiente”. Trata-se de buscar naquilo que faz parte do pensamento, do imaginário, do simbólico, elementos que nos levem a compreender melhor como os produtores rurais orientam e avaliam sua conduta. Baseando-nos em trabalhos de Pierre Bourdieu e Godelier pudemos desenvolver alguma reflexão nesse sentido.

Introduzir a dimensão subjetiva em nossa pesquisa significou encarar o agricultor de Iguape não como mero objeto teórico de um sistema de produção, mas sim como protagonista de sua história.

violência simbólica que se instaura na relação obscura por si mesma entre corpos socializados e os jogos sociais em que eles estão engajados”.

O TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo constituiu-se de entrevistas com produtores rurais de diferentes bairros do município de Iguape e também com pessoas que abandonaram o sítio há muitos anos e hoje vivem em sua zona urbana. Nestas entrevistas, abordei dois aspectos fundamentais: a história de vida do agricultor e a descrição do sistema de produção praticado por ele. O relato da história de vida é individual, embora se entenda que os valores e opiniões tenham base coletiva. Assim nos ensinou Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983, p.162) sobre esta técnica: quando encarada do ponto de vista sociológico, revela “o social não apenas como o que se realiza por meio dos homens, mas como o que é vivido e agido por eles”²³, isto é, o estudo do fato social humanizado [...] de seu interior, direto da fonte”. Através da história de vida, me aproximava de aspectos da cultura, costumes, sentimentos, atitudes, aspirações e projetos futuros dos produtores.

As entrevistas foram semi-estruturadas, de tal modo que, ao mesmo tempo em que me guiava por um roteiro, estimulava a conversação livre, procurando especular sobre as motivações, valores, opiniões e expectativas com relação ao trabalho e a natureza.

O contato inicial com os produtores se deu a partir de conversas realizadas durante feiras livres que acontecem na cidade de Iguape, duas vezes por semana. Aos domingos, a feira tem um caráter especial: só participam produtores locais, que comercializam aquilo que é de sua própria produção²⁴. Esta feira acontece há 15 anos com o apoio da Prefeitura Municipal, que oferece transporte aos produtores.

Foram muitas as idas à feira. Primeiramente, apenas para observar; depois, para apresentar a intenção de pesquisa e perguntar sobre a disposição do produtor de tomar parte da mesma. Neste momento, anotava endereços, que mais bem eram

²³ Mikel Dufrenne, “Coup d’oeil sur l’Anthropologie Culturelle Américaine”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Ed. Du Seuil, Paris, 1952, vol. XII, 7e année.

²⁴ Na feira que acontece durante a semana participam também comerciantes, que trazem produtos provenientes do Ceagesp de São Paulo e outros municípios como Sorocaba.

indicações de localização referenciadas por “escolas”, “campos de futebol”, “bifurcações” etc. Até o fim da pesquisa a feira foi um ponto de encontro onde falávamos das últimas chuvas, das estradas, do sítio e, como não, do andamento da pesquisa.

Mesmo havendo este contato prévio notei, muitas vezes, grande insegurança e desconfiança na conversa dos agricultores durante a primeira entrevista. Esse sentimento temeroso entre os agricultores de Iguape diz respeito, em grande medida, à fiscalização por parte da polícia florestal, a qual nomeiam genericamente de “ibama”. Este medo do “ibama”, e isto é uma suposição, faz parte da seqüela formada pela situação longamente vivida na qual a presença do Estado se faz sentir muito mais pela coação que pela assistência. Sendo assim, receber “alguém” com o intuito de *pesquisar, investigar, descobrir* é no mínimo, desaconselhável. Era preciso, sempre, um grande esforço para eliminar as possíveis suspeitas com relação a minha presença e meus questionamentos.

Neste sentido, a formação em Agronomia contribuiu demais para o contato com os produtores. A possibilidade de estabelecer um diálogo comum a respeito da lavoura e do sítio através de termos agronômicos apropriados foi, sem dúvida, uma boa via de aproximação. O diálogo “especializado” impulsionava à formação de identidade e proporcionava satisfação mútua.

Quanto à escolha dos bairros e da amostragem de propriedades que foram visitadas, o que me interessou foi englobar uma grande variedade de casos a fim de fazer um bom retrato das formas de produção de Iguape. Assim, minha amostra não é *representativa*, uma vez que não será possível qualquer tratamento estatístico. Constitui, entretanto, amostra *significativa* das diferentes formas de produção deste município.

À medida que organizava as informações coletadas nas entrevistas, ia me dando conta de suas falhas. Muitas informações careciam de aferição/certificação. Um bom exemplo são as unidades de medida usadas pelos agricultores para indicarem a área de suas propriedades, roçados e capoeiras. Mesmo quando utilizavam unidades padrão, como alqueire e hectare, não tive inicialmente a certeza sobre a precisão de

tais informações, o que exigiu o esforço de retornar a determinados estabelecimentos. O diálogo a seguir foi revelador:

“Naquele tempo a gente plantava trinta alqueires de arroz”. *Trinta alqueires ou trinta hectares?* “Trinta alqueires! Mas trinta alqueires de arroz, não alqueire de terra. Para plantar essa quantidade de arroz seriam uns 6 alqueires de terra” (depoimento, Itimirim, 2002).

Freqüentemente, não conseguia perguntar tudo que havia planejado, ou então, não obtinha todas as respostas esperadas. Neste sentido, muito me confortou as observações de Maria Isaura Pereira de Queiroz em sua pesquisa sobre ribeirinhos no Vale do Ribeira: “Realmente, os informantes não estão habituados ao raciocínio disciplinado, são dispersivos em suas respostas, não tem objetividade no que anunciam, têm dificuldade em compreender perguntas que ao pesquisador urbano se afiguram simples” (QUEIROZ, 1969, p.37).

Esta pesquisa foi amplamente beneficiada pela minha opção de residir na cidade de Iguape durante toda a sua realização. Assim, tive a oportunidade de conhecer as relações e os fatos locais, presenciar conversas e manifestações cotidianas e, ainda, tomar parte em festas e mostras culturais. Mais do que estar presente, pude vivenciar uma nova realidade, o que foi enriquecedor, tanto no que concerne à pesquisa, quanto à vida pessoal.

PANORAMA GERAL DOS BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE IGUAPE

Não há opinião de consenso em relação a como proceder à divisão do território municipal tomando por base o que se considera “bairro rural”. Na Casa da Agricultura de Iguape, quando perguntados sobre o número de bairros do município, o zootecnista esboçou uma divisão e chegou ao número de 15 “bairros sede”. Outro técnico fala em 55 bairros. Já o agrônomo diz serem em torno de 72.

Entretanto, para que as menções aos bairros rurais de Iguape no decorrer do texto tenham maior significado para o leitor, achamos que seria importante fazer uma breve apresentação dos mesmos. Além do mais, é preciso que o leitor faça uma idéia sobre o que representam, no contexto do município, os bairros diretamente pesquisados.

Nos esforçamos para oferecer um panorama geral sobre o conjunto de bairros rurais de Iguape, os quais agrupamos arbitrariamente em dez grandes grupos, seguindo critério geográfico – algumas áreas ajustam-se a micro-bacias, uma vez que a dinâmica de povoamento foi predominantemente condicionada pelos rios – o qual, por sua vez, coincide em certa medida com uma divisão baseada em características histórico-econômicas destas “sub-áreas”. Escolhemos o bairro mais importante para nomear cada sub-área, representadas no croqui a seguir. Visitamos os bairros mais significativos de apenas quatro destas sub-áreas.

No início do século XX, todos os bairros rurais de Iguape foram marcados pela economia residual do arroz. Entre estes bairros mais antigos, podemos citar: o Jairé, Engenheiros, Aldeia do Una, Rio das Pedras, Una do Prelado, Sorocabinha, Peroupava, Momuna e Despraiado. Estes três últimos fizeram parte do conjunto de bairros que visitamos.

No decorrer do século XX, com a diminuição gradual do cultivo deste cereal, outras atividades econômicas foram ganhando importâncias diferenciadas no contexto de cada bairro ou sub-área, sobretudo porque estiveram ligadas a suas particularidades ambientais e geográficas. Entre estas atividades, destacam-se sobremaneira o extrativismo vegetal e a pesca (estuarina e fluvial). Já nas últimas décadas deste século, foram também introduzidas atividades como a pecuária extensiva (bovina e bubalina) e a agricultura convencional da banana, maracujá, chuchu, olerícolas, plantas ornamentais, entre outros cultivos. Além das atividades econômicas, alguns eventos marcaram diferentemente a dinâmica de determinados bairros. Destacamos: as enchentes, a implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, a chegada de migrantes e a especulação imobiliária. A história dos bairros que visitamos incorpora muitos desses episódios, o que nos permitiu construir uma idéia geral sobre a história

agrária do município de Iguape. Vejamos.

O Peroupava teve sua história agrícola marcada pela rápida expansão da monocultura comercial da banana e pelos prejuízos provocados por recorrentes inundações na década de 80. Esses dois importantes eventos histórico-econômicos não são particulares à zona do Peroupava. As enchentes atingiram grande porção do município, na qual inclui-se toda a sub-área do Jairê, da Aldeia do Una, e parte do Subaúma/Sorocabinha. Já a bananicultura esteve precocemente presente na sub-área do Despraiado, Itimirim e Jairê (dentro desta última, de forma bastante fugaz no Jipovura e Pastinho).

O bairro do Peroupava se divide em duas vilas, distantes 9Km uma da outra, e aproximadamente, 25km da cidade de Iguape. Segundo informantes locais, estas duas vilas somam 120 famílias e aproximadamente 396 pessoas. Após forte evasão populacional e crise econômica, causadas pelas enchentes, o bairro agora vem se recuperando com o crescimento de uma agricultura de mercado de cultivos anuais (olerícolas) e maracujá.

O Momuna, de terras mais secas e menos férteis, não se introduziu a bananicultura, embora o extrativismo comercial de toras de madeira, palmito e caixeta tenham se desenvolvido amplamente. O extrativismo ainda é significativo para grande parte das famílias dos bairros rurais do município, mas podemos destacar as zonas da Aldeia do Una, Despraiado e Juréia.

O Momuna é um dos poucos bairros em que se percebe concentração de casas formando um pequeno núcleo central. Dista aproximadamente 15km da cidade de Iguape. Seguindo de lá em direção ao município vizinho de Pariquera-Açu, logo se encontram outros bairros, como o Cavalcante, Cavalcante do Momuna, Primavera, Pinheirinho etc. O crescimento destes se deu sobretudo após a abertura das estradas vicinais da Cascalheira e Arataca, que os deixou mais próximos da sede municipal de Pariquera. Suas propriedades são bastante espalhadas e nelas encontramos muitos produtores de outros estados do país, em diferentes condições de desenvolvimento. Estes bairros compõem a sub-área do Momuna por apresentarem, atualmente, uma caracterização agrícola comum.

Mesclam-se nos bairros pequenas e médias propriedades que praticam uma agricultura convencional de mercado com plantações de maracujá, goiaba, olerícolas e flores, como também pequenas roças de verduras (cujas mudas são cedidas pela Casa da Agricultura) e mandioca. A farinha de mandioca do Momuna é bastante prestigiada pelos consumidores de Iguape.

A sub-área do Despraiado foi uma das que mais sofreu com um intenso e violento processo de especulação imobiliária. A partir de meados do século, fazendas e sítios foram ali instalados, iniciando cultivos de banana em larga escala. Nesta época também se explorou o palmito e a caixeta, sobretudo na área do Rio das Pedras. O Despraiado tem como importante elemento o fato de ter sido incluído na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, em 1986. Assim como o conjunto dos demais bairros no interior da Estação, teve sua dinâmica sócio-econômica acentuadamente modificada. Desde então, sua população só vem diminuindo. Testemunham isso os antigos bananais, hoje invadidos pela mata. Mesmo assim, a venda da banana ainda é a principal fonte de renda de muitas famílias, assim como o corte clandestino do palmito juçara.

O Despraiado localiza-se em área montanhosa, entre a Serra do Divisor e do Itatins. É um dos bairros rurais mais distantes da cidade de Iguape (aproximadamente 70km) – é comum seus moradores buscarem serviços públicos de saúde na sede do município de Pedro de Toledo, cujo acesso é mais fácil. A estrada de terra que liga o conjunto de bairros do Despraiado à estrada vicinal SP-222 costuma estar em péssimas condições de tráfego devido aos buracos e atoleiros.

O Itimirim é uma das sub-áreas estudadas que faz parte da história mais recente de Iguape, embora existam nesta área também núcleos de povoação mais antiga, caso do Coveiro. Sua ocupação esteve intimamente ligada à abertura e pavimentação da SP-222 – nas décadas de 60 e 70 – a qual modificou a paisagem de seu entorno, tornando-a predominantemente agrícola. Tido pela própria população como uma área bastante extensa, compreende vários núcleos populacionais, sem que haja algum que possa ser qualificado por central. Entende-se como Itimirim as terras que acompanham pelo menos 10km da SP-222, em suas duas margens, a partir do rio

Pequeno – isto é, a partir de aproximadamente 30km da cidade de Iguape – até o Pé da Serra. Os núcleos populacionais são referenciados pelo nome dos mercados, escolas e bares na estrada. São eles: Bom Retiro, Tucum, Itatins, Colombina, entre outros.

A chegada de migrantes vindos de outros estados brasileiros, assim como a especulação imobiliária, foi intensa na sub-área do Itimirim. À exceção dos núcleos mais antigos, a agricultura preponderante sempre teve características de uma agricultura inteiramente voltada ao mercado. Em suas redondezas, avistam-se predominantemente plantações de chuchu e maracujá, mas também banana e algumas olerícolas. Da estrada também é possível notar muitos pastos e poucas criações de gado bovino e búfalos. Muitos migrantes nordestinos e mineiros trabalham como assalariados e meeiros em propriedades pequenas e médias, em geral de proprietários paulistas de classe média baixa. Estes raramente moram no sítio, aparecendo nos finais de semana ou ainda mais esporadicamente. São feitas muitas apreensões de extração ilegal de palmito nesta área, o que mostra que a extração é atividade da população desempregada ou mal paga.

As zonas próximas do mar e do estuário tiveram sua dinâmica econômica influenciada pela atividade pesqueira e não foram diretamente pesquisadas por nós. Aí, incluímos toda a sub-área do Subaúma/Sorocabinha, Icapara/Barra do Ribeira e litoral da sub-área da Juréia.

Outra zona que não estudamos diretamente é a sub-área do Jairê, composta por bairros que se formaram ao longo do rio Ribeira de Iguape tais como o Baicô, Bocuí, Pastinho, Morrete entre outros. É, portanto, uma área de povoação antiga, embora hoje de população rarefeita. O Jairê é um de seus bairros mais antigos e tem importância histórica. O bairro do Jipovura praticamente se extinguiu, embora sua relevância histórica como primeira colônia de japoneses do Vale do Ribeira mereça ser mencionada. No Jairê se produziu arroz no início do século XX, sendo também logo influenciado pela atividade pesqueira comercial. A cultura da banana não chegou a ser importante nesta área ribeirinha, que sofreu com as fortes enchentes das décadas de 80 e 90. Hoje em dia, é uma área de agricultura decadente, a qual cedeu

espaço para a criação de búfalos e gado bovino.

A sub-área da Aldeia do Una é outra que não tivemos chance de visitar. Nesta, incluímos os bairros do Umbu, Cambicho, Engenhos e Aldeia do Una. No século XIX, se desenvolveu com destaque em função das fazendas e engenhos de arroz da elite iguapense. Após a decadência da agricultura do arroz, esta se tornou uma erma região. Atualmente, a maior parte da população que lá reside sobrevive da extração clandestina de palmito.

Com respeito à porção correspondente a zona do Morro Seco, não temos informações suficientes e seguras.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO REGISTRO

Fonte: <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 26 de julho de 2003

Página reservada para inserção do mapa do município de Iguape (arquivo do programa autoCAD)

Quadro de números e dados do Vale do Ribeira e Iguape

<i>Linha</i>	Divisão Geográfica Variáveis	Município de Iguape	Município de Registro⁽¹⁾	Região Administrativa	Estado de São Paulo
<i>A</i>	População Total	27.410	53.460	264.128	36.909.200
	Urbana	21.920	42.803	174.846	34.472.706
	Rural	5.490	10.657	89.282	2.436.494
<i>B</i>	Área (km ²)	1.981,2	716,3	11.186,6 ⁽²⁾	248.176,7
<i>C</i>	Densidade Demográfica (Hab/km ²)	13,8	74,72	21,63 ⁽²⁾	148,96
<i>D</i>	Renda média (R\$ de 2000)	559,84	—	609,87	1.076,21
<i>E</i>	Analfabetismo (% pop. > 15 anos)	9,82	—	11,84	6,64
<i>F</i>	Mortalidade infantil (mil nasc. vivos)	9,52	—	14,88	15,04
<i>G</i>	IDH	0,757	—	—	0,814
<i>H</i>	Área ocupada por vegetação nativa em 1994 (%)	79,2	44,76 ⁽³⁾	68,82 ⁽³⁾	—

Fonte: Fundação Seade, 2000 (Linhas A, D, E, F, G)

IBGE, Censo Demográfico 2000 (Linha B, C)

Resende (2000, p.91) (Linha H, Iguape)

SMA/DEPRN (Linha H, Registro e RA)

Notas: (1) Município sede da Região Administrativa e Região de Governo.

(2) Refere-se à microrregião Registro.

(3) Dado referente ao ano de 1988.

CAPÍTULO I – AGRICULTURA ITINERANTE E MODO DE VIDA CABOCLA

A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO CABOCLA EM IGUAPE

Ao resgatar a história de Iguape, não é difícil identificar uma sequência de períodos bem caracterizados, entre os quais se destaca o século XIX, período de maior prosperidade econômica do município, impulsionado pela lavoura comercial do arroz, cuja expansão adquiriu dimensão significativa no contexto econômico local, bem como no de toda a Província de São Paulo. A produção deste cereal era destinada tanto para o abastecimento interno, como também para o mercado externo (europeu e latino-americano)²⁵. Ainda hoje, a arquitetura da cidade de Iguape é testemunho²⁶ da prosperidade deste período, o qual veio a ruir ainda em fins daquele século, configurando uma nova fase. Em oposição à prosperidade anterior, as primeiras décadas do século XX são marcadas pela “decadência” e “estagnação econômica”. É assim como muitos textos²⁷ históricos e científicos usualmente caracterizam este período, deixando-nos a impressão de que a história regional recomeça na década de 1960, quando se dá início ao processo de incorporação econômica do Vale do Ribeira.

²⁵ O arroz era principalmente negociado com a cidade do Rio de Janeiro. Para maiores informações sobre o comércio iguapense do século XIX, recomendamos a leitura do levantamento feito por Valentin (2003, *no prelo*).

²⁶ Este período de abundância e progresso é até hoje dimensionado pela população por meio da quantidade e opulência dos casarões e edifícios públicos que Iguape já teve, tais como o Gabinete de Leitura fundado em 1847, a Casa de Ópera, em 1840, a cadeia e quartel da Guarda Nacional, a Casa da Câmara, o palacete do Vice-Consulado Português e até o Consulado Francês, cuja existência nunca foi comprovada, apesar de estar na memória de muitos Iguapenses. Além disso, recordam-se dos mais de 80 engenhos de beneficiar arroz movidos a água, dos muitos armazéns, das lojas de fazenda, dos estaleiros, das escolas (inclusive de latim e francês) e das casas de serviços especializados como a dos sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros e marceneiros. Estas e outras informações e curiosidades do passado de Iguape são encontradas com fartura no livro de Roberto Fortes (2000).

²⁷ Confira especialmente em Fortes (2000), sobretudo as citações de Waldemiro Fortes referentes às primeiras décadas do século XX e Müller (1980).

De fato, desde a perspectiva da elite – da qual a história costuma ser contada – a decadência iguapense na primeira metade do século XX foi evidente: sem condições de produzir e comercializar de forma vantajosa – por motivos que comentaremos mais adiante – não só a grande fazenda de arroz se inviabilizara, como qualquer projeto mercantil que atendesse aos interesses de uma elite econômica. Muitas das famílias abastadas de Iguape, ainda em fins do século XIX – quando a crise já ia intensa – mudaram-se para outras cidades como Santos e São Paulo, deixando para trás suas terras, casarões e engenhos. Os que permaneceram organizaram sua produção à base do trabalho semicompulsório e da concessão de posse aos antigos cultivadores “a favor” e “partidistas” (MÜLLER, 1980, p.29). Além disso, se concentraram em atividades comerciais, cujo sucesso fundamentava-se na exploração de sitiantes enquanto produtores de mercadorias.

Agora, quando nos interessamos pela história paralela, nos surpreendemos ao encontrar um certo estado de bem-estar e florescimento cultural, que se configura exatamente neste grande vácuo histórico, entre a crise da produção patronal de arroz (século XIX) e a incorporação econômica regional (a partir da década de 60). Ao trabalhar a história de vida de agricultores de Iguape, fomos encontrar um passado que não se identifica com a decadência. Pelo contrário, este período, que coincide com o início do século XX (quando a maioria dos entrevistados nesta pesquisa era criança ou jovem) guarda, ao menos na memória imaginária, o tempo da fartura e da dignidade.

Ao mesmo tempo em que o declínio econômico da cultura do arroz fez com que parte da aristocracia de proprietários rurais se desinteressasse de suas terras, levou muitas famílias a permanecer e se organizar para viver dela interior adentro, plantar também o arroz e se orgulhar de sua produção. O período que se configurou foi marcado pela transformação na organização do trabalho, fracionamento de antigas propriedades, concessão de posses e formação de outras novas por uma população, provavelmente, formada por antigos agregados²⁸ nativos da região, cuja mão-de-obra

²⁸ Segundo Marcílio (2000, p.104), até a primeira metade do século XIX, ser “agregado” significava co-residir com alguma família, sendo parente ou não, para aumentar a força de trabalho familiar. Após

não era mais absorvida pela grande fazenda de arroz, além de sitiantes livres e descendentes de escravos.

Como veremos adiante, no começo do século passado, as famílias que viviam nos sítios encontraram meio de sobreviver e viver bem. Plantavam a subsistência e criavam pequenos animais. Tinham arroz, banana, abóbora, cará, taiá, feijão, mandioca... produziam farinha, milho para porcos e galinhas, tiravam mel, palmito e tantas outras iguarias e serventias da mata. Pescavam! Construíam casas e ranchos, canoas e cercos, teciam redes de pesca, confeccionavam roupas... cultivavam, caçavam, festejavam! Era a vez de agrupamentos caiçaras, capuavas e ribeirinhos florescerem.

Seus sítios concentravam-se nas áreas historicamente povoadas, isto é, ao longo do baixo curso do rio Ribeira e de seus principais afluentes como o rio Peroupava, Una da Aldeia e Momuna, além de rios pertencentes a outras bacias como a do rio Una do Prelado, na planície da Juréia, rio das Pedras e Despraiado, entre as Serras do Divisor e do Itatins. A economia destes agrupamentos não era monetária²⁹, muito embora seja equivocado qualificá-la como totalmente autárquica e sem vínculos com o mercado. Pelo contrário, ao que parece, algumas destas circunvizinhanças desempenharam um comércio, de certa forma, surpreendente. E o principal produto da *economia dos pobres* foi também o arroz, produzido num sistema agrícola rudimentar. A produção deste cereal continuou sendo o esteio da economia iguapense até 1960, embora a partir de 1930 as alternativas econômicas municipais tivessem se diversificado um pouco.

Aquilo que o grupo doméstico ou a coletividade do *bairro*³⁰ não podia tirar de suas terras era preciso ser obtido fora, geralmente, nos armazéns da cidade de Iguape.

este período, o significado de “agregado” passou a ser atribuído ao indivíduo ou núcleo familiar que trabalha em terras alheias e reside em casa separada do proprietário.

²⁹ Não circulava dinheiro nos agrupamentos rurais. Os produtos eram trocados sob forma de escambo entre as famílias conforme a necessidade e a conveniência.

³⁰ Quando nos referirmos aos núcleos de povoamento com “bairros rurais”, baseamo-nos na conceituação elaborada por Antonio Candido (1964). Todavia, deve-se dizer, que entre os sitiantes, a noção de bairro é relativamente recente, prevalecendo nesta época, a idéia de *vizinhança*.

Para adquirir os bens que desproviavam, produziam bens de troca, basicamente por meio da combinação de atividades como o extrativismo florestal, a pesca e a agricultura, mas também o artesanato e a realização de pequenos serviços como mão-de-obra volante. Mas sem dúvida, o bem de troca mais importante foi oriundo da atividade agrícola. Assim sendo, a lavoura familiar voltava-se tanto para a subsistência, como para a troca – embora não incorporasse inteiramente a lógica de mercado.

A organização econômica e social que passou a predominar neste período é tipicamente cabocla. Na perspectiva da evolução agrária paulista, as relações sociais e produtivas, bem como o progresso técnico da agricultura cabocla, remontam ao período colonial, cujo contexto era o da sociedade paulista embrionária – uma população mesclada de autóctones e colonizadores, rarefeita e dispersa, de cujo processo de integração se estruturou e se organizou uma sociedade de cultura cabocla³¹.

Porém, já na segunda metade do século XVIII, difundiram-se em São Paulo grandes lavouras comerciais – as *plantations* – fazendo com que, em seu espaço agrário, passassem a coexistir dois sistemas de agricultura, opondo o caboclo ao fazendeiro. Essa oposição se revestia “de um sentido econômico e das diferenças na forma de utilização do solo e na técnica agrícola: setor da agricultura primitiva extensivo, itinerante, de subsistência *versus* agricultura colonial de tendência monocultora e de sistema menos extensivo de utilização da terra” (MARCÍLIO, 2000, p.183). O Vale do Ribeira acompanhou essa mudança, protagonizada notadamente pelo município de Iguape, em cujas fazendas se produziu afamado arroz, sob mão-de-obra escrava e a mando dos “senhores do arroz”.

E como nota a autora (*ibidem*, p.129), com o aparecimento e a expansão acelerada desta agricultura menos extensiva, comercial e exportadora, teve início um processo gradual, mas efetivo, de destruição da agricultura cabocla. Pois bem. O que levou então a evolução agrária da região da Baixada a desviar-se deste curso, o qual se

³¹ Essa é uma síntese do levantamento feito por Maria L. Marcílio (2000, cap.9), em sua excelente pesquisa sobre a história rural e a evolução agrária paulista do século XVIII até meados do XIX.

processou no resto do Estado?

A decadência do arroz resulta de uma conjunção de episódios locais e exteriores, dentre os quais se sobressaem o fiasco do Valo Grande e a expansão da economia cafeeira no oeste do Estado. Estes dois eventos têm implicações estruturais sobre o desenvolvimento da economia agrícola regional, significando um duplo isolamento: o geográfico e o econômico.

O Porto de Iguape representava a principal – senão a única – via de comunicação da região da Baixada com o resto do Estado, principalmente devido à ligação direta com os portos de Santos e do Rio de Janeiro. E era através do rio Ribeira que a porção interior da Baixada se comunicava com Iguape. Este sistema hidroviário foi profundamente comprometido pela abertura do canal do Valo Grande, o qual foi aberto com o intuito de comunicar o Porto fluvial do Ribeira ao Porto marítimo de Iguape. Isso porque o rio Ribeira passa nas costas da cidade de Iguape, estando a uma distância de dois quilômetros e meio do porto marítimo, embora siga adiante e sua foz se encontre a mais de vinte quilômetros ao norte da cidade (veja croqui abaixo). Esta geografia implicava grandes transtornos e despesas no escoamento da produção que chegava pelo rio, pois tinha de ser transportada de um porto ao outro em lombo de burro. Deste modo, o canal foi reivindicado por produtores locais desde o século XVIII, embora já nesta época houvesse argumentos contra esta solução. Iniciado em 1827 e concluído em 1848, o Valo Grande logo passou a indicar o tamanho do problema que se apresentava à população local.

O estreito valo, que mal dava condições de navegação a uma canoa e podia ser pulado por um homem adulto, começou a drenar, cada vez mais, as águas do Rio Ribeira, aumentando paulatinamente sua largura³², a ponto de alcançar 110 metros de largura em 1889, trazendo inquietações à população. Devido ao assoreamento, bancos de areia foram se criando em frente ao Porto de Iguape, bastante próximo à desembocadura do Valo, dificultando e depois impedindo a chegada de navios de grande e médio calado.

Assim, com a deploração do Porto de Iguape, o acesso ao mercado foi amplamente prejudicado, representando dificuldades concretas para o escoamento da produção e para a viabilidade comercial da lavoura de arroz. Enfim, significou isolamento econômico e geográfico da região. Petrone diz que enquanto Iguape foi elemento de ligação da Baixada como resto do país e mesmo com o exterior, “teve desenvolvimento apreciável”. Mas, “no momento em que o sistema de circulação de que era cabeça deixou de ter importância [...] a cidade conheceu um período de estagnação e até mesmo decadência, que perdura até nossos dias” (1961, p 29).

Geraldo Müller percebe a decadência e a estagnação da Baixada do Ribeira como resultado induzido pela expansão da cafeicultura em outras partes do Estado. De fato, a economia do café provocou o redimensionamento dos espaços econômicos e sociais por meio da alocação do capital comercial e financeiro, da mão-de-obra e das políticas estatais. Iguape ficou de fora dos incentivos governamentais, evidenciando a “fragilidade das forças sociais locais quanto a moldar uma política econômica a seu favor ou de compor politicamente com os grupos cafeicultores emergentes [...]” (MÜLLER, 1980, p.26).

A expansão da cafeicultura afetou diretamente o regime de mão-de-obra nas fazendas de arroz, já abalado pela abolição do tráfico negreiro em 1850, evento que veio a encarecer a mão-de-obra escrava. Tanto diminuíram as aquisições de cativos, como seu contingente foi sendo direcionado para as regiões cafeeiras, pelo contrabando ou

³² O valo aumentou até se estabelecer com mais de 200 metros de largura e vinte de profundidade, escoando 2/3 do volume de águas do rio Ribeira de Iguape.

pela compra³³. Alguns levantamentos³⁴ apontam perda significativa da mão-de-obra escrava no município.

Segundo Braga (1999), a cafeicultura teria sido a única lavoura comercial capaz de afiançar, naquele momento histórico do desenvolvimento econômico paulista, a construção de uma infra-estrutura de transporte – que ajudaria a resolver, também, o problema da falta de mão-de-obra ao estimular a fixação de colonos³⁵ no local. Porém, a restrita aptidão agroecológica para o cultivo do café na região, somada à distância que esta se encontrava da zona cafeeira, além de outras dificuldades, não permitiu que a região seguisse o mesmo rumo de desenvolvimento do oeste paulista³⁶.

Ora, nos diria Boserup, numa região isolada física e economicamente, com sua estrutura social produtiva abalada, e em condições de ampla disponibilidade de terra livre (e inculta)³⁷, “parece impossível impedir que membros das classes baixas cuidem independentemente da própria subsistência” (1987, p.85). E assim se caracterizava o contexto em que o município de Iguape se encontrava na virada do século XIX para o XX, e foi exatamente isto o que se passou. De fato, a grande produção excedente só se realizou enquanto houve estímulo econômico e uma forte hierarquia social, isto é, escravidão e o domínio econômico entre classes. Com a

³³ “[...] provavelmente alguns desses proprietários passaram a se desfazer de seus escravos como uma forma de obter liquidez diante das agruras causadas pela aludida queda da comercialização do arroz” (VALENTIN, 2003, p.6-7, *no prelo*).

³⁴ Confira Diegues (1973), Fortes (2000) e Valentin (2003, *no prelo*). Segundo Diegues (*op cit*), em 1836 a proporção da população de escravos sobre a população total de Iguape passou de 31,1 por cento – relação que, segundo o autor, supera a encontrada em municípios de expressão na cafeicultura, como Areias (29%) e Taubaté (30%) no Vale do Paraíba – para 15,8 por cento em 1879.

³⁵ Deve-se lembrar que o Vale do Ribeira, no século XIX, recebeu colonos de diversas nacionalidades da Europa. Tais experiências de colonização fracassaram, provavelmente porque – ao contrário da japonesa já no século XX – não houve o apoio financeiro e organizacional da uma empresa colonizadora e tampouco do governo brasileiro, com infra-estrutura básica, principalmente referente ao transporte. O trabalho de Petrone (1966) apresenta levantamento sobre o contingente de imigrantes na Baixada, além de comentários sobre a imigração na região.

³⁶ Ainda outros fatores, como a própria política de importação e exportação de gêneros alimentares, contribuíram para a decadência do cultivo do arroz. Para maior entendimento sobre a crise econômica da Baixada na virada do século XIX para o XX, recomendamos a leitura de Braga (1999) e Müller (1980).

crise do modelo patronal de produção – pois a tão lembrada “decadência de Iguape” diz respeito à falência desse sistema – a prática da agricultura cabocla foi então natural e oportuna. E foi assim que Iguape inaugurou o século XX: com a predominância da agricultura e do modo de vida caboclo em contraposição ao desenvolvimento agrário de seu próprio passado e, sobretudo, do resto do Estado de São Paulo.

Agora, vejamos mais de perto alguns aspectos dessa forma de organização agrícola.

O REGIME DE USO DO SOLO

Pelo menos durante a primeira metade do século XX, prevaleceu no cenário agrícola de Iguape um sistema de roça rudimentar, o qual ocupava pequenas áreas em meio à mata onde era feita, de forma cíclica, a sua derrubada, seguida pelo uso do fogo e plantio sobre as cinzas. Na literatura científica, esse sistema é denominado de muitas formas: roça de coivara, “derrubada e queima”, agricultura primitiva, rudimentar, extensiva, camponesa³⁸ etc. Entre os sitiantes, ouvimos simplesmente: roçada.

Em um capítulo de sua tese de doutoramento sobre a Baixada do Ribeira, Pasquale Petrone tenta sistematizar as diferentes formas de produção agrícola vigentes na região. Logo destaca a *itinerância* como aspecto marcante entre quase todos os tipos que caracterizou. Transcrevemos o parágrafo no qual Petrone fala sobre este caráter agrícola da Baixada, citando um autor que publicou na década de 50:

³⁷ Mais adiante apresentamos dados sobre a queda efetiva da população municipal neste período, haja vista a drenagem do contingente de escravos, como a própria emigração das famílias.

³⁸ A agricultura camponesa possui correspondentes espalhados em todo o mundo, recebendo em cada país ou região uma designação específica. Para citar algumas, temos: a *milpa* na América Central, *ladang* na Indonésia, *shifting cultivation* entre os ingleses, *ray* no Vietnã, *kaingin* nas Filipinas, *cougan* na África negra (MARCÍLIO, 2000, p.127). A característica comum entre elas é a temporalidade do cultivo, realizado em clareiras abertas na mata pelo fogo e machado.

Um traço relativamente comum em todo o conjunto da Baixada é um certo itinerantismo da agricultura. Silveira³⁹, profundo conhecedor da região, assim sintetizou o fato: ‘A agricultura é na maioria da região itinerante. Nas colinas e terraços, nas matas das restingas e dunas antigas e mesmo no ‘jundu’ são abertas clareiras – no clássico sistema de roçada – onde é plantado o milho, mandioca (‘rama’ na região), batata-doce, etc., por 2 ou 3 anos, conforme a resistência da terra à exploração e também a influência do hábito de mudar, muito enraizado no regional. Então desloca a exploração para outra clareira aberta. Nas terras abandonadas – ‘tiguera’ – crescerá ou não uma capoeira. Caso a capoeira se forme, a exploração poderá retomar mais tarde (1961, p.54)

A última frase desta síntese deixa implícita a importância da ocorrência da cobertura vegetal para que a roça seja feita, mobilizando e direcionando a rotação de terras. É interessante como o autor, apesar de observar que a itinerância está relacionada à busca da fertilidade e à otimização da exploração da terra, ainda assim atribui o fato a um “hábito de mudar”. Quase que transparece em suas linhas um “estranho hábito de mudar”. No fundo, ao caracterizar o nomadismo agrícola como *hábito*, o autor demonstra que não encontra, ele mesmo, uma justificativa racional satisfatória para o fato e lhe atribui um caráter que supera qualquer nexo, aceitando-o como uma tradição cultural.

Neste capítulo veremos que o sistema itinerante resulta de um conjunto de fatores que, mesmo não sendo todos eles da consciência do homem que o pratica, lhe confere uma lógica de existência. Em diversas partes do mundo e em diferentes épocas foram descritos modelos análogos de agricultura, o que nos leva a crer nesta premissa. É necessário, todavia, conhecer mais detalhes de seu funcionamento.

A abertura da clareira segue, geralmente, algumas etapas. Primeiro, é feita a roçada da vegetação arbustiva do sub-bosque⁴⁰ – a “bosqueada” – e em seguida, a derrubada das árvores maiores com o machado (possivelmente, algumas serão selecionadas para determinados usos como o da construção, fabricação de instrumentos de trabalho, canoas, prensas do tipo parafuso, e mesmo para a venda da madeira – sobrando, ainda assim, algumas no terreno). Os galhos grandes demais deverão ser

³⁹ Silveira, João Dias da, (1950). Baixadas litorâneas quentes e úmidas. Tese de concurso à cadeira de Geografia Física da FFLCH-USP, São Paulo.

⁴⁰ Extrato arbustivo de porte baixo e pouco lenhoso.

cortados e distribuídos pela área de modo que, passado tempo suficiente para que a vegetação seque – em torno de 10 a 20 dias – seja feita a queimada de seus restos. Este é outro aspecto fundamental da agricultura tradicional, o uso do fogo.

“O fogo foi seu principal auxiliar técnico e as grandes superfícies com revestimento em matas constituíram extensas reservas de solos a sua disposição”, disse Petrone (1961, p.55). O autor é preciso ao imputar um caráter técnico pois, de fato, o fogo vem a cumprir mais de uma função na atividade produtiva. Além de “limpar” o terreno é também responsável por fertilizá-lo. A biomassa da floresta é uma reserva de nutrientes que, ao ser convertida em cinza (mineralizada) e incorporada ao solo pela água da chuva, torna-se imediatamente disponível à absorção das plantas. Não obstante, essa fertilidade é efêmera pois, ao contrário da decomposição biológica da matéria orgânica que disponibiliza gradualmente os nutrientes para as plantas, a queimada o faz de uma só vez; logo, nem o solo – e tampouco a nova cultura – retém (ou assimila) todos os nutrientes, que são em parte lixiviados.

A primeira cultura temporária após a coivara⁴¹ (corte e queima da vegetação) enraíza-se em solo particularmente fértil e proporciona uma colheita abundante. No início do século XX em Iguape, a roça de arroz era a primeira a ocupar a terra recém desbravada. Além de ser esta uma cultura exigente em nutrientes, sua produção tinha dupla função: reservava-se tanto para a subsistência quanto para a troca – uma roça diversificada, localizada próxima a casa, onde também cultivavam espécies frutíferas e criavam pequenos animais, garantindo o complemento da subsistência.

No ano seguinte, uma cultura secundária poderia ocupar a área e aproveitar-se da fertilidade residual do solo⁴². No terceiro ano, o terreno possivelmente seria abandonado⁴³ – antes, porém, poderia ser enriquecido com cultivos perenes como

⁴¹ Já nos últimos meses da pesquisa fui alertada por um caiçara que “coivara” significa mata grossa, primária. E que o termo verbal “coivarear” significa retirar da área de roça a lenha que restou sem queimar. Era preciso “coivarear” quando para cultivo de feijão, mandioca... culturas cuja colheita é feita com a extração da planta da terra, o que seria dificultado se sob a galhada.

⁴² Geralmente, observa R. Ribeiro (s/d, texto não publicado), inicia-se com culturas de ciclo curto, como o arroz, seguindo as de ciclo médio, como é o caso da mandioca.

⁴³ Não apenas a queda na fertilidade, mas o aumento da infestação de ervas daninhas também impelia o lavrador a mudar a roça de lugar.

frutíferas, que além de gerarem alimentos favoreceriam a regeneração florestal. Este ciclo de rotação se fechará quando a primeira área, após um período de pousio, estiver em condições de uso agrícola outra vez⁴⁴.

O efeito regenerativo proporcionado pelo pousio não está condicionado apenas pelo tempo de descanso e sim pelo próprio tipo de solo e pelas demais características ecológicas. O tempo de pousio adequado será expresso pela altura das árvores e pela cobertura da folhagem (que significam sombreamento⁴⁵ e biomassa).

É importante reforçar que a técnica agrícola itinerante está baseada na articulação entre pouca população e vasta área de floresta disponível. Conforme síntese elaborada por Diegues (1973, p.38) – para qual vale-se de diversas fontes – “a população do Litoral (Iguape e Cananéia), em fins do século XVIII, até meados do século XIX, apresentam taxas de crescimento elevadas e até acima da média da Província. A partir de 1850 o índice de crescimento começa a estacionar e até regredir quando se aproxima do século XX”. Isso reforça a tese de Boserup (1987) enquanto possibilidade de explicação da dinâmica agrícola que se desenvolveu em Iguape a partir do início do século XX. Veja os dados da tabela a seguir:

⁴⁴ No vocabulário regional criaram-se diversos termos para designar e qualificar diferentes tipos de mata, segundo o seu estágio de desenvolvimento, como por exemplo: tigüera, covajô, capoeirão, capoeira fina, entre outros. Esta classificação baseia-se em parâmetros complexos, como o próprio microclima do interior da mata, cujo reconhecimento parece acessível apenas por quem tem o conhecimento vivenciado na mata.

⁴⁵ O sombreamento é importante pois inibe o desenvolvimento e perenização de gramíneas e outras ervas daninhas que competem por luz e nutrientes com o que é cultivado.

TABELA 1

Evolução da população total e taxas de crescimento populacional do município de Iguape entre 1772 e 1905.

	1772	1836	1850	1879	1905
População	1.926	9.396	1.5211	1.7128	1.5303
Taxas de cresc. (%)	<i>1772/1836</i>	<i>1838/50</i>	<i>1850/79</i>	<i>1879/1905</i>	
	387,8	61,9	12,6	-7,9	

Fonte: Diegues (1973, p.38-39)

O MEIO, O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E A REALIDADE SOCIAL

A técnica do caboclo é bastante semelhante àquela praticada por uma das primeiras civilizações agrícolas, do período neolítico, cuja atividade desenvolveu-se nas florestas. O caboclo, da mesma forma que o agricultor do neolítico, munido de machado, da vara de plantar e, é claro, do conhecimento sobre o uso do fogo, estava mais preparado e instrumentalizado para abrir clareira na mata e cultivar em solo fértil e descompactado do que em campo aberto onde teria que revolver e adubar o solo, faltando-lhe equipamento adequado. Não é à toa que “[...] as populações neolíticas que ocuparam as regiões arborizadas desenvolveram largamente as culturas, enquanto as que se espalharam pelas pradarias, pelas savanas e pelas estepes desenvolveram sobretudo a criação de gado” (MAZOYER & ROUDART, 2001, p.95).

O comentário de Marcílio, a respeito da chegada do português a São Paulo, parece ilustrar as observações acima e ampliar o escopo desta discussão:

“Para sobreviver, o português regrediu. [...] com seu inadequado equipamento técnico e sem capitais, o português que veio para as capitanias paulistas precisou aprender com o índio os expedientes que este criou para enfrentar a natureza, como a coivara, agricultura rudimentar da ‘derrubada e fogo’ estágio primeiro na evolução agrícola da humanidade [...]” (2000, p.154-55).

Feita esta colocação, é bastante apropriado falar em “possibilidades do meio”,

expressão utilizada por Godelier, e cujo significado remete às diferentes formas possíveis de se retirar da natureza as condições materiais de existência. Nota o autor que as possibilidades oferecidas pelo ambiente natural estão *integradas* ao desenvolvimento das forças produtivas – instrumentos de produção e conhecimento técnico – de modo que as alternativas de exploração ambiental e as técnicas de produção são atualizadas e desenvolvidas mutuamente. “Não há, portanto, recursos em si, mas possibilidades de recursos oferecidas pela natureza no quadro de uma dada sociedade num determinado momento de sua evolução” (GODELIER, s/d, p.328).

Repetindo o que já foi dito na *Introdução*, dado à rusticidade das condições técnicas de que dispunha o caboclo, o cultivo em áreas de floresta era mais fácil que em áreas de campo aberto. Da mesma forma, a recíproca é verdadeira: dado o ambiente de vastas florestas, a técnica rústica do caboclo se tornava bastante apropriada.

Porém, ao prosseguir na reflexão de Godelier nos daremos conta que a coerência entre o meio e a técnica correlaciona-se a uma realidade socialmente percebida e elaborada e a uma intencionalidade social que, em última análise, limita e determina o processo de produção. Estamos aqui indicando que o uso do meio feito por determinado grupo está condicionado por aquilo que pensa, percebe e interpreta de sua realidade. É a partir daí que desenvolverá necessidades, valores, regras, condutas sociais... e uma prática produtiva orientada por objetivos conscientemente estabelecidos⁴⁶.

Ao mesmo tempo, o tipo de exploração do meio está submetido a condições externas ao sistema de produção; condições sociais e objetivas que atuam independentemente da intencionalidade do grupo – apesar de serem, do mesmo modo, interpretadas e internalizadas pelo mesmo. Em suma, as formas de exploração do meio expressam “possibilidades voluntárias” e “possibilidades sofridas”, sejam estas últimas conscientes ou não (cf. GODELIER, s/d, p.379).

Portanto, devemos notar que as soluções técnicas desenvolvidas e praticadas por

⁴⁶ Isso explicaria porque sociedades desenvolveram diferentes modos de exploração de um mesmo ambiente ou conjunto de recursos.

agrupamentos rurais tais como o que estudamos revelam-se bastante eficientes na exploração dos recursos naturais à medida que correspondem satisfatoriamente a determinado padrão de vida, ou seja, são eficientes socialmente. Não há, portanto, contradição entre produção e consumo, meios e necessidades.

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (CANDIDO, 1964, p.36).

Não estamos querendo dizer que a precariedade da vida material era um objetivo em si, intencionalmente perseguido, mas que dentro de uma gama de possibilidades de ação, a agricultura itinerante e rudimentar associada a um padrão de vida restrito às suas necessidades elementares foi o que coube ao caboclo. Esta foi a lógica, a mentalidade do sitiante: enquanto permaneceu a mata a sua disposição e nada lhe perturbou, pressionando-o a trabalhar mais e intensificar sua lavoura, viveu sob o rígido equilíbrio estabelecido entre a produção e o consumo, sem que houvesse um esforço consciente para alterar seu padrão de produção.

Talvez nos ajude a entender tal conduta se levarmos em consideração que o relativo isolamento e fechamento objetivo do bairro é também do universo simbólico do caboclo. Suas necessidades simbólicas, seus objetivos racionais e suas representações emergem e se projetam, de e sobre um mundo social bastante limitado (cf. BOURDIEU, 2000)⁴⁷. São também cingidas suas possibilidades imaginárias e simbólicas.

Em oposição ao caboclo, o colono japonês que imigrou para o município de Iguape, assim o fez com a intenção de apropriar-se de uma parcela de terra e reproduzir-se enquanto agricultor comercial. Trouxe de seu país técnicas agrícolas mais avançadas

⁴⁷ Bourdieu estudou uma região francesa, Lesquire, composta por bairros e lugarejos camponeses. O autor analisa aspectos da dominação simbólica exercida pelo meio urbano sobre a crise na reprodução da família camponesa. Apesar de seu estudo ter uma circunscrição geográfica específica, sua reflexão é mais ampla e aplicável à organização camponesa, enquanto tal. Esta nota é válida para contextualizar as citações que fazemos deste autor ao longo do texto.

e intensivas como o uso do arado, rotação de cultura, técnicas de adubação etc. Mas não conseguiu colocá-las imediatamente em exercício, convertendo sua prática a uma aparente e temporária regressão técnica⁴⁸. Responderam, de início, às “possibilidades sofridas”, isto é, à precária regularidade do transporte, à dificuldade de acesso ao comércio, de contratação de mão-de-obra etc., dificilmente conciliáveis à estratégia agrícola totalmente intensiva e comercial. Contudo, estas limitações exteriores às quais estiveram submetidos geravam contradição entre sua intencionalidade (ou sua racionalidade comercial e produtiva) e aquilo que praticavam, de modo que logo se movimentaram a fim de abrir novas possibilidades de ação e evoluir seu sistema de produção agrícola correspondentemente ao nível de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Sistema rústico de produção do arroz

A técnica de plantio do arroz, praticada ainda nas primeiras décadas do século XX, remonta ao período colonial. Apresentamos sua descrição conforme estudos de Waldemiro Fortes: primeiro procedia-se à derrubada da mata, seguida da queima e da sementeira. Esta era feita de modo singular; o lavrador fazia pequenas covas de aproximadamente 6cm de profundidade, com o auxílio de uma vara pontiaguda chamada chuço. As sementes eram então jogadas nas cavidades e as que caíam para fora eram “chuçadas” para dentro do solo, o que machucava as sementes e diminuía a germinação. Depois de plantada, a lavoura não recebia nenhum trato até o dia da colheita. Não eram feitas capinas (cf. FORTES, 2000, p.105). Encontramos uma pitoresca citação de um agrônomo italiano do início do século XIX a este respeito:

O arroz de Iguape que estamos considerando é tão somente o producto genuíno de uma terra, que nem sequer provou a enxada, visto que o nosso lavrador só

⁴⁸ Como o caboclo, “praticou derrubadas e queimadas, utilizou a enxada como utensílio básico de trabalho, deixou de aplicar adubação em qualquer cultura, inclusive nas de maior valôr e baseou os sistemas de cultura em um quase itinerantismo. [...] na Baixada do Ribeira o colono japonês acomodou-se aos quadros pré-existentes, recebendo, portanto, muitíssimo do caboclo e não modificando sensivelmente seus métodos e processos” (PETRONE, 1966, p.161).

planta a chuço, numa roça mal queima onde se vê o arroz e o matto em idênticas proporções de desenvolvimento, até a época da colheita! (*apud* FORTES, 2000, p.103)

Tanto a descrição de Fortes como a do agrônomo, fazem transparecer certo incômodo com a inadequação técnica do lavrador. Em outro artigo, Waldemiro Fortes explicita os motivos de seu desconforto:

“Com esse sistema de roçadas mal feitas, com plantio de sementes machucadas [e utilizando-se de método prejudicial de colheita, no qual se corta cacho por cacho de arroz com canivete] não podem os nossos lavradores auferir o resultado desejado e conservar ao arroz de Iguape a posição adquirida nos mercados consumidores e mesmo competir com outros centros produtores, onde se usa o método mais adiantado à cultura” (Tribuna de Iguape, n. 454, 03/02/1924 *apud* FORTES, s/d, p.1).

De fato, o lavrador de Iguape não dispunha de condições favoráveis para competir no mercado, mas auferir resultados desejados é provável que, isto sim, tenha alcançado. Ora, articulária Godelier (s/d, p.381): “[...]a maximização da produção não tem sentido sem referência à hierarquia das necessidades e dos valores que se impõem aos indivíduos dentro de uma determinada sociedade e têm seu fundamento na natureza das estruturas dessa sociedade. A maximização da produção não é senão um aspecto da estratégia global de maximização das satisfações sociais que se impõe aos indivíduos e aos grupos dessa sociedade”. Não necessariamente os fins que um grupo ou sociedade maximiza são medidos em termos monetários, como pressupõe Waldemiro Fortes.

A crítica sobre a prática do lavrador tradicional (e também sua cultura, hábitos e costumes) repetidamente desconsiderou que o processo de produção agrícola não é somente uma realidade técnica e econômica, ou então, que a racionalidade social não é somente econômica, sendo este apenas um de seus aspectos (cf. GODELIER, s/d, p.33)⁴⁹. Segundo Diegues, as práticas produtivas e o uso dos recursos naturais por

⁴⁹ Dialogamos diretamente com Godelier, a partir de sua discussão com O. Lange sobre o princípio da *racionalidade*. Godelier nega que a origem particular da racionalidade capitalista possa ser um princípio geral do comportamento humano. Então lembra das sociedades primitivas para as quais as relações de parentesco ocupavam lugar central entre as estruturas sociais, sendo a racionalidade econômica apenas um aspecto do funcionamento das atividades não-econômicas. Assim, conclui que

sociedades de extrativistas, ribeirinhos, indígenas, entre outras “só pode[m] ser entendido[s] dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista” (DIEGUES, 1994, p.71).

Sem compreender intimamente a organização interna destes sítios, bem como a forma como se articulam e são explorados pela sociedade dominante, seríamos facilmente levados a interpretações cômodas, que imputam ao agricultor toda a responsabilidade pelas mazelas da região, como fica patente em outro comentário de Waldemiro Fortes, cujo conteúdo permanece bastante vigoroso, ainda hoje, na mentalidade da elite local:

“Precisamos que o nosso governo estenda suas vistas até nossas plagas, veja a uberdade de nossas terras e o invejável clima que possuímos e as riquezas naturais que se encontram, e trate de fundar aqui uma escola agrícola, onde o nosso lavrador tenha ocasião de verificar pessoalmente a relativa utilidade de diversos métodos de cultura, o proveito que pode tirar de outras espécies de cultura que ignorava, os benefícios de indústrias que desconhecia e, sobretudo, **compreender com nitidez as grandes, as imensas vantagens da cultura racional científica e intensiva** [grifo nosso]” (Tribuna de Iguape, n 451, 13/01/1924, *apud* FORTES, s/d, p.1)

Às condições do ambiente natural, todas as qualidades; ao trabalhador rural (iguapense), todos os defeitos – preguiça, falta de resposta ao estímulo econômico, falta de conhecimento, apego obstinado a suas práticas arcaicas etc. No decorrer do capítulo, apresentaremos novos elementos que reforçam este entendimento.

TRABALHO: PRODUTIVIDADE E DISTRIBUIÇÃO AO LONGO DO ANO

Pasquale Petrone buscou explicações para o fato dos lavradores abandonarem suas roças após dois ou três anos. Segundo o pesquisador, os próprios capuavas alegavam que a infestação de ervas daninhas tornava muito penoso o trabalho de “limpa”, justificando trocar a roça de lugar. Mas essa explicação não o contentou, já que

em todas as sociedades se procurou maximizar fins que exprimem a dominância de diferentes relações sociais (como o parentesco, a religião) sobre as outras.

avaliava que o trabalho de desmatamento seria tão ou mais penoso que o da “limpa”. Concluiu, então: “a diferença está em que a ‘limpa’ exigiria uma atividade distribuída por quase todo o período agrícola” (PETRONE, 1961, p.55).

De fato, o preparo do terreno é uma operação sumária, ao contrário da capina. E apesar de existir um período ideal para a abertura da clareira – em geral, no fim da época seca⁵⁰ – existe certa flexibilidade de tempo, a qual permite que esta tarefa seja inclusive antecipada, liberando o lavrador para dedicar-se a outras atividades igualmente importantes para a subsistência da família, como a caça e pesca. Petrone (1966, p.251-52) destacou a “extraordinária versatilidade” do calendário agrícola de caixaras e ribeirinhos, no qual tentam conjugar o ritmo sazonal das águas, a época de plantio das espécies cultivadas e de reprodução das espécies pesqueiras – especialmente a manjuba, no caso de Iguape – enfim, tentam acomodar os diversos usos dos recursos e dos meios que exploram⁵¹.

Não fazer capinas e deixar a “cultura e o mato em idênticas proporções de desenvolvimento”, como observava no início do século XIX o agrônomo italiano citado momentos atrás, produzia, na lógica do sitiante, um saldo positivo, seja em economia de trabalho na lavoura, seja em tempo livre para a realização de outras atividades como as extrativas, a construção e manutenção de suas casas, ranchos... as idas à cidade etc., seja pela falta de sentido que um diferencial na produção representaria em sua economia, prioritariamente orientada pelas necessidades de reprodução social do grupo e não pelo lucro⁵².

Por concentrarem o trabalho de cultivo nos primeiros meses do ano agrícola, muitos observadores interpretaram a cultura do caboclo como impregnada de ócio e indolência. Contudo, pelo fato de cultivarem numa área recém desmatada, não era

⁵⁰ Entre os meses de maio e agosto.

⁵¹ Nos meses de setembro a março, coincide o período da pesca da manjuba e o das chuvas (que caracteriza o início do ano agrícola), de modo que o lavrador/pescador tem que adiantar as atividades mais pesadas da lavoura para poder se dedicar à pesca.

⁵² Tendo em conta que objetivava produzir meios de vida e não mercadorias, haveremos de concordar com Boserup, a qual avalia que qualquer trabalho adicional seria gasto desnecessário de energia; um desperdício. Seria igualmente incompreensível acumular valor de uso.

preciso o trabalho de aração, tampouco o de capinas regulares. E falando em poupar trabalho, devemos ressaltar a importância do uso do fogo⁵³, o qual significava uma economia brutal de trabalho tanto na limpeza do terreno como na fertilização do solo.

Além disso, sendo possível que a proteína animal fosse provida em grande medida por meio da caça e da pesca, mais uma vez o sitiante economiza trabalho. Conforme Abramovay (1981, p.13), “por maior que seja a perícia que estas atividades exigem, não há dúvida de que elas são asseguradas com uma quantidade muito menor de trabalho que as requeridas na agricultura ou na pecuária”. Com a grande disponibilidade de matas, rios e mares, não parece ter sido compensador o manejo de pastos e rebanhos. Animais pequenos como galinhas e porcos, estes sim, eram criados soltos ou em pequenos cercados, ajudando na adubação da roça de subsistência próxima às casas e requerendo pouco esforço em seu trato. Assim sendo, a produção do sitiante relativa ao seu tempo de trabalho era bastante alta.

SITIANTES TRADICIONAIS DE IGUAPE: SEUS TIPOS E A NATUREZA LOCAL

Já que falamos da relação entre as “possibilidades do meio” e o desenvolvimento técnico agrícola, cabe delinear os principais “tipos” de sitiante do município de Iguape. Embora apresentassem organização econômica funcionalmente semelhante, suas práticas produtivas diferiam, ao que parece, conforme as limitações do meio e dos recursos de que dispunham. Para esta breve apresentação nos baseamos nos relatos de Petrone (1961) que, de certa forma, coincidem como os de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), citados em nota na *Introdução* deste trabalho.

O *capuava* é um deles. Na descrição de Petrone (1961, p.54), este tipo “aparece ligado às zonas de matas, especialmente nas áreas que ficaram à margem da

⁵³ “O fogo faz a maior parte do serviço; a remoção de raízes (que consome muito tempo quando se trata de estabelecer campos permanentes) não é necessária. [...] Muito mais tempo é necessário para carpir com enxada um hectare do que para limpar, ainda que superficialmente, com machado e fogo a mesma área” (BOSERUP, 1987, p.31).

circulação fluvial”. Por isso, associa o capuava ao desbravador, um “tipo que se definiu lentamente, em função do processo de povoamento baseado na penetração e posse pela utilização, de zonas de mata”. É aquele que se embrenhou interior adentro, e cada vez mais, na busca de garantir e manter seu meio de vida – a agricultura de subsistência, atividades extrativas e um limitado comércio de excedentes – cuja base aparece com nitidez no texto de Petrone: o povoamento rarefeito em áreas de florestas. O capuava é o tipo mais isolado e autônomo dos que o autor identifica.

Suas roças eram diminutas, ocupando áreas muitas vezes inferiores a um hectare. A diversidade de cultivos que nelas se misturavam, entretanto, era grande, caracterizando “verdadeiras culturas promíscuas”⁵⁴ (ibidem, p.56).

Como o período vivenciado pelo autor na época de sua pesquisa já apresentava os elementos que indicavam a proximidade de mudanças na situação em análise (legalização fundiária, abertura de estradas, chegada de novos ocupantes, modernização da agricultura etc.), fez a projeção de que o capuava tenderia ao rápido desaparecimento. Para Petrone (ibidem, p.54), o capuava na década de 60 era um tipo residual, tendo sido mais expressivo vinte anos antes.

Outro tipo descrito pelo autor é o “*praiano*”, mais conhecido atualmente como *caiçara*. Chamou a atenção do autor o fato de praticarem a agricultura em clareiras aberta no jundu, vegetação típica da orla e do início da sucessão ecológica. Como as condições de solo deste ambiente são mais fracas, a itinerância era ainda mais fugaz.

Destaca a constância da mandioca na lavoura caiçara e da farinha que fornece em sua alimentação⁵⁵. Além do significado cultural da mandioca – uma vez que representa

⁵⁴ Veja como este sitiante, ex-morador da parte mais interiorana da Juréia, descreveu a roça que costumava fazer: “A mandioca plantava no espaço normal e aí, em volta, plantava a cana, a bananeira. No meio da roça plantava o cará, a batata doce, o milho... com grandes espaços também. A abóbora, a melancia... tudo numa roça só. [...] a única coisa que a gente não plantava assim [...] é o feijão. Se plantar ele junto com outra planta, ele se enrola e na hora da colheita estoura tudo e fica metade lá” (depoimento, 2003).

⁵⁵ A mandioca era quase toda transformada em farinha, num trabalhoso processo artesanal no qual o sitiante permanecia longas horas no “tráfico”, como é chamada a “casa de farinha” usada coletivamente no bairro. Ainda nos dias hoje tive a oportunidade de acompanhar todo esse processo,

clara herança indígena – outra característica também nos chama a atenção: um hectare de mandioca alimenta mais que um hectare de qualquer cereal (cf. ABRAMOVAY, 1981, p.21-22 e BOSERUP, 1987, p.34). Isto parece estar de acordo com as limitações do ambiente explorado pelo caiçara – embora este também tivesse acesso à Mata Atlântica. Na verdade, Petrone baseia sua descrição nos habitantes da Ilha Comprida e de Cananéia. É possível que nestas localidades o caiçara pouco tenha se dedicado ao cultivo do arroz, encontrando na mandioca a base de sua alimentação e na pesca a base de sua pequena produção mercantil. Mas na região da Juréia (Una do Prelado), a qual o pesquisador não teve a oportunidade de conhecer, seguramente encontraria muitas roças do cereal.

Segundo Mourão (1971, p.88), na região de Cananéia o calendário agrícola não favorecia o cultivo do arroz, pois a época de plantio (outubro a dezembro) coincidia com a pesca do tempo quente e a colheita (março a maio), com o início da pesca da tainha.

O que importa é que na comparação com o capuava, certamente, a principal diferença está na íntima relação que o caiçara estabeleceu com o estuário, tendo então desenvolvido um calendário próprio de atividades, assim como estratégias de pesca, uso e manejo dos recursos naturais característicos da orla marítima.

Por fim, Petrone define o *ribeirinho*, que se caracteriza por ocupar áreas contíguas ou próximas às margens ao longo do baixo curso do rio Ribeira de Iguape e seus principais afluentes. “Em maior ou menor escala, tais populações [ribeirinhas] dependem do rio para sua subsistência, locomoção, etc.”, diz Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p.38). Notamos, de fato, que existem diferenças na utilização do rio. Acreditamos que as povoações às margens do Peroupava, Una da Aldeia, Rio Pequeno, Una do Prelado, Momuna, entre tantos outros, aproveitaram os rios principalmente para o transporte e circulação⁵⁶. Já o ribeirinho instalado às margens

que pouco se modernizou. A importância do cultivo da mandioca e da produção de farinha, seja para venda, seja para a subsistência, se estende até hoje.

⁵⁶ O município de Iguape é dotado de muitos rios, além do Ribeira. A bem dizer, toda a região é dotada de um sistema hidrográfico sem paralelo no Estado, comenta Almeida (1945, p.103). “Por canoas, são todos elles navegáveis até certos trechos, de maneira que a natureza dotou esta zona com

do Ribeira é tipicamente o pescador-lavrador. Estando próximo de rio das proporções do Ribeira – e ainda de sua porção mais influenciada pela produtividade do estuário – seu modo de vida é marcado pela pesca fluvial. Suas atividades de pesca e lavoura voltam-se tanto para a subsistência quanto para a troca, havendo variações na intensidade de uma ou da outra.

Dedicou-se especificamente à roça de arroz, cuja produção também se destinou à troca. Petrone, contudo, descreve o cultivo do arroz do ribeirinho como *intensivo*, sendo a itinerância reservada apenas à roça de subsistência. Pereira de Queiroz nos deixa alguns indícios a esse respeito. Menciona a itinerância entre os capuavas, dizendo inclusive que suas casas eram mais rústicas que a dos ribeirinhos justamente porque sua existência era marcada pela mudança de residência, dada às características de sua agricultura. O que talvez justifique o sedentarismo do cultivo do arroz, como o próprio Petrone (ibidem, p.59) observa, é o fato de serem aproveitadas para a fertilização periódica da área de lavoura, pequenas elevações do nível do rio que acontecem diariamente durante as horas de cheia da maré.

Encontramos nos escritos de Waldemiro Fortes, publicados no periódico *Tribuna de Iguape*⁵⁷ por volta do ano de 1924, um trecho de citação que, embora não contenha a data, o nome da revista agrícola ou do autor citado, nos dá elementos não só para julgar a importância do cultivo deste cereal entre os sitiantes de Iguape, como para relativizar a importância desta dúvida sobre a mobilidade da lavoura ribeirinha. Diz o autor anônimo:

Concordo que o arroz plantado em terreno úmido produz melhor que em terreno seco, mas para que o mesmo produza bem não é absolutamente necessário que seja plantado em terreno banhado.

Em Iguape, que é uma zona privilegiada a esse cereal, bastam as chuvas para fornecer a umidade necessária ao seu crescimento. Posso afirmar sem receio de contestação que **90% da plantação de arroz em Iguape é feita em terrenos elevados e secos** [grifo nosso]. É verdade que os lavradores, afim de aproveitar mais a umidade fornecida pelas chuvas, procuram as várzeas; e os que não

inúmeras estradas que andam, como muito bem podem-se denominar os rios navegáveis” (O’LEARY, s/d, p.9).

⁵⁷ Alguns artigos de Waldemiro Fortes publicados no referido periódico foram organizados por Roberto Fortes numa coletânea “Iguape antigo: escritos jornalísticos” (no prelo, s/d).

possuem plantam nas ladeiras de morros onde o arroz produz com resultado satisfatório (FORTES, s/d).

Enfim, transcrevemos parte de um parágrafo de Petrone que nos deixa visualizar as principais características do trabalho do ribeirinho:

Como cultura de vageados, o arroz dispõe-se, no caso em questão, entre o rio, de um lado, e a mata ou “jundu” de outro lado. Aquêlê fornece ao “ribeirinho” possibilidades de pesca, o que acontece porque o primitivismo da cultura do arroz não prende a atenção do lavrador todo o tempo. A mata ou o “jundu” constituem as áreas contíguas onde o “ribeirinho” pratica uma “roça” itinerante de subsistência” (PETRONE, 1961, p.59).

A RELAÇÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA

Falar sobre *propriedade da terra* em Iguape – e no Vale do Ribeira de modo geral – é tarefa bastante complicada já no início do século XX, mesmo sem adentrar os méritos legais dessa questão.

O preceito de direito sobre a terra esteve atrelado à forma de uso da mesma. Ou seja, o regime de uso do solo baseado na rotação e no pousio florestal, realizou-se sob um sistema correspondente de apropriação deste meio de produção. Sobre este aspecto, nos fala Antonio Candido:

É preciso indicar, neste passo, que a agricultura itinerante era possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e posse; sobretudo estas, que abriam para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação (1964, p.46)⁵⁸.

⁵⁸ Antonio Candido estudou um agrupamento de caipiras no município de Bofete, interior do Estado de São Paulo. Apesar disso, o conteúdo da citação, assim como das demais citações do autor, validam-se como expressão geral da agricultura e do modo de vida caipira, ou caboclo. Assim nos explica o próprio autor na introdução metodológica de seu trabalho: “Como o leitor verá, quando falo nos membros do grupo que estudei, estou, a cada momento, pensando *no* caipira, em geral; e, reciprocamente, quando procuro compor esta abstração metodologicamente útil, a experiência real que a comprova é, sobretudo, a do grupo que estudei” (CANDIDO, 1964, p.20).

Até o fim do século XIX, a distribuição e a propriedade da terra estiveram marcadas por traços que remontam à época colonial quando vigia o regime de sesmarias⁵⁹, isto é, se caracterizava por amplas fazendas de propriedade de um restrito senhorio. Porém, no século XX, muitas dessas terras foram abandonadas, tornando-se livres para novas apropriações. Assim, durante este período, não foi a compra que deu direito à apropriação, tampouco foi a base jurídica que assegurou a propriedade. Foi o uso que deu sentido à apropriação e o trabalho que definiu a propriedade da terra. Para o caboclo, a terra foi sobretudo seu objeto de trabalho e lhe interessou à medida que pôde lhe fornecer meios de vida. É isso que o motivava a avançar sobre a mata, pois o valor que dava à terra decorria exclusivamente do uso e do trabalho. Em síntese, seu sistema de apropriação fundiária não supunha delimitação prévia da propriedade, baseando-se numa lógica de usufruto (cf. ABRAMOVAY, 1981)⁶⁰.

O censo agropecuário de 1950 demonstra um predomínio absoluto da pequena propriedade com relação ao total das propriedades do município (veja Tabela 2). Após analisar dados sobre a Baixada do Ribeira desse mesmo censo, Petrone (1966, p.261) concluiu que “de um modo geral, na Baixada do Ribeira a fragmentação da propriedade é maior do que no restante do Estado”. E se a grande propriedade fez parte do passado da Baixada – principalmente devido à concessão de sesmaria – a pequena propriedade diagnosticada na década de 50 se justifica, segundo o próprio Petrone, por meio de um processo de fracionamento da terra. O censo de 1920, analisado por Petrone, mostra que a concentração de terras era maior⁶¹ que a observada em 1940, o que reforça a indicação de que a fragmentação das propriedades representou de fato um processo bastante significativo durante a

⁵⁹ Este regime promoveu a distribuição de grandes porções de terras para a nobreza e a aristocracia no Brasil, conforme decisão e interesse da Coroa Portuguesa, proprietária das terras brasileiras.

⁶⁰ No primeiro capítulo de sua dissertação de mestrado, Abramovay descreve a economia cabocla que se desenvolve no sudoeste do Paraná. Ao comentar sobre o nomadismo de sua agricultura, estabelece uma relação direta com o regime de apropriação fundiária, o qual não poderia se basear na propriedade parcelar, pois a rotação de terras que era realizada não se conservava dentro dos limites de uma propriedade.

⁶¹ Os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 94% do total de estabelecimentos de Iguape e ocupavam apenas 40,9% da área total das propriedades. Enquanto isso, as propriedades com mais de 100 hectares representavam 6% do total de estabelecimentos e 59,1% da área total das propriedades.

primeira metade do século XX. Este processo teve causas variadas.

Uma delas é o próprio regime de ocupação e posse de terras devolutas em zonas anteriormente não ocupadas (ou desocupadas), associado ao uso direto da terra, como vimos de comentar. Outras causas relacionam-se ao aumento demográfico⁶² e à divisão hereditária da propriedade. “Em Iguape a fragmentação das propriedades se deve em grande parte à antiguidade do povoamento e à conseqüente subdivisão por herança [...]” (PETRONE, 1966. p.264). Por fim, o processo de fragmentação da terra também está relacionado à redução dos limites da propriedade quando do recebimento do título de concessão de posse. A este respeito, comenta Petrone (ibidem, p.262) que “as ‘posses’ nem sempre foram muito extensas, e embora o morador freqüentemente utilizasse, ao fim de vários anos, com sua agricultura itinerante, áreas grandes, na legalização da propriedade por direito de posse a superfície conseguida normalmente era mais limitada”.

TABELA 2
Número de estabelecimentos por estratos de área
no município de Iguape, 1940 e 1950

Estratos	1940				1950			
	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%
até 50	570	24	2.510	2	1.871	93	28.677	74
50 a 100	1.285	55	33.712	30	140	7	10.304	26
100 a 500	480	20	61.088	54	—	0	—	0
> 500	17	1	15.659	14	—	0	—	0
Total	2.352	100	112.969	100	2.011	100	38.981	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

⁶² Iguape não manteve sua extensão original na primeira metade do século XX, sofrendo desmembramento que originou o município de Registro e deste, o município de Sete Barras. Por isso, não é possível apresentar uma comparação da evolução populacional do município no período em questão.

A tabela abaixo (Tabela 3) mostra que de 1940 para 1950 a porcentagem de arrendatários diminuiu enquanto que a de ocupantes aumenta praticamente na mesma proporção. Isso nos leva a pressupor que antigos proprietários foram perdendo definitivamente o interesse pela terra, que acaba ficando de posse daquele que não deixou de depender da agricultura para seu sustento. Isso significa também que em 1950 os agricultores foram produtores diretos em sua grande maioria.

TABELA 3

Número e área dos estabelecimentos segundo condição do responsável no município de Iguape, 1940 e 1950

Condição do responsável	1940				1950			
	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%
Proprietário	1.224	52	72.037	64	1.160	54	76.083	80
Arrendatário	826	35	23.264	21	161	8	4.052	4
Administrador	109	5	12.880	11	6	0	2.944	3
Ocupantes	189	8	4.600	4	814	38	12.222	13
Outros	4	0	188	0	—	—	—	—
Total	2.352	100	112.969	100	2.141	100	95.301	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

O sistema de usufruto, conforme vimos (Abramovay, *op cit*), não significava ausência de qualquer sistema de propriedade. A lavoura garantia o direito *permanente* sobre o pedaço de solo; mesmo quando em pleno período de pousio, a terra continuava sendo de posse da família que a desbravara. Isto de forma alguma contradiz a lógica de usufruto, já que as áreas em pousio tinham uma função de uso dentro do sistema de produção itinerante. Mas significa que áreas livres foram, aos poucos – conforme o tempo e o povoamento – deixando de sê-lo, tornando-se de posse de uma família. Significa também, que a propriedade, ou seja, a área sobre a qual cada família tem o direito de uso, podia variar consideravelmente de uma

família para a outra conforme o tempo de permanência na localidade, sobretudo porque o direito de posse era transmitido hereditariamente. E especialmente significa que, a partir de uma determinada densidade demográfica, foram se estabelecendo relações de concessão de uso (comodato), arrendamento, parcerias⁶³ e mesmo compra e venda de terras.

Essas relações de propriedade e de produção, seguramente, mereceriam um estudo mais aprofundado. Mas, pelo que pudemos levantar, há indicações de que as famílias que primeiro ocuparam a região acabaram por se tornar proprietárias de uma área relativamente grande de matas e capoeiras (em torno de 100 hectares) – cujo tamanho, é claro, estava limitado ao uso – embora sua roça permanecesse pequena⁶⁴. Estas áreas eram delimitadas por algum aspecto marcante de sua geografia, como um morro, um riacho, ou mesmo uma pedra ou uma “madeira”, mas principalmente, pelo *respeito*. Como disse um morador do Despraiado em entrevista para este trabalho, “*naquele tempo, o povo respeitava o que era de cada um*”(depoimento, 2002).

Portanto, é possível que, a partir de meados do século, apenas nas áreas ainda em fase de povoamento e geralmente de difícil acesso, o uso da terra tenha estado totalmente desvinculado dos contratos de compra e locação – mesmo que verbais. A apropriação livre da terra nos remete à descrição do capuava feita por Petrone em 1960, à medida que associados ao processo de povoamento⁶⁵.

Isso significa também que desde há muito tempo, as áreas de florestas passaram a ter dono, isto é, um caráter de propriedade particular, contradizendo ou ao menos indicando haver mudanças no que poderia ter sido um sistema de propriedade

⁶³ Talvez isso explique porque, tanto Petrone como Maria Isaura Pereira de Queiroz, observaram haver pouca, se não inexistente, diferença entre as condições de habitação, vestimenta – condições econômicas de modo geral – do proprietário e do agregado, como se poderia fazer crer, ou como é, via de regra, observado.

⁶⁴ Em 1950, 83 por cento dos estabelecimentos possuíam roças menores que 5 hectares e 96 por cento, menores que 10 hectares. Veja Tabela 10, capítulo III.

⁶⁵ “Na esmagadora maioria dos casos o ‘capuava’ é um ‘posseiro’, ou é um morador que vive em terras para onde foram, como ‘posseiros’, ascendentes seus. [...] Como é natural, o ‘posseiro’ foi e em parte ainda é uma ponta de lança do povoamento, é um devassador de zonas não ocupadas e sob esse aspecto é quem, sem o saber, contribui para criar as primeiras condições de organização econômica do território onde se instala” (PETRONE, 1961, p.55).

comum no início do século XX. Conforme nos informaram alguns sitiantes mais antigos, para retirar uma tora e fazer dela uma canoa, era preciso pedir permissão para a família que detinha os direitos sobre aquela área onde esta se encontrava – muito embora, não fosse preciso pagar pelo bem. Mas, em caso de explorar economicamente recursos florestais, como acontecia com o palmito juçara (*Euterpe edulis*) e a caixeta (*Tabebuia cassinoide*), em área alheia, aí sim, estabeleciam-se relações de troca através de um contrato verbal de exploração, chamado localmente de arrendamento, sob o qual ficava acertado o pagamento em dúzia de palmito ou em metro, no caso da caixeta. Somente nas atividades de caça e coleta é que o direito de uso e apropriação da mata permaneceu sendo comum⁶⁶, à medida que todos tinham acesso ou à medida que ninguém possuía acesso exclusivo a tais recursos florestais.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: FAMILIARES E COLETIVAS

Conforme articulou Marcílio (2000, p.106-107), a baixa dependência da economia cabocla e o relativo isolamento do bairro rural nos levam a pensar em padrões de vida precários e, sobretudo, na utilização intensiva da mão-de-obra familiar, infantil e feminina. De fato, a divisão do trabalho acontecia no interior do núcleo familiar, responsável direto pela produção da subsistência. Havia apenas distinção entre sexo e idade, sendo o trabalho pesado realizado pelo homem adulto, apesar da mulher acumular funções domésticas e produtivas distribuídas durante o ano todo. As especializações eram poucas, embora importantes, como a do artesão que fabricava a canoa, os equipamentos da casa de farinha, o curandeiro, etc.

Contudo, veremos que *também* na coletividade do bairro organizava-se a produção e

⁶⁶ Segundo Michael R. Dove (1983), que publicou artigo científico na revista *Agroforestry Systems* sobre a agricultura itinerante praticada por diferentes grupos na Indonésia e sudeste da Ásia, engana-se quem atribui a esse tipo de lavrador um sistema de posse comunal ou mesmo ausência de sistema de posse. Essa interpretação confunde o que são direitos comunitários e direitos da família. Tanto o usufruto da terra, quanto de seus produtos são restritos à família, isto é, não são partilhados comunitariamente.

a subsistência. Antonio Candido (1964), que considerou a sociedade caipira paulista intimamente ligada à organização em bairros⁶⁷, entendeu que é nesta base territorial na qual se encontram agrupamentos familiares vinculados pelo sentimento de localidade, pela prática religiosa e pelo trabalho de auxílio mútuo – que aqui destacamos – onde se desenvolvia a unidade fundamental da *sociabilidade* e da *organização do trabalho*.

No interior do bairro ou vizinhança, parte do trabalho das famílias era socializado, como acontecia nos mutirões. A sociabilidade era condição necessária para a produção agrícola e portanto, para a sobrevivência, o que denota a interdependência entre os habitantes. Logo, exercia a função de relação de produção⁶⁸, e era no bairro que esta se organizava.

No início do século XX aconteciam os mutirões, prática sempre lembrada nos textos que descrevem o modo de vida tradicional. Nem sempre, entretanto, nos lembram de informar a que eram chamados os mutirões. Nas comunidades rurais de Iguape – cuja economia era provavelmente, mais dinâmica que aquela estudada por Antonio Candido (1964) – o mutirão não era para plantar abóbora, feijão, e dificilmente para fazer farinha. Mutirão pouco tinha a ver com os cultivos e manufaturas destinados apenas e diretamente à subsistência. Mutirão era para fazer roçada, para plantar e para colher uma área em geral grande demais para os braços e para as bocas de uma só família. Enfim, o mutirão estava vinculado à produção com fins comerciais, na maior parte dos casos, o cultivo do arroz.

Se o mutirão era uma forma de superar restrições de tempo impostas por fatores técnico-ambientais⁶⁹ do sistema de produção itinerante e rudimentar, sabemos que

⁶⁷ O bairro “é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele”, escreveu Antonio Candido (1964, p.74).

⁶⁸ Através das relações de produção definem-se os limites e as possibilidades das práticas sociais, regulam-se direitos e deveres entre o grupo, acesso e o controle sobre os meios de produção e os produtos do trabalho (GODELIER, 1981, p.48).

⁶⁹ As características de maturação do arroz, por exemplo, exigem que sua colheita aconteça num intervalo curto de tempo, a fim de evitar perdas indesejadas.

estes “*constraints*”⁷⁰ se ampliam com a necessidade de se produzir numa escala maior que a de consumo familiar. Segundo Diegues, uma das funções do mutirão era justamente organizar a força de trabalho em unidades de produção maiores do que a familiar, uma vez que havia a necessidade de se ampliar a capacidade produtiva do grupo doméstico. Por conseguinte, também proporcionava momentos de troca de informações entre as pessoas e reforçava laços de solidariedade⁷¹ (DIEGUES, 1983, p.152; 179).

Esta característica do mutirão tem sido freqüentemente esquecida nas muitas descrições que lhe são feitas (as quais privilegiam aspectos dos laços de solidariedade, dos momentos de lazer, distribuição de alimentos etc.). A nosso ver, a finalidade mercantil que se visualiza no final do processo de produção do qual o mutirão faz parte o torna ainda mais peculiar enquanto organização coletiva, principalmente quando se sabe que o trabalho era realizado em grupo e não remunerado, embora seu produto fosse reservado à família. A bem dizer, o que de mais interessante transparece ao estabelecer este vínculo entre a subsistência da família, o trabalho coletivo de produção e a comercialização individual, é exatamente a racionalidade do sistema econômico do sítio tradicional e a forma como este representa o trabalho e a produção. Revela-se (também aí) a lógica econômica que rege sua existência social – a sua “força própria”, diria Abramovay (1981; 1991), a sua “autonomia ética”, diria Bourdieu (2000, p.103).

Apesar de dedicarem-se a um cultivo com fins especificamente comerciais (e acentuamos: não era o excedente que se levava ao comércio, pelo contrário, o excedente é que se consumia na propriedade), não eram essencialmente motivados pela obtenção de lucro. Pode-se dizer que o comércio do arroz constituía-se uma forma de assegurar a subsistência à medida que permitia a obtenção de um conjunto de mercadorias restrito ao essencial. No fim das contas, seu objetivo voltava-se à

⁷⁰ Condições de adaptação e controle técnico-ecológico; restrições de prazos, tempo, período.

⁷¹ No prefácio de seu livro, escreveu Antonio Candido: “[...] devo à obra de Marx a consciência da importância dos meios de vida como fator dinâmico, tanto da **sociabilidade** [grifo nosso], quanto da **solidariedade** [grifo nosso] que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente” (CANDIDO, 1964, p.11).

vida, ao próprio homem, e não a sua abastança ou acumulação de capital. Afinal, a ajuda coletiva relaciona-se à sobrevivência, à manutenção do grupo – e não aconteceria se vinculada à formação de renda⁷².

“[...] não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral a que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram” (CANDIDO, 1964, p.68). “Um ‘pixirão’ é uma troca que ocorre imediatamente, entre as pessoas, isto é, entre seus trabalhos. Esta troca não é mediatizada pelas coisas. Embora seja uma troca, regulada pelo tempo de trabalho, ela aparece como uma ajuda, como prestação comunitária” (ABRAMOVAY, 1981, p.30).

Segundo Dove, o mutirão revela-se um trabalho *coletivo* embora *não comunitário*⁷³, dado que a produção não se destina diretamente para o consumo ou benefício do grupo. Ainda segundo este autor, muitas vezes se interpretou que sitiantes tradicionais tivessem certa predisposição a sacrificar-se pelo grupo, enquanto que na verdade, eram orientados por interesses próprios – individuais ou familiares (*self-oriented* e *self-interested*). Assim, sua cooperação não é comunal e sim estritamente recíproca⁷⁴ (cf. DOVE, 1983). Contudo, havemos de notar que a relação de reciprocidade é responsável não só pela reprodução da família no interior do grupo, como pela reprodução social do grupo a longo prazo. Neste sentido, as ponderações de Dove ficam relativizadas.

Não era possível conceber o mutirão sem o longo e animado festejo oferecido ao final – por este fato, o mutirão costumava realizar-se aos sábados. Este consistia de música e dança em ritmo de fandango e distribuição farta de comida. O festejo

⁷² Veja o que diz Abramovay: “Da mesma forma que o uso comum da terra, o mundo da mercadoria repudia o uso comum do trabalho – a menos que o trabalho se transforme numa mercadoria e sirva para produzir mais-valia” (ABRAMOVAY, 1981, p.30).

⁷³ Isso não significa que não fossem realizadas atividades comunitárias, em geral, relacionadas à construção e manutenção de infra-estrutura social. A limpeza de caminhos (trilhas na mata) é um exemplo. Eram organizadas em forma de *ajutório*, espécie de mutirão, embora contando com menos trabalhadores, sem a realização de festa e distribuição de comida e sem que se estabelecessem responsabilidades recíprocas entre as pessoas.

⁷⁴ Vale apontar que o sujeito dessa mentalidade solidária não é o indivíduo, revestido de uma natureza humana e uma psicologia. São os homens em conjunto, “conscientes e inconscientes de suas relações sociais” (GODELIER, s/d, p.392).

representava, portanto, uma forma concreta de socialização material e uma forma simbólica de repartição dos resultados/benefícios vindouros da lavoura.

“Antigamente, juntava 50, 60 pessoas pra fazer mutirão. Olha, era bonito de ver. Você só via o mato rodando e aquele povo bradando, gritando. À noite o povo arrodeava aquela mesa ali, toda aquela comida. Era bonito de ver”. (depoimento, Peroupava, 2002). Não houve quem não falasse do mutirão com alegria e com saudades. Certamente, esta era uma atividade bastante prazerosa a todos.

Renato Queiroz (1983, p.130) diz que, tanto os mutirões, como os ritos fúnebres⁷⁵ e os festejos “colaboravam para o igualitarismo do grupo, queimando eventuais excedentes, impedindo o surgimento de diferenciações e privilégios entre seus componentes”. Segundo concepção do autor, o mutirão era de tal modo organizado que, a um só tempo, desconstruía aquilo que poderia estar suscitando: privilégios entre os membros do bairro, exploração de mão-de-obra, geração de excedentes etc.

Encontramos o seguinte parágrafo em artigo de Waldemiro Fortes cujas linhas e entrelinhas parecem afirmar tudo o que apontamos:

“As derrubadas das matas, quase que geralmente, são feitas por meio de mutirões ou ajutórios, aos quais se reúne toda a vizinhança, que recebe a alimentação somente em troca do auxílio do seu trabalho. Esse sistema, adotado até hoje pela maior parte dos nossos lavradores, parece adiantar muito o serviço, mas atendendo as condições que apresenta em ser mal feito, além disso as despesas não são pequenas, na liquidação do produto o fazendeiro ou lavrador quase que não aufere lucro, o que muitas vezes redunde em prejuízo.” (Tribuna de Iguape, n 454, 03/02/1924, *apud* FORTES, s/d, p.1)

⁷⁵ O autor observou, num povoado de Ivaporunduva, município de Eldorado, regra (ou costume) estabelecendo que a família do morto deve servir alimentos durante todo o período de funeral para os amigos e parentes mais chegados.

ARTICULAÇÃO COMERCIAL: A FRONTEIRA ENTRE A ABUNDÂNCIA E A PENÚRIA

O bairro rural é um tipo de povoamento que está subordinado a uma povoação. Isso significa que o agrupamento caboclo, para se manter como tal, articula-se com a sociedade mais ampla (urbano-industrial) (REDFIELD, 1971; FOSTER, 1971 *apud* DIEGUES, 1994)⁷⁶. Essa articulação se dá à medida que o sitiante consome bens que não produz, devendo ir buscá-los na cidade – o que lhe obriga a vender mercadorias. Falaremos então sobre esta articulação, através, especificamente, do processo de comercialização do arroz.

As sacas deste grão que saíam dos bairros rurais eram transportadas até a cidade com muita dificuldade. Quando o bairro não era servido por rios navegáveis, o arroz era levado por tropas de burros⁷⁷. Assim acontecia no Despraiado, por exemplo. Mas, para a maioria dos bairros, o meio fluvial era a melhor forma de escoamento, sendo a canoa o veículo utilizado. Quando o rio era estreito demais, tinham que empurrá-la com o “gancho”, espécie de vara, que ajudava a tirar o mato da superfície da água. Isso exigia grande habilidade, pois a canoa ia e voltava carregada. Havia vezes que um tronco submerso surpreendia o canoeiro, fazendo com que a carga se perdesse. Somente quando o rio se alargava ou quando chegavam ao rio Ribeira era possível remar. Não é preciso dizer que, conforme a localidade, a ida até a cidade de Iguape significava uma verdadeira viagem, pressupondo grande esforço físico, desconforto e tempo – podia levar até 10 horas.

Tão importante quanto o Porto de Iguape, foi o Porto do Ribeira (porto fluvial), sobretudo no século XX. Este porto representava o centro de trocas regionais; era a

⁷⁶ REDFIELD, R. (1971). The social organization of tradition. In: POTTER, J. *et al.* *Peasant societies*. Boston, Little Brown; FOSTER, G. (1963). What is folk culture. In: *American Anthropologist*, New York, v. 55.

⁷⁷ Essas tropas eram formadas pelo conjunto de animais da vizinhança, ou seja, cada família emprestava o animal que tinha para constituir-la, como acontecia entre os agrupamentos da Juréia e Una do Prelado. Já no Despraiado, ouvimos falar da existência do serviço de tropeiros, pago pelo agricultor. Neste bairro, o contato por via terrestre se estabelecia com o núcleo de Pedro de Toledo, muitíssimo mais perto que Iguape. No entanto, se dirigiam à sede municipal por meio de canoas para fazer compras e usufruir os serviços de saúde, cartório etc.

via de escoamento da produção e abastecimento dos sitiantes.

De lá, as sacas do grão seguiam para os armazéns da cidade onde eram primeiramente negociadas. Era também lá que o sitiante se abastecia de querosene, sal, pólvora, farinha de trigo, velas, fósforo, sacarias, às vezes café, um pouquinho de açúcar e alguma regalia, como uma carne seca bovina para ser consumida assim que voltasse para a roça. Essas aquisições eram feitas algumas vezes no ano, variando conforme as dificuldades enfrentadas para se chegar a Iguape. Raramente ocorria a troca monetária, pois o sitiante mantinha uma conta no entreposto. Assim, a cada ida ao comércio acumulava uma dívida, quitada anualmente quando colhia o arroz. O dono do armazém, por sua vez, concentrava a produção em suas mãos, e isto lhe permitia apresentar-se fora do mercado local e regional em condições de competir e comercializar. Esta troca feita no armazém viabilizava tanto a reprodução da organização cabocla, mesmo que precariamente, como a reprodução do capital mercantil⁷⁸. Vejamos.

Sendo a produção do sitiante apropriada indiretamente pelo mercado urbano de São Paulo, por preço inferior ao seu valor real, contribuía para a acumulação de capital, em altas taxas, e para a manutenção dos baixos preços dos fatores de produção de uma industrialização que se ensaiava – o preço do arroz, no caso, influía diretamente no custo de manutenção e reprodução da força de trabalho urbana. Assim havia transferência de valor produzido pelo sitiante aos setores capitalistas.

Do ponto de vista do sitiante, a relação com o mercado também é ambígua. Se por um lado produzem bens de troca, por outro, permanecem organizados para produzir a subsistência. Se por um lado, subordinam-se ao mercado e à exploração, por outro, preservam sua lógica interna e sua dinâmica própria. Nesta articulação, o mundo do sitiante e o da sociedade capitalista estão, ao mesmo tempo, *solidários* e em *oposição*.

Devemos lembrar que o arroz, para ser comercializado, precisava ser pilado. Passar

⁷⁸ “O gênero de vida do camponês se forma em função da cidade, com a qual aparece em equilíbrio de complementaridade, de tal ordem que a cidade necessita muito mais dele do que ele dela” (DIEGUES, 1994, p.81).

pelo engenho significava para o sitiante passar por mais um explorador. Muitas vezes, o dono do engenho era o mesmo do armazém. Compravam arroz em casca de pequenos sítiantes para beneficiar e vender; auferindo com isto bons lucros. No início do século, os engenhos movidos à água e a vapor (os mais eficientes), localizados na cidade e suas proximidades, eram de homens influentes: políticos, capitães, tenentes e coronéis. Em 1923, até o Conde Francisco Matarazzo abriu filial em Iguape, onde possuía grande engenho de beneficiar arroz – cujas ruínas ainda permanecem na cidade – além de armazém de variados produtos (FORTES, 2000, p.184).

No início do século, ainda persistiam algumas grandes fazendas produtoras de arroz, baseadas na mão-de-obra assalariada. É provável que estes fazendeiros, comumente também proprietários de engenhos, tenha se concentrado cada vez mais nas atividades de beneficiamento e comercialização do arroz meio pelo qual auferiam maiores lucros que na lavoura em si ao apropriarem-se, por baixo preço, da produção do sitiante.

Enfim, foi da exploração do caboclo que os setores de beneficiamento e de comércio se sustentaram imediatamente após a crise do século XIX. Tanto que, por incrível que pareça, a produção de arroz no século XX foi tão grande, ou maior que a dos tempos áureos, embora as vantagens comerciais já não fossem mais as mesmas, gerando lucros menores (por sua vez, não apropriados pela classe produtora).

TABELA 4

Produção do arroz do século XIX até a primeira metade do século XX, em Iguape.

Ano ou Período	Quantidade (sacas de 60kg)	Quantidade (t)
1836	30.000	(1.800)
1845	48.670	(2.920,2)
média do período entre 1850/1880	50.000	(3.000)
1920	(157.350)	9.441
1939	(89.116,6)	5.347
1950	(129.850)	7.791

Fonte: Século XIX – Valentin (2003, p.4-6, *no prelo*)

Século XX – Censos Agropecuários.

Nota: Estamos desconsiderando aqui as perdas de área municipal durante o período em questão, as quais, se corrigidas, aumentariam a desproporção da produção do século XIX e XX, em favor deste último. Por outro lado, deve-se considerar que a coleta e o processamento de dados estatísticos foram sendo aperfeiçoados no decorrer do tempo, o que pode vir a desfavorecer as estatísticas do século XIX.

Os valores entre parêntese são aqueles cuja unidade foi convertida pela autora a partir da informação da fonte original.

Na década de 30, as dificuldades que apareceram para os setores de beneficiamento e comercialização foram logo estendidas aos sitiantes em forma de juros abusivos. Assim, tentavam assegurar seus rendimentos à custa do endividamento e empobrecimento do agricultor, padecendo ambos da mesma ruína. Isto porque nesta década outros pólos produtores do mesmo cereal já praticavam técnicas de plantio mais intensivas, superando a produtividade de Iguape, que ainda por cima, era bastante irregular. Além disso, estes centros contavam com modernos engenhos de beneficiar, que além de mais rápidos, não machucavam tanto o grão – o que garantia sua melhor qualidade e preço de mercado. Desta feita, a comercialização do arroz encontrava-se em estado de avançado declínio.

Freqüentemente, o agricultor não conseguia pagar sua dívida com o dono do

armazém, seja porque pagavam cada vez menos pelo seu produto, seja também, porque havia anos em que a produção não saia como planejada⁷⁹. Assim, mesmo no “tempo da fartura e da abundância” existiam dificuldades, dívidas e empobrecimento. Como disse R. Queiroz (1983, p.133), para os sitiantes, “a fronteira entre a abundância e a penúria é tênue”. Assim com é tênue a fronteira entre sua autonomia e sua dependência (exploração).

Além do recrudescimento da expropriação do produto de seu trabalho, o lavrador passou a assistir o próprio estrangulamento de seu canal de comercialização, pois engenhos e armazéns foram fechando suas portas e se tornando restritos. Em 1925, segundo Egas⁸⁰ (*apud* DIEGUES, 1973, p.30) existiam em Iguape dezoito engenhos de arroz, e em 1940, segundo levantamentos de Fortes (2000), apenas dois, um deles da Colônia Japonesa Katsura, no Jipovura. Em 1959, Petrone (1966, p.171) fez a seguinte observação: “O conhecido ‘arroz de Iguape’ parece ser apenas uma lembrança, dado que o produto atualmente é obtido a partir de sementes selecionadas, de variedades diversas e, freqüentemente, de má qualidade. Por outro lado, um papel de importância bastante grande deve ser atribuído aos proprietários de máquinas para o beneficiamento do produto, responsáveis em grande medida pela distribuição das sementes e, decorrente de seus interesses, pela oscilação da produção.”. Apesar da dificuldade, o caboclo encontrou formas de se ajustar a tal situação.

O EXTRATIVISMO COMO OPÇÃO MERCANTIL

O gradual esgotamento da economia mercantil baseada no arroz, cuja crescente dificuldade era oriunda da desvantajosa comercialização, impunha-se para o caboclo

⁷⁹ Estavam sujeitos a pragas, enchentes, geadas e secas, que podiam roubar-lhe a produção, fazendo crescer sua dívida na cidade. Mas fome não era exatamente um problema para a população rural da época. A fome é mais moderna. Nesta época, ainda se podia contar com a solidariedade do grupo, onde predominavam os parentes, para acolher e remediar no caso de grande dificuldade.

como fator de incitamento para a diversificação de sua base de troca. É neste momento que o extrativismo do palmito juçara, assim como a pesca da manjuba (*Anchoiella lepidentostole*) passam a ocupar papel crescente na economia cabocla. Pois, se por um lado crescia a necessidade de substituir o arroz enquanto produto de troca, por outro, a própria demanda urbana por palmito e manjuba abria para o produtor esta possibilidade, à medida que estes dois produtos já circulavam no mercado⁸¹.

O palmito era explorado nas matas do município de Iguape e processado na cidade, onde existiram 3 fábricas na década de 50. A principal delas chamava-se “Caiçara”, a qual enlatava o palmito que levava sua marca, assim como de outras empresas tais como a “Cica”, “Armour” e “Paulete” (cf. FORTES, 2000, p.186-87). Da mesma forma que o palmito, o pescado – particularmente a manjuba – era processado na cidade, ou em seus arredores, em indústrias de salga⁸².

Isso nos leva a crer que a exploração do palmito e da manjuba tenha aparecido, de início, como uma alternativa conveniente, tanto para a economia urbana local⁸³, quanto para o caboclo – enquanto indivíduo e, principalmente, enquanto organização econômica. Sua estratégia de sobrevivência e reprodução social, dentro do quadro de exploração da sociedade capitalista, permaneceu a mesma. Não é à toa que toda a região da Baixada ficou conhecida nesta época, e até a década de 60, como o grande *Sertão do Litoral* ou *Amazônia Paulista*.

⁸⁰ EGAS, Eugênio (1925). *Os municípios paulistas*. São Paulo.

⁸¹ Devemos acrescentar que, de forma semelhante, se processou a venda de lenha e carvão, cuja demanda se criou com a circulação dos vapores pelo rio Ribeira e afluentes. Era nos bairros rurais que estes barcos se abasteciam para seguir viagem.

⁸² “Em 1938 tem início a fase propriamente dita da industrialização da manjuba, com processo ainda rudimentar, mas utilizando prensa e estufa. A partir daí, a pesca da manjuba cresceu, o que motivou a expansão da cidade, que vinha decadente desde os fins do século passado [XIX] com a queda da cultura e exportação do arroz [...]” (GIULIETTI, 1992, p.2). Entre 1930 e 1940, foram fundadas: a “Sociedade Industrial de Iguape Ltda”, o “Estabelecimento de Pesca Industrial de Manjubas Iguapenses Ltda”, “Industria de pesca Única Ltda”, a “Indústria de Pesca Pira Ltda” e a indústria “Floramante, Paulino & Costa” (FORTES, 2000, p.187).

⁸³ “[...] manjuba é uma das únicas fontes de emprego, tanto para o lavrador, como para a população urbana nas fábricas de transformação do pescado”, disse o presidente da Câmara de Iguape para o grupo de alunos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p.63), em 1967.

CAPÍTULO II – INTERFERÊNCIAS NO CENÁRIO REGIONAL E O INÍCIO DO PROCESSO DE DESORGANIZAÇÃO CABOCLA

A melhoria das condições viárias regionais, a introdução de novas lavouras permanentes com caráter comercial, a exemplo da seringueira⁸⁴, o reagrupamento de propriedades que se está esboçando, a presença, sempre mais numerosa, de proprietários com mentalidade capitalista, tudo acompanhado por uma racionalização das técnicas de utilização do solo, contribuirão para reduzir sensivelmente as pequenas lavouras sem expressão econômica.

Pasquale Petrone, em sua tese de doutoramento “Baixada do Ribeira: um estudo de geografia humana”, 1966, p.217.

A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

É provável que quem já ouviu falar na história de Iguape espere que passemos dos “episódios do arroz” para os “da banana”, ou, então, do “período da estagnação” para o da “incorporação”. Apesar desse cultivo se sobressair na história recente do município (e região) ao associar-se a um novo dinamismo econômico, não dá conta de retratar todas as suas nuances e vicissitudes, sobretudo porque seus protagonistas não foram os mesmos da história do arroz. Portanto, devemos ser cautelosos ao retratar esta passagem.

Enquanto a produção de arroz foi instável até 1950 e decrescente a partir de 1960, a produção de banana no município seguiu crescente desde a década de 30 (veja a Tabela 5). Nesta década, a cultura da banana já obtinha sucesso na região da Baixada de Santos e passou a penetrar no Vale do Ribeira ao longo da faixa de terras

⁸⁴ O cultivo da seringueira foi introduzido na região Juquiá e Iguape, e chegou a atingir certa expansão em Eldorado e Jacupiranga, no final da década de 50 (cf. PETRONE, p.192).

marginais à estrada de ferro Santos-Juquiá, que possibilitava o escoamento para o crescente mercado paulista (cf. PETRONE, 1966, p.181). Em Iguape, esta cultura foi primeiramente implementada nas áreas de várzea – sobretudo na zona do rio Peroupava. Também no Jipovura, onde se fixara a colônia japonesa, foram formados bananais na segunda metade da década de 30.

TABELA 5

Evolução da produção do arroz e banana em Iguape, em função do número de produtores, volume da produção e área cultivada (1920-1980)

Anos	Arroz				Banana		
	Estabelecimentos recenseados	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (t)	Área cultivada (ha)	Estab. com declaração	Quantidade (cachos)	Área cultivada: (ha)
1920	1.678	1.591	9.441	9.347	—	—	—
1939	2.352	2.234	5.347		732	598.901	
1950	2.141	1.893	7.791	4.446	865	1.163.366	1.402
1960	950	845	2.630	2.631	248	1.270.130	1.878
1970	1.563	909	1.753	1.956	342	1.773.864	2.819
1980	426	75	197	174	228	1.745.000	1.385

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE.

É curioso, contudo, observar como coincidem, durante este mesmo período, o crescimento da pesca da manjuba⁸⁵, da extração do palmito, e posteriormente, da extração do perí⁸⁶ e da caixeta⁸⁷ (década de 50). Já sabemos *quem* entrou na mata, no

⁸⁵ “Em 1938 a produção atingiu 350 toneladas; em 1939 chegou a 580 toneladas; 1940 estima-se uma produção de 1.000 toneladas (Carvalho & Ramos, 1941). No ano de 1960 foram produzidas 1.564 toneladas; [...] em 1964 chegou a 3.690 toneladas (Mourão, 1967)” (GIULIETTI, 1992, p.71).

⁸⁶ A exploração perí (espécie de taboa) esteve intimamente ligada à bananicultura, pois desta planta fibrosa eram confeccionadas esteiras usadas para forrar o fundo dos barcos de exportação, envolver e acomodar os cachos de banana. Tais esteiras protegiam a fruta de impactos mecânicos e da umidade. Logo, sua demanda cresceu proporcionalmente à produção de banana, garantindo a sobrevivência de muitas famílias durante a década de 50 até 60. Segundo um ex-morador do Itimirim, a produção das esteiras causou grande euforia, tanto para a gente dos sítios, como da cidade, principalmente, para a mão-de-obra feminina.

brejo e no rio para a extração de tais recursos, de modo que nos fica claro que, desde o início, não foi o caboclo um agente na economia da banana, ou melhor, não foi o cultivo da banana um substituto direto do cultivo do arroz, ao menos na maioria dos bairros rurais de Iguape. Isso pressupõe algumas articulações interessantes.

Conforme indica Petrone (1966), a banana, embora tradicionalmente cultivada em pequenas lavouras na região (e possivelmente comercializada pelo sitiante de modo ocasional e oportuno), só passou a fazer parte da história econômica local quando plantada com fins comerciais, vale dizer, por quem tinha, a um só tempo, (i) interesse – se não exclusivo, ao menos prioritário – em realizar uma agricultura de mercado e (ii) recursos mínimos para tal – sejam estes de capital ou mesmo de informação. Deste modo, esteve prioritariamente ligada a cidadãos iguapenses donos de terra e produtores vindos de fora do Vale – sobretudo, os japoneses, que já participavam da agricultura local desde a época de sua chegada na região, em 1913⁸⁸.

Por outro lado, havemos de notar que todas as outras alternativas econômicas que lentamente passaram a substituir a do arroz são provenientes, não de cultivo, mas do extrativismo (considerando aqui a pesca como uma forma de produção extrativa). Além de praticamente não exigirem qualquer investimento, as atividades extrativas já faziam parte da cultura do caçara, do ribeirinho ou do capuava, que sabiam, como ninguém, embrenhar-se pela mata, reconhecer as espécies, construir seus instrumentos, enfim, possuíam amplo conhecimento da natureza, seus recursos e seus e ciclos – conhecimento este acumulado por muitas gerações e transmitido oralmente. Contudo, o que antes faziam para satisfazer o próprio consumo, ou

⁸⁷ A caixeta (ou caxeta) é uma espécie arbórea, *Tabebuia cassinoides*, encontrada principalmente na faixa de restinga da planície litorânea, principalmente nas partes alagáveis. Sua madeira é clara e bastante leve. “No Brasil no período de 1959/70, a caixeta era a única matéria prima utilizada na fabricação de Lápis” (DIEGUES *et al.*, 1991, p.76). Sua exploração no município de Iguape destinou-se a produção de lápis e tamancos. Atualmente, a caixeta é utilizada localmente para o artesanato (de instrumentos musicais, brinquedos e peças decorativas).

⁸⁸ Neste ano foi fundada no Jipovura, às margens do rio Ribeira, a primeira colônia japonesa chamada Katsura, cuja implantação esteve relacionada ao projeto de elevar a produção de arroz na região, assim como propagar novas técnicas de plantio e novas culturas agrícolas, além de incrementar seu povoamento. A colônia Katsura foi administrada por uma sociedade de colonos (Sociedade Katsura Ltda) que por sua vez, deveria responder à administração da “Kaiko” – forma como era chamada a KKKK, que corresponde à: Sociedade Anônima Industrial de Além Mar – companhia japonesa de imigração, subsidiária da Companhia Imperial Japonesa de Imigração.

mesmo para incrementar as opções de troca (venda), agora passavam a fazer como uma – cada vez mais importante – alternativa mercantil.

Praticamente até a década de 60, a economia da banana desenvolveu-se de forma paralela, pouco influenciando o conjunto da organização da produção agrícola, que continuou predominantemente cabocla – embora para Müller (1980, p.61), o surgimento da bananicultura, na década de 40, já signifique a fase inicial da incorporação. E até este mesmo período, pode-se dizer que a atividade de extrativismo vegetal desenvolveu-se de forma integrada à organização agrícola cabocla. Em 1960, o arroz ainda podia ser considerado o principal produto agrícola do município, pois detinha a maior área cultivada e era produzido na maioria dos estabelecimentos rurais⁸⁹.

A dinâmica agrícola local manteve-se a pouco alterada até 1960 possivelmente porque a expansão da bananicultura no município, estimulada prematuramente pelo imigrante japonês, sofreu um forte percalço com a deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939. Durante o conflito, toda a exportação de banana ficou interrompida e os aglomerados de colonos próximos da costa, como era o caso do Jipovura em Iguape, foram forçados a se desfazer. Esta colônia, que já apresentava desenvolvimento diferenciado⁹⁰ com relação aos outros bairros de Iguape, sofreu com o intenso êxodo das famílias para Registro⁹¹ e São Paulo. Tivemos a oportunidade de conversar com japoneses *nascidos* no Jipovura (geração de nisseis) e

⁸⁹ Ainda no ano de 1970, o arroz foi cultivado pela maioria dos produtores rurais, embora a área plantada com banana já superasse a do cereal. Quando comparados os valores da produção, aí então a situação se invertia acentuadamente, indicando o que estava por acontecer durante a década: enquanto o arroz somou Cr\$ 652 (mil cruzeiros), a banana somou Cr\$ 2.622 (mil cruzeiros).

⁹⁰ O Jipovura, tendo um porto próprio, logo se desenvolveu. Antes de meados do século, este bairro chegou a possuir “engenhos de arroz, casas de comércio, agência de correio, escola e muitos outros estabelecimentos. Era comum os habitantes da cidade de Iguape irem até a colônia fazer compras, onde a mercadoria era mais variada” (FORTES, 2000, p.182). O Jipovura chegou a ter médico, enquanto que em Iguape, conforme nos informa Roberto Fortes (ibidem, p.183), existiam apenas farmácias. O desenvolvimento diferenciado da colônia, porém, teve apoio de diversas ordens: na agricultura tiveram o auxílio de dois agrônomos que, além de orientar, promoveram a instalação de campos demonstrativos onde eram testadas uma grande variedade de culturas. Até estudos arqueológicos sobre os sambaquis encontrados na região foram desenvolvidos, com recursos, é claro, do governo japonês.

⁹¹ As colônias do planalto, como Registro, se beneficiaram com a dispersão ocorrida na Baixada.

uns dos que permaneceram no bairro na época da guerra. Os 40 mil pés de banana que possuíram em 1937 foram usados para engordar porcos.

Somente na década de 1950, os japoneses puderam retomar o projeto de cultivar a musacea. Formaram extensos bananais, que foram posteriormente vendidos para famílias de migrantes – como ilustra o caso desta depoente de Minas Gerais, atualmente residindo na cidade de Iguape, que foi proprietária de sítio de banana e maracujá no Peroupava na década de 70, e lá não conheceu família que não fosse japonesa. Seus empregados, contudo, eram nativos. Sem dúvida, muitos sitiantes trabalharam nas fazendas do Peroupava nesta época. Deles ouvimos: “na época da produção de banana, o bairro era mais rico, tinha mais fartura”. Já outro companheiro pensa: “Na época da banana, só os patrões enriqueciam. No passado, a vida era mais dura” (depoimentos, Peroupava, 2001).

Como já tivemos a oportunidade de comentar (no capítulo I), a atuação deste imigrante como agente inoculador de um novo modelo agrícola não foi significativa no início do século. Já da sua segunda metade em diante, não se pode dizer o mesmo⁹² (apesar de termos ouvido e percebido que os japoneses têm uma certa preferência por manterem-se entre eles, não estabelecendo muita troca de informação, o que já não ocorreu com as trocas materiais e de mão-de-obra⁹³).

No bairro do Peroupava, o qual localiza-se numa vasta planície de várzeas bastante férteis, formaram-se fazendas pequenas (em média de 20 e 30 hectares), embora houvesse grandes também, onde se desenvolveram amplamente os bananais. Seus produtos eram comercializados em São Paulo ou exportados para a Argentina e Uruguai. Utilizavam tecnologia moderna. Aplicavam adubos químicos, inseticidas, assim como o óleo que protege contra o mal de Sigatoka (fungo que ataca o pé e

⁹² A permanência dos japoneses no município deixou, seguramente, muitas marcas. Foram propagadores, além da banana, de culturas comerciais, como a vagem, o pepino japonês, o quiabo e hortaliças em geral, além de flores ornamentais como o antúrio. Juntamente com esses cultivos, desenvolveram nova forma de comercialização e de assistência técnico-financeira através das cooperativas agrícolas, a propósito das quais tinham grande experiência.

⁹³ O trabalho coordenado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), bem como o de Pasquale Petrone (1966), descrevem a chegada e a atividade deste imigrante em Iguape, registrando que desde o

inviabiliza o desenvolvimento da fruta). As Cooperativas dos Bananicultores e Agrícola de Cotia tiveram ação importante, dando grande apoio a seus cooperados, loteando terras e auxiliando a expansão comercial da agricultura de modo geral. Geraldo Müller (1980) considera a presença japonesa como forte colaboradora para as transformações na organização da produção da região. Não é por menos que a *incorporação*, assim chamada e analisada pelo autor, começou na região do Alto Ribeira, onde a presença do imigrante oriental era maior.

A partir da década de 60, a organização social e produtiva do caboclo entrou num processo evidente de desorganização, o qual esteve associado, tanto à expansão da bananicultura no município e região, como à intensificação do extrativismo. Porém, estes não foram eventos em si, se não já uma decorrência de um fenômeno maior relacionado à abertura da economia regional ao mercado, deflagrada por um conjunto de intervenções do Estado, entre as quais se destacam: melhoria do sistema viário e instalação de outros serviços básicos de infra-estrutura, e implementação de políticas de incentivo financeiro ao desenvolvimento agrícola – desencadeando imediatamente processos de migração, concentração de terras e conflitos fundiários. Foi a partir daí que a organização agrícola do caboclo evoluiu, criando três movimentos principais: êxodo rural, assalariamento e intensificação da produção sob condições desiguais.

início famílias japonesas recorreram aos nativos como mão-de-obra suplementar e remunerada, convertendo-o em diarista em suas propriedades.

A PRESENÇA DO ESTADO (DE 1950 A 1980)

Depois do projeto de colonização, do qual resultou a vinda dos imigrantes japoneses⁹⁴ para o Vale do Ribeira, a atuação do Estado só se fez sentir novamente na região na década de 50⁹⁵, com o início das obras da rodovia Regis Bittencourt (BR-2, atual BR-116, concluída em 1962), como também pela construção do Hospital Regional, em Pariquera-Açu (concluído em 1950), pela construção de pontes e conservação de algumas estradas já existentes. Mas foi no final desta década que o Governo – federal e estadual – passou a se preocupar com o *desenvolvimento regional*. E, a partir de então, sobreveio uma seqüência de planos, projetos, estudos, medidas e estratégias, conjuntamente a uma sucessão de órgãos, equipes e comissões responsáveis por fomentar a integração regional ao quadro geo-econômico do resto do Estado. Admitimos a dificuldade de acompanhar o conjunto e o encadeamento de tudo o que foi proposto e aquilo que foi, de fato, executado. Tentamos fazer uma síntese, todavia recomendamos a leitura de trabalhos⁹⁶ os quais trazem muitas informações complementares.

Em 1958 (final do governo de Jânio Quadros), formou-se a primeira comissão, composta por técnicos e representantes de diversos órgãos do Estado, com a incumbência de realizar estudos sobre a região do Vale do Ribeira e dar início a ações visando seu desenvolvimento. Foi a chamada Operação Caiçara, a qual, um

⁹⁴ A colonização fez parte de uma política promovida pelo Governo do Estado com o objetivo de povoar a região do Vale em terras devolutas do Estado, bem como formar uma área de pequenos proprietários produtores de alimentos. Isso constituía uma preocupação do governo à medida que a demanda por alimentos na capital do estado e em outros centros urbanos não estava sendo suprida pela produção nacional, fazendo com que as importações de itens da dieta básica, como o próprio arroz e o feijão, pesassem na balança comercial do país, desde o fim do século XIX. Encontramos em Müller a seguinte citação, que muito nos esclarece a respeito da chegada dos japoneses na região: “A importação de arroz do estado da Louisiana (USA) e do Japão pesava em nossa balança comercial. O governo do Estado de São Paulo resolveu estimular a cultura desse cereal e, entre outras medidas, favoreceu a localização de imigrantes japoneses na Baixada do Ribeira, região considerada favorável à rizicultura e que outrora se destacara nesse mister agrícola” (CANO, 1976, *apud* MÜLLER, 1980, p.47).

⁹⁵ É válido lembrar que antes de meados do século, o Estado atuou na construção e no funcionamento da via férrea Santos-Juquiá, em 1915, no serviço de navegação fluvial, durante toda a primeira metade do século e nos projetos de colonização. A dissertação de mestrado de Paiva (1993) trata especificamente sobre a ação do Estado na região do Vale do Ribeira entre as décadas de 30 e 40.

⁹⁶ São eles: Braga (1998), Martinez (1995), entre outros.

ano depois, veio a ser integrada pela Comissão do Litoral do Estado – estabelecida pelo então governador Carvalho Pinto – cuja missão era apontar medidas e soluções para os problemas do litoral. Entre estas medidas, criou-se o Serviço Regional do Vale do Ribeira (SVR), que ficava vinculado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). Foi o SVR o responsável por executar o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul, elaborado em 1966 – e, portanto, em período de ditadura militar – por uma empresa privada de consultoria, a Brasconsult.

Os objetivos deste Plano limitavam-se a criar condições mínimas de infra-estrutura e melhorar a qualidade de vida da população, já que o diagnóstico realizado pela empresa consultora nem mesmo cogitava a possibilidade de pleno desenvolvimento do Vale do Ribeira. Segundo interpretação de Braga (1998, p.96), tal diagnóstico transmitia a mensagem de que “a integração da região aos níveis de desenvolvimento das regiões mais dinâmicas do Estado **seria inviável** [grifo nosso]”, tal o atraso e a pobreza do Vale do Ribeira e, principalmente, o abismo sócio-econômico diante das demais regiões. Em 1968, o SVR já havia realizado muitas das proposições previstas no Plano de Desenvolvimento, mas foi substituído pela Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa) no ano seguinte.

Foi particularmente após a instalação desta autarquia que o Governo do Estado concentrou esforços para tirar o Vale do Ribeira do seu caipirismo, isolamento e estagnação por meio de política de incentivo fiscal e financeiro visando sobremaneira transformar a base técnica produtiva da agricultura. Foram realizados vários projetos voltados a modernizar e desenvolver economicamente a região, sobretudo na década de 70. Pelo que indicam as diferentes fontes consultadas, a atuação do governo respondia a uma preocupação de dupla origem: de um lado, o diagnóstico do agudo subdesenvolvimento do Vale do Ribeira; de outro, o controle político e militar de suas ermas regiões. Nos anos de 1967 e 1968 foram organizadas operações militares na região com claros fins de reconhecimento da área e repressão de focos guerrilheiros, uma vez que já se sabia da presença do movimento revolucionário de esquerda, liderado por Carlos Lamarca, que vinha realizando treinamentos e

atividades de guerrilha no município de Jacupiranga⁹⁷.

A ênfase dos projetos executados pela Sudelpa correspondeu a do Plano anterior, ou seja, incidiu prioritariamente sobre as obras de infra-estrutura regional. Foi ampliada a rede elétrica, a malha vicinal, construídas pontes e instaladas redes de telefonia. Também atuaram sobre as condições sanitárias, de saúde e educação, com a construção de escolas rurais, postos de saúde etc. Conjuntamente, adotou-se estratégias de fomento agro-industrial. Linhas de crédito foram promovidas, taxas de juros facilitadas e isenção fiscal concedida, atraindo o capital industrial e a iniciativa privada. Segundo Müller (1980, p.129), “[...] a política de criação da Sudelpa visou *capacitar* a região ao aproveitamento privado daqueles incentivos públicos”.

Arriscaríamos dizer que foi a ampliação da estrutura de transporte o que mais afetou a base técnica produtiva na região. Vale aqui um parêntese para lembrar que as dificuldades de transporte e comunicação que se impuseram a Iguape marcaram suas crises econômicas. A partir do momento em que perdeu seu porto marítimo no fim do século XIX e, por conseguinte, o contato com o mercado do planalto e do exterior via porto de Santos e Rio de Janeiro, deixou de ser o eixo econômico e comercial de toda a região da Baixada, especialmente após a inauguração da estrada de ferro Santos-Juquiá, em 1915.

A partir de então, a via fluvial passou a ser a principal comunicação do município com o resto do Estado. Almeida (1945, p.97) relata que foram estudadas maneiras de interligar os serviços ferroviários e os fluviais, o que nem sempre aconteceu a contento da população. O autor descreve em detalhes a história da exploração da navegação fluvial do Ribeira de Iguape a qual, desde meados do século XIX até meados do XX, foi marcada pela sucessão de empresas concessionárias do Governo

⁹⁷ Em 1970, o movimento guerrilheiro revolucionário comandado por Lamarca, teve sua base de treinamento totalmente destruída por um comando militar de mais de 1500 homens. No Relatório Anual das Atividades da Sudelpa, Exercício de 1970, que se via ameaçada por cortes em seu orçamento, diz: “Se não for tomada a decisão urgente de revisão dos valores aprovados, elevando-os imediatamente aos níveis inicialmente propostos, a Sudelpa não disporá dos meios mínimos necessários ao cumprimento da missão que lhe foi confiada pela Constituição do Estado de São Paulo. É importante ressaltar que tal missão, situada na área de responsabilidade do Governo Estadual, está intimamente ligada com a Segurança Nacional. E não seria demais lembrar aqui o conceito de que o preço de prevenir é melhor do que o de reprimir” (MÜLLER, 1980, p.136).

do Estado e pela prestação de serviços irregulares e insuficientes, embora agricultores e industriais sempre tivessem dependido diretamente deste transporte.

Durante quase 30 anos (de 1916 a 1946), a Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista foi responsável pela navegação, não só na parte superior do Ribeira (e seus afluentes) como também em importantes afluentes do baixo Ribeira – e portanto, município de Iguape – correspondendo aos rios Peroupava e Una da Aldeia (ALMEIDA, 1945, p.96). Porém, desde 1930, a Companhia Fluvial apresentou fortes sinais de crise, cuja origem ia desde a falta de competência administrativa, até problemas financeiros, dificuldades na manutenção das embarcações e falta de outros vapores para substituição. Em 1945, o serviço de navegação estava completamente desorganizado e a referida companhia não tinha mais condições de operar de modo a cumprir contrato celebrado com o Estado. Isto “provocou o mais justificado clamor, principalmente entre as classes produtoras” (ALMEIDA, 1945, p.102) – as quais compunham-se desde fazendeiros, empresários, comerciantes e pequenos produtores, mas sobretudo os primeiros é que eram diretamente afetados em seus negócios.

Em 1946 o governo outorgou a direção dos serviços de transportes fluviais à direção da E. F. Sorocabana e a situação foi temporariamente acalmada. Na década de 60, entretanto, a via fluvial de transporte mostrava-se outra vez abandonada e capenga – nesta época, ainda circulavam nos rios Peroupava, Una da Aldeia e outros, pequenas embarcações, lanchas e canoas, por interesse de moradores e comerciantes locais (cf. PETRONE, 1966, p.326). Não por coincidência, nesta década, a estrutura rodoviária existente nos dias atuais, já estava quase toda estabelecida – na verdade, a ligação da cidade de Iguape com a rodovia BR-116 só foi implantada na década de 70, com a construção da SP-222 (rodovia Casemiro Teixeira).

Esta zona, “que durante alguns séculos contou somente com a via fluvial, com transportes irregulares e morosos, está sendo beneficiada com a definição de uma verdadeira rêde viária [...]”, observou Petrone (1966, p.341), em pleno período das obras. A melhoria na infra-estrutura de transporte acabou com o isolamento geográfico da Baixada e a colocou em condições privilegiadas de localização, estando a poucas horas do mercado consumidor de São Paulo e Curitiba. E,

sobretudo, significou expansão do potencial de circulação de mercadorias, tão necessária para a realização da produção na lógica empresarial. “As conseqüências imediatas são fáceis de compreender. Distâncias reduzidas pelo tempo empregado para vencê-las, mercados conseqüentemente mais próximos, uma garantia maior para o escoamento da produção e possibilidade de incrementar a obtenção [e exportação] de produtos perecíveis” (PETRONE, 1966, p.342).

Esta última observação do autor aponta algo fundamental. Na comparação entre o arroz e a banana, além das diferenças quanto à função de subsistência, quanto à duração da lavoura (sendo a primeira anual e a outra perene), sobressalta a diferença quanto à perecibilidade. A banana, assim como cultivos comerciais igualmente perecíveis como o maracujá, chuchu, goiaba não poderia ter se expandido sem uma estrutura adequada de transporte. Não é à toa que os produtos anteriormente comercializados no município, ou eram secos como o arroz, a farinha, a madeira, ou careciam de ser localmente submetidos a processos de conserva, como ocorria com a manjuba e o palmito.

Mediante melhores condições de circulação de mercadorias e mediante incentivos fiscais e financeiros do governo do Estado, muitos proprietários, entre os quais se destacam os japoneses e migrantes paulistas e paranaenses, se viram dispostos a investir na aquisição de terras e na produção comercial, a qual exigia a compra de mudas e sementes de qualidade, instrumentos, insumos e máquinas agrícolas. Mas, principalmente, exigia grande quantidade de mão-de-obra, à medida que a base técnica do sistema de produção comercial assim requeria. Isso fatalmente se impôs como um fator a articular a agricultura moderna e a tradicional, a qual passou a ceder parte de seu tempo e força de trabalho para cumprir tarefas nas propriedades monocultoras que se instalavam a seu lado.

Conforme observou Petrone (*op cit*), embora, em seu conjunto, os bananais impressionassem pela continuidade das plantações na paisagem, como ocorria no Peroupava, por exemplo, as propriedades eram relativamente modestas. Contudo, não é unicamente o tamanho da área plantada que caracteriza o sistema de produção da banana. Destacaríamos como suas características fundamentais: o objetivo

estritamente comercial; uso intensivo do solo; aplicação de insumos industriais; comercialização fora do mercado regional.

Para nós, que viemos falando da produção agrícola cabocla, talvez o mais importante seja indicar a transformação que se procede sobre a condição geral da produção agrícola, aqui colocada nas palavras de Müller:

[...] com a extensão do mercado urbano-industrial de capitais para o campo – ou seja, com a urbanização do campo – redefinem-se as articulações entre mercados de consumo, de matérias-primas e de trabalho (1980, p.84).

A pressão desse novo patamar sobre as primitivas formas de organização da produção mostra-se clara: ou tecnificam o processo produtivo ou a penalização social as alijará da concorrência (ibidem, p.84).

Em suma, o conjunto de ações estatais imprimiu uma ordem tal, que a lavoura tradicional, suas técnicas e produtos tornaram-se desqualificados, devendo ser substituídos por lavouras permanentes, manejadas por meio de técnicas mais modernas, e de interesse do mercado.

Sem dúvida, a agricultura cabocla foi impulsionada a ajustar-se, a *intensificar-se*, muito embora as vias que lhe foram possíveis tenham sido pouco vantajosas. O caboclo não conseguiu se beneficiar plenamente da estrutura de transporte instaurada, assim como dos incentivos econômicos concedidos na década de 70. Os motivos são os mais óbvios. Se o sitiante entra em programa de crédito agrícola, necessariamente, deverá introduzir técnicas mais intensivas para aumentar a sua produção a ponto de poder quitar o empréstimo adquirido. Tal manobra era bastante improvável e temerária para o sitiante, que não tinha conhecimento sobre técnicas intensivas de agricultura e não foi instruído para tal; não tinha capital para investir, tampouco os documentos necessários para aproveitar-se das linhas de crédito.

Possivelmente muito sitiante sequer ficou sabendo se algum programa creditício cabia ao seu proveito... possivelmente tinha – porque ainda tem – medo dos empréstimos bancários e temor de suas burocracias incompreensíveis, enfim, foram muitas as suas contrariedades, as quais ainda merecerão comentários neste capítulo.

Importa agora notar que o Estado não se preocupou com esta realidade social do município; com a possibilidade de desenvolvê-la desde sua base⁹⁸. Sua intervenção foi, em certo sentido, autoritária – autoritária, como a natureza do seu regime de governo.

MIGRAÇÕES E A QUESTÃO FUNDIÁRIA (ESPECULAÇÃO, PRODUÇÃO E OCUPAÇÃO)

Os estímulos governamentais à produção que viemos apontando suscitaram interesses diversos pela Baixada, em especial, por sua ampla disponibilidade de terras (livres ou baratas). Mesmo famílias pobres de São Paulo e outros estados foram atraídas para o Vale, pela possibilidade de arrumar trabalho em propriedades rurais, mas principalmente, pela possibilidade de adquirir (ou ocupar) terras e manterem-se por meio do trabalho autônomo – veja que não vinham com a intenção de reproduzirem-se como camponeses, como já lemos em alguns textos, mas de reproduzirem-se enquanto agricultores⁹⁹. É bom lembrar que nesta época, sobretudo na década de 80, houve forte retração do mercado de trabalho na Grande São Paulo, o que provavelmente ajuda a explicar tal tipo de migração. De todas as famílias migrantes que chegaram entre as décadas de 60 a 80 no Vale do Ribeira, talvez sejam

⁹⁸ Segundo Resende (2000, p.75), “os piores índices de analfabetismo e de mortalidade infantil coincidem com os períodos de maiores dotações orçamentárias da Sudelpa”. O levantamento de Roberto Braga (1998, p.156) sobre o plano de aplicação de recursos da Sudelpa, no período de 1975 a 1979, indica que para os setores de educação e saúde alocou-se menos de 5 por cento do orçamento, enquanto que o setor de infraestrutura de transporte, em torno de 55 por cento. Já nos anos oitenta, embora mais enxuto o orçamento, houve melhora nos indicadores sociais, pois os investimentos foram direcionados ao benefício social de forma mais democrática.

⁹⁹ Um agricultor do Paraná viu a oportunidade de aumentar sua propriedade comprando terras em Iguape, cujo valor era muito inferior ao de seu estado. Na ocasião, este agricultor, muito atento, sabia da chegada de japoneses na região, o que para ele significava uma garantia, e um estímulo a mais, para mudar-se para lá. “Japoneses sabem analisar e fazer bons negócios... são sérios, não dão ponto sem nó” (depoimento, Cavalcante do Momuna, 2001). A presença de japoneses, para ele, indicava que o Vale seria uma região próspera, “do futuro”, como disse. Conhecemos também uma família de nordestinos, a qual, menos informada que a paranaense, foi parar no interior do Itimirim, antes achando que estavam a caminho de uma nova vida na cidade de São Paulo. Aqueles que vieram de Minas, deixaram a vida de vaqueiro mas, principalmente, a vida de assalariado. Buscaram no Vale do Ribeira a oportunidade de ser independentes, de prosperar. “Crescer, ir para frente” (depoimento, Despraiado, 2002) plantando também o próprio sustento, coisa que empregado de fazenda não tem tempo e nem espaço.

estas (as mais pobres) as que ainda persistem em suas terras.

Zan (1986, p.55) levantou dados dos censos de 1970 e 80 sobre a migração de trabalhadores e observou um alto crescimento da população proveniente de outros estados do país na região da Baixada. Em Iguape, são muitos baianos, mineiros, sergipanos, paranaenses, gaúchos... tem até a Vila dos Pernambucanos no bairro do Itimirim. Atualmente já faz parte da caracterização do Vale, de sua complexidade e suas contradições, essa grande somatória de povos resultante dos processos migratórios. A maioria dos migrantes que conhecemos durante a pesquisa chegou ao Vale na década de 80. Concluímos que já faziam parte de uma segunda leva, pois muitos já tinham parentes trabalhando na região e vieram por conta desta referência¹⁰⁰. Todas as famílias estrangeiras que conhecemos tinham algo em comum: a tradição familiar de vida e trabalho no campo – muito embora já tivessem experimentado a migração para a zona urbana, principalmente da cidade de São Paulo.

As dificuldades produtivas que encontraram, entretanto, foram diversas – fosse na organização interna incipiente (produtores isolados vindos de diferentes regiões do país, contando com pouca mão-de-obra), fosse na estrutura externa ineficaz (acesso precário aos mercados consumidores, dificuldades de acesso aos incentivos creditícios e à assistência técnica) – tornando-se distante a possibilidade de crescerem como desejavam¹⁰¹. Grosso modo, diríamos que, hoje, os migrantes mais pobres, em geral vindos do Nordeste e de Minas Gerais, ou trabalham como assalariados, arrendatários ou meeiros, principalmente nas propriedades de chuchu e maracujá localizadas no Itimirim, cujos proprietários também são de fora, em geral, da classe média baixa de São Paulo e não moram na região. Alguns têm terra própria e trabalham em condições semelhantes a do caboclo, as quais foram detalhadamente

¹⁰⁰ Até hoje, há famílias inteiras migrando para o município, como mineiros que conhecemos no Despraiado, recém chegados a convite de dois irmãos que estão na região há pelo menos 15 anos.

¹⁰¹ Muitos estão insatisfeitos com seu desempenho agrícola e expressam o desejo de ir embora. “*Já não temos mais ilusão sobre o Vale, sua tendência, agora, é minguar cada vez mais*” (depoimento, Cavalcante do Momuna, 2001). O que lhes prende é a propriedade da terra, pois sem o retorno do que investiram, não teriam nada para recomençar a vida em outro lugar. E vender a terra tem sido muito difícil.

descritas no capítulo seguinte.

Mesmo assim, parte dos migrantes se diferenciou bastante do padrão de vida local, e entre estes se destacam os vindos do Sul e Sudeste do país. Assim como os japoneses, realizam uma agricultura comercial mais bem sucedida – estes produtores são vistos pelo caboclo como os “poderosos”. Possuem suas máquinas e implementos, estão minimamente organizados, têm melhor acesso à informação e assim por diante. É claro que isto não é uma regra. Existem disparidades entre eles, embora tenha sido possível identificar esta tendência.

Mas a corrida por terras não teve apenas motivação produtiva. Com a crescente valorização das terras, mais uma vez se assistiu, na história do Vale do Ribeira, ao processo de especulação imobiliária, apropriações irregulares e intenso conflito fundiário, acirrado pelo quadro de grande indefinição dominial, que se arrastava desde o fim do regime de sesmarias do período colonial¹⁰².

“A especulação fundiária na Baixada, como em todo o Vale, mostra-se como mecanismo que permite incorporar terras sem aproveitá-las nem povoá-las, configurando a mais acabada manifestação de cunho primitivo do modo como as terras caem sob o acicate da lei do valor” (MÜLLER, 1980, p.82).

A atividade especulativa de nada auxiliou a região, pelo contrário. Esta, que se iniciou já no final do século XIX, é a maior responsável pelos problemas de legalização fundiária¹⁰³, os quais se constitui nos dias de hoje, seguramente, um forte entrave ao desenvolvimento regional. A grilagem e a formação de latifúndios, quando não expropriam totalmente o sitiante de sua base de trabalho, comprometem o seu acesso. “O ‘grilo’ tornou-se fato comum em toda a Baixada e, como em outras partes do Estado, o ‘grileiro’ é que muitas vezes acabou por determinar o destino de

¹⁰² Recomendamos a leitura de PAIVA (1993) e PAOLLIELLO (1992).

¹⁰³ A forte tensão entre pequenos posseiros, produtores empresariais e o setor imobiliário gerada pela pressão sobre a terra, nas décadas de 60 a 80 teria sido menos conflituosa e problemática se a situação dominial das terras do Vale do Ribeira como um todo já não fosse tão complexa. O processo de titulação das terras devolutas no Vale – que ainda hoje está longe de ser concluído, apesar do esforço atual do Itesp – na década de 60, era totalmente incipiente. A maioria das propriedades rurais constituía-se de pequenas posses sem ter regularizado o título de domínio da terra.

áreas imensas, freqüentemente em desfavor do povoador anônimo, desbravador e morador de zonas distantes” (PETRONE, 1966, p.93-94).

Ouvimos o depoimento de uma família que, na década de 50, trabalhou em terra alheia sob oneroso sistema de parceria, em lugar ermo como os arredores do Rio das Pedras. Quando questionados sobre a possibilidade de ocuparem um pedaço de terra e produzirem autonomamente, a resposta nos surpreendeu: “É que a terra tinha dono e nós não tínhamos informação para saber quando ele poderia chegar” (depoimento, 2003). Isso ilustra alguns aspectos prejudiciais decorrentes da indefinição dominial e da especulação com terras.

Houve grande propaganda e incentivo para se comprar terras no Vale do Ribeira no período dos investimentos estatais. Como escreveu Petrone (1966, p.344), “A especulação imobiliária tomou pé com o início das obras da BR-2, quando começaram a surgir na imprensa de São Paulo, especialmente no jornal ‘O Estado de São Paulo’, anúncios oferecendo à venda terras localizadas no longo da faixa servida pela nova rodovia”.

“A melhoria do sistema viário regional, [...] fez com que a Baixada do Ribeira comesse a chamar a atenção de capitalistas, principalmente com a aplicação de capitais na compra de grandes parcelas de terras” (ibidem, p.343). No entanto, não foram apenas os grandes interesses que mobilizaram apropriações de terra na região. “Ao lado dos capitalistas, outras pessoas estranhas à região, geralmente residentes em São Paulo, possuidoras de reservas relativamente modestas, passaram a aplicá-las na aquisição de terras” (ibidem, p.343).

Para os caboclos que se viram tentados ou compelidos a deixar o campo, esta foi a sua oportunidade. Compradores de todas as partes apareciam interessados em suas terras, negociadas a preço pequeno. Vender a posse foi solução fácil para problemas imediatos do sitiante, como o pagamento de dívidas contraídas. Também lhe trouxe a ilusão do dinheiro fácil, ampliada pela dificuldade em resistir ao assédio e às

artimanhas do fazendeiro (cf. QUEIROZ, R., 1983, p.78)¹⁰⁴.

Para os casos de especulação ilegal, as terras do Vale do Ribeira representavam uma promessa de lucro fácil, uma vez que em sua maior parte eram devolutas, pouco ocupadas, e quando tal, por população legalmente desamparada e politicamente desorganizada. Com frequência, estes processos de grilagem estiveram associados à violência física.

“Atualmente, com a generalizada expectativa de o Estado expandir a complexa estrutura que programou, intensificou-se ainda mais a corrida às terras não apropriadas legalmente, ou seja, terras de posseiros e próprios do Estado, do que resulta um clima de frente pioneira, onde a lei brota da vontade do mais forte, retirando das armas sua eficácia. E, como que indicando o grau de relevância da questão, o Estado mantém-se surdo e mudo. Atitude essa, no entanto, que não se mostra sem propósito, pois sabe-se que grandes interesses privados, dentre os quais contam-se pessoas presentemente compondo os quadros governamentais, acham-se envolvidos, direta e indiretamente, na especulação fundiária” (MÜLLER, 1980, p.79).

A chegada de novos posseiros, “jagunços” a serviço de grileiros e compradores de terra gerou grande tensão fundiária, dando origem a litígios judiciais, expropriações indevidas, brigas diretas e violentas no interior dos bairros rurais. A violência que se acendeu no campo estimulou sitiantes a abandonarem suas terras. Outros acabaram perdendo-as no processo de grilagem, justamente por não apresentarem documentos comprobatórios da posse ou propriedade, e nem defesa jurídica do Estado. Foi dessa vez, na década de 70, que se armou o período de maior brutalidade.

Outros sitiantes viram sua mobilidade espacial limitar-se em função das ocupações ou venda parcial de seus sítios. Enfim, desse processo de migração, ocupação e luta pela terra resultou redistribuição fundiária, redimensionamento dos espaços produtivos e acentuação do êxodo rural. Se até a década de 1950 observou-se um processo de fragmentação da terra, a partir da de 60 o processo foi de reagrupamento das propriedades, como mostra a tabela abaixo (Tabela 6)

¹⁰⁴ Renato Queiroz estudou um bairro rural de negros chamado Ivaporunduva, no município de Eldorado no Vale do Ribeira. Este bairro foi inicialmente descrito como uma típica comunidade de organização pré-capitalista e vinha passando por transformações, muitas delas semelhantes àquelas ocorridas em Iguape.

TABELA 6
Evolução do número dos estabelecimentos por estratos de área
no município de Iguape, 1960-1995/96

Estratos	1960				1970				1980				1995/96	
	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
até 50	610	64	14.734	18	1.188	76	21.988	25	274	65	6.134	12	5.411	16
50 a 100	179	19	12.778	16	200	13	14.425	17	58	14	4.165	8	2.301	7
100 a 500	138	15	27.080	33	146	9	27.828	32	67	16	15.439	30	12.523	37
> 500	23	2	27.231	33	26	2	22.592	26	22	5	26.432	51	14.001	41
Total	950	100	81.823	100	1.560	100	86.833	100	421	100	52.170	100	34.236	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Na década de 60 os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 83% do total de estabelecimentos de Iguape e ocupavam 34% da área total das propriedades, enquanto que as propriedades com mais de 100 hectares representavam 17% do total de estabelecimentos e 66% da área total das propriedades. Na década de 80 esta relação ficou da seguinte forma: os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 79% do total de estabelecimentos e ocupavam 20% da área total das propriedades, enquanto que as propriedades com mais de 100 hectares representavam 21% do total de estabelecimentos e 81% da área total das propriedades.

ASSALARIAMENTO TEMPORÁRIO E A MANUTENÇÃO DA AUTONOMIA

Certamente, o desenvolvimento da bananicultura não foi a única mudança na paisagem agrícola municipal após a atuação da Sudelpa. Em resposta aos mesmos incentivos que levaram a sua expansão, outros cultivos comerciais também foram, aos poucos, ganhando seu espaço. Pequenas e médias propriedades foram se estabelecendo em diversos bairros do município como o Cavalcante, Pinheirinho, Momuna, Engenhos e Quatinga, a partir do cultivo de espécies como a vagem, o pepino, pimentão, maracujá, flores e plantas ornamentais. Na área genericamente chamada de Itimirim, este processo foi bastante intenso. É importante ficar claro que tanto as transformações que passam a ocorrer em função das articulações entre esta nova agricultura e a tradicional, quanto os processos de migração e apropriação (legal e ilegal) de terras não estiveram restritos às áreas onde se desenvolveu a bananicultura.

Nos bairros onde se expandia a agricultura comercial surgia a oportunidade para as famílias nativas de estabelecer relações de parceria e arrendamento com proprietários, assim como contratos de trabalho, em geral, parcial (meio período). Porém, conforme nos contou um agricultor, nas propriedades cuja produção careceu de mão-de-obra assalariada permanente – caso que não se restringiu às propriedades produtoras de banana – o trabalhador veio, na maioria das vezes, “importado”. Eram baianos, pernambucanos e mineiros que chegavam para trabalhar na lavoura¹⁰⁵.

Porque pouco se contratou mão-de-obra local nestas propriedades? A resposta que recebemos, dos diferentes entrevistados, foi intrigante: “*É porque o iguapense não*

¹⁰⁵ Muitos proprietários recorreram, de fato, à mão-de-obra estrangeira, em geral, de nordestinos que já haviam migrado para a cidade de São Paulo, onde viviam em más condições. A primeira leva destes migrantes chegou no município já com paradeiro certo. O acordo entre eles e o patrão era feito desde São Paulo. Não raro, recebiam informações distorcidas sobre as condições de moradia, transporte, comunicação... e, principalmente, quantidade e condições de trabalho que iriam enfrentar. E diante da dificuldade de assegurar a mão-de-obra, fazendeiros valeram-se de aliciamento de trabalhadores e utilização de mecanismos que atrelavam permanentemente o trabalhador à sua fazenda. Um exemplo típico é a *vendinha* que instalavam na propriedade, fazendo com que o trabalhador consumisse seu salário e ainda criasse dívidas em sua mão (MÜLLER, 1980, p.55-56). Isso acontece até hoje nas propriedades de chuchu do Itimirim.

gosta de trabalhar”. Encontramos observações semelhantes nos levantamentos de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Os depoimentos das autoridades locais mostram preferência pelos trabalhadores forasteiros e preconceito contra os trabalhadores locais. Em entrevista com uma autoridade, ouvimos o seguinte comentário: ‘o empregado vindo de fora do local mostra um pouco mais de interesse. Na mentalidade do caiçara faltam noções de tempo e de valor. Há rendimento baixo da mão-de-obra. Às vezes, devido ao baixo nível cultural, o caipira prefere ser diarista e ganhar menos. O mais comum é a empreitada’. Outro depoimento de personalidade local refere: ‘Há propriedades em que existe muitos nordestinos, gente que vem de fora; trabalham mais, têm de trabalhar ou morrer, vieram da miséria’ (1969, p.86).

Ao que nos parece, rejeitar a mão-de-obra iguapense explicava o fato deste sitiante ainda manter sua produção independente – inclusive a de arroz – mas sobretudo, o fato de abandonar o trabalho assalariado no período de pesca da manjuba, ou então, abandonar o serviço quando surgia a oportunidade de tirar um palmito, por exemplo. Essas atividades proporcionavam maiores ganhos que qualquer salário no campo, e ainda de forma imediata. Mais do que sucumbir ao apelo monetário, o sitiante buscou estabelecer uma melhor relação entre trabalho e retorno econômico, ou seja, “ocupações menos árduas e mais compensadoras” – pois, no cômputo geral, eram tão pobres quanto os assalariados.

Boserup (1987, p.87) comenta e cita alguns estudos que indicam ter havido, em diferentes partes do mundo onde ainda prevalecia o sistema extensivo de produção, preferência pela contratação de trabalhadores migrantes sobre os nativos, já que os primeiros eram mais acostumados e dispostos a trabalhar. Atribuía aos nativos de tradição extensiva de cultivo, problemas de absenteísmo, indisciplina e ineficiência. Exatamente o que se observou na população cabocla quando requisitada a trabalhar nas propriedades de produção intensiva¹⁰⁶.

Num primeiro momento, isso nos leva a concluir que o caboclo buscou preservar sua autonomia frente à possibilidade de assalariamento. Porém, a principal motivação para tanto não esteve relacionada ao bom desempenho de sua atividade agrícola. E

esta parece-nos uma questão fundamental. Conforme dito no início do capítulo, o caboclo, desde meados do século, encontrou dificuldades para manter sua agricultura enquanto atividade mercantil, principalmente devido às dificuldades de comercialização do seu produto historicamente mais importante: o arroz. Aos poucos sua agricultura reduzia-se à subsistência, enquanto buscavam alternativas econômicas não agrícolas, entre as quais o extrativismo vegetal e pesqueiro. Enfim, estamos querendo chamar a atenção para o fato do caboclo ter sido deslocado da lavoura e, no fim das contas, de sua própria autonomia, pois perdia sua independência produtiva e suas formas tradicionais de organização do trabalho.

O EXTRATIVISMO ENQUANTO CAUSA E CONSEQÜÊNCIA DA DESORGANIZAÇÃO CABOCLA

Como já tivemos a oportunidade de comentar, o extrativismo passou a fazer parte da história econômica do município já na década de 30. Porém, somente a partir da década de 50 é que tal atividade econômica foi impulsionada com a instalação de pequenas indústrias de processamento na região, as quais se proliferaram também em decorrência dos mesmos incentivos que fizeram expandir a agricultura comercial (melhoria da infra-estrutura de transporte, isenção fiscal etc.). A intensificação do extrativismo passou a representar um importante fenômeno do processo de desorganização do modo de vida caboclo, pois este migrou para a atividade tanto em busca de melhores rendimentos – e em substituição de sua lavoura comercial – como em conseqüência direta de outros processos de desorganização relacionados ao período, tais como a perda formal de suas terras – levando-o a buscar outras maneiras de sobrevivência desvinculadas da agricultura.

O extrativismo vegetal e pesqueiro era uma possibilidade econômica que se apresentava possível em todas as partes do município, pois onde não havia caixeta,

¹⁰⁶ Müller (1980, p.55-56) nos confirma a dificuldade de conseguir mão-de-obra que se fixasse ao trabalho nas fazendas de banana do “cinturão mercantilizado” da Baixada e que se adequasse ao ritmo duro de uma lavoura permanente, a qual exigia exclusividade de tempo para os serviços no bananal.

havia palmito; onde não havia palmito, ali estava a pesca. Além disso, sempre que preciso, o caboclo migrou internamente para garantir a sobrevivência.

O processo de desorganização, entretanto, merece ser cuidadosamente delineado. É o que nos propomos no item a seguir.

A DESORGANIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CABOCLO

Tanto o extrativismo, como o assalariamento temporário em propriedade de terceiros são atividades que, ao contrário do cultivo do arroz, não resultam imediatamente no suprimento da subsistência. Em outras palavras, a produção de subsistência deixava de estar integrada¹⁰⁷ à produção mercantil e às formas de obtenção de renda, convertendo-se atividade paralela e, sobretudo, uma atividade concorrente. Logo, havia a tendência de redução da roça de subsistência e, por conseguinte, aumento das atividades com fins estritamente comerciais – além de aumento da dependência do mercado.

Fica patente que, por essa época, a mercantilização em geral provocou, na produção promíscua ainda existente na área entre Registro e Iguape, uma redefinição nas técnicas de produção e no destino dos excedentes. Por conseguinte, em termos gerais, a produção doméstica de alimentos diminuiu no transcorrer do processo de incorporação, incidindo, de um lado, nas condições de reprodução da vida caipira e, de outro, nas condições de vida dos trabalhadores, empobrecendo a ambos (MÜLLER, 1980, p.73).

Contudo, até a década de 80, as oportunidades econômicas geradas no município foram insuficientes para promover uma completa conversão da organização cabocla numa organização principalmente voltada ao mercado, de modo que a lavoura de subsistência ainda resistiu como meio fundamental à sobrevivência e manutenção da

¹⁰⁷ É bastante sugestivo que o arroz tenha sido a primeira cultura comercial da região. Tanto o arroz, como a mandioca surgiram e se desenvolveram, antes de mais nada, em função da subsistência do lavrador e povoador, de modo que, de início foram exclusivamente lavouras para o consumo (cf. PETRONE, 1966, p.166).

família no meio rural. Todavia, concluímos que, em tais condições, isto é, enquanto a família precisou manter sua roça de consumo paralelamente às outras atividades de caráter mercantil, o volume total de trabalho que realizava tendia a ser maior que no passado. E este trabalho adicional, tendia a ser substituído tão logo a família tivesse possibilidade de adquirir no mercado sua subsistência, o que vem a validar novamente a suposição de que a organização cabocla perdia sua autonomia e se descaracterizava.

Falemos sobre a extração do palmito para elucidar tais tendências. Segundo Renato Queiroz (1983)¹⁰⁸, as condições de extração do palmito eram bastante difíceis. O palmitero passava dias na mata, distante da família e sem qualquer conforto no trabalho. Estava exposto às intempéries, tinha uma alimentação deficiente, e sofria com a solidão. Contudo, a situação mais hostil era sentida em seu sítio. Ausente boa parte do mês, o sitiante viu sua roça minguar.

Com o gradual abandono da lavoura, passou a ter necessidade de adquirir a subsistência por meio da compra. Frequentemente, segundo R. Queiroz, era o próprio comprador de palmito que fornecia ao palmitero os produtos de que carecia, estabelecendo, assim, um vínculo de dependência, semelhante àquele exercido pelo antigo dono de armazém. Agora, porém, sem a unidade dinâmica “subsistência/comércio”, “valor de uso/valor de troca” – representada pelo arroz – a exploração do sitiante pelo agente intermediário, pelo dono da indústria, pelo patrão ou pelo proprietário da terra tornava-se muito mais perniciosa, uma vez reduzido seu fundo de consumo. Paradoxalmente, o sitiante se via cada vez mais dependente dos mesmos.

Segundo R. Queiroz, o caboclo era fraudado e explorado pelo comprador de palmito na hora da avaliação e do pagamento do produto. E não raro, acabava ficando em dívida com o comprador, que além de pagar mal, ainda o fazia através de permuta de mercadorias – entre elas a pinga – de modo que conseguia se apropriar antecipadamente do produto trazido.

“Assim, de lavradores a palmiteiros, os moradores viram-se compelidos a uma troca cada vez mais desigual, e impossibilitados a partir de então de retornarem à situação anterior, quer pela ausência de um ‘fundo de consumo’, perdido com o abandono das roças e das criações, quer pela introdução de hábitos, necessidades e estilo de trabalho até então pouco conhecidos. Muito embora não se vissem de imediato dissociados da terra que ocupavam, conseguindo manter ainda relativa autonomia no trabalho, na verdade já se aproximavam da perda de uma e da outra” (QUEIROZ, R., 1983, p.70).

Situação semelhante foi vivida por aqueles que se dedicaram à extração da caixeta – e o município de Iguape apresentava significativo potencial¹⁰⁹ de exploração desta espécie.

Segundo o levantamento feito por uma equipe de pesquisadores do PPCAUB-USP¹¹⁰, em convênio com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (DIEGUES *et al.*, 1991), “quando o caixetal se localiza próximo ao local de moradia, o caixeteiro desloca-se diariamente. Quando, ao contrário, a localização do caixetal impede o deslocamento diário, a equipe acampa no local de extração por 7, 15 ou 20 dias” (ibidem, p.47). Entre os entrevistados, aquele há mais tempo na atividade de extração da caixeta logo se desligou da agricultura – já o mais novo, e com pouca experiência na prática de extração, era pescador de manjuba, agricultor e realizava biscates diversos no período da entressafra. “Segundo as declarações, a renda advinda da extração da caixeta tem maior peso no orçamento dos entrevistados, na maior parte do ano” (ibidem, p.45). Além disso, a extração da caixeta era uma das atividades que melhor remuneravam (aqueles indivíduos com baixa qualificação profissional), e ainda por cima conferia certo prestígio ao extrator, dada a valorização intrínseca à atividade (DIEGUES *et al.*, 1991, p.50).

A pesquisa ainda aponta a existência de dois tipos de intermediários nas relações

¹⁰⁸ Renato Queiroz dá grande importância para a atividade de extração do palmito, enquanto indutora de mudanças no povoamento de Ivaiporunduva que estudou.

¹⁰⁹ Segundo o estudo do PPCAUB/SMA (DIEGUES *et al.*, 1991), a maior incidência desta espécie no município ocorria na área do Momuna, compreendendo Arataca do Momuna, Capuava do Momuna e Morro do Inglês; nas margens do Rio Carvalho; nas áreas adjacentes a praia da Juréia; na área do Pocinho e Ortalino (próximo à barra do Peroupava); nas cercanias do morro de Icapara; arredores do Jipovura; do Coveiro e área da Estação Ecológica de Chauás.

¹¹⁰ Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil-USP.

entre os caixeteiros e a serraria: o caixeteiro-empregado¹¹¹ e o intermediário autônomo. O segundo é o que mais se assemelha ao empregado descrito por R. Queiroz (1983). Este intermediário formava uma equipe de caixeteiros, arrendava o caixetal, vendia a madeira à serraria e nunca atuava diretamente no corte (cf. DIEGUES *et al.*, 1991, p.46-47). Não havia vínculo empregatício e nem salário fixo.

Com a redução da lavoura, as formas tradicionais de organização do trabalho também se viram ameaçadas. Apesar da mão-de-obra prevalecer familiar no fim da década de 60 e a prática de auxílio mútuo ser mencionada com frequência pelo sitiante nas atividades de plantio e colheita, um morador anunciava que o mutirão tendia a se acabar. Sua observação partia de fundamentos bastante objetivos: o custo de um mutirão – visto que este requer a realização do fandango – tornava-se mais elevado que o custo de um camarada ou diarista. E isto, pelo que nos conta Maria Isaura Pereira de Queiroz¹¹² (1969, p.84-87), era fato visível, perceptível e comentado pela população ribeirinha. Se oferecer um festejo tornava-se cada vez mais oneroso, está claro que a fartura dos mantimentos produzidos já não era mais a mesma – e em decorrência, a necessidade de comprar os caros produtos da chiboca, a vendinha do bairro, tornava-se maior.

A chiboca representava uma nova forma de escoamento da produção e abastecimento nos bairros, e sua proliferação esteve também relacionada à diminuição da lavoura – a este respeito, as observações de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) são preciosas. Para o sitiante, não compensava ir até a cidade¹¹³ levar sua reduzida

¹¹¹ “Ele é o responsável pela escolha dos companheiros na montagem da equipe, pela alimentação e pelo pagamento dos caixeteiros; em caso de acidente arca com o custo do socorro e o transporte. Está dentro de suas atribuições a escolha do caixetal, a avaliação da concentração das árvores, a extensão da área e o preço a ser pago ao proprietário da terra pelo arrendamento da vegetação [...] é especializado no corte e sua remuneração, maior que a de seus companheiros, chega a três salários mínimos” (DIEGUES *et al.*, 1991, p.45-46)

¹¹² Além desse fator, a autora aponta outros que também influíam para a inibição desta prática: a existência de protestantes no bairro, cuja religião proíbe a dança e não cultua imagens – e no fandango, a imagem de São Gonçalo, protetor dos violeiros, era celebrada. Além disso, a presença de nortistas, “temidos como valentões, amantes de briga e da pinga” aumentava as chances de que o fandango terminasse em contenda (QUEIROZ, 1969, p.87).

¹¹³ Nesta época, próxima a década de 70, transitavam nas águas do Ribeira as lanchas da Companhia Sorocabana, levando 10 horas para se completar o trajeto de Registro à Iguape. Para usar este transporte para escoar a produção era preciso pagar um frete por saca, além do desembarque e o

produção de arroz, farinha e feijão. Mais fácil era deixar tudo na chiboca, a qual, por meio de escambo, oferecia sementes e bens de consumo indispensáveis.

O chiboqueiro era um tipo que associava as mesmas funções do dono de grandes armazéns de outrora; ao mesmo tempo fornecedor e financiador¹¹⁴. A diferença é que este tem sua venda no interior do povoamento rural e a quantidade e a regularidade dos produtos que comercializa chegam a ser tão pequenas que ele mesmo “é compelido a fazer uma roça para seu sustento e, ele próprio, vender parcela de seu excedente” (MÜLLER, 1980, p.38). Müller (ibidem, p.38) chega a dizer que o chiboqueiro opera como comerciante, embora se reproduza como caipira, à medida que a transformação de mercadoria em dinheiro era rara e nem sempre ganhava autonomia na relação entre ele e o produtor.

Segundo Maria Isaura, a presença da chiboca se justifica principalmente pelo tipo de produção que comercializa: pequena e irregular. Assim sendo, a chiboca “se explica pelo tipo de escoamento da produção e não pelo serviço comercial que ela presta aos moradores locais: o serviço comercial decorre do tipo de produção” (QUEIROZ, 1969, p.95). A alta frequência destas vendas – em bairros como o Jairê, de população escassa e notadamente pobre – foi atribuída ao fato de representarem a porta de comunicação com o comércio local¹¹⁵, através da qual o bairro era abastecido e seus produtos escoados (ibidem, p.95-98). Ao mesmo tempo, a atividade das chibocas só se justificaria se existisse um agrupamento mínimo de pessoas, em condições precárias de acesso ao comércio e, porque não, com necessidades crescentes de adquirir produtos industrializados.

Contudo, tanto Maria Isaura Pereira de Queiroz (ibidem, p.43;98), quanto Petrone

beneficiamento do arroz (QUEIROZ, 1969, p.97). Além de muito dispendioso para o agricultor, este perdia muitos dias de trabalho até ir e voltar da cidade.

¹¹⁴ “Na Baixada, o tipo característico do comerciante é o de um indivíduo de dupla função: é o fornecedor dos produtos não produzidos na região por um lado, e por outro lado, é quem compra os produtos locais dos sitiantes para colocá-los no mercado” (QUEIROZ, 1969, p.43).

¹¹⁵ No final da década de 60, tal era o marasmo econômico de Iguape que certos agricultores e comerciantes, conforme a localidade de suas instalações, preferiam fazer compras em Registro – já considerada “capital” do Vale do Ribeira – do que na própria sede de seu município. O Estaleiro é um exemplo de bairro cujas relações comerciais se estabeleceram com as duas cidades.

(1966, p.336) observaram a presença de comerciantes mais bem sucedidos que a média, e que possuíam um padrão de vida superior ao dos agricultores. Era o “maioral do bairro”, aquele que tinha melhores condições de arcar com as despesas de transporte e negociar com o comerciante da cidade. Não raro, sua atuação “se revestia de uma forma desapiedada de exploração do agricultor” (MEDEIROS, 1950 *apud* PETRONE, 1966, p.336).

Isso denota que o caboclo nunca escapou da sobre-exploração em todas as suas relações de troca, seja com o chiboqueiro, o comprador de palmito, o dono de engenho ou o comerciante da pesca¹¹⁶. A este respeito, nos fez pensar Godelier (1981, p.38): é possível que, sendo demasiadamente pesada a sua exploração enquanto produtor de mercadoria, deixava o caboclo “de dispor de meios materiais e dos incitamentos psicológicos ao desenvolvimento da sua própria economia”¹¹⁷. Em outras palavras, se a possibilidade de acumulação do sitiante fosse maior, talvez tivesse tido a oportunidade de comprar melhores sementes, instrumentos de trabalho, insumos... e de tal modo, desenvolver sua economia, intensificar, modernizar sua agricultura e se incorporar às relações de mercado de forma menos subalterna.

Podemos dizer que, da segunda metade do século XX em diante, as famílias transitaram entre uma atividade e outra – quando não transitaram fisicamente entre os bairros – aproveitaram oportunidades de realizar “bicos”, aqui e ali, na cidade ou na propriedade de algum fazendeiro (ou mesmo pequeno e médio produtor rural); aproveitaram épocas de festas, como a do carnaval, Semana Santa e, principalmente, Festa de Agosto¹¹⁸, para irem à cidade, levar esteiras de perí, feixes de lenha e outros produtos para vender; aproveitaram do palmito, mas “não se podia falar de um

¹¹⁶ As redes, bem como as embarcações usadas na pesca eram de propriedade de alguém que comprava todo o pescado e monopolizava a produção. Essa mesma figura fazia o transporte até Iguape, onde o pescado era industrializado. No caso do Jairê, diz Pereira de Queiroz (*ibidem*, p.72), o comerciante da pesca era, ao mesmo tempo, o dono da chiboca.

¹¹⁷ Godelier refere-se especificamente a produtores diretos das comunidades aldeãs e tribais dos Estados inca e asteca, os quais sofriam com a cobrança da corvéia ou de tributos onerosos.

¹¹⁸ A “Festa de Agosto” é a forma como a principal festa popular de Iguape – a novena em louvor ao Senhor Bom Jesus de Iguape – é conhecida na região. É uma festa religiosa tradicional da cidade, que até hoje traz muitos romeiros e turistas, principalmente, da região Sul do Brasil. Como toda festa popular, paralelamente às procissões, romarias e missas, acontece uma feira onde se vende de tudo. Os iguapenses sempre aproveitaram esta oportunidade para ganhar um dinheiro extra.

palmitreiro que vivesse somente de derrubar palmeiras” (FORTES, 2000, 186). Enfim, lançaram mão de diversos¹¹⁹ recursos para garantir seu sustento, fazendo ainda prevalecer a lógica da sobrevivência.

De resto, subsistiram de sua acanhada roça “de policultivos, com emprego de técnicas primitivas” (QUEIROZ, 1969, p.63) e da criação de pequenos animais. Para muitas famílias, o arroz continuou sendo produzido basicamente “para o gasto”, assim como a farinha de mandioca. “Todos entre os entrevistados fabricam farinha”, comenta Maria Isaura Pereira de Queiroz (ibidem, p.69).

ÊXODO RURAL

Os motivos de êxodo estiveram muito mais relacionados à violência do processo de especulação e concorrência produtiva do que à criação de novas oportunidades de trabalho no meio urbano ou utilização da mão-de-obra do caboclo em outras organizações produtivas na cidade, o que revela mais um aspecto negativo do quadro de desenvolvimento do município.

Boserup comenta que a evasão do campo pode ser também consequência de situações que estimulam processos de intensificação agrícola – como considera a circunstância de um aumento populacional; no nosso caso a circunstância é a desestruturação das formas de apropriação e controle dos meios de produção e dos produtos do trabalho do caboclo. Segundo a autora, é provável que uma situação como esta “seja também um período de considerável tensão política e social porque as pessoas nas áreas rurais, em vez de aceitarem voluntariamente o trabalho árduo de

¹¹⁹ Veja como os meios de vida do caboclo (sobretudo o caixeteiro) durante a década de 80, foram descritos pela equipe de pesquisadores do PPCAUB: “[...] dentro do sistema de complementariedade econômica, outras atividades combinam-se com o corte da caixeta. Entre as principais, destacam-se a lavoura, para subsistência ou para comercialização, quando existe acesso à terra; a pesca da manjuba, entre outubro e abril, período de verão e de chuvas, quando há grandes dificuldades para se realizar o corte de caxeta nas áreas mais inundadas; a construção civil e demais serviços decorrentes do turismo; as empreitadas de curta duração oferecidas pelas prefeituras municipais (recapeamento e conservação de vias públicas, construções e outros serviços prestados à comunidade); e o extrativismo de outras espécies vegetais, como o palmito e flores ornamentais” (DIEGUES *et al.*, 1991, p.44-45).

uma agricultura mais intensiva, buscarão obter ocupações não agrícolas menos árduas e mais compensadoras¹²⁰. É provável que nesses períodos ocorram migrações massivas em direção aos centros urbanos [...]” (BOSERUP, 1987, p.138-39). Veja na Tabela 7 que é durante a década de 70 que a relação entre população urbana e rural se inverte, demonstrando que o êxodo foi de fato uma importante consequência dos processos que comentamos neste capítulo.

TABELA 7

Evolução da população total e da proporção relativa à população urbana e rural do município de Iguape, 1950-1980

Ano	1950	1970	1980
Pop. Total	15.093	19.289	23.373
Pop. Urbana (%)	21,73	46,24	69,74
Pop. Rural (%)	78,27	53,76	30,26

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Mesmo quem não abandonou o campo imediatamente, mas se desvinculou das atividades agrícolas para dedicar-se inteiramente ao extrativismo tendeu ao empobrecimento e ao êxodo no final da década de 80 quando esta alternativa econômica entrou em declínio.

¹²⁰ É possível que aqueles que abandonaram a agricultura para se dedicarem ao extrativismo tenham se valido também desta suposta vantagem: trabalhar menos e receber mais. Comentaremos a este respeito logo adiante.

INTENSIFICAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS LIMITES

Foi durante a década de 70 que a produção de arroz decresceu significativamente, atingindo, em 1980, um valor irrisório. Percebe-se que neste mesmo ano (1980), aparecem no censo agrícola algumas culturas comerciais, ainda que sendo produzidas por um tímido número de produtores. Não obstante, arriscaríamos dizer que esta produção não resultava do trabalho autônomo do caboclo, e que até o fim da década de 70, pouquíssimas famílias intensificaram a produção com cultivos comerciais. Sua tendência maior foi buscar serviços temporários em fazendas, e, principalmente, desenvolver atividades extrativas complementares.

TABELA 8

Produção de olerícolas no município de Iguape, 1980

	Produção (T)	N. de informantes	Valor (mil cruzeiros)
Abobrinha	136	20	1.638
Chuchu	7.570	22	33.668
Maracujá	3.912	21	5.595
Pepino	784	33	7.341
Pimenta	40	14	958
Pimentão	59	8	1.141
Quiabo	52	13	569
Vagem	346	50	5.967

Fonte: Censo Agropecuário de 1980.

Contudo, houve bairros em que muitas famílias encontraram como estratégia a manutenção da atividade agrícola autônoma por meio da sua intensificação e modernização. No Despraiado, por exemplo, famílias de sitiantes e migrantes descapitalizados, motivaram-se a cultivar a banana e aproveitar de suas promessas econômicas. Segundo Zan (1986, p.142-143), havia também o estímulo gerado pelo fato da banana ser um cultivo permanente, oferecendo ao posseiro “uma certa

garantia de reconhecimento por parte dos outros, dos seus direitos sobre a terra”, questão importante naquele tempo de jagunços e grileiros. Os ganhos iniciais provenientes da produção da banana foram bastante altos para os padrões do sitiante. Entusiasmado com a nova possibilidade – muito associada também ao ganho de mobilidade, proporcionada pela abertura de estradas – foi deixando de cultivar a roça de subsistência, já que sua nova condição lhe permitia comprar alimento com mais frequência no mercado. Além disso, o trato do bananal lhe exigia muito tempo e trabalho¹²¹, que podia se tornar tão excessivo que, pouco a pouco, ia deixando de se dedicar a outros cultivos.

Porém, o preço da banana não se sustentou por muito tempo e o sitiante logo se viu fragilizado. Ademais, seu produto não teve a mesma qualidade e preço daquele produzido nas fazendas, que, além de ocuparem as terras mais férteis (nas várzeas), eram manejadas com melhores recursos tecnológicos.

UM CENÁRIO E O INESPERADO

No início da década de 80 o cenário agrícola de Iguape configurava o seguinte panorama: nas terras mais férteis, principalmente as amplas áreas de várzeas, Nas outras áreas seguia-se a mesma tendência, embora o assalariamento agrícola tenha sido menor, pois a introdução da agricultura comercial teve como característica o fato de ser mais diversificada, menos concentrada geograficamente e menos capitalizada, gerando, portanto, menos oportunidades de assalariamento.

A dinâmica de desenvolvimento agrícola que se iniciava no Vale do Ribeira seguia moldes semelhantes daquela que se deu no resto do estado um século antes: expansão de monoculturas, liderada por produtores com recursos disponíveis, cuja

¹²¹ A colheita da banana acontece durante o ano todo, principalmente nos meses quentes, quanto o seu amadurecimento é mais rápido. O serviço do bananal ainda exigia a abertura e limpeza de valas para drenagem da água, capinas nas entrelinhas e desbaste dos perfilhos.

dinâmica desviava o sitiante de sua atividade autônoma para o assalariamento (seja na atividade agrícola, seja no extrativismo). Para permanecer como produtor autônomo, ou o caboclo incorporava-se ao processo de modernização da técnica e vinculação ao mercado extra-regional do seu sistema de produção agrícola, ou então, como sugeriu Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p.234) no final da década de 60, não sendo objeto da política pública desenvolvimentista, tenderia a refugiar-se em partes menos acessíveis da região, onde poderia preservar seu estilo de vida tradicional, à custa de um abaixamento ainda maior de seu nível econômico – ou se sujeitaria ao sub-emprego urbano¹²².

A descrição de Müller parece-nos um tanto exacerbada se atribuída ao município de Iguape¹²³ em 1980. Contudo, mostra o que poderia ser um cenário futuro:

Não é mais a canoa a varejão, o barco a vapor, as mulas de carga que constituem a base técnica dos transportes, mas a ferrovia e o caminhão. Não é mais o comerciante de Iguape e de Pariquera que adianta mantimentos e outros bens em troca dos excedentes, mas o comerciante exportador de Santos e as empresas cooperativas com sede em São Paulo. Não são apenas o sítio e a fazenda as bases da organização da produção mas, com a aceleração da concorrência e as oscilações violentas dos preços, começam a surgir empresas agrícolas, transformando a agricultura em indústria e o espaço rural do Vale em espaço suburbano da megalópole do planalto (1980, p.59)

[...] nada mais têm a ver com o antigo capital comercial local, mas sim com o capital industrial. É na passagem do primeiro para o segundo capital que se esboça a incorporação (ibidem, p.53).

à diminuição das lavouras temporárias correspondeu um crescimento das permanentes, indicando a queda da produção promíscua ou caipira e o aumento da produção puramente mercantil (ibidem, p.67).

Este cenário se completa com as observações de Abramovay que, apesar de referentes às transformações na dinâmica agrícola do oeste paranaense, aponta para o verso da situação descrita por Müller. Adverte o autor: “O fim do pousio florestal

¹²² Nossa suposição, assim como a de Queiroz, faz eco com Müller (1980, p.84), conforme trecho já citado: “A pressão desse novo patamar sobre as primitivas formas de organização da produção mostra-se clara: ou tecnificam o processo produtivo ou a penalização social as alijará da concorrência”.

¹²³ Müller chamou de “cinturão mercantilizado” a região que circunscreve as transformações mais intensas da incorporação, da qual considerou Iguape e Cananéia distantes (cf. ibidem, p.81).

não foi só o término de uma certa forma econômica, mas a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas sócio-econômica, mas também étnica e cultural” (1981, p.32). Seguramente, são muitas as diferenças entre a região estudada por Abramovay e o Vale do Ribeira. Contudo, também em Iguape foi verdadeira a tendência de ser insignificante a participação efetiva do sitiante nativo no processo de modernização agrícola.

Porém, se em 1980 – época em que Müller escreve seu trabalho – este foi o cenário que se projetava para Iguape, não se confirmou no transcorrer da década. Pois na década de 80, dois eventos, um de ordem natural e outro, política, contribuíram¹²⁴ para que a dinâmica de desenvolvimento agrícola que se configurava tomasse outro rumo. O primeiro evento refere-se às sucessivas enchentes que atingiram as planícies férteis dos bairros ribeirinhos, freando o desenvolvimento da monocultura da banana e os processos econômicos e sociais associados. O segundo evento refere-se ao novo arcabouço da política de conservação ambiental no país e no estado de São Paulo e o rigor de sua aplicação, afetando a estrutura agrária e agrícola do município ao promover “cercamento” de terras e o cerceamento do uso de recursos florestais e pesqueiros.

A sobreposição destes dois eventos na década de 80 e 90 é contingente, embora o impacto produzido por cada um deles tenha um efeito integrado. Também é preciso salientar, desde já, que tais eventos atingem diferentemente cada agricultor, isto é, o caboclo e o agricultor que praticava a agricultura convencional, mas é a partir da articulação entre ambos que se pode, de fato, entender o impacto efetivo sobre cada um. Por isso, não concluiremos este assunto neste mesmo capítulo.

¹²⁴ Não estaremos discutindo todos os aspectos que levaram a estancar o processo de incorporação econômica da Baixada do Ribeira e a limitar o alcance do trabalho da Sudelpa. Um dos motivos atribuídos ao fracasso dessa autarquia refere-se ao pouco êxito da estratégia de trazer investimento privado para setores produtivos, pois o grande capital privado deixou de ser investido na mesma proporção em que diminuiu o seu orçamento e, imediatamente, os incentivos fiscais e as obras públicas de infra-estrutura.

O IMPACTO DAS ENCHENTES NO QUADRO AGRÍCOLA MUNICIPAL

Antes de tudo, é preciso dizer que as enchentes do Rio Ribeira de Iguape correspondem a um fenômeno natural periódico e bastante conhecido da população local. Conforme nos informaram alguns ribeirinhos, todo ano costuma haver enchentes no rio Ribeira, as quais que se propagam pelos rios afluentes. Estas enchentes apresentam as seguintes características: levam três dias para encher e depois, mais três para escoar; alagam uma área conhecida e não muito extensa, e não chegam a inviabilizar cultivos como o do arroz. Durante todo o século XX, apenas no ano de 1945, ouvimos relatos de cheia desproporcional e que causou prejuízos à população rural. Contudo, o levantamento da equipe de alunos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p.44), o qual se baseia em depoimentos da população ribeirinha do Ribeira de Iguape (e não de seus afluentes), descreve cheias mais intensas “[...] de Registro a Iguape, as cheias são arrasadoras, pois as margens são baixas e quase se nivelam com as águas do rio”¹²⁵.

É possível que as inundações das margens do Ribeira, onde Maria Isaura fez sua pesquisa, fossem mais fortes e prejudiciais que as que ocorriam nas várzeas de seus afluentes. É uma hipótese, inclusive, que o amplo povoamento da rede de afluentes do Ribeira seja uma consequência da fuga de suas cheias intensas e frequentes. Essa hipótese não é aventada por nós e sim comentada em textos do início do século cuja menção ora não nos importa.

Contudo, na década de 80 e 90, o município sofreu com uma de série enchentes arrasadoras. Esse fenômeno, que é de origem natural, teve, nestas décadas, responsabilidade humana. Seus efeitos foram amplamente potencializados após a construção de uma barragem no Valo Grande, em 1978, apesar das muitas advertências técnicas a respeito do caráter prático desta obra. Em 1966, a Geobrás

¹²⁵ Os prejuízos auferidos referem-se, segundo a pesquisa de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p.48), à perda da produção agrícola, de bens domésticos e de produção, ocorrência de doenças e dificuldade de comunicação. As enchentes também prejudicam a atividade pesqueira, pois “suja” a água e afugenta os peixes.

havia realizado um amplo estudo¹²⁶ a respeito do sistema hidráulico, geomorfológico, climático e sócio-econômico da área sujeita aos impactos do Valo Grande. Deste estudo resultou a publicação de um extenso material, não apenas descritivo, mas opinativo sobre a conveniência das alternativas de intervenção no antigo canal. Mas suas recomendações não foram devidamente consideradas.

Os impactos da barragem se alastraram pelo ecossistema estuarino-lagunar, cuja dinâmica ecológica já havia se estabilizado depois de mais de um século da abertura da referida vala. A atividade pesqueira foi outra vez afetada, pois a ocorrência das espécies exploradas se alteram juntamente com a mudança da salinidade do estuário. E o impacto sobre a produção agrícola foi igualmente drástico, por conta da magnitude das inundações pós-barragem.

A primeira e mais intensa delas, a “enchente de 83”, não é possível esquecer. Sua proporção parece não encontrar precedentes na história. A inundação foi grandiosa, tanto pela extensão que atingiu, como pela sua duração – por mais de 40 dias, casas, lavouras, florestas... permaneceram submersas. Infelizmente não existe mapa oficial que indique as áreas atingidas, proporcionando uma idéia da magnitude do fenômeno em relação à área do município. Como descrevem os sitiantes, “foi um dilúvio”.

A princípio, diante do acometimento de uma forte enchente, o caboclo apresenta condições de vantagem para se restabelecer, quando comparado ao agricultor comercial, tanto porque suas perdas materiais e econômicas são menores – não fica em dívidas com financiadores, por exemplo – como porque seus saberes e sua cultura lhe conferem grande capacidade de migrar de área e atividade, isto é, lhe proporcionam mecanismos de acomodação melhores que os do agricultor moderno. No limite, a cheia é prejudicial ao caboclo enquanto o nível da água permanece elevado. Já para o agricultor que mobiliza recursos financeiros, pode representar sua falência definitiva.

Com a perda total e repentina de suas casas, lavouras e criações, muitas famílias de

¹²⁶ Geobrás, (1966). **Complexo Valo Grande, Mar Pequeno, Rio Ribeira de Iguape**. Secretaria de Obras do Governo do Estado.

caboclos migraram para a atividade pesqueira¹²⁷, cujo pronto retorno garante a sobrevivência imediata – o que já não proporciona a agricultura. Não é à toa que a quantidade de manjuba capturada na década de 80 passa a um patamar mais elevado do que aquele da década anterior – e é a partir daí, que se iniciam os problemas de sobrepesca e empobrecimento do pescador artesanal. A extração do palmito e da caixeta também foi outra alternativa buscada pelo caboclo como meio de vida emergencial¹²⁸.

Seguramente, o impacto imediato das primeiras enchentes se fez sentir com maior intensidade sobre a bananicultura¹²⁹ – em certas áreas como a do Peroupava e Engenhos, de modo irreversível – comprometendo a dinâmica de desenvolvimento agrícola baseado nesta monocultura. Até hoje é possível ver bananais abandonados no caminho do Peroupava. Logo após a primeira grande cheia (a de 1983), muitos produtores, japoneses e migrantes, deixaram definitivamente a atividade agrícola, indo residir em Iguape ou mesmo fora da região. E após cada enchente, menos agricultores se encorajavam a investir em plantação. Seus sítios foram ficando abandonados, ou foram vendidos; outros foram deixados na mão de um caseiro, tratados com o meeiro ou arrendados.

A partir do exposto acima, vale cogitar que não apenas o conhecimento do caboclo sobre a pesca, o extrativismo e a caça lhe davam flexibilidade necessária para adaptar-se à circunstância das cheias, mas também que as próprias características de sua agricultura revelam-se em concordância com os ciclos naturais de seu meio, uma vez que de baixo custo-investimento e que privilegia espécies anuais, e mesmo resistentes como o arroz, nas áreas alagáveis. O período das enchentes coincide com

¹²⁷ Giuliatti compara dados de Mourão (1971) da década de 60, com dados do ano de 1990 da sub-agência do Ibama em Iguape relativos ao número de pescadores das principais localidades pesqueiras do município e identifica que este contingente praticamente quadruplicou (de 250 pescadores registrados por Mourão, passou-se para 968 pescadores), demonstrando evolução considerável daqueles que se dedicam à pesca. O autor identifica que este crescimento se deu sobretudo nas áreas onde antes a população estava mais voltada à atividade agrícola e à extração vegetal. E atribui isto ao barramento do Valo Grande (GIULIATTI, 1992, p.64-65).

¹²⁸ Isso, muitas vezes implicava em pequenas migrações internas pois, principalmente, a palmeira não resistia submersa por tempo prolongado, sendo sua ocorrência prejudicada nas áreas onde houve inundação.

¹²⁹ A bananeira não resiste ao alagamento, de modo que o prejuízo sobre esta lavoura perene é total.

o período agrícola, que vai de setembro a maio. Por isso, seus efeitos já estavam incorporados à prática agrícola e a organização econômica dos agricultores ribeirinhos. “Adaptar-se, segundo Godelier (1984)¹³⁰, não significa submeter-se às imposições naturais, mas tomá-las em consideração, ampliando seus efeitos positivos ou atenuando os negativos” (DIEGUES, 2001, p.4).

Conforme relata Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), no fim da década de 60, os ribeirinhos demonstravam fazer uma opção consciente de não investir na intensificação e ampliação de sua lavoura por meio de empréstimos bancários, aquisição de insumos e implementos, pois calculavam que os riscos de perda elevariam muito – possivelmente, a ponto de inviabilizar sua condição de agricultor. A nosso ver, o fenômeno das cheias do Ribeira significam, não tanto um condicionante do “caipirismo” – apesar das aparências sugerirem tal relação, como cogita Maria Isaura¹³¹ (*op cit*) – mas, principalmente, um fator que condiciona ativamente o desenvolvimento do sistema agrícola de produção¹³².

Entre seus reveses, pode-se dizer que as enchentes arrefeceram o processo de acumulação de terra e expansão da monocultura da banana, sem que imputasse ao caboclo mudança em seu modo de vida que já não fosse, ela mesma, própria de sua cultura, como as migrações e diversificação de atividades. E neste sentido, concluímos que, num primeiro momento, significou uma brecha para que o caboclo não fosse logo transformado em assalariado rural ou migrante em meio urbano.

¹³⁰ Godelier (1984). *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard *Apud*: DIEGUES, Antonio Carlos S'ant Ana.. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

¹³¹ Sua pesquisa conclui que as enchentes significam um entrave fundamental para o desenvolvimento de agricultura moderna e comercial, e chegam até a definir uma divisão da região da Baixada em duas áreas de desenvolvimento econômico, conforme suas proporções. Para Maria Isaura (1969), o fenômeno das enchentes é apontado como um dos principais fatores a motivar a migração que ocorria em locais que se estendiam entre Iguape e Registro e a determinar a passagem de uma agricultura tradicional de roça, para uma agricultura de produção maciça e comercializada. Ainda segundo seu levantamento, as enchentes eram consideradas pelos ribeirinhos como um problema crucial, cuja principal solução seria a retificação do leito do rio Ribeira.

¹³² Nota-se que não estamos querendo dizer que o meio natural é o único condicionante, mas conjuga-se com fatores sociais, políticos etc. na definição das estratégias econômicas de sobrevivência. Nos leva, portanto, a questionar o quanto os agricultores que estabeleceram nas férteis várzeas ribeirinhas o cultivo perene da banana não desafiaram, de certa forma, as condições naturais e ecológicas da região do Ribeira – sobretudo, quando não se exerce política de governo para dar suporte a produtores em casos de perda total da produção.

Contudo, sendo as enchentes tão freqüentes e intensas durante quase duas décadas (80 e 90) – as quais pouco diminuíram com o parcial rompimento da barragem¹³³ em 1993 – no longo prazo, uma grande parte dos sitiantes nativos foi deixando de praticar a agricultura. As atividades extrativas, por sua vez, além de não incorrerem nos riscos de perda como os da lavoura, eram dinamizadas, nesta época, por fábricas de palmito e de tamancos de caixeta, que funcionavam a pleno vapor no município de Iguape. Portanto, se não de um modo, de outro as enchentes contribuíram para a desorganização do modo de vida caboclo, ao intensificar a migração para a atividade extrativa – plenamente inserida na economia de mercado – e reduzir sua ligação com a terra e a agricultura.

E foi diante deste quadro, de desestruturação do sistema agrícola caboclo, que a “questão ambiental” tomou força na região. E ao contrário das enchentes, seus efeitos foram muito mais traiçoeiros e danosos sobre a agricultura cabocla do que sobre a agricultura moderna. Este fato está intimamente relacionado com a configuração do quadro agrícola atual de Iguape, o qual pudemos conhecer diretamente. Este é o assunto desenvolvido no capítulo III.

¹³³ Durante os anos que se sucederam desde a construção da barragem, travou-se muitas discussões a fim de propor novas alternativas de ação/solução para o problema das enchentes, sendo, inclusive, votadas no Consema-SP, ainda em 1983. Entretanto, nada foi realizado até o momento. Hoje em dia, a barragem está parcialmente rompida pela força natural das águas e a discussão sobre a abertura ou fechamento, parcial ou total, do Valo Grande, permanece inconclusa e o conflito entre o âmbito agrícola, pesqueiro e ambientalista continua aceso. Está claro que o encaminhamento desta delicada e complexa questão, a qual pouco conseguimos esboçar, não depende apenas dos fatores técnicos e científicos. Uma vez que envolve diretamente aspectos econômicos e sociais, a questão se torna política, devendo ser decidida com a participação de toda a sociedade.

CAPÍTULO III – PANORAMA ATUAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DA VIDA NOS BAIRROS RURAIS

Seria de muita utilidade pesquisar municípios onde existissem sítios, fazendas e grandes propriedades, a fim de verificar quais as relações que efetivamente se estabelecem entre estes três tipos de propriedades, assim como entre eles, a sede municipal e a região. Paralelamente [...], interessaria desenvolver também uma abordagem sócio-psicológica, que permitisse captar as verdadeiras necessidades e aspirações do sitiante, dentro da sociedade caipira e dentro da sociedade moderna. Como para ele se definem os valores básicos da existência, como compreende ele o mundo em que vive? Quais as diferenças nesse particular, entre o camponês e o agricultor?

Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao final de seu livro “Bairros rurais paulistas” (1973, p.149), baixo o item *Novas perspectivas de pesquisa.*

A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E A DINÂMICA AGRÍCOLA MUNICIPAL

A década de 80 foi palco propício para despontar em âmbito público e civil o tema da proteção do patrimônio ambiental do país, sob inequívoco estado de degradação, após um período desenvolvimentista seguido de repressora ditadura militar. Foi então que se avançou na consolidação da política nacional de proteção do meio ambiente, através da definição de instrumentos legais e institucionais que passaram a definir o acesso aos recursos e às paisagens naturais brasileiras.

De meados da década de 80 em diante, o debate sobre a conservação ambiental, especialmente do ecossistema de Mata Atlântica – um dos mais desfigurados do período, no Estado de São Paulo – se tornou bastante intenso. Seria interessante introduzi-lo, já que neste capítulo a “questão ambiental” é colocada como referência na discussão das transformações ocorridas na história agrária do município de

Iguape. Contudo, optamos por deixá-la para o próximo capítulo, abordando diretamente suas implicações concretas sobre a agricultura local. Pois foi assim que a história da conservação se fez chegar na região: de modo inesperado, súbito, sem qualquer “contextualização”, só se fazendo existir no momento em que agricultores de todas as partes do município e região passaram a ver a ronda da polícia florestal.

Nos limitaremos, por enquanto, a apresentar as principais interdições legais, suas aberturas e brechas quanto ao uso dos recursos florestais, e sua incidência sobre a área municipal.

UMA SÍNTESE DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS RELATIVAS AO USO DOS RECURSOS FLORESTAIS

No município de Iguape, a legislação florestal incide de duas maneiras. A primeira delas é por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985), o qual dispõe sobre as diferentes categoriais de Unidades de Conservação¹³⁴, que são de propriedade pública, administrada pelo Instituto Florestal. A segunda, seria por meio do Código Florestal e do Decreto da Mata Atlântica (Decreto 750/93)¹³⁵, os quais regulam espaços estatais, privados e de uso comum cujo controle é delegado ao DEPRN e à Polícia Florestal – hoje chamada de Polícia Ambiental.

Localizam-se no município as seguintes Unidade de Conservação: integralmente, a Estação Ecológica Estadual de Chauás, criada em 1987 e, parcialmente, a Estação

¹³⁴ Para fins de esclarecimento, Unidade de Conservação entende-se por: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985).

¹³⁵ Antes vigia o decreto 99.547/90 assinado pelo então presidente Itamar Franco que proibia, sem restrições, o corte e a exploração florestal na Mata Atlântica por prazo indeterminado. Apesar disto, este decreto apresentava brechas que favoreciam interesses de setores empresariais e urbanísticos, pois era impreciso sobre quanto ao que se entende por *Mata Atlântica*. Esta dúvida, entretanto, não favorecia a liberação do acesso aos recursos florestais no Vale do Ribeira, onde o ambiente é incontestavelmente de *Mata Atlântica*.

Ecológica Estadual Juréia-Itatins e a Área de Proteção Ambiental¹³⁶ (APA) Cananéia-Iguape-Peruíbe, criadas em 1986 e 1984, respectivamente. As estações ecológicas representam uma das categorias mais restritivas de unidades de conservação. Sua figura jurídica, é assim definida: “áreas representativas dos ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento de educação conservacionista” (Lei nº 6.902/81, art.1º). Não prevê, portanto, nenhuma forma de uso direto de recursos, tampouco a presença de população residindo dentro de seus limites.

Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente, organizados por Resende (2000, p.90), as Estações Ecológicas de Chauás e Juréia-Itatins ocupam 2.699,6 e 63.775,23 hectares, respectivamente, somando 33,83% da área municipal. Porém, não é apenas a área coberta por tais UCs que está sujeita às restrições de uso dos recursos naturais. As áreas particulares e devolutas também são controladas pelos instrumentos legais mencionados acima.

O Decreto 750/93 “dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências”. Em outras palavras, este decreto determina que a exploração da vegetação florestal esteja condicionada ao estágio sucessional da mata, isto é, ao grau de regeneração, sendo que o corte para fins agrícolas só é permitido nos estágios¹³⁷ pioneiro (pasto sujo) e inicial (capoeirinha). Este decreto abre brechas para que moradores tradicionais tenham possibilidade de uso de determinados recursos a partir da obtenção de licenças ambientais. Contudo, nem os caboclos foram informados sobre a possibilidade de conseguir tais autorizações, tampouco os órgãos públicos responsáveis por emití-las estão equipados para atendê-los.

¹³⁶ As APAs são: “destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os ecossistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também proteção dos ecossistemas regionais” (Resolução CONAMA nº 0010/88, art.1º).

¹³⁷ De acordo com o Decreto 750/93, são cinco os estágios sucessionais da vegetação: o pioneiro, inicial, médio (equivalente a uma capoeira), avançado (equivalente a um capoeirão) e primário (mata virgem). O manejo de espécies vegetais e o uso de interesse social (ou de utilidade pública) são permitidos em todos os estágios se houver plano de manejo e o cumprimento das demais exigências para obtenção de licença do órgão competente.

O código florestal estabelece outros limites e regras para o desmatamento dentro das propriedades particulares por meio da definição de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. Também estabelece restrições para o uso do fogo na limpeza do mato.

Dados organizados por Resende¹³⁸ (2000, p.91) mostram que, em 1988 e 1994, a cobertura vegetal de Iguape, medida por meio de sensoriamento remoto, era de 158.738,3 e 156.967,7 hectares, respectivamente. A variação é mínima, embora exista a ressalva de que a metodologia de trabalho usada nos dois anos da pesquisa distorça para menos a diferença; também se deve ressaltar que neste período houve o desmembramento da Ilha Comprida, município emancipado em 1991. Mas, o que importa é que, considerando a atual área municipal de 198.120,0 hectares, a proporção de área vegetada é de aproximadamente 80%. Foi sobre esta área que o conjunto de leis ambientais passou a incidir. E nesta mesma área passou a coibir as atividades de extrativismo e a reger a atividade agrícola de práticas heterogêneas, contribuindo para o enfraquecimento de sua forma tradicional.

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE AGRÍCOLA ITINERANTE

A orientação teórica deste trabalho – dada sobretudo pela tese de Boserup (1987) – nos ajuda neste momento a entender o complexo conjunto de mudanças provocadas pela política de conservação ambiental sobre a dinâmica agrícola de Iguape e região. Na história agrária que estamos construindo – usando como referência central, mas não exclusiva, o regime de uso do solo – chegamos ao ponto no qual a base tecnológica (itinerante) do sistema agrícola prevalecente se inverte. Uma vez proibida e coibida a prática do desmatamento, o caboclo foi impelido a passar do regime de uso do solo menos intensivo para outro, de uso intensivo da terra. Sendo esta uma alteração na base de seu sistema produtivo, outros ajustes e mudanças são

¹³⁸ O autor utilizou como fonte o Programa Olho Verde (DEPRN/SMA-SP).

acionados em cadeia, transformando como um todo a organização de sua agricultura.

De fato, nas incursões que fizemos pelos bairros rurais de Iguape encontramos muitas famílias que abandonaram a atividade agrícola autônoma. E entre aqueles que a mantiveram como principal meio de vida, encontramos, em sua prática, alguns elementos da agricultura tradicional, embora sua organização geral não mais corresponda àquela caracterizada nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Trataremos inicialmente sobre as necessidades que o sitiante passou a ter assim que deixou de praticar a rotação de terras.

O REGIME DE USO DE SOLO E A TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Para não permitir que a vegetação ultrapasse o porte estabelecido para corte – o qual não corresponde ao tradicionalmente estabelecido para uma boa produção agrícola – o caboclo se vê forçado a reduzir drasticamente, ou mesmo a eliminar o tempo de pousio e o rodízio de áreas de cultivo. Assim, passa a plantar em área de capoeira fina, onde o solo ainda não se restabeleceu adequadamente. Isso significa que logo sentirá necessidade de introduzir uma nova forma de preservação e recuperação de sua fertilidade – já que as cinzas da floresta deixaram de cumprir este papel.

Pois bem, além de enfrentar dificuldade para lidar com a qualidade do solo cultivado, o sitiante se depara com outro problema. Sem que haja o tempo suficiente para que a capoeira se desenvolva plenamente, as ervas daninhas conseguem se perenizar, pois a sombra das árvores já não é mais suficiente para interromper seu ciclo de reprodução – como aconteceria se o bosque se tornasse denso. Além disso, lembra Boserup (1987, p.18), com o mesmo solo submetido a freqüentes queimadas – o que decorre da falta do pousio – aquelas ervas daninhas cujas raízes não são prejudicadas pelo fogo, tendem a cobrir cada vez mais o solo.

A luta contra o mato é, de fato, tarefa ingrata na região do Vale do Ribeira, onde as chuvas constantes aceleram o crescimento das ervas, além manterem vivas as espécies mais agressivas, mesmo após terem sido capinadas. Esta foi uma queixa

constante entre os agricultores com os quais conversamos. É interessante que sempre faziam referência ao passado, se perguntando porque anteriormente não conviviam com este problema. O mesmo lamento se estendia para a alta incidência de pragas (pulgões, lagartos, caramujos, lesmas, fungos e vírus), pois também elas eram dribladas com a constante mudança de localização da plantação¹³⁹. Isso significa que, se quiser manter o que colhia sem realizar o pousio, o sitiante, além de adotar uma alternativa de adubação, deve introduzir algum método para enfrentar as invasoras e as pragas.

Se no início do século, bastava-lhe o fogo para a limpeza e preparo do solo e a vara para plantar, agora precisa de novas ferramentas tais como pulverizadores costais, (intenso uso da) enxada e sobretudo, o arado. Isso porque “[...]o tipo de ferramenta agrícola necessária num dado contexto depende do sistema de uso da terra: algumas mudanças técnicas materializam-se somente se o sistema de uso da terra se modifica, da mesma forma que outras mudanças de sistema de cultivo só são possíveis com a introdução de novas ferramentas”¹⁴⁰ (BOSERUP, 1987, p.24). Conforme a reflexão de Boserup, o desenvolvimento agrícola não se resume num processo de aperfeiçoamento gradual das ferramentas, pois estas só serão introduzidas quando uma nova operação se tornar necessária. Veja a evolução do uso de máquinas e implementos no município (Tabela 9).

¹³⁹ O aumento da incidência de pragas também está relacionado a mudanças no tipo de cultivo a que hoje se dedicam. Hortaliças e folhagens não faziam parte do repertório agrícola do caboclo, e sim espécies vegetais bastante rústicas como os tubérculos e raízes.

¹⁴⁰ “O chuço e a enxada podem trabalhar com êxito entre os restos de uma queimada, onde os troncos atravancam o solo e a ramagem foi apenas reduzida pelo fogo, mas o arado [plenamente desenvolvido] oferece resultados ótimos no solo permanentemente limpo” (PFEIFER *in* THOMAS *apud* BOSERUP, 1987, p.24).

TABELA 9

**Evolução do uso de máquinas e instrumentos agrícolas
no município de Iguape, 1950-1995/96**

Anos	Total de estabelecimentos recenseados	Trator		Arado	
		inform.	total	inform.	Total
1950 ⁽¹⁾	2141	...	...	...	...
1960	950	10	12	7	7
1970	1563	83	108	74	95
1980	426	170	173	131	154
1995/96	620	85	115	35	46

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

Nota: (1) O censo agropecuário de 1950 informa que 99,76% das propriedades recenseadas não empregam força mecânica ou motora

... Dado não disponível

Havemos de concordar com Boserup que, com o fim do cultivo em área de floresta, o arado passou a ser quase uma urgência. E não é por menos que, quando não há disponibilidade do implemento, os agricultores evitam o sistema intensivo de uso da terra, pois o obriga a grande esforço físico para revolver o solo e/ou retirar as raízes de certas gramíneas com enxada ou com arado de tração animal – o que não é o caso na região, pois não ouvimos menção a este tipo de prática – sem obter ganhos proporcionais em aumento de produção.

Se por um lado, é conveniente o uso de insumos e implementos industriais, seja na adubação, no controle de pragas ou no preparo do solo – pois pode aumentar muitas vezes a produtividade por homem-hora – por outro, incorre em dificuldades técnicas específicas, assim como em mudanças na relação com os meios de produção e no vínculo do agricultor com o mercado.

O preparo do solo se torna menos trabalhoso – e as capinas possivelmente menos freqüentes – com o uso de trator e arado para amaino da terra. Entretanto, esta atividade, que antes podia ser antecipada liberando o agricultor para outras funções,

agora passou a ser realizada em tempo específico e restrito, uma vez que o preparo do terreno com arado exige certas condições de solo que reduzem o período propício à realização da tarefa. O solo, além de livre de tocos e raízes, deve apresentar umidade ideal de aração – tanto o excesso, quanto a falta de umidade podem comprometer o desenvolvimento da cultura como também a fertilidade do solo, ao torná-lo compactado. As condições pluviométricas do Vale do Ribeira, especialmente, encurtam acentuadamente este período, uma vez que as chuvas já podem ser bastante intensas a partir do mês de setembro. Este é um exemplo de dificuldade técnica e instrumental que o preparo mecanizado do solo passa a apresentar.

Portanto, se o uso de insumos industriais e mecanização pode aumentar a produtividade por homem-hora, isso deve ser ponderado quando se trata de agricultores novatos nesta tecnologia e desprovidos dos equipamentos necessários. Esse aumento poderá não ser tão elevado assim quando ainda não se adquiriu experiência nem na escolha, nem na dosagem, tampouco na forma de aplicação dos insumos, de modo que a incorporação dos mesmos na lavoura pode gerar resultados frustrados e mesmo colocar o agricultor em situação financeira delicada. E para evitar tais problemas, a assistência técnica surge como mais uma necessidade.

Enfim, o que descrevemos nada mais é do que a recombinação dinâmica (ou a relação recíproca) dos fatores de produção (recursos, equipamentos, trabalho e conhecimento) a partir da mudança na base tecnológica itinerante – deixamos apenas indicada a relação dinâmica entre tal mudança tecnológica e a que se processa nas relações de produção e no vínculo do agricultor com mercado. As necessidades que surgiram para o caboclo seriam previsíveis e solucionáveis, evitando as consequências sociais e econômicas negativas que pudemos observar. Pois sem apoio técnico e financeiro, o caboclo se viu desprovido de mecanismos para reorientar sua estratégia agrícola de modo adequado, passando a enfrentar o excesso de trabalho, a perda do domínio técnico, a queda na produtividade, a perda da autonomia sobre os meios de produção e daí por diante. Enfim, este é o assunto para todo o capítulo.

O QUADRO AGRÍCOLA, TAL QUAL O CONHECEMOS

Depois de alguns meses em contato com diferentes bairros rurais do município de Iguape, distinguíamos, dentro de um sistema comum de uso do solo – agora sedentário – novos e diferentes padrões produtivos. Pois a partir das restrições ao uso direto e indireto da mata, cada família se organizou como pôde. Para compreender o atual quadro agrícola do município de Iguape, nos dedicamos ao exercício de diferenciar os principais sistemas de produção e as respectivas maneiras de participação do caboclo – assim como do agricultor migrante, cuja presença interferiu nas formas de reorganização do sistema de produção do caboclo.

Na *Introdução* deste trabalho, sugerimos uma série de critérios¹⁴¹ que, em conjunto, seriam adequados para caracterizar um sistema de produção agrícola. Durante a pesquisa de campo, estivemos atentos a todos eles, de modo a estabelecer relações e definir modelos. Contudo, é provável que não haja sequer um agricultor que corresponda exatamente à forma como representamos tais padrões, pois cada um que conhecemos mescla, diferentemente, em sua atividade, os muitos atributos pesquisados.

Alertados pela experiência de Lamarche¹⁴², não quisemos unir em uma categoria apenas os indivíduos que forneciam respostas idênticas, pois assim chegaríamos a um número de categorias “quase tão elevado quanto o tamanho do grupo [de entrevistados] em si e, de quebra, a maior parte dessas ‘classes’ [seriam] compostas por um único indivíduo” (LAMARCHE, 1998, p.55). O que apresentamos é, portanto, uma síntese, arbitrária e esquemática, mas interessada em oferecer um diagnóstico

¹⁴¹ Características físico-ecológicas, meios e tecnologia de produção, relações de produção, objetivos da atividade agrícola, dimensão simbólica (reformuladora) das práticas, entre outros.

¹⁴² O pesquisador da Universidade de Paris X (França), Hugues Lamarche, coordenou uma extensa pesquisa, no final da década de 80, sobre agricultura familiar em 13 regiões dos seguintes países: Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia. Por se tratar de uma pesquisa temática comparativa dos diferentes modos de funcionamento da unidade de produção agrícola familiar, envolveu a aplicação metodológica de um laborioso processo de síntese das distintas realidades estudadas, o qual se apresenta como um produto à parte entre os resultados da pesquisa – publicada em português pela Editora Unicamp, em dois volumes (1993 e 1998).

válido e esclarecedor, ressaltando os aspetos mais significativos relativos à caracterização de um fenómeno, tendência ou padrão.

É difícil dar nome a cada uma das formas de produção agrícola usando poucas palavras, até porque cada modelo não representa uma categoria estanque, possível de se identificar a partir de um único aspecto. Porém, sugerimos uma denominação para os dois principais padrões de produção identificados, apenas para possibilitar referências diretas ao longo do texto e facilitar a redação. Assim, chamaremos: *sistema agrícola de transição* e *sistema agrícola convencional de mercado*. Esta denominação não possui critérios formais e correspondência rigorosa em bibliografia pertinente. Por isso será válido comentá-la mais adiante.

Seguiremos, então, com uma descrição do quadro agrícola do município de Iguape, tal qual o conhecemos, diferenciando os dois sistemas produtivos mais evidentes.

CARACTERIZANDO OS SISTEMAS

Enquanto uma parte das famílias de sitiantes dispõe de pouquíssimos meios para utilizar insumo agrícola industrial, outra, mesmo que precariamente, já adotou os recursos técnicos básicos da agricultura convencional¹⁴³. Na adubação, por exemplo, quando não podem adotar a química, cultivam em solos empobrecidos. Nos chamou a atenção a carência de conhecimentos a respeito de técnicas alternativas de adubação. Os agricultores do município – à exceção dos japoneses e migrantes do sul e sudeste – não conhecem, por exemplo, a adubação verde, a compostagem, ou a

¹⁴³ O adjetivo “convencional” é comumente utilizado no meio agrônomo para qualificar o tipo de agricultura que incorpora o modelo tecnológico impulsionado a partir da “revolução verde”. Esta deriva diretamente da revolução industrial – que possibilitou a substituição da força animal e humana pela força mecânica – e, posteriormente, dos avanços científicos no campo da engenharia genética – que aumentou o potencial produtivo de animais e espécies cultivadas. Portanto, a agricultura convencional – em oposição à tradicional – apóia-se no uso intensivo de máquinas e insumos industriais, ou seja, é regida pelo uso de defensivos, alta mecanização, manutenção de extensas áreas em monocultura, alta densidade populacional de plantas com pequena variabilidade genética ou próximas a homozigose e, por fim, pelo uso de técnicas de manejo padronizadas.

adubação com esterco animal¹⁴⁴.

Outras atividades, como o controle do mato e de pragas – como o caramujo africano¹⁴⁵ (*Achantina fulica*) – poderão ser feitas manualmente, exigindo, todavia, tempo e esforço excessivo deste agricultor. Aliás, entre as tarefas manuais, devemos destacar o controle do mato, pois mesmo aqueles que usam adubo e defensivos químicos, dificilmente, têm recursos suficientes para aplicar herbicidas. Estes buscam fazer uma capina mecanizada, ou, se necessário, a capina manual com a ajuda de um diarista.

São raros os sitiantes que dispõem de meios próprios de mecanização, embora não tão raros assim, sejam aqueles que dependem do uso de tratores e implementos para o preparo do solo – isto determina uma das formas de articulação entre agricultores. De maneira geral, os que vieram de fora possuem seus próprios tratores e implementos. Dada a falta de máquinas da prefeitura, o rodízio das mesmas entre os bairros rurais é intenso mas insuficiente. Muitos agricultores têm plantado em período inadequado ou têm perdido a época do cultivo pela impossibilidade de preparar o solo. Existem famílias sem recurso algum para mecanizar esta etapa do cultivo.

Enquanto parte dos sitiantes dificilmente emprega mão-de-obra além da familiar, a outra, paga diaristas, ao menos nos períodos de colheita – já alguns dos migrantes conseguem ter empregados assalariados.

Agora, algo que nos parece fundamental: enquanto uns têm uma produção bastante

¹⁴⁴ Foram raros os agricultores que conhecemos que possuem, hoje em dia, alguma criação animal. Os nativos da região parecem nunca ter tido intimidade com a pecuária – a qual se justificaria, atualmente, como forma de prover a proteína animal que antes era suprida pelo consumo de carne de caça. Porém, a criação animal parece não ser uma opção do sitiante. Aqueles que possuem animais de grande porte, os utilizam principalmente para transporte.

¹⁴⁵ Esta espécie de caramujo terrestre é originária na África e foi introduzida recentemente no Brasil como o “escargot” (*Helix pomatia*), para fins de criação comercial. A infestação deste caramujo é alarmante e descontrolada na maioria dos municípios da Baixada do Ribeira, pois encontra boas condições ambientais para alimentação e reprodução e não possui predadores naturais. Além de ser uma praga agrícola – devora folhagens, flores e frutos, sendo capaz de destruir plantações inteiras – ainda é hospedeira de dois tipos de vermes causadores de sérias doenças nos seres humanos (o *Angiostrongylus costaricensis* e o *Angiostrongylus cantonesis*). A única forma viável de combater esta praga – encontrada de forma generalizada pelos bairros de Iguape – é a coleta manual periódica.

reduzida, comercializando somente nas feiras e mercados de Iguape seus principais produtos que são a farinha de mandioca e a banana – além de diversos¹⁴⁶ tipos de frutas e flores do quintal e do mato, espécies vegetais rústicas, ervas medicinais, condimentos e carne de pequenos animais – outros especializam e adequam sua produção para comercializar, principalmente, no mercado atacadista de São Paulo e, secundariamente, no de Registro. Sua lavoura é financiada pelos “barraqueiros” do Ceagesp, a quem é destinada a produção. Os migrantes mais capitalizados, adquirem crédito ou financiamento bancário. Seus principais produtos são o maracujá (doce e azedo), pimentas, abobrinha, jiló, quiabo, vagem, pepino japonês e chuchu.

Os primeiros utilizam o transporte público para levar sua mercadoria até a cidade. Além de sua própria passagem, pagam também pelas caixas que carregam. Os outros pagam pelo frete do caminhão, e uma pequena elite usufrui transporte próprio (caminhões e utilitários).

Em nossa pesquisa, a grande maioria dos agricultores, independentemente do tipo de agricultura que pratica, não possui o título definitivo de propriedade da terra. Apesar disso, os agricultores costumam possuir algum título de domínio, seja o de herança, o de compra de particular, posse a justo título etc. Mostram-se sempre seguros e convictos sobre o fato de exercerem o direito de propriedade sobre suas terras, e serem seus verdadeiros donos. Há muita desinformação a respeito da possibilidade de aquisição do título definitivo de propriedade e dos benefícios a que estão associados, sendo os principais: acesso a crédito bancário e obtenção de licença ambiental para diferentes finalidades, entre as quais, o desmatamento.

A falta do título não tem sido um problema maior enquanto existe a possibilidade de financiar a produção junto ao barraqueiro do Ceagesp, o qual não exige comprovante de propriedade como garantia de empréstimo, como fazem os bancos. Também não tem sido um problema maior enquanto a roça ilegal é mais fácil – e mesmo mais

¹⁴⁶ São exemplos de frutas: limão cravo, goiaba, jaboticaba, maracujá do mato, carambola, cajamanga etc. De espécies rústicas: cará de diversos tipos, abóboras, taioba, urucum, feijão, milho e pimentas. De ervas e condimentos: unha de gato, guaco, mentruz, hortelã pimenta, “coentro do mato”. E de animais: porco, galinha e pato. Recentemente, estas famílias têm comercializado hortaliças (alface,

garantida – que a obtenção de uma licença ambiental, cuja burocracia exige a comprovação da propriedade, e pode demorar mais de dois anos para ser aprovada¹⁴⁷. Além disso, os sítiantes já sabem que as áreas autorizadas pelo DEPRN dificilmente coincidirão com aquelas que ele escolheu para fazer sua roça; os critérios são outros, preferindo as autoridades competentes as áreas de mata rala ou capim, que além de produzirem uma roça mais fraca, ainda favorecem o esgotamento daquela porção de terra. Em resumo, entre aqueles que financiam a produção, o conhecimento e o interesse com relação à obtenção de um título definitivo é maior, embora o “espaço informal” tenha sido suficiente para manutenção de sua agricultura.

Em geral, as propriedades que visitamos são pequenas, embora tanto a área total como a área cultivada variam, consideravelmente, de um sítio para outro. Com poucas exceções, essas propriedades possuem além da área cultivada, uma área coberta por floresta (a qual sofre restrições de uso). Não seria necessário dizer que nos sítios, onde é baixo o acesso à mecanização e ao uso de insumos industriais, a área cultivada é bastante restrita (até 3ha), enquanto que a relação entre a área de mata e de lavoura é elevada. Onde se conta com tais recursos, a área cultivada tende a ser maior, e a relação entre área de floresta e lavoura tende a ser mais baixa. A tabela a abaixo (Tabela 10) não nos fornece informação sobre esta relação de utilização de área nas propriedades, mas nos mostra que da década de 50 para a de 80 houve um aumento da área de lavoura cultivada, o qual atribuímos à mecanização.

couve, rúcula, espinafre, cebolinha, cheiro verde etc), cujas mudas são cedidas pela Casa da Agricultura.

¹⁴⁷ “Dados do DEPRN referentes à região do Vale do Ribeira indicam que o licenciamento tem tido um alcance limitado, na medida em que em quase seis anos foi emitido um número muito baixo de autorizações de manejo, considerando-se o total de propriedades rurais na região (pouco mais de 5000, conforme Censo Agropecuário 1995-96, IBGE, 1996). Mesmo este número de licenças é bastante concentrado, tendo sido autorizadas apenas 22 diferentes pessoas físicas ou jurídicas. Somente uma empresa (proprietária de um imóvel com área de trinta mil hectares) teve 19 autorizações, somando 1.538.416 unidades (86% do total)” (RESENDE, 2000, p.111).

TABELA 10

Evolução do número de estabelecimentos segundo os grupos de área de lavoura, município de Iguape, 1950-1980

Grupos de área de lavoura (ha)	1950		1960		1970		1980	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
< 1	113	5	6	1	49	3	5	1
1 a < 5	1.619	78	476	51	1.026	68	150	39
5 a 10	262	13	224	24	213	14	90	23
10 a 20	50	2	142	15	130	9	70	18
20 a 50	15	1	75	8	80	5	47	12
50 a 100	4	0	11	1	7	0	10	3
100 a 200	1	0	3	0	2	0	8	2
200 a 500	1	0	1	0	—	—	3	1
500 e mais	—	—	—	—	—	—	5	1
Total de Informantes	2.065	100	938	100	1.507	100	388	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

De modo geral, nem no primeiro padrão produtivo, muito menos no segundo, os agricultores conseguem garantir diretamente a própria subsistência com os produtos de sua lavoura. “Hoje a gente faz a feira e lá na cidade mesmo a gente já deixa o que ganhou. Antigamente a gente plantava arroz, plantava feijão...”. Contudo, é notável que os sítios dos caboclos, mesmo aqueles cuja produção já é mais tecnificada e fortemente vinculada ao mercado, ainda mantém um quintal de frutíferas, ervas, temperos... apenas para uso doméstico.

A bem dizer, dificilmente as famílias que realizam um “sistema de transição” vivem apenas da agricultura – o que já não se passa com aquelas “do sistema convencional de mercado”. E são elas que ainda mantêm uma relação com a mata, de onde retiram produtos para vender e para uso próprio. Extraem frutas, ervas, palmito, carne de caça, taquaras e madeiras (para artesanato, confecção de instrumentos de trabalho e

cobertura de casas). É por meio das atividades de pesca, extrativismo e artesanato¹⁴⁸ que a renda familiar se completa. Mesmo para vender na feira, estes agricultores se vêem na necessidade de manufaturar seu produto para ganhar um pouco mais. Vendem doce de frutas, “beiju”, sequilhos, bolos, broinhas, cuscuz de arroz, de milho, nhoque de mandioca, colorau, conservas de pimenta, queijo¹⁴⁹ etc.

Como dissemos inicialmente, há muitas variações e gradações no interior de cada um desses dois grupos, sobretudo, no interior do segundo, quando se passa a comparar a quantidade de recurso investido e o retorno alcançado, a escala de produção, o nível de tecnificação etc, entre caboclos e migrantes, embora exista um padrão tecnológico e comercial.

Quanto ao retorno econômico, é difícil estabelecer uma correspondência direta entre as duas formas de produção descritas, quando comparamos apenas os sitiantes da região. Aquele que pratica uma agricultura de padrão convencional e de mercado tem a chance de ganhar mais, embora seus investimentos e riscos sejam maiores. Portanto, nem sempre usufrui melhores condições econômicas¹⁵⁰ que o companheiro que pratica agricultura mais rústica. Existe esta tendência, entretanto.

Quanto ao conhecimento técnico, a divisão é bem mais simples. O domínio técnico é inversamente proporcional à adoção do pacote tecnológico convencional, isto é, quanto mais insumos se utiliza, menor o domínio técnico – estamos excluindo desta relação os agricultores “de fora”, os quais possuem maiores conhecimentos. De fato, foi possível notar que os sitiantes que passaram a adotar recursos do modelo convencional de agricultura podem até conhecer bem os períodos de plantio e colheita, as principais pragas e doenças... embora praticamente desconheçam as diferentes qualidades de calcário, o melhor período e forma de aplicação, as

¹⁴⁸ Retiram mel, confeccionam cestos de taquara, vassouras de piçarra ou palha etc.

¹⁴⁹ Algumas vezes os produtos utilizados são comprados no mercado, como a farinha de trigo, o fubá... apenas a receita é que é tradicional. Também é comum comprarem de produtores vizinhos, como o leite que usam para os queijos.

¹⁵⁰ Para se ter uma idéia de quão limitado é o equilíbrio financeiro destes sitiantes, basta considerar que uma parte deles, mesmo comercializando maracujá, vagem, jiló... no Ceagesp, ainda dependem de comercializar na feira-livre semanal de Iguape, onde auferem em torno de 40 reais por semana.

formulações mais adequadas de NPK¹⁵¹, o defensivo mais apropriado e a dose mais econômica... e daí por diante, depreciando, e muito, os resultados agrícolas alcançados.

Como comentamos acima, a assistência técnica agrícola torna-se uma necessidade, muito embora seja insuficiente. Deste modo que, a grande maioria dos agricultores continua aprendendo com sua própria experiência prática, o que significa que o *tempo* é uma outra variável importante na relação com o domínio técnico. Assim comenta o sitiante do Peroupava: “Tudo que eu aprendi, eu aprendi com eu mesmo. Agrônomo eu nunca trouxe na minha lavoura. Essa gente [da Casa da Agricultura] não pisa aqui nos sítios. Só vive lá entocado. Lá nem semente não tem pra gente pegar! Essa turma da Casa da Lavoura não querem nada, aquilo ali é só sentado lá!” (depoimento, 2001)

...

Diante desta caracterização geral é mais fácil validar a denominação que escolhemos para os dois sistemas produtivos identificados no município. Ao chamar o primeiro deles de “sistema de transição”, chamamos a atenção para o fato de encontrarmos, naquela prática agrícola, elementos da agricultura tradicional do caboclo – como o tipo de relação com o mercado e sua conjugação com atividades não agrícolas – mas também elementos que denotam sua desestruturação, como a falta de terras, de mão-de-obra, de organização coletiva, além de notável dependência do mercado, inclusive para própria alimentação, e conseqüente empobrecimento dos sitiantes. Porém, falar em transição significa indicar que a estrutura em análise assume apenas temporariamente determinada condição. Portanto, nos convida a uma análise prospectiva, apesar da dificuldade que lhe é própria. Sugerimos duas direções, por meio das quais o caráter transitório deste sistema de produção se desfaz.

Ou o sitiante conseguirá dar um salto para a modernização agrícola e passar a fazer parte de relações de mercado mais amplas e complexas – o que a nosso ver dependerá da adoção de uma boa política agrícola e de estruturação fundiária – ou,

¹⁵¹ Adubo químico à base de nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K).

este agricultor tenderá a deslocar-se para o serviço volante, para as atividades clandestinas (embora imbricadas no mercado), ambas em prejuízo de sua agricultura independente. Sem contar com a migração para a cidade – tendência já bastante intensa entre os jovens.

A citação abaixo, apesar de ter sido feita por um morador do Despraiado, que por estar inserido em uma estação ecológica apresenta dificuldades produtivas adicionais, retrata sem distorções a posição difícil e delicada dos agricultores “que ficaram no meio do caminho”:

Não compensa [tratar a banana com insumos]. Não é que não compensa; não está compensando no momento. Se vender uma caixa de banana aqui... vamos dizer, a oitenta centavos, um real... comprador fixo não tem... Se... uma hipótese: a gente tem 500 reais, compramos um tambor de óleo, o quilo de veneno para misturar...(qual é o veneno lá que mistura no óleo pra você passa na banana?), você vai chegar a 400, 500 reais para você passar 200 litros de óleo, pra você tirar uma caixa de banana por oitenta centavos?... não compensa. É melhor você ficar com seus 500 reais... vai comendo de pouquinho... do que você aplicar ele na banana. Se a gente vendesse a banana, e sobrevivesse, e sobrasse pra ponhá um adubo, um óleo... aí compensava para a gente. Por enquanto, tem que ir fazendo assim: dando uma limpada [capinada], que nem você tá vendo aí. **E pedir a Deus pra vender!** (Despraiado, 2002).

A denominação “sistema agrícola convencional e de mercado” é mais óbvia. Cumpre somente destacar a relação de reciprocidade entre mercado e modelo produtivo, cujo caráter pode ser virtuoso ou deletério. De modo geral, a relação mercado/sistema produtivo do caboclo é, em comparação àquela do migrante, precarizada¹⁵².

A partir do momento em que a exploração agrícola volta-se ao mercado que se estende para além dos limites regionais, tanto o produto cultivado, como a escala e a tecnologia de produção passam a ser determinados cada vez mais por este mercado, implicando, por sua vez, maior dependência do mesmo para aquisição de insumos agrícolas industriais, e maior investimento para conseguir realizar este modelo agrícola. Nesta relação, o caboclo não controla o preço dos insumos que utiliza e tampouco os preços em que sua produção é comercializada. Fragilizado nesta

¹⁵² Condição que se justifica pela fato de não ser o dono de todos os meios de produção, não ter o título definitivo da terra e, conseqüentemente, não ter acesso a crédito agrícola, não ser priorizado como alvo para assistência técnica e daí por diante.

relação, prende-se o caboclo num círculo vicioso cujo movimento é impulsionado pela necessidade de produzir para cobrir os investimentos e sobreviver sob a circunstância de delicado equilíbrio econômico. Apesar de ainda vender produtos, e não sua força de trabalho, a autonomia do caboclo se reduz a uma aparência ilusória (que o condena a auto-exploração e subordinação ao mercado).

No decorrer do capítulo, estas inferências devem ficar mais evidentes.

A RECONFIGURAÇÃO DO QUADRO AGRÍCOLA MUNICIPAL: OBSERVAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE SISTEMAS E AGRICULTORES

Apenas esta distinção inicial não é suficiente para visualizar a organização da produção agrícola atual. Sobretudo porque é justamente nas trocas, nas articulações entre os grupos de agricultores e suas práticas que desvendamos os mecanismos de funcionamento e as fragilidades de tal organização. Ao observar a distribuição atual da atividade agrícola sobre a área municipal, nos ocorreu a hipótese de que uma discreta articulação entre produtores que praticavam diferentes sistemas agrícolas foi determinante no processo de intensificação do sistema itinerante, pois o caboclo só conseguiu manter sua atividade agrícola como principal meio de vida nos bairros onde também se desenvolveu a agricultura convencional – e onde esta subsistiu após as enchentes comentadas anteriormente. Apesar de pouco virtuosa, as trocas materiais (terra e implementos agrícolas), de conhecimento e de mão-de-obra ocasionadas pela presença do agricultor que já tinha uma prática intensiva no bairro foi, e ainda é, importante apoio para o caboclo.

Vale notar que alguns migrantes nunca chegaram a praticar uma agricultura itinerante. Logo que puderam, compraram máquinas e desmataram a maior parte de suas propriedades. Isso significa que, tanto não sofreram com a transição de seu sistema produtivo como sofreu o caboclo com o controle do desmatamento, como estiveram em condições vantajosas numa série de aspectos para o enfrentamento da conjuntura produtiva estabelecida pela legislação ambiental. Um desses aspectos

refere-se à situação dominial regularizada da terra (ou em condições de assim se parecer), a qual facilita a obtenção de licenças ambientais para uma série de atividades, entre elas o desmatamento e também, a obtenção de indenizações nos processos de desapropriação das áreas da E.E.J.I..

Resende (2000, p.78), referindo-se à situação do Vale do Ribeira como um todo, acrescenta que para os agricultores mais capitalizados “a fiscalização não chega a ser um impeditivo, apenas um custo extra. Observa-se que normalmente estes conseguem promover a abertura de novas áreas através do desmatamento feito por terceiros (“laranjas”), ou até mesmo pelo proprietário, que incorpora o custo da multa porventura aplicada. A simples penalização administrativa (a multa) tem sido insuficiente e outras medidas (civis e penais) são raras”.

Atualmente, na área da Aldeia do Una, a agricultura é insignificante. A principal atividade econômica do caboclo e de uma população de migrantes pobres é o extrativismo clandestino de palmito. Esta área, que se destacou historicamente pelo desenvolvimento de uma agricultura comercial de arroz – dada a presença de agricultores patronais e donos de engenho – mesmo após a crise do fim do século XIX, foi fortemente atingida pelas enchentes, que afogou por completo qualquer intenção de desenvolvimento da bananicultura ou de outra agricultura convencional de mercado. Vale lembrar que no período das enchentes, o caboclo pode se manter da pesca e do extrativismo vegetal, mas quando tais atividades – assim como a roça itinerante – passaram a ser perseguidas, ou ao menos, amplamente dificultadas pelas exigências legais que primam pela conservação ambiental, as famílias se viram sem sua fonte de renda¹⁵³, sem sua lavoura e em difíceis condições para retomá-la. E assim se encontram até hoje, na clandestinidade do extrativismo e numa acentuada pobreza.

Em toda sub-área do Jairê, também atingida pelas enchentes, a agricultura comercial

¹⁵³ As principais fábricas de processamento de palmito e caixeta aos poucos foram sendo fechadas. Em 1989 ainda havia sete serrarias de caixeta no município de Iguape, embora já em fase de decadência, sendo que a maior delas fechou ainda neste ano. O único comprador da madeira pré processada nas serrarias (em forma de tabuinhas para produção de lápis) do período era a Faber-Castell (cf. DIEGUES *et al.*, 1991, p.62).

emergente cedeu lugar à criação de búfalos e de gado bovino, enquanto que a agricultura do caboclo ficou restrita a uma precária¹⁵⁴ roça de subsistência.

Já na área do Peroupava, a dinâmica foi outra. Apesar da forte debandada dos agricultores migrantes e da decadência da monocultura da banana, após as primeiras enchentes, alguns ainda mantiveram suas propriedades e foram se recuperando por meio de pequenos investimentos em lavouras de ciclo curto, como as de espécies olerícolas. Acompanhando este mesmo impulso, uma parte dos sitiantes aproveitou-se *temporariamente* do extrativismo como alternativa econômica, apenas o suficiente para possibilitar a retomada de sua lavoura¹⁵⁵, de preferência com cultivos de crescimento rápido que pudessem ser comercializados. Isso significou, no transcorrer dos anos, o fortalecimento desta agricultura no contexto do bairro.

Quando as restrições ambientais passaram a incidir sobre a região, estes sitiantes, além de manterem sua lavoura, ainda tiveram o apoio indireto dos migrantes, através do exemplo de sua prática agrícola, e direto, por meio do empréstimo de máquinas e implementos, além de apoio no transporte e na comercialização. Aqueles que tinham se afastado da agricultura – em função das dificuldades criadas pelas enchentes, mas também em função dos incentivos criados em torno do extrativismo do palmito, da caixeta e da pesca da manjuba – tiveram mais dificuldades de retomá-la, tendendo a ser absorvidos como mão-de-obra volante nas outras propriedades. A partir daí, se configurou uma certa divisão entre aqueles que seguiram vivendo da lavoura comercial de produtos anuais e aqueles que buscaram ocupação no trabalho volante.

Quando da ocasião desta entrevista, haviam transcorrido sete anos desde a última enchente. Hoje, o sitiante entrevistado é de opinião de que o bairro já se recuperou. Apesar de só fazer referência às enchentes, e não às proibições ambientais, sua conversa referenda a conclusão acima, a qual pressupõe um efeito conjugado destes

¹⁵⁴ Qualificamos por precária a roça de subsistência pois dificilmente cumpre alimentar de forma adequada a família. O arroz, por exemplo, já não faz parte desta roça. Em geral, trata-se de *rocinha*.

¹⁵⁵ Nota-se que a população rural mais carente recebeu, na ocasião das enchentes, ajudas emergenciais de comida, água, roupas... mas raramente receberam sementes e apoio para voltar a produzir. Isto apenas alguns conseguiram por vias próprias, isto é, por meio de empréstimo de um amigo, uma doação de um vereador de Iguape etc.

dois eventos:

Na época das enchentes todo mundo da agricultura perdeu tudo. Depois dessas enchentes pra cá houve muita diferença. Quando começou a parar as enchentes, que a barragem foi aberta, houve muita diferença. Muitas pessoas já endireitou-se mais, já compraram as coisas. Todo mundo plantando maracujá. Todo mundo plantando verdura, comprando, fazendo financiamento. Eu pelo menos já fiz financiamento. Fiz no Banco do Povo, comprei uma máquina [Tobata]. Tenho trabalhado com ela, que tem me ajudado muito. Teve muita vantagem depois das enchentes. Hoje, aqui dessa região sai 4 caminhões de mercadoria por semana, que vai tudo pro Ceasa. A gente vê muita coisa. Já acabou aquele problema (depoimento, Peroupava, 2003).

Em outro trecho da mesma conversa, completou:

O que atrapalhou a vida do homem é isso daí. Nas épocas das enchentes que atrapalhou o povo... note bem, muita gente deixou-se trabalhar de camarada [diarista].

Na sub-área do Momuna, e na maior parte do Itimirim, a agricultura convencional foi se desenvolvendo sem sofrer com os percalços das enchentes. No momento em que o uso dos recursos florestais passou a ser controlado, a dinâmica foi então semelhante à do Peroupava: pelo menos algumas famílias de sitiantes conseguiram manter ou iniciar uma atividade agrícola comercial e de uso intensivo do solo, em sinergia com agricultores migrantes. A agricultura do Momuna não tem o cultivo de olerícolas como característica marcante, como no Peroupava; é mais diversificada. Encontra-se maracujá, cítricos, tomate, flores e goiaba nas propriedades de agricultura convencional e hortícolas e mandioca (comercializada como farinha) nas propriedades de agricultura mais rústica.

Um caso especial refere-se a área da Estação Ecológica da Juréia, onde tanto o desenvolvimento da agricultura convencional, como da tradicional foram paralisados.

A tabela 11 ilustra alguns dos movimentos da dinâmica de cultivo no município de Iguape. É possível observar, por exemplo, que no período entre 1950 e 1995/96 o número de estabelecimentos com pastagens cresce, em prejuízo da lavoura temporária. Observa-se também que entre as décadas de 1970 e 1995/96 houve elevação e queda significativa da lavoura permanente, o que supomos retratar o

movimento de expansão e retração da bananicultura. Quanto às informações sobre as terras em pousio, acreditamos que os dados do censo não retratam fielmente a realidade, provavelmente pela própria dificuldade de defini-la – é possível que as terras em pousio confundam-se com as categorias de terras (usadas pelo IBGE) como as de matas e florestas, terras improdutivas, incultas, não utilizadas etc. De tal modo, sua análise fica prejudicada.

TABELA 11

Evolução da forma de utilização da terra no município de Iguape, 1950-1995/96

Ano	Lavoura									
	Total		Permanente				Temporária			
	Estab.	Área (ha)	Infor.	%	Área (ha)	%	Infor.	%	Área (ha)	%
1950	2.141	95.301	...	...	2.634	3	...	...	7.584	8
1960	950	81.823	363	38	3.294	4	856	90	5.464	7
1970	1.563	97.812	462	30	3.907	4	1.338	86	5.332	5
1980	426	86.848	266	62	14.507	17	235	55	1.522	2
1995/96	620	34.236	221	36	1.867	5	408	66	1.090	3

Ano	Lavoura						Pastagem			
	Total		Em descanso (1)				natural e plantada			
	Estab.	Área (ha)	Infor.	%	Área (ha)	%	Infor.	%	Área (ha)	%
1950	2.141	95.301	...	...	27.673	29	...	...	1656	2
1960	950	81.823	312	33	8.505	10	113	12	1210	1
1970	1.563	97.812	1.232	79	24.968	26	194	12	4715	5
1980	426	86.848	28	7	411	0	139	33	7045	8
1995/96	620	34.236	46	7	567	2	174	28	7790	23

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Notas: A soma dos percentuais relativos ao número de informantes é maior que 100, o que indica que um mesmo informante pratica mais de um tipo de lavoura em seu estabelecimento. Já a soma dos percentuais relativos ao uso da área é menor do que 100, pois não estamos apresentando todas as categorias de área usadas pelo IBGE, como a de “matas e florestas”, até porque estas categorias não seguiram um padrão em todos os censos.

... Dado numérico não disponível. (1) Nos Censos de 1950 e 1960, chamou-se de "Terras incultas"; em 1970, "Terras em descanso e terras produtivas não-utilizadas".

ARTICULAÇÃO MATERIAL

Ao comentarmos as trocas materiais, inevitavelmente, trataremos das relações de produção que se estabelecem entre agricultores, uma vez que intermediadas pela relação com os meios de produção.

TERRA

Conhecemos agricultores nativos do Peroupava que hoje não têm mais sua própria terra para cultivar – resultado de processos de expropriação e reestruturação fundiária que levaram à perda da terra. Outros, mantiveram um terreno cuja área é insuficiente para sustentar a família ou para desenvolver o projeto de agricultura que potencialmente poderiam. Outros ainda, possuem amplos sítios, embora só consigam aproveitar uma área muito pequena, em consequência das restrições ao desmatamento.

Por outro lado, existem propriedades com grandes áreas abertas, como é o caso das terras dos migrantes, os quais tiveram condições de investir na produção, mecanizar e portanto, desbravar e cultivar uma área maior, antes do período da rigorosa fiscalização. Algumas dessas propriedades já foram amplos banais e hoje representam extensas áreas agricultáveis, das quais o dono só utiliza diretamente uma parte. Também são comuns os sítios cujos proprietários forasteiros já abandonaram a produção e a região – se é que algum dia chegaram a habitá-la – constituindo, da mesma forma, terras abertas para cultivo e carentes de mão-de-obra.

É diante desta situação, que coloca em lados opostos e complementares, o caboclo e o migrante proprietário de terras, que se estabelecem relações de arrendamento e parceria¹⁵⁶. Para um, estas relações representam uma forma – muitas vezes onerosa –

¹⁵⁶ O contrato de arrendamento se constitui quando apenas as terras (e as benfeitorias, se for o caso) fazem parte do acordo. O arrendatário não só possui suas ferramentas de trabalho, como também é ele

de acesso à terra, para o outro, uma forma de adquirir mão-de-obra, maximizar a renda e garantir a terra.

O caboclo, cuja prática agrícola é mais rústica, para se manter como está não necessita de um pedaço de terra muito extenso, seja por contar com pouca mão-de-obra, seja por não ter recursos para investir numa produção maior, tampouco estrutura adequada de comercialização. Contudo, é comum diagnosticarem em seus sítios solos bastante desgastados e pouco produtivos. E é isto que, de modo geral, os leva a buscar terra alheia, mesmo que o arrendamento lhe adicione custo. Já aquele que desempenha uma agricultura próxima da convencional tem sua busca por terras motivada, não tanto pela necessidade de solos férteis, já que utiliza adubo químico, mas principalmente, pela necessidade de praticar uma escala de produção economicamente viável e pela necessidade de aplicar toda a sua força de trabalho.

O caboclo que não possui terra própria e se mantém da atividade agrícola como arrendatário ou meeiro realiza, de modo geral, uma agricultura convencional voltada para o mercado atacadista. Este tipo de agricultura não lhe dá melhores garantias de equilibrar os custos do arrendamento ou da parceria que uma agricultura mais rudimentar. Porém, permite – ao menos simbolicamente – que o agricultor progrida em termos econômicos e tenha a possibilidade de se tornar autônomo. Sem este projeto ou anseio, é mais provável que se torne um diarista, ou mesmo abandone a agricultura.

Portanto, apesar de custosas, parcerias e arrendamentos representam meios indispensáveis de garantir ou complementar a renda e a subsistência, seja daqueles que não possuem terra, seja daqueles com limitados recursos territoriais.

A tabela 12 abaixo mostra que da década de 60 para a década de 90, diminuiu o número de proprietários diretos e aumentou o número de parceiros. Nota-se,

que estabelece o que irá cultivar. O pagamento ao proprietário da terra varia conforme a qualidade e extensão da terra e o rendimento que se poderá extrair da mesma, ou então, pode ser uma fração estipulada da produção. Na relação de parceria, o meeiro não possui todo o capital, tampouco as ferramentas, necessários para a produção, devendo, portanto, o proprietário fornecer não apenas a terra e benfeitorias, mas parte dos meios de produção. A renda paga ao proprietário geralmente é proporcional à colheita.

entretanto, que a área cedida às parcerias é muito pequena com relação ao total de área das propriedades. A tabela mostra também um súbito aumento dos “ocupantes” na década de 70.

TABELA 12

Evolução do número e da área dos estabelecimentos segundo a condição do responsável no município de Iguape, 1960–1995/96

Ano	Total		Proprietários				Arrendatários			
	Estab.	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%
1960	950	81.823	848	89	63.901	78	31	3	2.160	3
1970	1.563	97.812	1.118	72	69.827	71	47	3	1.076	1
1980	426	86.848	381	89	77.753	90	24	6	6.846	8
1995/96	620	34.236	355	57	31.043	91	22	4	1.180	3

Ano	Total		Parceiros				Ocupantes			
	Estab.	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	%	Estab.	%	Área (ha)	%
1960	950	81.823	...	...	...	...	28	3	1.636	2
1970	1.563	97.812	39	2	2.164	2	359	23	24.745	25
1980	426	86.848	6	1	1.154	1	15	4	1.095	1
1995/96	620	34.236	221	36	1.608	5	22	4	405	1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Nota: O censo agropecuário de 1960, ao invés de “parceiros”, traz a categoria “administrador”. Por este motivo preferimos omitir esta informação.

... Dado numérico não disponível.

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Mesmo para quem pouco investe na produção e cultiva para o comércio local, o preparo do solo é uma atividade realizada, preferencialmente, com a ajuda do trator e do implemento (arado e/ou grade). Para quem investe em insumos em geral e cultiva para o mercado atacadista, a mecanização do preparo do solo é, então, obrigatória¹⁵⁷. O plantio e todos os tratos culturais podem ser feitos manualmente, mas o preparo da terra, não¹⁵⁸. Revolver o solo livra (temporariamente) o terreno das ervas daninhas, facilita o plantio e a germinação da semente e, em tese, favorece as condições de desenvolvimento da planta.

São poucos os caboclos que conseguiram adquirir máquinas próprias e as que são cedidas pela prefeitura são insuficientes diante da necessidade, especialmente porque concentrada no mesmo período do ano. Isso significa que tratores e implementos são objetos de convênio entre agricultores e sistemas produtivos.

Na porção central do bairro Momuna, apenas um agricultor possui trator. Este aluga a máquina e seu dia de trabalho qualificado para os companheiros de bairro, que consideram o serviço não muito barato. Os próprios agricultores que necessitam de empréstimo de máquinas compreendem a falta de interesse do dono em prestar este serviço, pois avaliam que para ele não represente uma vantagem econômica, uma vez que já obtém relativo sucesso com a atividade agrícola¹⁵⁹. Além disso, compreendem que o agricultor já tem pouco tempo para dar conta de seu próprio serviço. Por fim, acham importante considerar o risco de quebrar a máquina e causar prejuízo ao proprietário. Quando perguntamos se o alto preço chegava a atrapalhar

¹⁵⁷ A obrigatoriedade está relacionada aos objetivos da produção e à coerência entre o investimento de trabalho e de recursos que serão feitos em todas as etapas do cultivo. De nada adiantará investir em adubos, se não investir em controlar o mato; de nada adiantará investir em sementes melhoradas se não preparar o solo... e assim por diante – não é à toa que costumamos chamar de “pacote tecnológico convencional”, pois cada recurso exige o uso de muitos outros.

¹⁵⁸ Em nossa pesquisa de campo, não constatamos utilização de tração animal pelos agricultores do município.

¹⁵⁹ Além da atividade agrícola, este agricultor obtém renda de outras atividades ligadas à pesca, arrendamento de terras, produção de mel etc.

relacionamentos de amizade a resposta foi: “Ele está bem de vida. Ele é melhor. Ele não depende de trabalhar para o outro. Estando parado o trator, para ele é melhor” (depoimento, Momuna, 2001).

Os agricultores que dispõem de tratores e implementos agrícolas, bem como aqueles que gozam de alguns bens materiais não relacionados à produção, tais como, telefone celular e veículo próprio, acabam assumindo uma posição de liderança no bairro, pois prestam serviços diferenciados à comunidade – e não somente por isso, são considerados como referência em termos de agricultura. Em geral, são japoneses ou migrantes do sul do Brasil. Os serviços prestados, como dito acima, acontecem tanto por meio de pagamento, como gratuitamente, seja nos casos de levar alguém ao médico, seja para fazer uma chamada telefônica de emergência, ou para usar trator, carretas e implementos agrícolas. O que importa é que existe aí uma troca material, que envolve relações de produção e liderança.

É evidente que, entre ceder, emprestar, cobrar o mínimo ou cobrar com lucro, se estabelecem grandes diferenças nas relações sociais de bairro. De qualquer forma, existe no âmbito das trocas materiais um espaço de constituição da posição social no bairro e de dominação econômica. E esta observação se torna mais interessante quando associamos tais desdobramentos sociais à insuficiência atual do Estado como provedor de transporte, estrutura produtiva, meios de comunicação, assistência médica etc.

Recentemente, um rapaz tem oferecido um serviço de preparo do solo mecanizado mais barato, no Momuna. Ele vem do bairro vizinho, o Cavalcante, e parece estar se especializando nisto. Cobra pela hora de serviço.

ARTICULAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Entre o plantio e a colheita, é necessário capinar, pulverizar, adubar... capinar outra vez... tudo feito manualmente – à exceção de raras propriedades, onde apenas a colheita não acontece de forma mecanizada. Isso significa que a necessidade de mão-de-obra é elevada. Pois bem, durante todo o século, a família foi o núcleo provedor da mão-de-obra e organizador do trabalho nas propriedades. Hoje, porém, observamos que, dentro das famílias, o número de trabalhadores diminuiu. Ora, isto nos diz, entre outras coisas, que a diminuição da mão-de-obra familiar, ou se impõe como um limitante desta produção, ou incita o estabelecimento e a organização de novas relações produtivas.

Pareceu-nos relevante o fato de encontrarmos trabalhando na lavoura, predominantemente, casais adultos, acima de 40 anos, sem os filhos como força de trabalho no sítio. As crianças e os jovens, além serem em menos numerosos que nas famílias de seus antepassados, já não querem ser agricultores, tampouco seus pais almejam tal destino para seus filhos. Isso coloca em cheque o próprio destino dessa produção familiar.

Os jovens são estimulados a estudar e se qualificar para oportunidades de emprego “menos sofridas” na cidade. Tal projeto lhes impõe a necessidade de ir para a sede do município¹⁶⁰, todos os dias, para estudar. Além de enfrentarem uma rotina extenuante, enfrentam a angústia de um futuro incerto, seja no campo, seja na cidade. Assim avalia um agricultor:

“É aquela lenda, né: no fim o estudo pra alguns também não adianta nada. O mais do povo que estuda por aqui não tem emprego. Não tem emprego para os estudantes, é difícil hoje em dia o estudante ter emprego. Todo mundo conhece, né? É aquele azar!” (depoimento, Peroupava, 2002).

¹⁶⁰ Os bairros rurais não possuem escola de ensino médio, e alguns, nem de ensino fundamental. Isso leva crianças e jovens a viajar todas as madrugadas para estar na cidade de Iguape às 7horas da manhã. Há também aulas noturnas freqüentadas por jovens e adultos, que retornam as suas casas por volta da meia-noite.

Mas a avaliação mais concreta é a de que os jovens se distanciam da realidade rural e agrícola, não se educam mais nestas matérias, e pouco conseguem ajudar seus pais no trabalho da lavoura. Assim resumiu outro agricultor:

Um [problema] é que os caras vão pra estudo, chegam meio-dia, os filhos não querem mais ir trabalhar porque tão cansados [...] E hoje em dia, se você der uma foice para um estudante aí, em vez dele trabalhar, ele se mata. Porque ele não sabe trabalhar, não sabe! [...] Tenho certeza que tem moleque por aí que nunca viu um pé de palmito (depoimento, Peroupava, 2002).

O fato de deixarem a propriedade para buscar outro meio de vida na cidade é mais um indicativo de que a vida no meio rural anda difícil e simbolicamente desvalorizada. Contudo, é mais fácil entender as motivações que levam os jovens a deixar o sítio, do que as implicações de sua ausência para a organização da produção agrícola. Se por um lado, a falta de braços se impõe como severa limitação para a manutenção da produção, é também indicativa, no sentido contrário, de que há “impossibilidade de sobrevivência dos mesmos [filhos jovens] junto aos pais e destes últimos junto aos filhos, devido à rarefação, no contexto do bairro, das oportunidades de ganhar a vida, quer como lavradores autônomos, quer como trabalhadores assalariados. Pode-se dizer que a sobrevivência dos que ficam (velhos, adultos e crianças) depende da saída dos jovens” (Queiroz R., 1983, p.83).

Tudo isso pareceu ainda mais complexo quando nos demos conta de que a ajuda que filhos adultos prestam a seus pais vem em forma de dinheiro¹⁶¹, recebido em atividades na cidade de Iguape, São Paulo, Sorocaba... onde trabalham como pedreiros, frentistas, domésticas... raramente alcançando empregos e posições bem remuneradas. Esta ajuda pode representar importante apoio sobre a própria produção agrícola, compensando o efeito da carência de mão-de-obra. É o caso do agricultor e sua mulher – ambos nascidos no Peroupava – os quais conseguiram comprar, em 2002, uma tobata¹⁶², graças a um financiamento do Banco do Povo, o qual só conseguiram pagar com a ajuda de um filho que é frentista no município paulista de

¹⁶¹ Muitas famílias de japoneses se beneficiam com recursos mais fartos, embora nem sempre regulares, enviados por seus filhos que hoje trabalham no Japão.

¹⁶² Trator de mínimo porte e potência, adequado para serviços leves e preparo superficial do solo.

Tatuí, região de Sorocaba.

Sem dúvida, mecanizar é uma forma de reduzir a importância da mão-de-obra. Outra, é contratar homens para a execução de serviços. Mas antes de falar sobre este tipo de relação de produção, gostaríamos de fazer mais algumas colocações, pois não foi apenas no interior da própria família que a mão-de-obra escasseou.

No capítulo inicial, apontamos como as relações de ajuda mútua no contexto de vizinhança eram fundamentais para a realização da produção. Era através de trocas recíprocas de trabalho entre famílias que se complementava a mão-de-obra familiar e se fazia possível produzir um excedente comercializável. Pois bem, nos dias de hoje, também esta forma de relação de produção não ocorre mais. Como dizem os sitiantes: “hoje, é cada um por si”.

Sabemos que as relações de ajuda mútua se organizavam, principalmente, em torno da necessidade de abrir clareiras na mata, e tinham o formato de mutirão. Ora, é então compreensível o fim desta prática após a proibição do desmatamento, como justificam os próprios agricultores.

Hoje em dia não há mutirão, porque se for concentrar num ato pra fazer mutirão igual nós fazia, o Ibama vai dar em cima, não vai deixar derrubar, vai causar aquele problema pra você tirar aquela licença..., e não vão te dar a licença! (depoimento, 2001)

A gente fazia mutirão pra fazer roça de arroz. Tinham muito, hiiii! Isso acabou tudo, isso não existe mais. Foi depois que criaram a Reserva. O pessoal largou de fazer roça, de plantar, de fazer as coisas. Acabou-se aquele sistema que as pessoa tinha de fazer aqueles mutirão grande, pra fazer aquela roça grande, de derrubada, de roçada. Era bonito até, o pessoal fazia aqueles mutirão, aquela comidama, matavam bicho... (depoimento, 2002)

É certo que, proibida a roçada, o mutirão perde sua referência original e sua motivação primeira. Mas enquanto forma de organização da produção, o mutirão não perde seu sentido, pois a necessidade de ampliar a força de trabalho familiar não deixou de existir, o que matem viva a sua conveniência. A mão-de-obra extra-familiar continua sendo indispensável no trabalho agrícola, tanto porque o número de membros da família se reduziu, como porque a quantidade de trabalho exigido na lavoura é possivelmente maior do que no passado. Tais observações nos levam a

outras duas.

Primeiro, não é apenas a proibição do desmatamento que desmotiva o mutirão (ou prática de ajuda mútua coletiva) enquanto modo de organização da produção. Segundo, ou o mutirão – assim como a mão-de-obra dos jovens – é substituído por outro arranjo da força de trabalho nos sítios, ou tarefas deixarão de ser cumpridas e a atividade agrícola do sitiante tenderá a minguar. Esses dois aspectos precisam ser pensados com cautela. Para tanto, organizamos a discussão em dois momentos: um, para tratar dos aspectos relacionados à desmobilização da ação conjunta no trabalho agrícola; e outro, para tratar dos meios que vieram a substituir tal força de trabalho.

RELAÇÕES EM TRANSIÇÃO: A NOÇÃO DE GRUPO E COLETIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA CONVIVÊNCIA

Não temos explicações satisfatórias ou suficientes para justificar o abandono da prática do mutirão, mas tivemos a oportunidade de fazer algumas observações a respeito. Em primeiro lugar, está claro que, para além da mudança na base técnica (fim do desmatamento e do cultivo itinerante) implícita no término desta prática, muitos outros aspectos estão associados, sendo alguns deles bastante objetivos, como os indicados no capítulo anterior. Aqui, acrescentamos outro mais: mudaram as espécies cultivadas as quais passaram a exigir maiores cuidados técnicos tanto no momento do plantio, como da colheita; ao mesmo tempo, as pessoas – especialmente os jovens – perderam o domínio do manuseio das ferramentas e dos tratos agrícolas de modo geral. Isso tornou as grandes atividades coletivas, como o mutirão, pouco adequadas.

Outros aspectos são menos evidentes. “Antes a gente era muito unido, se tratava por compadre... Agora, se fizer um reunido de gente assim [como nos mutirões e bailes de antigamente] é só para brigar.” Porque aconteceu esta mudança? “A gente não tem nem como explicar” (depoimento, 2002). A desunião das pessoas nos bairros é um diagnóstico unânime feito pelos sitiantes, sobretudo quando comparam

diretamente sua situação com o passado. A conjuntura em que se insere a agricultura atual não mais acomoda a prática de entreajuda, a qual envolve, entre outros fatores, acordos éticos entre muitas famílias. Comentários como o exposto acima, vêm à tona com facilidade, especialmente porque o contraste entre situações – antes e agora – é, vivenciado, pois pertence a uma mesma geração. É como se as pessoas já não se sentissem parte de um mesmo grupo, ou melhor, não compartilhassem, no conjunto do bairro, as mesmas regras, valores e formas de trabalho.

Estando no bairro do Despraiado, tivemos a oportunidade de presenciar episódio interessante. Tratava-se de uma reunião convocada por um dos moradores, o qual propunha aos demais, reativar a prática do mutirão¹⁶³. A notícia da reunião foi espalhada de boca em boca, todavia – como pude notar – sem muito empenho de seus propagadores. No momento marcado, havia apenas três agricultores presentes, e sem a certeza de que pelo menos mais quatro companheiros tivessem sido, de fato, informados sobre o encontro. Mesmo assim, a reunião sucedeu, sob a motivação de que *“uns têm que começar, porque depois, os outros vão se juntando, conforme a coisa funciona”*.

A motivação dos presentes relacionava-se diretamente ao diagnóstico comum de que, para dar conta de todo o serviço (acumulado) em seus sítios, era premente o reforço da mão-de-obra. O principal serviço era a limpeza dos bananais, que se encontravam a ponto de serem “engolidos” pelo mato. Esta tarefa de limpeza dizia respeito não apenas à capina, mas também ao desbaste dos perfilhos, eliminação das bananeiras que já haviam produzido, eliminação daquelas com doença, assim como das folhas secas e fungadas.

Não era a primeira tentativa de moradores do Despraiado de restabelecer o mutirão. E talvez pelo fato deste ter sucumbido anteriormente, aqueles três agricultores se esforçavam naquele momento para manter viva a mobilização inicial, passando por

¹⁶³ Utilizamos aqui o termo *mutirão* como foi empregado pelos agricultores, muito embora o que se estava, de fato, propondo se assemelhasse mais a troca de dia, embora envolvendo maior número de trabalhadores. O mutirão que programavam estabelecia um rodízio de trabalho do grupo na propriedade de cada membro. A reciprocidade agora se fazia em torno da força de trabalho

cima, inclusive, da falta de quorum para a reunião. Estavam dispostos a voltar para casa com o “projeto mutirão” pronto para ser posto em prática, já com regras, datas e tudo o mais estipulado, sem maiores delongas. Se de um lado demonstravam eficiência e força de vontade, de outro, revelavam a fragilidade da relação que se estabelecia entre eles e certa falta de confiança na própria proposta de estabelecer relações de reciprocidade no trabalho.

A reunião seguiu com o estabelecimento da frequência do mutirão, depois os horários, os participantes... E, em cada regra, abria-se para uma série de outras, que surgiam como necessárias para lidar com as exceções, formas de controle, penalidades etc. O que presenciei, então, foi o estabelecimento de uma enorme quantidade de regras, com o intuito explícito de assegurar igualdade entre os serviços prestados e recebidos por cada participante do pretense mutirão. Mais parecia um contrato comercial entre eles, embora fossem aliados.

Quem vai participar? Que serviços serão permitidos no mutirão? E se a pessoa ficar mandando fazer muito serviço? Fulano pode querer que a gente fique só carregando banana – o que é serviço muito pesado... Não, acho que o mutirão deve ser só para limpeza do bananal!... Vai ter café? Não, acho que cada um leva o seu... Quantas horas de trabalho serão dedicadas ao mutirão? De que horas a que horas? Ah, mas se um atrasar ele paga depois... E quando a pessoa faltar? Depois paga um dia de serviço, ou leva alguém com ele para repor o dia que falhou... E se a pessoa não fizer o serviço direito? Paga com...

Tantas regras... muitas das quais desnecessárias, pois se supunham entre companheiros... outras rigorosas demais e inflexíveis (quando se supõe entre companheiros)... assim a conversa foi nos causando estranhamento. Concluimos, pois, que não havia ali, naquele acordo de prestação recíproca de serviço, um acerto de remuneração monetária, mas tampouco havia a base do mutualismo solidário e seguro de outrora, o que fazia as regras de hoje se tornarem explícitas e intermináveis. Faltava-lhes confiança mútua; faltava-lhes um contexto de bairro que

representada por cada trabalhador e não por família como no mutirão de antes. Ademais, não se pensava em festejos ou qualquer evento social comemorativo.

os apoiasse; faltava-lhes garantias de que seriam favorecidos e não prejudicados... No fundo, o “mutirão” reduzia-se, de fato, a uma tentativa de organização da mão-de-obra, pois desprovido de seu contexto cultural.

Sem dúvida, seria muito mais fácil para cada agricultor pagar um diarista sempre que precisasse. Porém as condições econômicas da maioria do bairro – valha a exceção dos sítios de proprietários de São Paulo, que mantêm caseiros e funcionários cuidando de suas casas e bananais – não permitem recorrer a este recurso. Observamos, de um lado, carência (e urgência) concreta de mão-de-obra, e de outro, relações de produção em plena transição. Entre as duas circunstâncias existe um vácuo, um contratempo, preenchido pelo empobrecimento do sitiante.

As relações de produção, atualmente, não mais se confundem com o coletivo da vizinhança. Pode-se dizer que o bairro rural deixou de ser a unidade mínima na qual se organizam a convivência social, as práticas de auxílio mútuo ou atividades lúdico-religiosas, como foi inicialmente identificado por Antonio Candido (1964). No entanto, observamos que, dentro dos bairros rurais, tanto o trabalho, como a sociabilidade se organizam em núcleos diversos. As diferentes igrejas, por exemplo, representam um núcleo a partir do qual, principalmente, a sociabilidade (festas, encontros, comemorações, discussões...) é promovida. A própria família, no caso dos migrantes provenientes dos estados do sul, representa uma forte instituição no interior da qual se organiza o trabalho – ela quase que se basta por si só.

Não é por menos que as diferenças culturais e também religiosas¹⁶⁴ são apontadas pelos sitiantes como fatores responsáveis, tanto pela aproximação e vínculos entre as pessoas, como pelo seu distanciamento. De fato, muitas das divisões internas nos bairros coincidem com as divisões de origem cultural, religiosa e também de classe social. Mas isso não chega a ser um empecilho para que caboclos, sitiantes e migrantes estabeleçam entre si laços sociais e produtivos, afetuoso e benfazejos.

Um dos aspectos que deve ser mencionado enquanto indutor da deterioração das

¹⁶⁴ Nos chamaram a atenção os conflitos que apresentam uma roupagem religiosa. Trata-se de interessante tema para pesquisas futuras na região.

relações de bairro – sobretudo, porque afeta as relações sociais (enquanto relações humanas) – é a perversa situação estabelecida pela Legislação Ambiental, cujas determinações submetem certas famílias à ilegalidade. Nos bairros rurais, as pessoas se tornam cúmplices das contravenções (desmatamento, retirada de palmito etc) e, não raro, se sentem injustiçadas. Deixam de explorar o palmito em sua terra ou aumentar o tamanho de sua roça, enquanto o vizinho assim o faz clandestinamente... As constantes denúncias anônimas e a desconfiança gerada indicam relações materiais e morais conflitantes e relações pessoais prejudicadas.

NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Como, então, tem sido completada a força de trabalho no interior da família e do bairro? Como já comentamos anteriormente, a mecanização viria a ocupar o lugar do trabalho coletivo aumentando a produtividade do trabalho individual. Isso significa que o trabalho antes realizado em mutirão, ou com base na troca recíproca entre agricultores, é substituído pelo trabalho individual e por relações de dependência com proprietários de máquinas, implicando custo monetário.

Mas como dito antes, a maior parte das atividades de cultivo não são mecanizadas. E diante da necessidade de trabalho, as formas de aumentar a mão-de-obra não são muitas: contratar um diarista ou propor uma troca de dia. Antes de estabelecer qualquer um desses acordos, entretanto, o sitiante elabora, conscientemente, um cálculo complexo, no qual equaciona um amplo conjunto de variáveis: a área e a cultura a ser plantada, os tratos culturais indispensáveis, o esforço e o tempo exigido em cada etapa do cultivo, a capacidade de trabalho de sua família, suas condições de investimento e financiamento, os retornos possíveis e esperados, e daí por diante. Assim, o agricultor avalia de modo a planejar e dimensionar sua lavoura para que obtenha o maior rendimento possível.

A “troca-de-dia” ainda persiste como forma de trabalho não remunerado. Geralmente envolve dois produtores que cedem um dia de seu trabalho na propriedade do outro, e

recebem o mesmo, em contrapartida. A troca de dia tem mais um caráter de relação que se estabelece entre parentes e amigos e que seguem um mesmo padrão de produção.

A troca de dia pode ser útil para a consecução de serviços de grande necessidade e que só exigem mão-de-obra auxiliar por apresentarem um curto período técnico de realização, como é o caso específico de algumas colheitas (maracujá doce ou pepino japonês). A troca-de-dia é válida, nestes casos, porque o serviço terá início e fim num mesmo dia. Mas, principalmente, porque os ganhos provenientes da colheita realizada no tempo adequado compensarão o dia de trabalho que deverá ser cedido no futuro. Entretanto, tem suas limitações. Em caso de tarefas rotineiras como as capinas, não chega a ser uma vantagem realizar a troca-de-dia. Até porque, disse um agricultor, “quando a gente trabalha no que é próprio, a gente trabalha dobrado! A troca de dia é só para quem não gosta de trabalhar”.

É notável como os sitiantes que se mantêm da atividade agrícola autônoma se esforçam o máximo possível para evitar a contratação do diarista, e acabam se desdobrando para conseguir cumprir a maior parte do trabalho. Essa é a regra geral. Contudo, pensando na divisão inicial entre os sistemas de produção, veremos que o diarista está mais presente nas propriedades de agricultura convencional. Já nas propriedades em transição, o diarista na lavoura é mais raro. Contudo, é chamado, até com certa frequência, para ajudar a fazer a farinha de mandioca.

Observamos que, mesmo quando a máquina não substitui a força de trabalho humana, familiar e/ou coletiva, é o trabalho contratado em acordos individuais que a substitui, incorrendo da mesma forma em custo monetário. Mais uma vez, se sobressai a ordem de que, no trabalho agrícola, *é cada um por si*¹⁶⁵. Ao menos é assim que se sentem os sitiantes, numa intermitente luta solitária em mercado hostil, tentando minimizar com seu suor, os custos para sobreviver como agricultor.

¹⁶⁵ A expressão “cada um por si” denota autonomia, embora o que se observe seja exatamente o oposto. Cada vez mais, o sitiante depende de outros mas, sobretudo, do recurso monetário, pois é ele que hoje regula e condiciona suas relações produtivas.

O Diarista

É possível que o sitiante que pratica uma agricultura mais rudimentar ofereça temporariamente sua mão-de-obra como diarista em propriedades de seu bairro, embora isso não seja muito comum. Mais freqüente, é o diarista cultivar uma pequena roça de maracujá, por exemplo, destinada ao mercado atacadista, muito embora não consiga mantê-la todos os anos. Parece-nos que o sitiante rudimentar que passa a oferecer sua mão-de-obra como diarista, logo transita para esta segunda situação, isto é, deixa de ser agricultor.

Estamos aqui apontando para uma importante circunstância da realidade agrícola do município e de sua população rural. Se até os sitiantes absorvem mão-de-obra de diaristas – enquanto eles próprios dificilmente assumam esta condição – concluímos que existem trabalhadores que vivem apenas do serviço volante. Talvez esta seja a consequência mais radical e significativa de todo o processo de transformação da agricultura e da vida do caboclo que viemos relatando. Pois os diaristas, “os que vivem de bico”, “os desocupados” (segundo a voz da elite agrária)... são os “caboclos” de outrora.

Trata-se de um grupo considerável de famílias que vivem do trabalho agrícola informal¹⁶⁶ – e muitas vezes, aliado ao clandestino. O trabalho do diarista¹⁶⁷ não é aquele que complementa a atividade agrícola autônoma da família, e sim constitui sua principal ou única atividade econômica da qual depende para sobreviver. Como atividade complementar, é mais fácil o sujeito tirar palmito ou pescar do que plantar uma pequena roça. Alguns ainda possuem uma pequena porção de terra, na qual poderiam cultivar, como conhecemos em outras famílias.

De forma alguma podemos aceitar as explicações, freqüentemente dadas na região, sobretudo pelos que vieram de fora. Para muitos, se trata de uma questão de

¹⁶⁶ Vale lembrar que ser diarista significa não ter acesso às disposições da legislação trabalhista (13º salário, férias, licença maternidade etc), uma vez que não são trabalhadores registrados.

¹⁶⁷ Os serviços do diarista são diversos, como: fazer cerca, capinar, fazer uma roçada clandestina, plantar, raspar mandioca... colher, passar veneno, ajudar em pequenas construções etc.

preguiça, de má índole do povo nativo, do caboclo, do caiçara, que, sob o olhar alheio, não faz uma opção de vida inteligente, moralmente apropriada e socialmente vantajosa. “Um dos motivos do Vale não avançar é a existência de um povo, chamado de caiçara, que só pensa em caçar, pescar, e nada de produzir”(entrevista com paranaense, Cavalcante, 2001).

Parece-nos mais sensato – embora insuficiente – explicar a existência e a condição do diarista por meio da própria história agrária do caboclo. Tanto o processo especulativo das décadas de 60/70, como o avanço da agricultura de padrão convencional e comercial, que trouxe a reboque oferta de trabalho no campo, antes inexistente, combinados à fraqueza econômica, jurídica e à fragilidade do mundo simbólico do caboclo – que conservava intacta sua decência e dignidade – o afastaram de sua terra e sua lavoura. Mas o fato é que, hoje, os setores que empregam (rurais e urbanos) estão empobrecidos e as condições e possibilidades de trabalho autônomo encontram-se pouco vantajosas. As condições do agricultor são também penosas e, de fato, exigem um trabalho excessivo para retornos materiais, nem sempre, compensatórios e garantidos – “para permanecer na agricultura, só sendo guerreiro, muito trabalhador” (entrevista com sitiante, Peroupava, 2002).

O que acabamos de dizer é semelhante ao que percebe o próprio caboclo. Veja como um deles resumiu sua história:

Cada tempo tem um modo de viver. Pra falar a verdade, aqui era uma região que não tinha outro modo de vida a não ser plantar. No meu tempo de jovem, nem estrada não tinha aqui. Então, tinha que planta de tudo. Depois veio a estrada, começou a aparecer as coisas, começou a aparece gente comprando terreno, começou a formar fazenda, começou a aparecer serviço, diária, empreita... a pessoa foi se envolvendo naquilo, foi deixando de plantar... não tendo mais tempo de trabalhar nas duas coisas e a lavoura foi ficando para trás. E você sabe que para entrar na lavoura outra vez vai ter que ter um ano praticamente para ter produto outra vez (depoimento, Momuna, 2001).

Do ponto de vista de alguns sitiantes, aqueles que optaram por trabalhar de diarista, optaram pela pior estratégia. A esse respeito, nos disse um morador do Peroupava:

O que atrapalha a vida do homem é isso daí. Nas épocas das enchentes que atrapalhou o povo... note bem, muita gente deixou-se trabalhar de camarada [diarista]. E o camarada é o seguinte: hoje está fazendo sol, então ele vai, amanhã ele vai...Aí ele pega o dinheiro dele no final da semana e já gastou tudo

na venda, não tem nada bem dele, não tem um pé de feijão... Se der dois dias de chuva que ele não vai no serviço alheio, já era, já passa sufoco! (depoimento, 2002).

E continua sua reflexão:

Aqui dá muito arroz. Só que a turma não planta. Você sabe o que acontece? É que hoje em dia, o maior do povo só quer saber de ir lá no mercado, comprar lá e vim fazer o mais fácil. Nunca ninguém quer se trancar naquele problema que meio que demora [se referindo ao tempo e ao trabalho de cultivar]. Então, o que acontece: o cara fala, ‘Ah, mas eu não vou plantar arroz, porque isso aí é ruim de mandar pilar... porque não sei o quê’... não plantam café por causa que já pegam lá no mercado...

Por fim, conclui:

É aquela lenda triste que o povo não tem aquela idéia que se todo mundo plantasse, se todo mundo trabalhasse, aquilo que tá lá na cidade seria só para aquele povo de lá, né?! Mas então, o povo não tem isso na idéia. Eu acho que se você mora num sítio, e tivesse de tudo, acho que bem pouco dinheiro você gastaria (depoimento, Peroupava, 2002).

Associações e cooperativas: novas formas possíveis de organização da produção

Vale a pena comentar das frustradas tentativas de formação de associações de produtores rurais, estimuladas na década de 80. Conforme nos contaram sitiantes do Despraiado e Cavalcante, associações do tipo “moradores de bairro” se constituíram tendo como motivação primordial o fortalecimento da defesa das famílias contra o violento processo de grilagem e expropriação¹⁶⁸. Já no Momuna e Peroupava, as associações tiveram como objetivo buscar adequação formal para que os agricultores se tornassem aptos ao benefício de programas oficiais de fomento à agricultura – direcionados à região, sobretudo, em função das trágicas enchentes desta década. Nestes casos, a figura jurídica da associação, quando não era obrigatória, facilitava o acesso a tais subsídios agrícolas.

¹⁶⁸ Para maiores informações sobre as associações de bairro constituídas com este intuito, ver a dissertação de mestrado de Martinez (1995).

Abatayguara (1997) realizou um estudo específico sobre a formação de associações de agricultores na região do Vale do Ribeira. Baseando-se neste autor, Resende diz o seguinte:

Ao longo dos anos de 1980, a organização dos agricultores continuou no nível da produção e da comercialização, inclusive são fundadas mais algumas associações, estimuladas pela facilidade de obtenção de recursos financeiros, como por exemplo, através da Legião Brasileira de Assistência, órgão do Governo Federal. Apesar da comercialização ser um dos objetivos básicos destas associações, constata-se que juridicamente não é a melhor forma, tornando bastante precária esta organização. Observa-se também o papel dos técnicos extensionistas dos serviços públicos, que tendem a estimular a organização de associações apesar destas deficiências (2000, p.82).

Não temos informações suficientes para descrever como se deu o processo de formação das associações, mas pelo resultado de todas elas, presumimos que de pouco serviram para se estruturar uma nova forma de organização coletiva da produção. Muitas têm uma história comum de corrupção e/ou deserção de seus diretores. Da parte do governo, promessas mal cumpridas e mal divulgadas.

Enfim, não foi feito um trabalho sério de informação e, sobretudo, formação dos sítiantes para que pudessem aproveitar e, sobretudo, se apropriar oportunamente da chance de operar suas associações de moradores para desenvolvimento da produção agrícola e benefício geral de todos. Essas associações não só não existem mais, como para reativá-las será necessário lidar com a descrença da população com relação a este tipo de organização. Não é por falta de motivos que os agricultores preferem continuar como estão.

A experiência de trabalhar em associação é sentida pelos caboclos como perda de sua autonomia. É uma perda que “não vale a pena”. Por isso a idéia sofre forte resistência entre eles, que logo vêm com suas justificativas escoradas nas tentativas fracassadas do passado. “Associação” se opõe ao trabalho independente – mesmo que esta independência seja ilusória ou restrita. Provavelmente, o que justifica o contraponto é exatamente a experiência de associações pouco democráticas e participativas.

Até hoje ainda se verificam tentativas desastrosas de mobilização de agricultores para formação de projetos coletivos, como cooperativas e associações. Desastroso

aqui se refere à atuação de profissionais de ONGs e governo que iniciam seus projetos sem antes conhecer suficientemente a realidade local. Introduzem-se em comunidades e bairros e até conseguem uma relativa participação inicial pois a população, principalmente a de jovens, está sedenta por oportunidades de melhorar de vida. Assim, empenham-se em participar de reuniões mal conduzidas, em locais convenientes apenas para os interlocutores de fora (os quais têm todas as despesas pagas, inclusive o dia de serviço, enquanto que o sitiante, o artesão, o pescador pagam pela própria condução e perdem o dia de trabalho) e logo, diante das primeiras e previsíveis dificuldades, tudo se vai por água a baixo, inclusive um pouquinho da esperança¹⁶⁹. De repente, dos “patrocinadores” e motivadores ninguém mais ouve falar. É sempre aquela mesma *lenda*, como dizem os locais, com ceticismo.

Quando perguntamos ao agrônomo da Casa da Agricultura sobre *associações e cooperativas* de produtores como alternativa para o desenvolvimento agrícola do município, sua resposta foi a de que este é “caminho o ideal”, embora inviável na prática. Segundo ele, a parte administrativa destas organizações coletivas acaba sempre ficando nas mãos de poucos – aqueles que geralmente exercem liderança econômica no bairro. “Todos querem participar de uma cooperativa, ou associação, mas não querem assumir cargos” (agrônomo, jun 2002). Outros ficam reticentes em participar e só se juntam quando as coisas começam a dar certo.

¹⁶⁹ No ano de 2002, participamos de algumas reuniões, realizadas na cidade de Iguape, promovidas pelo projeto que integra o Programa Governo Federal Comunidade Ativa – coordenado pela Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária – intitulado Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Dlis). O tamanho do jargão sócio-ambientalista que nomeia o projeto já nos deve chamar à cautela. Em 2001, 48 municípios com baixo IDH foram selecionados para receber o projeto Dlis, que passou a ser implantado em 2002, reduzir os problemas sociais e econômicos das comunidades carentes. A ONG Instituto Nacional de Produtividade e Qualidade (INPQ), sediada em São Paulo, havia sido contratada pela Unesco e era a responsável pela *capacitação*, em Iguape, dos agentes locais para a descoberta de suas vocações, potencialidades e para a elaboração participativa de suas agendas de prioridades. Durante mais de um mês, diversos segmentos sociais (agricultores, pescadores, artesãos, assistentes sociais ligados à saúde, educação, e por fim, interessados no turismo) reuniram-se sem nunca entender completamente os objetivos do projeto e os benefícios que poderiam obter. Tampouco sabiam quantas reuniões seriam necessárias para que tivessem algum retorno do projeto – porque no final das contas, é assim que funciona: a população local não é posta a participar, apenas a esperar “que chegue o recurso” cujo destino, no caso do Delis, ainda colocaria os segmentos sociais em conflito para defini-lo, pois teriam que escolher quais seriam os beneficiados. Hoje as reuniões não acontecem mais e ninguém sabe informar a quantas anda o Projeto Dlis.

Ainda do ponto de vista do agrônomo, outra grande barreira para se promover propostas de organização coletiva é o entrave cultural – não no que diz respeito às diferenças e seus possíveis conflitos, mas à origem cultural do caboclo da região. “Eles, [os caboclos], não estão preparados para trabalhar em grupo. Infelizmente, esta é a realidade” – o que justifica a preferência dos profissionais da Casa da Agricultura por trabalharem com os “de fora”; é mais conveniente.

Num instante, aqueles que tradicionalmente organizavam o trabalho em torno de práticas de ajuda mútua e grupal se tornaram inaptos para o exercício da ação coletiva em outras disposições. Em parte isto é verdade, pois os caboclos não foram preparados para se organizarem formalmente em associações, lidar com cargos, representações e hierarquias. Mas isto não significa que não possam se preparar, pois afinal a idéia de grupo lhes é própria e pode ser resgatada. E neste sentido, parece que nunca foi feito um trabalho competente e duradouro.

Assim, a despeito da desorganização de suas formas tradicionais de organização do trabalho, o sitiante permanece sem ter conseguido construir um núcleo, um coletivo próprio que o una e o apóie – como se pode supor existir entre japoneses ou paranaenses, por exemplo, nos bairros onde se concentram. Apesar de sofrerem com problemas comuns (p. ex., elevada quantidade de intermediários na comercialização, falta de máquinas da prefeitura, dificuldade de obtenção de sementes, baixo poder de barganha no preço dos insumos agrícolas e do preço de seus produtos etc.) os agricultores não fazem um julgamento coletivo a respeito dos mesmos e não demonstram possuir consciência crítica de grupo a respeito da situação que é vivida por todos. Diante disto, não se mostram dispostos a qualquer mobilização conjunta.

Porém, um pouco antes de concluir este trabalho, um agricultor nos deu mais um argumento para compreender esta questão. Segundo ele, até existe um certo interesse dos agricultores por formar novas associações de produtores, ou reanimar as antigas. Ele mesmo gostaria muito de “levar adiante este negócio”. Mas, o que tem atrapalhado é a própria “situação” (econômica) do produtor, hoje em dia, “pois até os poderosos estão abrindo o bico!”(depoimento, 2003). O que este agricultor nos dizia era que ele, assim como outros do bairro (Peroupava), não tinham condições de arcar

com os dias de trabalho ausentes na lavoura para correr atrás da mobilização, da burocracia e dos afazeres de uma associação. Disse que a situação econômica anda tão crítica, e o trabalho agrícola tão intenso, que mesmo as atividades (festas e eventos) que costumavam organizar através da igreja não têm sido realizadas a contento.

ARTICULAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS COM O MERCADO: COMERCIALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO

Atualmente, o vínculo do sitiante com o mercado é mais forte do que no passado nos dois sentidos, o da compra e o da venda de produtos. Toda a sua lavoura se destina ao mercado (varejista local ou atacadista em São Paulo). E é lá onde se abastece de alimentos, roupas... mas também daquilo que antes não consumia: os insumos agrícolas industriais.

A comercialização que acontece em Iguape é pequena e se limita a alguns produtos provenientes das lavouras do sitiante menos tecnificado e mais fragilizado comercialmente. É evidente a falta de organização do comércio intermunicipal de alimentos, o que se revela ao produtor como falta de incentivo a sua agricultura. Esta comercialização é feita em feira-livre¹⁷⁰, varejões e mercados. Em geral, os mercados e varejões funcionam como concorrentes dos agricultores da região. Trazem mercadorias de São Paulo, e baixam os preços nos dias de feira na cidade. De modo geral, os sítiantes estão bastante desestimulados com os resultados obtidos nas feiras¹⁷¹. Com frequência desabafam seu cansaço¹⁷² e a vontade de deixar de

¹⁷⁰ Não são muitos os agricultores que participam da feira, em torno de 20, na feira livre, e em torno de 30, na feirinha do produtor. Com certa frequência, trazem produtos de algum companheiro para vender, podendo ou não receber algo em troca. É ainda mais comum, trazerem produtos que não são de suas roças, como tomates, tangerinas, mangas, entre outros produtos que, em geral são de ótima aparência. Estes são comprados de sítios de vizinhos, e também de comerciantes que trazem produtos da região de Sorocaba. Os agricultores encomendam produtos ou os negociam momentos antes da feira.

¹⁷¹ Conforme dito na *Introdução* (item O trabalho de campo), são duas feiras semanais que acontecem em Iguape, sendo que de uma delas só participam os produtores locais.

participar. Contudo, a feira representa, para alguns, a única ou a mais importante forma de comercialização.

Outra modalidade de comércio em Iguape – cuja representatividade de volume não sabemos informar, valor e número de produtores envolvidos – é a venda que acontece “de porta em porta”. É assim que muita farinha de mandioca e outros víveres são vendidos, não tanto na porção do centro histórico da cidade, mas do outro lado do Valo Grande (que corta a cidade), no bairro do Rocio¹⁷³ – de característica mais popular (e populosa, também). Segundo alguns depoimentos, os agricultores fazem seus clientes cativos, os quais visitam com uma frequência determinada.

No bairro do Despraiado, conhecemos uma outra dinâmica de comercialização – vale lembrar mais uma vez que este bairro se encontra no interior da EE.J.I., é um dos mais distantes da sede do município e acesso por estrada é precário. A comercialização no Despraiado é feita por intermediários que aparecem no bairro, sem dia pré-estabelecido, procurando por quem tem produtos¹⁷⁴. Aquilo que recolhe nos sítios só será pago ao produtor no dia em que o intermediário retornar ao bairro, também sem data certa – às vezes em duas semanas, um mês, ou nunca mais. O preço também é determinado pelo atravessador, em prejuízo dos agricultores.

Mas, a maior parte do que se produz em Iguape é comercializada no Ceagesp de São Paulo. E para vender neste mercado, os agricultores sabem que devem alcançar determinados padrões de qualidade, mesmo porque, estão informados sobre as

¹⁷² Conforme o bairro do agricultor, são obrigados a ir para Iguape no dia anterior ao da feira, devido à limitação de horário dos ônibus em determinadas linhas. Assim, enfrentam uma noite fora de casa, o que às vezes implica custo de aluguel de um quarto na cidade. Outros enfrentam a madrugada para estar cedo em Iguape. Arcam com os custos do “frete” – quantia paga de acordo com o número de caixas que carregam – de um pequeno aluguel pago para a pessoa que guarda os apetrechos da barraca da feira... e muitas vezes, acabam doando boa parte do que produziram e transportaram pois pouco conseguem vender.

¹⁷³ Seria interessante conhecer mais de perto a relação entre os bairros rurais e o bairro do Rocio, pois é lá que hoje estão instaladas muitas famílias de sitiantes, ou parte de famílias, de modo que a interação entre estes dois meios é, supostamente, bastante intensa.

¹⁷⁴ A produção agrícola neste bairro foi profundamente prejudicada em decorrência da sua transformação em Estação Ecológica, restando hoje uma precária agricultura de subsistência e um manejo capenga dos antigos bananais. É portanto a banana o principal produto comercializado pelos sitiantes, embora também vendam farinha e outros víveres.

significativas variações do preço alcançado no comércio, conforme o tamanho e a aparência de suas frutas, verduras e legumes. Portanto, essa produção que se destina ao Ceagesp requer certos cuidados que implicam custo ao agricultor. Como o sitiante não tem capital para investimento, precisa recorrer a uma ajuda para custeio. E é aí que descobrimos algo realmente interessante.

É o próprio barraqueiro do Ceagesp que financia a produção, adiantando sementes e insumos, que depois são descontados quando o produto da lavoura chega para ser comercializado. O contato entre o barraqueiro e o agricultor se dá através de um intermediário, que é a pessoa que faz o transporte de mercadorias, trazendo os insumos comprados na capital e levando a produção agrícola. Assim nos resumiu um sitiante:

Se no caso, eu tiver com dinheiro e quiser comprar um adubo, e tiver precisando rápido de adubo, aí eu vou aí e compro um saco, mas se tiver precisando de uns 10, 8, 5, 6 sacos então nós faz um bilhete com nosso nome direitinho, endereço e tudo. Pegamos um carimbo, que agora temos do barraqueiro, a gente bate aquele carimbo no pedido e manda pelo caminhão. Aí chega lá o caminhão entrega lá no barraqueiro, ele olha lá no computador, o nome tá tudo lá no computador, aí ele manda o cara pegar [o adubo] lá na casa. O caminhoneiro vai lá, pega e em oito dias, mais ou menos, chega aqui o pedido. Aí você vai pagar aquilo lá daqui a 3 meses, ou 4 meses, quando você vai mandar as verduras. Agora se você já estiver tirando verdura, aí então ele já vai descontando [...] Mas não é todo barraqueiro não. Eu trabalho com dois ou três lá (depoimento, Peropava, 2002).

Não são apenas os gastos com insumos que são subtraídos do saldo do produtor. Para comercializar no Ceagesp deverá arcar com um conjunto de despesas: o frete dos insumos e da produção, o aluguel das caixas que acomodam os produtos e o descarregamento do caminhão, quando este chega em São Paulo. A comercialização, é claro, fica atrelada ao barraqueiro-financiador e o preço vai ser dado pelo mercado, no momento da venda. Muitas vezes o agricultor apenas empata ganhos e gastos com este tipo negócio.

O que nos pareceu interessante é que tudo isso muito se assemelha à relação de comercialização/adiantamento que antes se dava entre o caboclo e o dono de armazém ou da chiboca. Portanto, parece-nos que a pequena produção mercantil passou para uma agricultura de mercado requerendo apenas ganhos de produtividade

e qualidade dos produtos, ambos decorrentes do acesso a uma nova tecnologia de produção e a um outro mercado, sem que a estrutura de comercialização fosse modernizada. Ou seja, o processo de difusão de novas técnicas agrícolas, o aumento da produtividade, o progresso na produção etc. se deu com fraca contrapartida no que respeita ao sistema de comercialização, isto é, sem haver qualquer avanço no âmbito das relações de trocas comerciais.

Mas vale um parêntese importante. O intercâmbio de produtos entre o comerciante e o produtor foi significativamente dificultado para os sitiantes cuja propriedade está distante de um grande produtor, ou fora dos bairros rurais em que a agricultura comercial é mais dinâmica. Pois, o “freteiro” não tem interesse de desviar-se de seu itinerário para recorrer à produção destes poucos sitiantes; ao mesmo tempo, estes dificilmente produzem o suficiente para pagar sozinhos o frete do caminhão, ficando bastante fragilizados. Enquanto isso, nos bairros que concentram maior número de agricultores, os caminhões já têm dias determinados da semana em que circulam recolhendo produtos (e o frete, então, é pago por cada agricultor de acordo com o número de caixas que envia). Portanto, o transporte representa fundamental aspecto de articulação entre produtores, e vem a reforçar nossa idéia sobre a sinergia produtiva que possibilitou ao sitiante passar a praticar uma agricultura convencional e de mercado.

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

Aqui entramos num assunto sobre o qual somos com frequência convidados a refletir. Trata-se da relação da população local com sua própria história. Como o iguapense sente as diferenças entre passado e presente, e como projeta o futuro? O que pensa o sitiante a respeito de si e sua prática agrícola? Colocamos estas questões, sobretudo porque nossa longa permanência em Iguape nos possibilitou perceber como tais representações mentais interferem nas atitudes do iguapense diante de sua própria realidade.

Mesmo em conversas corriqueiras, no campo ou na cidade, é comum aparecerem menções indicativas do quanto, e como, o passado de riquezas, mas também de sofrimentos, povoa o imaginário do iguapense. Porém, são notáveis as diferenças na percepção e no julgamento da história (agrícola) local que fazem os sitiantes, os citadinos, os migrantes, os técnicos envolvidos com o desenvolvimento agrícola e mesmo os acadêmicos que estudaram a região. Em primeiro lugar, nos interessa o que pensa o sitiante. Dos demais, nos interessam suas representações desta classe, à medida que são constantemente reenviadas a ela.

CABOCLO: REPRESENTAÇÕES DE SI E DE SUAS PRÁTICAS TRADICIONAIS

Quando estimulados a falar da vida e do trabalho no passado, foi bastante recorrente a frase: “Naquele tempo, a lavoura era o arroz!”. Os agricultores, de modo geral, falam com entusiasmo do período do arroz e gostam de lembrar quantas sacas produziam, quantas eram exportadas do bairro etc.. É claro que não era de arroz a única cultura a que se dedicavam. Quando perguntávamos produto por produto: “tinha mandioca? tinha feijão? banana? milho? Sim, isso também tinha”. E nessa época, a vida era melhor? “Aí, eu não sei. Eu tinha 8, 10 anos. Só o que eu sei é que dinheiro não tinha”. O fato de destacarem o arroz nos pareceu curioso. Como deixa clara a citação acima, não era exatamente o retorno econômico proveniente de seu

comércio o que justifica sua enfática lembrança.

Especulando um pouco sobre este fato, diríamos que essa preferência da memória manifesta uma preferência por aquilo que só o cultivo do arroz hoje lhe proporciona: a evidência de sua participação ativa na sociedade e na história. Diferentemente da lavoura de subsistência, este era o trabalho visível socialmente, e que se projetava para fora do bairro e para além do seu próprio consumo. A produção de arroz lhe proporciona uma referência como homem social e histórico. Além disso, a história do arroz se confunde com a de Iguape, com seu passado de sucesso e de prestígio. Por isso, a produção deste cereal é simbolicamente mais recompensadora que a da mandioca, por exemplo.

E não é só isso. A constante referência ao cultivo do arroz revela que o sitiante se identifica, e se aprecia como *agricultor* e não como produtor *camponês* – conforme classifica e nomeia Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu trabalho *Bairros Rurais Paulistas*¹⁷⁵ (1973, p.134). Sem converter em produtividade e retorno monetário, o volume de arroz produzido e comercializado serve, ou melhor, é suficiente como referência para que o sitiante avalie sua qualidade de agricultor. E ele se compara àquele bem sucedido; ao bom agricultor. Assim, encontra no passado uma identidade que sobretudo agora valoriza e lhe confere apreço.

Mas o cultivo do arroz não é um evento isolado; carrega em seu bojo a conjuntura de um período, no qual as atividades produtivas do caboclo não eram ilegais e perseguidas – ao menos é isto que se sobressai numa comparação imediata com a conjuntura atual. Ou seja, a memória do arroz evoca uma realidade saudosa também por este motivo. A frase afirmativa “naquele tempo era o arroz” traz implícito que, naquele tempo, também era possível trabalhar. Portanto, reforçando a observação acima, o cultivo do cereal e o período que o comporta (até o fim da década de 70) estão associados à dignidade do homem trabalhador, independentemente de sua

¹⁷⁵ Maria Isaura Pereira de Queiroz apóia-se em intelectuais como R. Redfield e Henri Mendras para estabelecer critérios, ainda muito usados na Sociologia Rural, que diferenciam o produtor *camponês* do *agricultor*. O primeiro, é aquele que “vive do que produz e utiliza para troca ou para venda aquilo que não emprega no consumo diário. O segundo, produz para o mercado local, regional ou

pobreza material.

Mas nada disso é claro para o caboclo – mesmo porque, o que acabamos de dizer trata-se de uma interpretação que é nossa. Pois se a conversa sobre o passado se alonga, começam a lhe surgir dúvidas quanto ao caráter positivo da avaliação que faz sobre esse período. Isso acontece quando outros critérios, evidentemente modernos, entram em cena, embaralhando suas referências de valores. O que inicialmente havia sido deixado de lado, “só sei é que dinheiro não tinha”, de repente, passa a contar. No momento em que confrontam no tempo suas condições materiais particulares e de infraestrutura geral, o passado fica inevitavelmente mais pobre e rude.

Vão notar que não tinham geladeira, televisão, fogão a gás... também não havia estradas, e a dificuldade de locomoção de antes, transposta ao dias de hoje, se torna um assombro: “*Meu Deus, como era difícil!*”. Nesta unificação entre o mundo tradicional do caboclo e o mundo moderno – sobretudo no que se refere à mercadoria – o intercâmbio simbólico é sobremaneira dominado pelo segundo. De modo geral, a comparação é feita assim, de forma direta, e dificilmente partem para um cotejo mais elaborado. Se o transporte melhorou, não chegam a perceber que hoje dependem muitíssimas vezes mais de ir à cidade – o que não deixa de penalizá-lo. Se hoje ganharam certos confortos materiais, desenvolveram desejos e necessidades materiais em proporção ainda maior, e assim por diante. No fundo, sua pobreza permanece a mesma.

Mas essa não é a observação mais pertinente. Após a leitura de Godelier e Bourdieu, diríamos que o mais importante é simplesmente notar as transformações no universo simbólico, no conjunto de valores do caboclo, impulsionadas pela abertura do meio rural ao mercado e pelo contato com a sociedade moderna. Enquanto os agrupamentos se mantiveram isolados e a região distante do processo de modernização e desenvolvimento produtivo do resto do Estado, puderam conservar certa autonomia com relação aos valores centrais. Autonomia que se amparava, segundo palavras de Bourdieu (2000, p.100), na “pouca dependência em relação ao

internacional, seu primeiro objetivo é o lucro [...], sua própria subsistência não depende do que planta, e sim da venda da colheita, que lhe permitirá adquirir o que não cultiva” (QUEIROZ, 1973, p.5).

mercado, principalmente em matéria de consumo, graças ao privilégio concedido à ascese do autoconsumo [...] e o isolamento geográfico, reforçado pela precariedade dos meios de transporte (caminhos e veículos), que tendia a reduzir a área de deslocamento e a favorecer o fechamento num mundo social de base local [...].”

A partir da abertura objetiva do bairro rural – seja pelas estradas, pelo acesso ao mercado urbano, seja pela penetração de pessoas estrangeiras, cultural e economicamente diferentes – uma nova realidade se apresenta ao alcance da percepção e apreciação do sitiante, revolucionando o complexo de valores sociais. “Assim, a reestruturação da percepção do mundo social, que está no coração da conversão individual e coletiva, é o mesmo que o fim da autarquia psicológica, mantida coletivamente, que fazia do mundo fechado da existência familiar uma referência absoluta” (BOURDIEU, 2000, p.105).

O depoimento abaixo indica que, ao comparar passado e presente, o caboclo percebe seu empobrecimento real, embora num tom que nos leva a pensar que a *fartura* de seu passado tenha raízes imaginárias, ou melhor, seja dimensionada por outro conjunto de referências sociais. Assim, tanto aponta aspectos concretos da “crise” que se abateu sobre eles (caboclos), como deixa a entender que esta crise também teve base sócio-psicológica.

Antigamente [época do arroz, década de 60] a vida era mais favorável do que hoje. Bem melhor! Realmente tinha fartura. Não tinha esse negócio de na casa de fulano, fulano não tem o que comer. A casa da pessoa mais pobre, mais pobre que existia no Despraiado você chegava lá, você almoçava arroz da roça, frango ou carne de porco... era abundância. Sempre teve! Eu não sei o que aconteceu. É a crise, foi na região inteira que deu esta decadência de coisa... o povo... ou se empolgaram... uma espécie de uma doença que fez todo mundo sentir... como um medo. O que passou pela cabeça de um, passou por todos. (Despraiado, 2002).

A bem dizer, notamos que seu campo de valores e referências ainda oscila entre o próprio e o urbano, entre a resistência e a incorporação dos valores e códigos sociais centrais. Adota critérios dúbios ou duais para avaliar-se a si mesmo, sua agricultura, seu ambiente e sua história – nem sempre em seu próprio benefício. Assim, são muitos os paradoxos formados na memória e no imaginário, assim como na avaliação de sua condição objetiva. Na comparação entre passado e presente, *bom e ruim*,

melhor e pior se invertem constantemente.

Vejamos como isso se estabelece nas representações que tem de seu ambiente físico; da natureza local.

REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA

É unânime entre os sitiantes a lembrança de uma natureza cuja fartura se via na caça, na pesca, no extrativismo e na lavoura. De maneira semelhante à produção do arroz, gostam de falar da abundância de caixeta e palmito que encontravam na mata... a facilidade como enchiam a canoa de manjuba... o tamanho dos robalos que costumavam pescar... e daí por diante. Não só descrevem uma rica natureza, como se colocam como privilegiados. Mas é difícil não notar que o privilégio se configura exatamente no acesso à natureza e na possibilidade de explorá-la. É através do uso que a natureza local é valorizada – o que não quer dizer que o inverso seja verdadeiro, isto é, a natureza também tem valor afetivo, subjetivo e não material para o caboclo, que tem como hábito a contemplação dos animais, da mata e do mar.

Na confrontação com a situação presente, o que vem à tona, então, são os prejuízos causados por esta natureza proibida, a qual chega a representar para alguns a antítese do progresso¹⁷⁶. O predomínio do verde na paisagem é o atestado *concreto e indissimulável* do subdesenvolvimento de seu município, sobretudo para aqueles menos apegados, objetiva e subjetivamente, à realidade rural e agrícola. Mas como um paradoxo, é dos recursos naturais da Mata Atlântica, rios e estuário que parte

¹⁷⁶ Uma vez, um caboclo comentou em tom de indignação: “Não tem uma indústria aqui. Não tem empregos”. Por um instante, também me surpreendi como se estivesse diante de um absurdo. *Nossa, não tem sequer uma indústria!* Depois comparou: “Iguape tinha tudo para ser como Santos, Guarujá” (depoimento, 2002). Esta imagem valorizada da indústria e da cidade, a qual se constrói em oposição à da natureza local, veio de um diarista – embora seja freqüente entre os da cidade também – o que nos pareceu bastante compreensível. É a imagem e o discurso de quem está mais ligado ao ambiente urbano e pende para este caminho. O emprego e o salário fixo se tornaram uma vantagem apreciada, contrariamente à autonomia do caboclo.

significativa da população rural – e também urbana¹⁷⁷ – ainda obtém seu meio de vida, parcial ou integralmente.

E se a apreciação da natureza se fazia através do uso direto, significa que, a partir das restrições legais conservacionistas, esta se tornou uma relação coibida, não só materialmente, mas também simbolicamente. Isso nos levou a questionar como é que o caboclo recoloca seus valores e a si próprio diante da sociedade. Mais uma vez observamos como oscila entre sua afirmação e sua submissão.

As informações omitidas: a nova moral e o julgamento social

À medida que ampliávamos o contato com as famílias entrevistadas, fomos percebendo que, tão importante quanto aquilo que nos declaravam, era o quê, conscientemente, nos omitiam¹⁷⁸.

Via de regra, as atividades ilegais de caça, corte de palmito e extração de madeira (usada principalmente para mourão) não eram comentadas, ou então eram explicitamente negadas. Pequenos desmatamentos para fins de agricultura também eram inicialmente omitidos, mas declarados, modo geral, pelo próprio depoente no fim da conversa. Nosso acesso a informações como essas se deu, portanto, de modo indireto – como nos exemplos citados em nota – mesmo quando nos julgávamos bastante próximos da família entrevistada e satisfeitos por haver conseguido

¹⁷⁷ Segundo levantamento de pesquisadores do Centro de Estudos Caiçara (CEC-Iguape), feito no bairro do Rocio, observou-se que muitas famílias apesar de viverem no meio urbano, ainda sobrevivem de atividades de pesca e extração do palmito.

¹⁷⁸ Algumas vezes, após longas horas de conversa com uma família – na qual abordávamos sua história e suas atividades econômicas atuais – ficávamos sabendo por meio de um informante próximo – de menos pudores – que algum membro daquela família era cortador de palmito, por exemplo. Isso significa que parte da subsistência da família entrevistada era obtida por meio de uma atividade que não fora por ela mencionada. Outra vez, na feira – onde sempre encontrávamos oportunidade para conversar com alguns sitiantes – nos aconteceu de ouvir alguém perguntando ao agricultor se ele aceitava encomenda de carne de caça. Ele respondeu que não matava animais, dando a entender que sua moral tinha fundamentos de crença religiosa. Mas, prontamente, indicou uma pessoa cujo filho poderia atender o pedido da cliente. A pessoa indicada era por nós conhecida e nunca tivera aludido à caça comercial, nem enquanto oportunidade ocasional.

estabelecer uma relação de confiança mútua. Ao mesmo tempo, aquilo que para nós não era revelado, não parecia ser segredo para os demais moradores do bairro. Todos parecem saber das práticas e atividades dos outros, havendo tanto cumplicidade moral, como também, muitos conflitos e acusações.

É claro que não nos surpreendeu o fato de realizarem atividades proibidas pela legislação, mesmo porque, usufruem, de modo geral, de legitimidade¹⁷⁹ em tais práticas. E talvez seja exatamente isso o que nos causou surpresa, a ponto de considerarmos a omissão, em si, um material de pesquisa, um fato significativo.

Omitir a realização de atividades ilícitas poderia, no primeiro contato com a pesquisadora, resultar de receio relativo às intenções de alguém estranho – conforme comentado em “Pesquisa de Campo” na *Introdução*. Mas, após tempo suficiente para que uma relação de confiança estivesse estabelecida, atribuímos a persistência da omissão ao fato dos sitiantes intimidarem-se, não tanto com a possibilidade de repreensão real (autuação policial), mas com o **juízo e a condenação moral** da própria pesquisadora. O temor da reprimenda moral, conjecturamos, pertence ao imaginário do próprio agricultor, e alimenta, sobretudo, do fato de ser a pesquisadora alguém que não pertence ao meio rural, tampouco a sua classe social, representando, portanto, o conjunto da sociedade dominante.

Os usos que faziam da natureza passaram a ser socialmente condenados, e no limite, são eles próprios os condenados, como indivíduos e, principalmente, como categoria de indivíduo. Pois intuímos que é através do manejo dos recursos naturais ou da íntima relação com a natureza que a população de Iguape – pois também se inclui aquela que já migrou para a cidade – encontra uma identidade comum, a qual passou a ser diretamente censurada. uso

Essa identidade se constrói no fato de encontrarem ali, na *natureza humanizada*, um domínio que lhes é próprio; um conhecimento, um saber fazer, um trânsito fácil que é só deles. E que estando entre eles, nada precisará ser dito ou explicado, pois esta

¹⁷⁹ Esta legitimidade que associamos ao caboclo tem raízes no fato de que estas práticas constituem seu meio de vida, sua forma de perceber e se relacionar com a natureza... no fim das contas, esta legitimidade assenta-se na ausência de políticas públicas de inclusão.

natureza representa a realidade mais óbvia, sobre a qual conhecem muitas formas de controle e também o limite do que está para além do seu governo. Porém, se esta é uma identidade local, notamos que na relação com o universo social dominante, os caboclos são forçados a se perceber inferiores. Passam a disfarçar suas práticas, a condenar seus costumes e sua história, contribuindo para a depreciação de si e da comunidade como um todo.

Seguindo raciocínio de Bourdieu, o disfarce e a depreciação são efeitos da perda de autonomia ética do caboclo (camponês), para a qual contribuem decisivamente as representações que deles tem a sociedade dominante. É uma identidade dissimulada indica quão fraca é a capacidade de enfrentamento, de resistência e recusa desta população diante das questões políticas colocadas para ela. Aos poucos, vão desvanecendo suas particularidades e se tornando difícil o resgate dos direitos concernentes ao seu modo de vida.

Ao mesmo tempo em que o caboclo ainda insiste em práticas agora proibidas – seja pela sua necessidade, seja pelo fato de não as crer causadoras de degradação da natureza etc. – ele não se autoriza reivindicá-las, não só como práticas, mas como forma de apreciação do mundo. Esta é a dualidade dos critérios usados pelo caboclo para se colocar em sociedade.

Paradoxalmente, o local onde pudemos conversar mais abertamente sobre a extração de palmito foi no bairro do Despraiado – justamente este, que se encontra no interior da Estação Ecológica da Juréia. A extração de palmito é tão proibida dentro, quanto fora da Estação, mas sem dúvida lá, por ser uma unidade de conservação, a fiscalização é mais rigorosa e, sobretudo, a aversão/condenação social do uso da natureza é, simbolicamente, mais forte. Diante disto, supusemos que, no Despraiado, as omissões a respeito da realização de atividades proibidas fatalmente aconteceriam. Porém, como dissemos, foi lá onde, pela única vez, conhecemos alguém que, logo de início, se apresentou como um “palmiteiro”, sem maiores constrangimentos. Tal episódio nos levou à seguinte reflexão.

Ao contrário dos outros bairros do município, aqueles do interior da Estação Ecológica da Juréia viveram uma longa história de discussão e luta pelo resgate dos

direitos de sua população, tolhidos pela legislação ambiental. A população da Juréia teve – é claro que em diferentes medidas – mais oportunidade de debater, questionar e refletir sobre as imposições que sofriam e, assim, conscientizar-se de seus direitos e valorizar suas características próprias. Isso não se passou nos demais bairros do município, onde as restrições foram menos severas, embora, também prejudiciais.

O absurdo da situação que sofreram na época de implantação da Estação¹⁸⁰, e o inaceitável das condições a que estão até hoje submetidos, tornam ainda maior a legitimidade de qualquer atividade que se volte para a manutenção da família, como por exemplo, extrair palmito. É a legitimidade da sobrevivência, da justiça social, emergidas de uma situação extremada de falta de oportunidades. Mas, o que ressaltamos é o fato de ter havido mobilização e debate entre a população local, trazendo como resultado a possibilidade de renovação e sustentação da ética social nos bairros da Juréia – da qual se aproveitam mesmo aqueles que não participam e não participaram de qualquer mobilização.

REPRESENTAÇÕES E ATITUDES DIANTE DA HISTÓRIA

Se no decorrer destes três capítulos traçamos a evolução da história agrária do município de Iguape durante o século XX até hoje, nos pareceu pertinente, para encerrar o capítulo e nos encaminharmos para o fechamento deste trabalho, comentar a relação do caboclo, e até mesmo “do iguapense” – enquanto também protagonista – com sua história e, sobretudo, sua atitude diante da mesma.

Por extraordinário que possa parecer, nossa reflexão a este respeito teve início a partir do contato com os migrantes. Pois foi a partir de uma característica marcante de seu discurso que passamos a elaborar determinados aspectos implícitos na fala do iguapense.

¹⁸⁰ São muitos os trabalhos e documentos que contam e analisam os fatos ocorridos na E.E.J.I., como por exemplo: Ferreira (1996), Queiroz (1992), Oliveira (1993).

Se, logo de início, foi notório no conteúdo das muitas conversas que travamos uma forte resignação da população local e migrante com a situação presente, e diferentes níveis de pessimismo com relação ao futuro, somente entre os migrantes percebíamos que, tanto a resignação como o pessimismo tinham como fundamento uma idéia bastante clara: o atraso e a pobreza geral do Vale do Ribeira têm origem em suas características edafoclimáticas e sócio-culturais. Independente de ser preconceituosa ou não, essa idéia coloca o subdesenvolvimento e a pobreza como características imanescentes à região e sua população¹⁸¹. E diante do que é imutável, não há muito ânimo para ação transformadora, a qual acaba se caracterizando por apresentar como limite o âmbito dos benefícios individuais e setoriais. Isto nos chamou muito a atenção.

Já o iguapense – a não ser aquele que não se identifica mais com as raízes histórico-culturais de sua região, portando-se, portanto, como um “de fora”¹⁸² – atribui suas mazelas a um sujeito externo, geralmente representado por um governante local. Com frequência aponta também a legislação ambiental como responsável por seus problemas. “Depois que entrou o Meio Ambiente, não sobrou mais nada” (depoimento, Cavalcante, 2001). Pois o iguapense, diferentemente do migrante, encontra no passado de sua região uma referência inegável de prosperidade, da qual se apropria, de modo a recusar a idéia de “imanentismo” e manter viva certa esperança de que um novo tempo de prosperidade seja possível. Este passado próspero, no entanto, habita diferentemente a cabeça do sitiante ou do cidadão, do pobre ou do rico, como pudemos algumas vezes indicar neste trabalho.

¹⁸¹ No fim do século XIX Arthur H. O’Leary (s/d, p.9) anotou em seu relatório sobre a região: “Se melhor fosse aproveitado o solo, se mais facilmente o progresso penetrar em certos pontos, seria este município [Iguape] e esta zona uma das principais do Estado sob todos os pontos de vista; mas o estado ainda muito primitivo de sua cultura e o quase idêntico em que vivem os moradores ribeirinhos dos rios e do Mar Pequeno [estuário] são um empecilho e forte obstáculo ao progresso e civilização da zona”. E neste século, no ano de 2002, conheci um veterinário paulista, que há 5 anos se tornara morador da cidade de Iguape, que em conversa sobre nossa experiência de forasteiros, argumentou – para minha surpresa: “O problema do iguapense está na sua origem cultural. Eles são descendentes de índios e por isto não querem saber de trabalhar, e sim, pescar e caçar”.

¹⁸² Uma frase publicada em recente artigo do jornal *Tribuna de Iguape*, edição de julho de 2003 (Ano VIII, n.30), ilustra tal postura: “*Pois é, caçarada! O mundo já mudou. E nós?*” Apesar do “nós” ser inclusivo e apaziguador, não é suficiente para anular o caráter discriminatório e preconceituoso do “caçarada” e de todo conteúdo da frase.

Assim como comentam sobre o arroz, os agricultores gostam de contar sobre as indústrias de palmito, de manjuba e de caixeta que existiram em Iguape... dos grandes bananais, dos caminhões que saíam abarrotados de víveres, ou dos barcos que atracavam em seu bairro e levavam a produção até para outros países. Algo semelhante se repete nas conversas em ambiente urbano. Todo cidadão iguapense, seja este o historiador da cidade, o dono da quitanda, os moleques da rua... sempre que tem oportunidade, lembra o interlocutor dos tempos áureos do afamado “arroz de Iguape” do século XIX, ainda estampado na arquitetura de sua cidade.

Mas o interessante é o tom como se colocam, pois parecem conhecer e indicar quais os caminhos que os teriam feito alcançar melhor desenvolvimento, e que, em seu modo de perceber, lhes foram **tolhidos**. Esta é a grande diferença da perspectiva analítica do migrante. O iguapense se percebe um injustiçado e não um incapaz.

Em minha avaliação o que se sobressai é o fato de que ambos, nativos e forasteiros, não dispõem de explicações suficientes que lhes permitam compreender a situação para além do cotidiano atual local, isto é, inserindo-a num contexto histórico, político e econômico maior. Assim, encontram bodes expiatórios e refugiam-se no pessimismo dos subterfúgios individuais e não se mobilizam coletivamente para modificar a realidade (cf. BOURDIEU, p.117).

Está claro que, tanto para o iguapense, como para o migrante, a superação das dificuldades regionais – quando não insuperáveis – não se dará a partir da população local. Assim, a esperança de mudança é depositada em ações ou eventos que venham de fora, como a chegada de uma indústria na região, ou a vinda de alguém que se interesse por sua realidade. A esperança, portanto, é uma espera, e não tem um protagonista definido. Apesar de antiga, a frase é ilustrativa: “Há de chegar o nosso dia, e os elos que nos prendem à corrente do desânimo hão de quebrar-se ante a aurora do progresso que surgirá no horizonte do céu iguapense” (Tribuna de Iguape, n 452, 20/01/1924 *apud* FORTES, s/d, p.1).

Também entre eles, técnicos da Casa da Lavoura, DEPRN, Itesp, ou mesmo

membros da Polícia Florestal existe uma atmosfera de conformismo. Realizam seus trabalhos no limite da desesperança e no limite do satisfatório¹⁸³, pois no fundo, pouco acreditam que podem contribuir para melhoria da agricultura e da qualidade de vida da população rural do município. Ficou evidente que os sitiantes com os quais tivemos contato nesta pesquisa não correspondem ao “agricultor” concebido pela equipe da Casa da Agricultura. E a forma como concebem o “agricultor” determina as diretrizes dos serviços¹⁸⁴, assim como dos programas estaduais de incentivo à produção agrícola.

Isto quer dizer que privilegiam aqueles que possuem capital para investimentos, aqueles que estão organizados em grupo – como os japoneses – aqueles que requerem os serviços da Casa da Agricultura para a elaboração de projetos de benefício privado, como por exemplo, instalação de tanques de criação de peixes ou instalação de um campo de maracujá. Contudo, é provável que, pelo menos os agricultores que já iniciaram uma agricultura convencional de mercado, tenham como representação de agricultor o mesmo conceito concebido pelos técnicos agrícolas.

A seqüência de crises econômicas e de planos de desenvolvimento pouco transformadores durante todo o século XX contribuiu para o fortalecimento, não só da imagem do atraso regional, mas do fracasso como característica. Depoimentos encontrados em artigos de jornais e outros textos transcritos por Martinez (1995,

¹⁸³ A assistência feita nos bairros se dá “na medida do possível” – e diríamos, do conveniente para os funcionários. Como lembrou o agrônomo, com aproximadamente 900 propriedades rurais, se conseguissem visitar uma por dia, só voltariam na mesma propriedade após três anos. “Então, isso aí é meio complicado”, diz o agrônomo conformado e acomodado, pois não chega a realizar mais de duas idas a campo por semana. Uma das dificuldades alegadas são as amplas dimensões do município e a necessidade de rodízio entre os funcionários do único veículo da prefeitura. A falta de veículo limita as idas aos bairros rurais e usar o transporte público parece estar fora de cogitação – apesar do ônibus circular melhor nas estradas constantemente esburacadas e enlameadas do município.

¹⁸⁴ O bairro do Peropava é que aquele que mais visitamos. Sua característica atual é a de um bairro de micro e pequenos produtores de olerícolas e maracujá, trabalhando familiarmente a terra, embora uma parte deles recorra ao serviço de diaristas – serviço este, que representa a base do sustento de uma grande parcela das famílias do bairro. Para nossa surpresa, quando perguntado sobre as características de alguns bairros do Município, o agrônomo da Casa da Agricultura incluiu o Peropava entre aqueles onde predomina a pecuária de búfalos. Diante da minha surpresa, se justificou dizendo que estava usando o critério “área ocupada” para definir qual a característica do bairro. Esse lapso, é bastante indicativo de que o critério *área trabalhada* ou *ocupada* pode ser mais importante que o critério *número de produtores* para direcionar a atenção da Casa da Agricultura.

p.52-53) identificam uma população cansada das promessas não cumpridas, da promoção de esperanças vãs... cansada dos muitos estudos, pesquisas e levantamentos da “vida primitiva e atrasada” sem qualquer resultado efetivo sobre tal condição, e que deixam apenas, com bem observou um padre de Iguape, um problema a mais para a população. A primeira grande crise regional se deu no final do século XIX e desde de então, a região tem sua história marcada pela constante configuração de crise, estagnação, atraso e pobreza. Esta idéia de crise tem um peso e é fácil notar que a auto-estima local está bastante baixa e as projeções futuras profundamente desesperançosas e até mesmo trágicas. As lamentações e o negativismo chegam a causar mal-estar.

Foi possível notar, nas tantas conversas pelo município, que existe entre os moradores uma certa vergonha pelo fato de terem falido, ido embora, fracassado em sua região empresas, lojas, redes que lá foram investir. “Todos que vieram para cá saíram falidos” (depoimento, cidade de Iguape, 2002). No campo, a história e o tom dos relatos se repetem. “Eles ficavam uns 4, 5 anos... viam que a região não é boa... e iam embora” (depoimento, Itimirim, 2002).

Não é confortável na visão do iguapense depender de Registro, “que já foi comarca de Iguape”, para comprar nas grandes lojas. E não é só isso, todos os outros municípios vizinhos, que antes vinham para a cidade, agora fazem compras em Registro, a “sucursal do Vale”. “Até o clero foi embora. O segundo santuário do Estado de São Paulo é aqui em Iguape. A Basílica é aqui, o Clero é lá em Registro” (depoimento, 2002). Iguape perdeu a Ilha Comprida – fato imperdoável para o orgulho iguapense – e tenta resgatar a Juréia, colocando no *slogan* da cidade: “A Juréia é aqui” – para visitar a Estação Ecológica o iguapense deve ir a Peruíbe, município onde se encontra a sede da Estação.

Fica claro como o iguapense deixou de orbitar em torno de si mesmo; as referências comparativas agora o colocam dentro de um quadro social ampliado. E na sua comparação, o mais comum é defenderem e valorizarem interesses e projetos elitistas, sem que isso signifique a defesa de si próprio ou do próprio benefício, isto é, sem que tais projetos os inclua. É curioso como grande parte da população (que é

pobre) lembra e, de certa forma, vangloria-se de conquistas das quais pouco usufruíram. Isso aparece tanto no discurso do sitiante – quando fala dos grandes bananais de seu bairro – ou no discurso cotidiano da cidade, quando lembram de uma época que não lhe pertenceu, tampouco o usufruto de sua riqueza; uma riqueza da minoria. Da mesma forma, se culpam de fracassos e falências que propriamente não lhes dizem respeito – como nos exemplos citados acima. Fazem um julgamento contraditório de sua condição.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

“Ninguém queria a Florestal por aqui. Mas Iguape aceitou. Veio o Ibama. Tem até o quartel deles aqui. Agora ninguém pode fazer mais nada”.

Depoimento, Bairro Momuna, 2001.

“Depois que entrou o Meio Ambiente não ficou mais nada”.

Depoimento, Bairro Cavalcanti, 2001.

À LUZ DA HISTÓRIA AGRÁRIA

Depois de ter construído o percurso das transformações na agricultura e na organização cabocla do município de Iguape, identificando suas causas e consequências sócio-econômicas, chegamos próximos de cumprir com os objetivos deste trabalho. Nos falta uma última, porém fundamental, etapa. E esta consiste em transpor a discussão da história agrária local e regional para um âmbito ampliado, isto é, iniciar uma reflexão sobre a dialética entre o local e o não-local. Elaborar portanto, uma visão crítica geral que confira maior sentido político e econômico às transformações descritas. Daí o caráter mais opinativo e ensaístico destas considerações finais, que ampliam as fronteiras deste estudo para além dos limites do município de Iguape.

Como nos posicionarmos diante da polêmica em torno da prática agrícola tradicional de queima e pousio *versus* a necessidade de conservação da Mata Atlântica? Como entender o contraste entre a situação de conservação e de pobreza do Vale do Ribeira nos dias atuais? Enfim, de que perspectiva discutir o desenvolvimento agrário

regional e fornecer propostas? Mais uma vez, encontramos na história agrária uma via fértil de reflexão.

PONDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA ITINERANTE E A CONSERVAÇÃO FLORESTAL

O sistema de agricultura itinerante foi – e ainda é – freqüentemente descrito como nocivo à manutenção da vegetação florestal. O próprio trabalho de Petrone insiste reiteradas vezes na caracterização negativa desta prática como uma forma de uso predatório da terra – que se opõe à agricultura científica com o uso racional de adubos e técnicas adequadas de conservação do solo.

[...] o sistema de agricultura que praticam [os ‘posseiros’ e os ‘capuavas’] são grandemente responsáveis pela indiscriminada destruição do revestimento florestal (1966, p.246).

A atividade extrativa, não só aquela com objetivos industriais (estaleiros), mas também as de subsistência, completavam, em menor escala, o quadro de uma lenta humanização de paisagens com base na agricultura predatória (ibidem, p.80)

Relatos antigos sobre o Vale do Ribeira – como este que transcrevemos abaixo, datado do início do século XX – já demonstravam grande preocupação quanto à característica deletéria da agricultura praticada na região. O pesquisador Krug¹⁸⁵ fez algumas viagens pela zona do Ribeira, região de origem de seus pais. Por volta do ano de 1930, após quase uma década de sua última expedição, esteve pela região mais uma vez e constatou, para sua decepção, que:

[...] as magníficas mattas virgens, os bosques seculares, as selvas impenetráveis [às margens do rio Ribeira] foram derrubadas pelo animal racional, chamado

¹⁸⁵ Krug não é um nativo da região mas seguramente foi um grande admirador. No início do século XX fez algumas excursões pelo Rio Ribeira, publicou trabalhos e realizou conferências a fim de divulgar e contribuir para o conhecimento de – como ele mesmo disse – tão bela região, de tão grandes riquezas naturais, cuja população é tão simpática e hospitaleira. Assim escreveu o autor: “O meu interesse pela região é puramente patriótico: quero vê-la (*sic*) desenvolver-se com a mesma rapidez e critério com que têm se desenvolvido outras regiões menos merecedoras” (KRUG, 1939, p.4).

homo sapiens, para serem substituídas por míseras roças, que absolutamente, não representam o valor daquillo que substituíam [...] (KRUG, 1939, p.5).

E então, seguia julgando e advertindo com veemência:

Esta destruição deve cessar, – motivo porque chamo a atenção dos nossos bem intencionados poderes públicos, especialmente do Conselho Florestal do Estado, afim de pôrem, definitivamente, um ponto final nesse vandalismo inqualificável!” (ibidem, p.5)

Este depoimento demonstra grande aversão à interferência humana na natureza – à semelhança dos preservacionistas de hoje – dando maior valor à mata intocada independentemente de qualquer necessidade humana implicada na ação de desmatamento. Mas gostaríamos de chamar a atenção neste momento para o fato de que tal interferência “negativa” sobre as florestas, necessariamente, tem um sujeito, ao qual também se vinculam características depreciativas das mais diversas ordens. Ou seja, o caráter predatório da roça itinerante remete à idéia de que quem a pratica – o caboclo, portanto – é sobretudo um agricultor pouco produtivo, desqualificado, indolente ou ainda, um anti-progressista, necessitando então, ser desenvolvido e capacitado. Os textos de Monteiro Lobato sobre o Jeca Tatu – símbolo nacional¹⁸⁶ – expressaram e, infelizmente, divulgaram esta visão, antes de tudo preconceituosa, sobre o caboclo e seu modo de vida. Vale a pena esta longa transcrição:

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes. Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha idéia de plantar um pé de couve atrás da casa. Perto corria um ribeirão, onde ele pescava de vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo. [...]

Todos que passavam por ali, murmuravam:

– Que grandessíssimo preguiçoso! [...]

¹⁸⁶ “Jeca Tatuzinho” – também nome do personagem criado por Monteiro Lobato – foi lançado em 1924 e posteriormente adaptado para promoção dos produtos do laboratório “Fontoura Serpe & Cia”, em especial do “Biotônico”. É considerada a peça publicitária de maior sucesso na história da propaganda brasileira. Em 1982, inspirou a criação do Prêmio Jeca Tatu, instituído pela agência Castelo Branco e Associados em homenagem “à obra-prima da comunicação persuasiva de caráter educativo, plenamente enquadrada na missão social agregada ao marketing e à propaganda” (<http://lobato.globo.com/html/jecatatzinho.html>, acessado em 9 de junho de 2003).

Jeca possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abóbora e mais nada. Criava em redor da casa um ou outro porquinho e meia dúzia de galinhas. [...]

As pessoas que viam aquilo, franziam o nariz.

– Que criatura imprestável! Não serve nem para tirar berne de cachorro... (LOBATO, 1924).

A despeito de todas as atividades que o próprio autor comenta, o caboclo, ainda assim, era um indolente. Antes de escrever a peça “Jeca Tatuzinho”, Monteiro Lobato escreveu *Velha Praga*, texto em que comenta, entre outros aspectos, as queimadas na região da Serra da Mantiqueira feitas por pequenos sitiantes caboclos, responsáveis então pela devastação de sua preciosa cobertura florestal.

A nossa montanha é vítima de uma parasita, um piolho da terra [...]. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do ‘Porriço descalvans’, o parasita do couro cabeludo produtor da ‘pelada’, pois que onde ele assiste [reside] se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenarias [...] para em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha [...].

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nomade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira da penumbra das zonas fronteiriças (LOBATO, 1918, p.140-141).

Alguns campos da ciência, de recente desenvolvimento, como a etnoecologia, vêm tentando rebater tais concepções a respeito das práticas tradicionais de agricultura e seus sujeitos, através de evidências e argumentos científicos. Assim, em direção diametralmente oposta, autores¹⁸⁷ como Gómez-Pompa (1990), Posey (1986) e Balée (1988, 1989, 1993) *apud* Arruda (1997 in DIEGUES, org., 2000, p.284) argumentam que não só a maior parte das florestas que julgamos “virgens” já sofreram interferência do homem, como esta ação humana é produtora de biodiversidade. A derrubada da floresta, a introdução de espécies cultivadas, a rotação de terras, o

¹⁸⁷ POSEY, D. (1986). Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó), in: Ribeiro, B. (org.) *Suma etnológica brasileira*. Vol. 1, São Paulo: Finep-Vozes.; BALEÉ, W. (1993). *Footprints of the Forest – Kaapor ethnobotany: the historical ecology of plants utilization by an Amazonian people*. Nova ork: Columbia University Press.

manejo da capoeira... tudo isso deve ser entendido como formas de *manejo*, as quais podem ter conseqüências muito positivas sobre a conservação e diversificação de espécies vegetais e animais. Implícito em tal concepção, está a valorização dos povos tradicionais, cujo saber, cultura e modo de vida devem ser preservados e seus territórios defendidos.

[...] em muitos casos, as práticas de uso da terra do setor rural são responsáveis por manter e proteger a biodiversidade das nossas áreas nativas, e freqüentemente foram responsáveis pela diversidade genética que fortalece a maioria das variedades de alimentos cultivados (GÓMEZ-POMPA & KAUS, 1992 *in* DIEGUES org., 2000, p.132).

A composição atual da vegetação madura bem pode ser o legado das civilizações passadas, a herança dos campos cultivados e das florestas manejadas [...] (idem, p. 133).

A agricultura de derrubada e queima é parte integral dos ecossistemas das florestas tropicais há milênios¹⁸⁸ (ibidem, p.135).

Mesmo sem nunca ter lido qualquer um dos autores citados acima, um caiçara do Rio Comprido (parte interiorana da E.E.J.I.), nos surpreendeu com seu comentário sobre o sistema de roça praticado por seus antepassados, deixando claro que, acima de tudo, o caboclo tinha uma experiência empírica e uma avaliação a respeito da mesma, para além de qualquer ciência:

Não sei se vocês conhecem a Juréia...mas prá quem não conhece, [...] o maciço da Juréia tem 305m de altitude, então a pessoa sobe lá em cima né, vê dali do Rio Verde até a Barra do Una... você olha é uma fita de mata verde. Então os caras falam, que nem prá mim teve uma pessoa : *como é bonito preservar, isso aqui tá que nem quando Cabral chegou no Brasil, porque ninguém mexe.* [...] Aí eu falei prá ele assim: o senhor tá completamente enganado, que dentro dessa área que o senhor tá vendo aqui, se for contar, não tem 5% de mata primária. *Mas como assim?* Claro, isso aí foi tudo roça de mandioca, roça de arroz, roça de milho, isso foi tudo roçado. *E como que está assim?* [...] Eu falei: você tá vendo isso aqui? É mata primária? Ele disse: *é*. Aí chamei ele – porque a gente tem que dá prova, né – [...] e falei: aqui era uma casa, tem até um esteio da casa e essa madeira [árvore] estava dentro da onde era a cozinha da casa –

¹⁸⁸ Em seguida, o autor complementa com o seguinte alerta: “Essa forma antiga de agricultura não deve ser confundida com as queimadas destrutivas, largamente realizadas por colonizadores recentes ou posseiros que têm pouca experiência das circunstâncias locais, ou como forma de garantir a posse da terra” (ibidem, p.135).

porque dá pra sabe¹⁸⁹, né! (depoimento, ex-morador do Rio Comprido/Juréia, 2003).

Apesar desta polêmica e inconclusa questão – apenas ilustrada até agora – um fato concreto, identificado já na *Introdução* deste trabalho, lhe deu clara dimensão política: antes de se chegar a um entendimento sobre o caráter conservacionista ou predatório da agricultura tradicional de derrubada e queima – além de outros sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais – sua prática foi indiretamente proibida no final da década de 80 no Estado de São Paulo, a partir da consolidação das políticas Nacional e Estadual de proteção dos recursos e paisagens naturais, cujos instrumentos legais impuseram drástica redução do período de pousio (ao proibir o desmatamento), bem como da disponibilidade de áreas agricultáveis.

No fundo, tal conjunto de leis expressa um entendimento do homem, da natureza e do que se projeta para cada um no futuro. Por isso, não foi sem conflitos tanto o momento de sua elaboração como de sua implementação. Como não demos espaço para comentar esta questão no capítulo anterior, vale a pena fazê-lo agora, mesmo que brevemente, para que possamos ampliar o entendimento do “evento da conservação ambiental” e suas conseqüências, na região do Vale do Ribeira.

A Legislação Ambiental: um juízo tácito sobre sociedade e a natureza

Como já nos referimos, a primeira metade da década de 80, marcada por grandes manifestações públicas contra a ditadura e pelas eleições diretas para presidente, propiciou o surgimento do debate sobre o tema da proteção ao patrimônio ambiental do país. O poder público se viu diante da necessidade de criar uma estrutura legal adequada, acompanhada por correspondente estrutura administrativa, para

¹⁸⁹ O depoente ainda explicou porque podia provar a antiga localização da casa: “aí tem o alicerce, porque as casas antigamente era feito...como hoje é o piso, eles faziam o quadro de pedra aí enchia com aquela terra de barro do morro pisado, então ele fica o resto da vida” (depoimento, ex-morador do Rio Comprido/Juréia, 2003).

implementar uma política de conservação ambiental de âmbito nacional¹⁹⁰.

A definição do quadro de leis que regula o acesso aos recursos florestais da Mata Atlântica colocava em cena interesses divergentes ou mesmo antagônicos, gerando intenso debate entre empresários do setor madeireiro, agroindustrial e imobiliário, de um lado, e ambientalistas, professores e estudantes de Universidades e de institutos de pesquisa, de outro. Assim, durante as décadas de 80 e 90, os instrumentos legais e institucionais voltados para a conservação foram aos poucos ampliados e sofisticados –compondo hoje um complexo, embora insuficiente e inadequado, aparato – para responder às diversas demandas em conflito.

Entre as medidas e órgãos voltados à proteção da Mata Atlântica, estabelecidos pelo governo (federal e estadual), destaca-se o tombamento integral da Serra do Mar e dos remanescentes de Mata Atlântica em todo o Estado de São Paulo, em 1986, e a criação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, da Fundação Florestal e do DEPRN, no mesmo ano. Foram instituídos o Decreto da Mata Atlântica (n. 750), em 1993, e o Plano de Sistema de Unidades de Conservação, em 1982 – o qual baseou a elaboração do SNUC, projeto de lei lançado em 1992 e aprovado em 2000.

Mas não só os dispositivos legais e deliberativos se multiplicaram neste período. As organizações não governamentais e os movimentos sociais ambientalistas, de diversas tendências, também foram ampliados e fortalecidos (política e financeiramente). Segundo Lúcia Ferreira (1996, p.88), “se até então o tema mobilizava apenas algumas poucas entidades preservacionistas, no final dos anos de 1980 e início da nova década a conservação de florestas conheceu uma popularização inesperada e trouxe à cena pública inclusive cidadãos que desconheciam experiências políticas anteriores”.

¹⁹⁰ Em 1981 havia sido estabelecida a Política Nacional de Meio Ambiente (lei 6938 de 31/08/81), que representa o arranjo institucional – ainda vigente no país – estruturante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o qual integra órgãos colegiados e executivos nos três níveis de governo, e cujo órgão consultivo e deliberativo é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 1983, o governo de São Paulo criou o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), *locus* de atuação da sociedade civil.

Lúcia Ferreira introduz outro elemento de fundamental importância, que esteve presente nos embates sobre o conjunto de leis de preservação, em especial o decreto 750/93 – a influência de agências internacionais na orientação de políticas e programas nacionais:

Além de interesses econômicos de grandes grupos e o destino de inúmeros grupos sociais vinculados à mata, há também compromissos internacionais, oficiais e não oficiais, que exigem dispositivos institucionais mínimos para viabilizar resultados positivos de projetos financiados por recursos financeiros multilaterais. Dentre eles talvez os mais importantes sejam o Programa Piloto das Florestas Tropicais do G7 e o Tratado de Cooperação Oficial entre Brasil e Alemanha, celebrados entre o Governo do Estado de São Paulo e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), com vistas à conservação da Mata Atlântica no estado, [...] (1996, p.98).

No escopo desta pesquisa, queremos apenas indicar este ponto crítico presente nas discussões, e que tem se tornado cada vez mais intenso no âmbito da conservação ambiental¹⁹¹: volume relativamente grande de capital estrangeiro tem sido “direcionado a reestruturar relações sociais-naturais em áreas ‘subdesenvolvidas’” (GOLDMAN, 1998 *in* DIEGUES & MOREIRA, orgs., 2001, p.70). Trata-se de uma forma dissimulada – embora não tanto – de dominação nas relações Norte-Sul.

Procuramos até aqui, esboçar breve resumo tanto do aparato legal e institucional que foi estabelecido, como, principalmente, dos atores e movimentos sociais envolvidos em leis, decretos, resoluções, substitutivos, anteprojetos, pareceres jurídicos, minutas, emendas, tratados, protestos, *lobbies*, consórcios, comissões, redes... enfim, uma história **repleta** de conflitos de interesses, que não daremos conta de comentar diretamente. Mesmo porque, existe amplo material já sintetizado e discutido em outras dissertações e teses¹⁹². Entretanto, devemos destacar o seguinte aspecto.

¹⁹¹ Segundo levantamento de Resende (2000, p.64), “Atuam no Vale do Ribeira em média, pouco mais de cem homens, que hoje dispõem de equipamentos em boa quantidade, em função do [...] financiamento alemão do PPMA [Projeto de Preservação da Mata Atlântica]”. O PPMA é exercido através do convênio do governo federal com o Banco Alemão KfW, cujo aporte de recursos é bastante amplo, inversamente proporcional a suas possibilidades de uso, as quais se restringem ao investimento em equipamentos. O posto da polícia florestal de Iguape conta com 33 homens e dispõe de caminhonetes e *land rovers* que circulam rotineiramente pela região com a bandeira da Alemanha estampada em adesivos, em função do vultuoso financiamento alemão.

¹⁹² Vide: Ferreira, Lúcia da Costa, (1996) e Queiroz, Ruben Caixeta de, (1992).

Com tal mobilização política, nos fica evidente que, próximos da virada do século XX para o XXI, a conservação ambiental não só se fez ecologicamente urgente e politicamente conveniente, como também simbolicamente apreciada e mobilizadora. Pois já existiam leis que dispunham sobre o uso dos recursos e das paisagens naturais brasileiras – como o próprio Código Florestal, de 1934 – e que, no entanto, não foram suficientes para evitar sua ampla degradação – vide o interior do Estado de São Paulo. Portanto, não havia interesse do governo e da sociedade suficientemente forte para garantir o cumprimento dos dispositivos legais já existentes. Foi somente no final da década de 80 que tal interesse surgiu com intensidade, a qual foi potencializada pelos diferentes valores e desígnios que passaram a ser atribuídos ao meio natural, sobretudo o florestal.

Em 1994, Diegues publicou um de seus livros mais importantes – *O Mito Moderno da Natureza Intocada* – no qual aponta clara orientação ideológica e simbólica (originada nos Estados Unidos) na base da percepção e dos anseios presentes na tendência ambientalista mais forte no Brasil. A percepção escatológica do modelo de desenvolvimento até então adotado, levava ambientalistas a pautar seu discurso por idéias preservacionistas cujo pressuposto intrínseco é a dissociação Homem-Natureza (BRITO, 1995). Mas é certo também que numa disputa com setores empresariais, o setor ambientalista era indiretamente forçado a se posicionar de modo mais contundente e insistir em regras rigorosas para a conservação.

Segundo Ferreira (1996, p.116), essa noção de preservação em ilhas de natureza intocada, interditada arbitrariamente pelo poder público, é a que fundamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Ainda segundo Ferreira, tal modelo de conservação ambiental – objeto de intenso debate nacional e internacional – reproduzia a mesma lógica dicotômica já presente no próprio Código Florestal do início do século XX, o qual já introduzira a noção de áreas reservadas à conservação¹⁹³.

¹⁹³ Este código estabelece que as encostas cuja declividade estejam acima de 45 graus são consideradas de preservação permanente. Em 1934, define Parques e Florestas Nacionais, passíveis de exploração econômica e Florestas Protetoras, que representam áreas de preservação em propriedades particulares (cf. FERREIRA, 1996, p.86).

Fazendo uma análise retrospectiva, é fácil concordar com Diegues (*op cit*), pois no final das contas, o resultado político e legal alcançado retrata a idéia de que a natureza só se define como tal sem a interferência humana, como que assumindo um valor e direitos próprios. O estabelecimento de categorias de espaço natural protegido (as UCs) representa resultado concreto de que a natureza deve ser isolada para manter-se protegida *contra* as atividades predatórias da sociedade urbano-industrial e, de tal modo, poder ser reverenciada – e pesquisada! – em sua forma original, virgem e intocada. Mas deve-se acrescentar que o caboclo não se adequaria ao projeto de desenvolvimento pensado pelos membros da sociedade dominante, e tampouco manteria a natureza da forma como aqueles desejariam. *Como uma população semi-analfabeta seria capaz de cuidar primorosamente dos recursos e paisagens naturais?*

Voltando para o ambiente do Vale do Ribeira, notamos que as primeiras medidas tomadas tiveram o caráter de isolar o homem da natureza, coibindo suas atividades econômicas diretamente relacionadas à exploração dos recursos naturais, ou mesmo expulsando-o de seu território. Tanto que logo foram construídos na E.E. da Juréia três portais indicadores de seus limites, seis pontos estratégicos para fiscalização, e instalado um posto da polícia florestal no município de Iguape para intensificar o controle e a ação coercitiva em defesa do patrimônio ambiental.

As primeiras conseqüências observadas sinalizaram, logicamente, para tal caráter segregacionista. Oliveira (1993), constata que o índice de evasão nos bairros rurais da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, no período após sua implantação, foi mais elevado que os índices dos demais bairros dos municípios em que está inserida, ou seja, Iguape e Peruíbe. Hoje, a E.E. da Juréia é um vazio demográfico – o que facilitou a entrada de palmiteiros de outras regiões, especialmente Peruíbe, para explorar esta espécie, de forma muito mais incisiva que os antigos ocupantes daquele território jamais fizeram. O adensamento populacional do Bairro do Rocio, na periferia da cidade de Iguape, é um claro sinal das migrações internas e do empobrecimento da população do município. É lá que se encontram muitos dos antigos moradores (agricultores) da Juréia.

O problema é que nós estamos aqui abandonado e cada dia pior. Antigamente todas aquelas famílias que era raizada aqui... ainda tivesse por aqui... alguns filhos, alguma coisa, o Despraiado não estaria assim. Teria mais trabalho, teria mais pessoas [teria gente para casar, como me disse o depoente numa outra conversa¹⁹⁴]. O Despraiado está se acabando. Está tudo caindo fora. Só está ficando os velhos. Isso aqui vai ficar como o governo quer! (Depoimento, Despraiado, 2002).

Meu filho está com dois anos que está em São Paulo. O que ele ganha em São Paulo em um mês, aqui em um ano ele não ganhava. Você acha que ele vai querer empatar o serviço dele aqui? Não vai (Depoimento, Despraiado, 2002).

Como haveria de se supor, as restrições de uso dos recursos florestais, pesqueiros e agrícolas numa região como Iguape, isto é, em que a maior parte da população rural depende da exploração direta dos recursos naturais – ou indireta, como no caso da agricultura itinerante – provocam impactos que vão muito além do âmbito da conservação ambiental. Seus efeitos se projetam sobre a esfera sócio-econômica, cuja responsabilidade escapa ao domínio da política ambiental, assim como dos órgãos municipais e estaduais responsáveis por sua aplicação. Por isso a série de leis que foram criadas chegou ao Vale do Ribeira como uma camisa-de-força para a economia das famílias rurais.

Não era possível confundir pequenos sitiantes com interesses de setores empresariais, tampouco ignorá-los. Seria preciso entender o Vale do Ribeira em seu processo histórico de desenvolvimento para, então, construir políticas mais justas e democráticas.

Mesmo porque a população da região, como já comentamos, não participou das discussões políticas da época e só foi saber sobre a conservação ambiental – a qual até hoje não conseguem nomear e significar – quando passaram a ser multados. *“Esse tal de meio ambiente”... “esse negócio de ecológico”... “a região virou ecológico”...* como se a conservação se transformasse num sujeito, num sujeito de direitos e privilégios em detrimento de suas próprias vidas.

¹⁹⁴ “Hoje em dia não se realiza mais um casamento no Despraiado. Antigamente se realizava casamento no Despraiado. Antigamente tinha pessoas, as pessoas criavam família, casavam, se formavam... hoje em dia não tem nem mulher pra casar mais! ” (Despraiado, 2002).

As pessoas, os grupos organizados e as comunidades locais não foram convocados a uma participação efetiva durante todo o processo de implantação dos parques etc. Mais do que isto, tanto a sua implantação sucessiva e progressiva em todo o Vale, quanto a chegada de legislações ambientais foram realizadas sem um trabalho pedagógico, deixando de alcançar todas as pessoas locais. Assim, tanto os princípios legais quanto os seus agentes são tidos como injustos e perversos. Paga-se injustamente sem se saber exatamente o “porque” e “em nome do quê” (ISA, 1998, p.135

)

Pois bem, agora podemos voltar à discussão inicial tendo o Vale do Ribeira e os fatos históricos em perspectiva. Como a questão da manutenção da prática agrícola itinerante deve ser considerada sob a perspectiva da conservação ambiental?

A itinerância na perspectiva da história agrária

Será que é possível definir se o sistema agrícola itinerante é ou não predatório, supondo possível esta característica ser intrínseca ao sistema? Seguramente, esta questão nos conduzirá a inúmeras experiências científicas e agronômicas que poderão contribuir com informações importantes, embora não fundamentais para que seja respondida. Porque, como está formulada – e como costuma ser debatida – constitui-se numa falsa questão. Não é possível definir sobre a compatibilidade entre agricultura itinerante e conservação florestal sem situar o debate no contexto sócio-econômico e cultural em que esta prática agrícola é gerada, ou sem fazer qualquer intermediação analítica com parâmetros conjunturais de tal ordem. Daí que apontar a carência de subsídios científicos e conclusivos sobre a questão torna-se omissão e conivência com os conflitos sociais decorrentes, como aqueles presentes na região do Vale do Ribeira – e, sem dúvida, também na região amazônica.

No Capítulo I deste trabalho, procuramos deixar claro que a eficiência do sistema agrícola itinerante pressupõe tanto condições objetivas – como a baixa densidade populacional e disponibilidade de terra florestada – como também está condicionada por uma realidade social, isto é, por objetivos conscientemente estabelecidos pelo grupo ou sociedade – aquilo que o grupo pensa, percebe e interpreta de sua realidade.

Enquanto não houver contradição entre produção e consumo, meios e necessidades, o sistema agrícola itinerante tenderá a permanecer¹⁹⁵.

Como é amplamente conhecido, o Vale do Ribeira manteve-se alheio ao desenvolvimento econômico experimentado em outras áreas do Estado de São Paulo, assim como dos incentivos para que sua agricultura se intensificasse. Em Iguape, até a década de 60, a conjuntura favoreceu a predominância da organização agrícola cabocla, com suas conformações sociais, culturais e econômicas correspondentes. E aqui voltamos ao ponto de partida: a organização sócio-econômica que se desenvolveu na região, de forma geral, e em Iguape, particularmente, esteve estreitamente ligada à agricultura tradicional itinerante. E se o município manteve-se florestado até os dias de hoje, é porque – e somente porque – ali prevaleceu a economia agrícola cabocla (de base tecnológica rotativa). Este é o eixo sob o qual a questão da “agricultura (tradicional) *versus* conservação” deve ser pensado e debatido: a partir do contexto agrário, econômico, político, social e cultural que lhe é subjacente:

O isolamento geográfico relativo ao modo de vida tradicional, caracterizado pela fraca acumulação de capital, dependência limitada da economia de mercado, importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de pouco impacto sobre a natureza, fizeram com que seu território de Mata Atlântica se mantivesse relativamente bem conservado, ao contrário com o que ocorreu com o resto do Estado, onde se deu a monocultura de cana de açúcar, café e também os processos de industrialização (DIEGUES, 1994, p.127).

E completa:

Como resultado, a grande maioria das unidades de conservação do Estado de São Paulo está hoje concentrada nesse território tradicional caiçara (ibidem, p.127).

Martínez Alier (1998) elaborou reflexão sobre o *ecologismo dos pobres*, segundo a qual, a persistência de grupos tradicionais em manter seus sistemas de produção e

¹⁹⁵ Relembrando a análise de Boserup, a agricultura de pousio florestal é bastante produtiva, considerando a quantidade de produto por hora trabalhada – esta relação não se restringe à atividade agrícola e se faz presente numa série de outras atividades que se articulam à obtenção dos meios de vida, como a caça e a pesca. Deste modo, este sistema agrícola só será substituído quando houver necessidade de aumentar a produção total – dado que esta passagem, geralmente, associa-se ao acréscimo da quantidade de trabalho por unidade de área.

manejo poderia ser considerada como uma luta ecológica/conservacionista, mesmo que estes não tenham esta percepção. Alier se apóia na hipótese de que a agricultura tradicional, ao manter o uso dos recursos naturais fora da economia mercantil ou da administração do Estado, contribui para sua conservação. Este autor propõe que a ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes¹⁹⁶ da necessidade de se conservar os recursos.

Não nos parece uma certeza que a ecologia da sobrevivência é necessariamente uma sabedoria, como sugere Martínez Alier, dada a complexidade que envolve os sistemas produtivos e suas articulações sociais, como diversas vezes indicamos neste trabalho. Já tivemos oportunidade de comentar a observação de Boserup acerca da impossibilidade de negar que houve populações, na história do mundo, que comprometeram o seu potencial de produção, degradando os recursos da terra; populações que não desenvolveram conhecimento suficiente para compatibilizar a sua necessidade de produção crescente à manutenção de sua base produtiva (o solo). Por outro lado, houve civilizações que desenvolveram sistemas bastante elaborados, incorporando o uso de animais para adubação orgânica, irrigação etc, garantindo a sobrevivência do grupo, embora nem sempre, a conservação dos recursos naturais.

Martínez Alier, entretanto, introduz um fator que ganhou crescente importância ao longo deste trabalho, o qual a abordagem de Boserup analisa de forma claramente insuficiente. Trata-se da dinâmica do sistema agrícola (tradicional) em âmbito de mercado (capitalista), ou em articulação crescente com esta nova lógica e forma de organização da produção. Postos em circuito ampliado de mercado, o sistema agrícola tradicional, e sua tendência conservacionista se reconfiguram. Isso nos leva a debater o significado atual da agricultura de derrubada e queima, de cultivo e pousio no município de Iguape. Como a questão da manutenção desta prática deve ser considerada sob a perspectiva da equidade social e da conservação ambiental?

¹⁹⁶ “Esta consciência freqüentemente é difícil de descobrir, porque não utiliza a linguagem da ecologia científica, mas utiliza linguagens políticas locais, às vezes religiosas” (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p.373).

AGRICULTURA ITINERANTE ATUAL VERSUS SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO

Hoje, a agricultura itinerante ainda é praticada principalmente – mas não exclusivamente – por agricultores que plantam uma pequeníssima roça para a própria subsistência. É provável que esteja menos associada à população originária do município do que a posseiros vindos de outras regiões, que vivem e trabalham em condições precárias e em áreas periféricas de difícil acesso. Porém, nas áreas da Estação Ecológica da Juréia – onde há fiscalização e é difícil o acesso ao mercado – a população tradicional também vive esta realidade. Realizam uma mísera roça de subsistência e, no mais, sobrevivem do que ganham com aposentadoria, salários de caseiro, de funcionário da prefeitura, de guarda-parque ou da extração de palmito juçara.

Resulta de nossas observações de campo que não é mais possível descrever nem a agricultura itinerante, nem o modo de vida caboclo da mesma forma como descrevemos em relação à maior parte do século XX. Em textos e palestras há quem insista nestas descrições descontextualizadas, e até mesmo desatentas, da realidade rural de municípios como Iguape. Pois é verdade que num contato rápido com um agricultor, sua prática agrícola poderá ser percebida como um exemplo do que sempre foi, induzindo facilmente a discursos que defendam a proteção cultural dessas populações e não combatam a sua pobreza, pois não chegam a perceber que desapareceram as relações sociais tradicionais decorrentes do gênero de trabalho que possuíam. E é precisamente isso que os marginaliza (cf. QUEIROZ, 1973, p.130).

Atualmente, a agricultura itinerante não é – e provavelmente não voltará a ser – exercida apenas pelo fato de ser uma tradição ou herança cultural. Deve estar claro, neste momento, que a persistência de métodos supostamente arcaicos e ultrapassados não resulta do simples apego à tradição. Antes de terem raízes “sócio-psicológicas”, as motivações para a manutenção da prática itinerante são socioeconômicas.

Trata-se, sem dúvida, de uma estratégia de sobrevivência. Porém, é difícil dizer que corresponda a uma estratégia de produção e sobrevivência de agricultores enquanto grupo, enquanto categoria social e culturalmente organizada. Nos dias de hoje,

associamos a persistência desta prática como resultado de profunda desestruturação da organização cabocla – pelos motivos que discutimos no decorrer do trabalho – assim como de uma situação que corresponde ao padrão de subdesenvolvimento que marca nosso país ao longo de seu processo de formação, do qual a falta de trabalho e a exclusão social gritante são testemunhas incontestáveis. Muito diferente da situação em que o sistema agrícola itinerante era exercido no passado, tanto nos aspectos técnicos como nos aspectos da organização social, hoje identificamos sua prática à pobreza acentuada e à falta de condições dignas de vida. Infelizmente, a política de conservação, desarticulada de todas as outras, veio a contribuir para o agravamento dessa situação.

A política ambiental não deve ser usada como justificativa para o não desenvolvimento regional, mas teve influência direta sobre a vida cotidiana das famílias, sobretudo daquelas que ainda mantinham-se organizadas dentro dos bairros rurais. Pois impôs nova dinâmica de uso da terra, coibiu práticas coletivas, discriminou hábitos e a cultura de famílias tradicionais, dispersou a população dos bairros rurais, cercou suas terras e territórios. Enfim, implicou controle sobre as formas de produção e reprodução material, sobre a organização do trabalho e sobre as formas de propriedade e de sociabilidade.

Portanto, se a desestruturação da economia cabocla já era um processo em curso, dada a abertura ao mercado, pode-se dizer que se acentua com a aplicação da política ambiental. E o que é pior, pois paradoxal e irônico: além de gerar pobreza, tal desorganização sócio-econômica e cultural tem seguido caminhos que trilham, também, a degradação ambiental. Vejamos:

As atividades proibidas pela legislação ambiental ainda fazem parte da rotina dos sitiantes, sendo o corte de palmito e pequenos desmatamentos para fins de roça as principais delas. Tais práticas, mais do que fazerem parte do modo de vida tradicional do caboclo, relacionam-se a um contexto de desorganização e empobrecimento de seus agrupamentos. Mas não é só isso. Hoje essas atividades (ilegais) persistem porque o caboclo tem se *reorganizado* em torno delas. Pois, para garantir sua subsistência, burla a fiscalização construindo novas formas de realizá-las

através de pequenos “ajustes”, os quais chamamos *jeitinho*¹⁹⁷. Isto significa que tem sido mais fácil reorganizar-se dentro da informalidade e da ilegalidade, dado que inexistente qualquer perspectiva dentro do mercado formal de trabalho ou da própria atividade agrícola autônoma. E esta é uma nova condição para as práticas caboclas e para o fato de ainda serem rotineiras, mesmo que ilegais: hoje, este caboclo (iguapense), mais do que nunca, é produto de exclusão social.

É provável que, sendo liberado o desmatamento – e simultaneamente, realizada uma reforma agrária e resolvida a situação dominial de terras – muita gente que hoje vive na periferia pobre da cidade Iguape retorne ao campo e à vida de agricultor. E acreditamos que, assim sendo, o sistema agrícola itinerante seria, sim, resgatado pelos agricultores, mas por terem plenos conhecimentos sobre suas vantagens agrônômicas e econômicas (boa produtividade e baixíssimo custo de produção). E esta possivelmente seria uma forma de, aos poucos, intensificarem e modernizarem sua agricultura a ponto de passarem a cultivar em toda a extensão de suas propriedades, ou seja, de realizarem uma passagem gradual – e possivelmente mais estável – para o sistema de uso intensivo do solo.

O Despraiado ia erguer. Só uma boa política, uma boa conversa e o Despraiado volta. Volta facinho, facinho... em pouco tempo tá o maior movimento aqui. Terra boa, tem; água boa, tem. O que falta aqui é uma boa política. Manter esta estrada sempre boa... aí todo mundo vai se interessar. Ponha caminhão... os vários comprador... um compra verdura, outro compra banana... Preço? Não vamos discutir preço. O que estiver ocorrendo no mercado é o preço da roça. O que importa é ter o movimento e a convivência. Uns cria galinha, outros cria... e o Despraiado melhora! (Depoimento, Despraiado, 2002).

Hoje, a intenção da maioria – mas não da totalidade dos sitiantes – é reproduzir-se enquanto agricultor comercial. E para estes, o mercado é o principal fator a exercer pressão para que passem a intensificar o sistema de uso do solo, de modo a

¹⁹⁷ O caboclo foi encontrando formas hábeis de contornar proibições e tornar a atividade clandestina um pouco mais garantida. Costumam cortar palmito nos dias de chuva, quando dificilmente há fiscalização; transferem áreas tradicionais de rodízio para zonas de difícil acesso (e que, em geral, eram preservadas); cortam madeira para mourão tomando o cuidado para não abrir clareira na mata, isto é, cortando um “pau aqui outro lá” para não chamar a atenção e evitam deixar os mourões amontoados na beira da estrada; valem-se de artimanhas para tapear a polícia florestal durante a pesca noturna... e por aí a fora; o que não podem é *vacilar*. O “jeitinho”, portanto, são essas pequenas atitudes que ajudam a dissimular suas atividades.

produzirem crescente volume de excedente comercializável. Conforme discussão anterior (capítulo III) a tendência parece ser a de se deixarem guiar pelos incentivos econômicos (imaginários), mesmo havendo hostilidade do mercado (concreto). E sendo assim, o resultado ecológico fatalmente seria a diminuição do ambiente florestal.

Pois a passagem para o sistema intensivo de uso do solo representa a diminuição do vínculo entre a existência do componente florestal e a possibilidade de realização da agricultura, a qual se dá através da aplicação de recursos técnicos que se interpõem entre o homem e a natureza. No limite, a mata deixa de existir – sobretudo quando a atividade agrícola incorpora a lógica de mercado passando a maximizar os lucros. Basta-nos observar o exemplo do planalto paulista, cujo resultado ecológico da agricultura comercial de uso intensivo de solo – desenvolvida principalmente a partir da cafeicultura¹⁹⁸, no século XIX – foi uma paisagem pouco arbustiva, muitas vezes associada a solos empobrecidos e degradados.

Atualmente, ao contrário do que se configurou no passado, a conjuntura geral em que se desenvolve a atividade agrícola é de uma economia mercantil aberta. Diríamos que as atuais limitações do sistema de transporte e de comercialização, assim como da mão-de-obra e do acesso a recursos técnicos e financeiros, têm a dimensão de deficiências políticas, muito mais do que de deficiências estruturais do passado, as quais também se associavam a limitações objetivas e subjetivas do padrão de vida dos habitantes do meio rural. Portanto, uma vez superadas tais limitações, acreditamos que a agricultura predominantemente praticada seria a convencional de mercado, cujas decorrências ambientais necessitariam ser debatidas juntamente com o contexto econômico e produtivo que condicionam sua prática.

Portanto, discutir sobre sistemas de produção agrícola e conservação ambiental em áreas pobres e subdesenvolvidas como o Vale do Ribeira significa refletir a respeito

¹⁹⁸ “O comércio do café induziu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias. Conseqüências indiretas da prosperidade febril baseada numa única mercadoria de exportação, exerceram pressões sobre uma área ampla de Mata Atlântica, dando início ao que agora pode ser considerado como danos irreversíveis a paisagens antropomorfizadas” (DEAN, 1996).

de, entre outras coisas, modelo de desenvolvimento agrícola, inclusão social, articulações produtivas, inserção no mercado... E isto, que se configura como o cerne da questão, parece passar ao largo do debate sócio-ambiental, apesar de sua retórica supostamente de vanguarda.

Conforme analisa Goldman, os discursos ambientalistas mais progressistas, ou com pretensa preocupação social, defendem tais populações ao mesmo tempo em que estabelecem regras rígidas de manejo, atividades alternativas de renda, limites, capacidade de carga etc., funcionando como policiais intelectuais a reorganizar, capacitar e tornar mais eficientes os habitantes das áreas de floresta que pretendem conservar (1998 *in* DIEGUES & MOREIRA, orgs., 2001, p.47). Incorporam a presença de grupos sociais aos planos de manejo e conservação de forma meramente instrumental – as populações tradicionais se tornam vigilantes mais eficazes do que guarda-parques assalariados; o saber etnoecológico se torna mais valioso que o Homem – visto que a conservação permanece um objetivo que se encerra em si mesmo, pois somente em última instância, é lembrado que tais populações possuem direitos sobre o uso de suas terras, e sobre a manutenção de sua cultura.

Esta retórica ambientalista coopta a linguagem social mas a ação é de não confrontação, pois à medida que não questionam as forças destrutivas da lógica capitalista sobre as florestas, conduzem “suas comunidades” a produzir à margem¹⁹⁹ e restringirem seu papel social e histórico ao de guardiões florestais e de aliados da conservação. A nosso ver, isso pode ser tão autoritário quanto expulsá-las de seus territórios.

Contestando este nosso ponto de vista, há um forte argumento: a conservação ambiental não só pode, como deve gerar renda através de atividades (supostamente) menos impactantes e mais lucrativas – como o turismo ecológico, por exemplo – que a atividade agrícola. A este respeito, o depoimento abaixo expressa o essencial:

¹⁹⁹ Introduzem, nas diversas comunidades em que atuam, tecnologias alternativas, como por exemplo os sistemas agroflorestais, que muitas vezes dão mais trabalho para gerar ganhos muito inferiores ao da agricultura convencional. Não somos contra estas alternativas, tão pouco desacreditadas... a questão é não deixar de problematizar as desigualdades sociais, o controle dos meios de produção e as condições estruturais que organizam o sistema produtivo.

Esse turismo voltado pra preservação... é necessário uma educação e é necessário que a gente que tá aqui, o morador daqui, participe disso, tome parte disso de coração... a gente qué se prepará... fazê programações no sentido de abrir alojamentos, pensões ou coisa parecida [...] formação de guias turísticos, a gente estar participando, ...porque **a gente tá com medo que o Estado faça isso, e a gente acabá sendo marginalizado, jogado pra fora da história... a gente num qué fica aqui como atração turística, qué participa disso tudo** [grifo nosso] (Depoimento de morador de Iporanga, município do Vale do Ribeira, jan. de 1990, *In*: FIGUEIREDO, 2000, p.406).

Ou seja, se é para fazer valer a lógica de mercado para favorecer a conservação ambiental, então, que sejam as populações tradicionais preparadas para se apropriarem ativamente de tais benefícios. Mas antes, devemos questionar a legitimidade de propostas de atividades (como a do turismo ecológico) que substituam o uso agrícola da terra e todas as relações e dinâmicas sócio-culturais que possam estar aí implicadas.

...

Gostaríamos de deixar claro que não estamos dizendo que atualmente não seja possível ser “caiçara”, “caboclo” ou “ribeirinho”, entendidos como representações de minorias sócio-culturais. Acreditamos contudo que, para se manterem parcialmente fora do mercado de modo digno, é preciso forte organização e controle social dos meios e processos produtivos – como a que já existiu e que hoje avaliamos tão desgastada e desacreditada no município de Iguape. Além disso, pressupõe-se que condições objetivas, como espaço físico, estejam asseguradas. Sem dúvida, representariam um exemplo de relação entre homem, comunidade e natureza, que, preservada, seria de grande engrandecimento social, além de parâmetro para uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente em Iguape é possível que, por paradoxal que possa parecer, os grupos que teriam vontade de se manter organizados como comunidade e reproduzirem-se como tradicionais – e isto é uma suposição minha – são aqueles que vivem no interior da Estação Ecológica da Juréia, sobretudo aqueles do litoral. Pois parece-nos que lá a população teve a oportunidade de redefinir sua relação com o território, com seus recursos e com sua cultura, de modo a desejarem afirmar uma identidade local

através de um modo de vida próprio – mas que se coloque no quadro da sociedade majoritária, não como submissos e explorados e sim, de forma autêntica. Nas outras áreas do município, não conseguimos perceber que esta seja uma intenção. Estão mais propensos a permanecerem ou entrarem no mercado mais amplo. E aí, a depender de políticas (agrária, fundiária, ambiental), o processo de intensificação e modernização da agricultura poderia ser mais ou menos produtivo, assim como, mais ou menos predatório, gerando resultados sócio-econômicos mais ou menos justos e satisfatórios.

Não tem sentido permitir que o patrimônio ambiental do Vale do Ribeira seja depreciado, tanto por uma política ambiental inadequada ou mal articulada, como por uma política de desenvolvimento autoritária e equivocada, como a iniciada na época da ditadura militar. Mais inaceitável, porém, é a situação em que se encontra sua população. A fiscalização ambiental, por exemplo, poderá ganhar apoio e legitimidade diante da população local ao caminhar junto com uma política fundiária e agrícola que gere emprego e renda.

Não é por menos que afirma Resende (2000, p.48): “diversas avaliações a respeito da política ambiental brasileira coincidem quanto ao distanciamento entre a intenção e os resultados, causados principalmente pelo fato das políticas ambientais estarem distantes das estratégias do desenvolvimento econômico e terem papel subordinado nas políticas públicas como um todo”. Sendo assim, a conservação ambiental, além de ser sentida pela população local como expressão da censura a seu modo de vida e sua cultura, significou para os agentes ambientais do Estado uma história de desilusão e fracasso²⁰⁰.

²⁰⁰ Brito, avalia que “as organizações responsáveis [pelas UCs] demonstram grande precariedade institucional, pois além de recursos materiais e humanos insuficientes, tem-se a insuficiência de procedimentos e padrões técnicos operacionais. Alia-se a isto a estrutura administrativa defasada e burocrática do sistema governamental” (BRITO, 2000, p.211 *apud* RESENDE, 2000, p.56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta pesquisa seguros de que encontramos na construção da história agrária de Iguape uma via fecunda de investigação, entendimento e análise das conformações sociais, econômicas e ambientais mais relevantes, não apenas deste município, mas de toda a região da Baixada do Ribeira. Ou seja, a pobreza de sua população e o estado elevado de conservação de seu ambiente natural de Mata Atlântica.

No Capítulo I, foi possível deixar claro como a organização agrícola cabocla conjugou positivamente o uso da natureza e a satisfação das necessidades humanas por meio da prática da agricultura itinerante. Entretanto, foi relevante discutir que no equilíbrio desta relação influem tanto aspectos objetivos, como a disponibilidade de terras em relação à população, como aspectos das relações sociais de produção, tais como o sistema de posse da terra ou as relações de comercialização. Por fim, influem aspectos subjetivos que condicionam as necessidades e o padrão de vida social.

Na primeira metade do século XX, a lavoura de arroz, em contraposição a sua tão mencionada decadência – cuja origem esteve associada à crise do modelo patronal e escravista de produção – foi o esteio da economia cabocla. E na comercialização deste produto, estabelecia-se uma interessante relação entre o sitiante e os donos de armazém e de engenho. Ao mesmo tempo em que era explorado, o caboclo era mantido pelo armazém nos tempos de carestia. Conforme discussão feita ainda no capítulo inicial, caboclos e comerciantes estiveram, ao mesmo tempo, solidários e em oposição, de tal modo que esta articulação representou um canal dinâmico de transformação na estrutura sócio-econômica dos agrupamentos caboclos. No caminhar da história agrária de Iguape, apontamos como o sistema de produção agrícola caboclo se despojou de seus traços originais.

No Capítulo II, identificamos os principais fatores a interferir em sua organização social e produtiva, entre os quais destacamos: os processos migratórios, os conflitos fundiários, a intensificação do extrativismo, diminuição da lavoura comercial e a introdução de um novo sistema agrícola, representado principalmente pela

bananicultura. A bem dizer, todos estes fatores decorrem de um evento maior associado à incorporação econômica regional, que se deu sobretudo após a década de 70, quando o Estado investiu na construção de infraestrutura básica e concedeu incentivo financeiro e creditício para a iniciativa privada na região. Dessas interferências sobre a dinâmica rural de Iguape, identificamos as seguintes consequências: assalariamento dos sítiantes caboclos, redução de sua atividade agrícola a uma precária roça de subsistência e intenso êxodo rural.

As dificuldades crescentes de comercialização do arroz – principal produto comercial do caboclo até a década de 60 – levaram à diminuição de sua lavoura, e atividades não agrícolas como a pesca e o extrativismo vegetal passaram a cumprir a função mercantil dentro da economia familiar do sítiante. Ou seja, o caboclo não encontrou um cultivo que substituísse o cereal e que encontrasse espaço no mercado. Quando a bananicultura expandiu-se comercialmente, esteve sobretudo ligada a produtores de fora ou aos japoneses e citadinos iguapenses donos de terra. Ao invés de produtor de banana, o caboclo tendeu a ser absorvido como “administrador” ou mão-de-obra temporária nesta lavoura. A roça de subsistência, entretanto, permaneceu como importante estratégia econômica da família, embora tendesse a ser substituída, tão logo o caboclo encontrasse condições de adquirir no mercado todos os seus bens de consumo.

Do que pudemos analisar, as recorrentes enchentes das décadas de 80 e 90, causaram mudanças na direção para a qual apontava o desenvolvimento agrário municipal (baseado na monocultura da banana), embora avaliemos que as mudanças infligidas não tiveram caráter *estrutural*, como tiveram aquelas impostas pela Legislação Ambiental. No último quarto do século XX, este novo modo como o Estado se fez presente na região trouxe implicações, a nosso ver, definitivas sobre o processo de desorganização do modo de vida caboclo e desfiguração de seu sistema agrícola tradicional.

No Capítulo III, procuramos apresentar como a imposição (indireta) do sistema de uso intensivo do solo – decorrente das novas regras de exploração da Mata Atlântica estabelecidas pela Legislação Ambiental – levou à reorganização recíproca da

técnica agrícola, das relações de produção e da articulação com o mercado.

No geral, podemos apontar que, dentre outros efeitos, a população rural se viu desprovida de conhecimentos e de meios materiais para reorganizar satisfatoriamente sua atividade produtiva e garantir condições dignas de vida – permanecendo, grande parte, fora do mercado formal de trabalho, como aqueles que vivem da extração ilegal do palmito juçara, ou que vivem de atividades esporádicas e diversas, como os diaristas, os quais dificilmente logram manter uma roça de subsistência. O que observamos hoje, ao final de um inegável processo de mudança, foi a formação de produtores desagregados socialmente, desenraizados de sua cultura e empobrecidos economicamente. Mesmo não sendo a única responsável pela conformação desta problemática conjuntura, a política de conservação ambiental acentuou uma situação (já existente) de desigualdade social, desigualdade no acesso à tecnologia e aos meios de produção.

A passagem do sistema de uso do solo itinerante – praticado até a década de 80 pelo caboclo – para o intensivo foi facilitada naqueles bairros onde havia presença de agricultores, em geral migrantes, que já praticavam uma agricultura convencional e comercial (de base intensiva). Estes favoreceram o caboclo através do seu exemplo, demonstrado pelos novos cultivos a que se dedicavam, especialmente maracujá, chuchu e olerícolas, e pelos tratos culturais indispensáveis. Também favoreceram, mesmo que precariamente, o restabelecimento da agricultura do sitiante através de empréstimos de implementos, contratos de parceria e arrendamento de terras e facilitação do transporte da produção ao mercado atacadista.

Acrescemos que a interferência das restrições ambientais atingiu negativamente não apenas as formas de obtenção dos meios de vida da maior parte da população rural, como também a atingiu moralmente, uma vez que passaram a ser socialmente condenadas as suas práticas relacionadas ao uso da natureza, de onde emanam seus valores, sua ética e sua cultura. Não tivemos oportunidade, entretanto, de ampliar a discussão a respeito das diferentes percepções e interpretações da natureza feitas por caboclos e por representantes da sociedade urbano-industrial. Tampouco discutimos a contento as relações de poder que decorrem da confrontação de tais representações

sociais.

Numa comparação entre a condição do caboclo no passado e no presente, diríamos com maior segurança que a principal mudança atinge menos as condições materiais do seu padrão de vida do que as condições sociais e culturais, ligadas à convivência, à sociabilidade e mesmo às relações de produção. Conforme apresentamos no capítulo III, esta é uma mudança sentida e percebida pelo caboclo com certa clareza e confiança – o que já não acontece quanto à avaliação que faz de sua situação econômica e de infraestrutura, para a qual titubeia e se coloca em dúvida quanto a suas perdas e ganhos.

De qualquer forma, foi possível indicar que a dominação do mundo do caboclo se processou tanto economicamente como simbólica e subjetivamente – apesar de identificarmos certa gradação nas transformações neste domínio. Isto pôde ser observado pela forma como, hoje, os sitiantes orientam e avaliam sua conduta. Estão (intencionalmente) mais propensos a realizar uma agricultura comercial.

Ao colocarmos o caboclo em foco na história agrária que construímos, fomos levados a perceber a existência permanente de “duas histórias paralelas” que praticamente se invertem o tempo todo nas caracterizações econômicas e sociais de cada período, encontradas tanto em trabalhos acadêmicos, textos de historiadores locais, assim como nos relatos que coletamos durante esta pesquisa. Duas passagens são marcantes neste aspecto: no período que segue a virada do século XIX para o XX, coincidem avaliações de decadência e estagnação econômica com avaliações de abundância e solidariedade. Já o período da incorporação econômica (iniciado na década de 60) é visto tanto como a retomada do desenvolvimento como da desestruturação da organização econômica e social cabocla. Contudo, fica incompleta a discussão – tema para um novo trabalho – a respeito das diferenças e significados da percepção urbana e de quem permaneceu ligado à terra sobre os períodos de *apogeu* e *decadência*, assim como sobre as relações históricas que se estabelecem entre grupos sociais dominantes e subordinados.

Também não logramos discutir adequadamente a questão fundiária seja em relação ao desenvolvimento agrícola regional, seja em relação à própria conservação

ambiental – com a qual esteve intimamente ligada. Não é à toa que a localização dos parques e reservas não apenas coincide com o território caboclo, mas também com áreas onde a questão dominial legalmente estabelecida era precária e conflituosa – o que não significa ausência de um sistema de domínio organizado – ou seja, onde não era necessária a instauração de um procedimento judicial de desapropriação, o qual sempre acarreta o pagamento de indenização ao proprietário.

No último capítulo procuramos enfatizar que agricultura itinerante pode ter significados bastante distintos, tanto no que concerne à conservação ambiental, como à satisfação das necessidades humanas, a depender do contexto social e econômico em que é gerada, assim como do tipo da articulação que os agrupamentos sociais estabelecem com as estruturas e instituições externas – como as relações capitalistas de produção ou com o Estado.

Fica claro, neste momento, que não é mais a falta de floresta o principal causador do empobrecimento dos sitiantes de Iguape, mas sim a falta de apoio e de melhores condições produtivas, o que só será alcançado por meio de política (social, econômica e ambiental) comprometida com o desenvolvimento da região do Vale do Ribeira. É importante que a população rural permaneça em sua terra, produza alimentos saudáveis, protagonize o processo de elaboração deste conjunto de políticas de cidadania, para que tenha uma vida melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABATAYGUARA, Neide M. de S. (1997). **As associações como forma de organização de pequenos produtores**: um mecanismo controverso. Dissertação de mestrado. PUC-SP, São Paulo.
- ABRAMOVAY, Ricardo (1981). **Transformações na vida camponesa**: o sudoeste paranaense. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP.
- _____ (1991) – **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp.
- ALMEIDA, A.Paulino (1945) **O Ribeira de Iguape.**, São Paulo: Departamento de Cultura, (Revista do Arquivo Municipal ano X, v. CII, abril-maio).
- ARRUDA, Rinaldo (1997). “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. *In*: Diegues, Antonio Carlos S’ant Ana (org.), **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. pp.273-290.
- BOSERUP, Ester (1987). **Evolução agrária e pressão demográfica**. Tradução de Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: Hucitec/Polis.
- BOURDIEU, Pierre (2000). **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus.
- BRAGA, Roberto (1998). **Planejamento regional no Estado de São Paulo**: a experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 e 1980. Tese de doutorado em Geografia Humana, São Paulo: FFLCH-USP, 225p.
- _____ (1999). **Raízes da questão regional no estado de São Paulo**: considerações sobre o Vale do Ribeira. *In*: Geografia. Rio Claro: AGETO. v.24, n.3, dez. 1999, pp.43-68.
- BRITO, Maria Cecilia Wey de (1995) - **Unidades de Conservação - Intenções e Resultados**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PROCAM/USP.
- CANDIDO, Antonio (1964). **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. (1998) 8 ed. São Paulo: Duas Cidades, 284p.
- DEAN, Warren (1996). **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. (tradução Cid Knipel Moreira) São Paulo: Companhia das Letras. 484p.

- DIEGUES, Antonio Carlos S'ant Ana (1973). **Pesca e marginalização no litoral paulista**. São Paulo: CEMAR-USP. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n.18).
- _____. (1983). **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática 287p.
- _____. (1994) - **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. *et al.* (1991). **A caxeta no Vale do Ribeira (SP): estudo sócio-econômico da população vinculada à extração e ao desdobro da caxeta**. São Paulo: NUPAUB-USP.
- _____. (2001). **Caiçaras: territórios e culturas revisitados**. São Paulo, NUPAUB-USP (texto não publicado).
- DOVE, Michael R. (1983). **Theories of swidden agriculture, and the political economy of ignorance**. Netherlands: Martinus Nijhoff/Dr W. Junk Publishers. (Agroforestry Systems 1:85-99).
- FERREIRA, Lúcia da Costa (1996). **A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP**. (Tese de doutorado, Unicamp), Campinas, SP: [s.n.].
- FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de (2000). **O meio ambiente prejudicou a gente... Políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento: desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga-SP)**. Dissertação de mestrado em educação, Campinas: Unicamp, 472p.
- FORTES, Roberto (2000). **Iguape... Nossa história**. Vol. I, Iguape, São Paulo: Ed. Roberto Fortes, 304p.
- _____. (Org.) (s/d). **Iguape antigo: escritos jornalísticos** (FORTES, Waldemiro). In: A romaria de Iguape. Iguape: (no prelo).
- GIULIETTI, Nelson, (1992). **Pesca e a industrialização da manjuba, em Iguape, litoral sul do estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH-USP, 173p.
- GODELIER, Maurice (1981). **Godelier: antropologia**. Edgard Assis de Carvalho (Org.). Tradução de Evaldo Sintone et al. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais; 21)
- _____. (s/d). **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Tradução de Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- GOLDMAN, Michael (1998). Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: Diegues, Antonio Carlos S'ant Ana, Moreira,

- André de Castro C. (orgs.), **Espaços e recursos naturais de uso comum**. (Tradução André de Castro C. Moreira) São Paulo: Nupaub/USP, 2001. pp.43-78.
- GÓMEZ-POMPA, Arturo, KAUS, Andrea (1992). Domesticando o mito da natureza selvagem. *In*: Diegues, Antonio Carlos S'ant Ana (org.), **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. (tradução Dany Patarra) São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. pp.125-147.
- IBGE (1950). **Recenseamento Geral do Brasil, 1940** (1 de setembro de 1940). Estado de São Paulo, Censo Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, Série Regional. Parte XVII, tomo 3.
- _____ (1955). **VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950**. Estado de São Paulo, Censo Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, Série Regional. Vol. XXV, tomo 2.
- _____ (1960). **VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960**. Estado de São Paulo, Censo Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, Série Regional. Vol. II, tomo XI, 1 parte.
- _____ (1970). **VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970**. Estado de São Paulo, Censo Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, Série Regional. Vol. III, tomo XVIII, 1 parte.
- _____ (1984). **IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980**. Estado de São Paulo, Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, Volume 2, tomo 3, n.19, 1,2 e 3 parte.
- _____ (1995/96). **Censo Agropecuário, 1995/96**. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, n.19, p.1-383.
- ISA (Instituto Socioambiental) (1998). **Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira**. João Paulo Capobianco (Coord.), São Paulo: ISA.
- KRUG, Edmundo (1939). **A Ribeira de Iguape**. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, São Paulo. (Separata do Boletim de Agricultura, Série 39, 1938).
- LAMARCHE, Hugües (Coord.) (1998). **A agricultura familiar, comparação internacional II: do mito à realidade**. (Tradução Frédéric Bazin). Campinas: Unicamp, 348p.
- LOBATO, Monteiro (1918). *Velha Praga In: Urupês*. Brasiliense, São Paulo, 1982, 28ª edição.
- _____ (1924). **Jeca Tatuzinho**. Folheto publicitário. Disponível em: <<http://www.lobato.globo.com/html/jecatatuzinho.html>> Acesso em 09 de junho de 2003.

- MARCÍLIO, Maria Luiza (2000). **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. Prefácio de Stuart Schwartz. São Paulo: Hucitec/Edusp, 193p. e anexos (Estudos Brasileiros, 36).
- MARTÍNES ALIER, Joan (1998). **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. (Tradução Armando de Mello Lisboa), Blumenau: FURB 402p. (Coleção Sociedade e Ambiente)
- MARTINEZ, Maria Cecília (1995). **A ação governamental e a resistência camponesa no Vale do Ribeira – 1968/1986**. Dissertação de mestrado em História, São Paulo: FFLCH/USP, 207p.
- MARX, Karl, (1867). **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. (Coleção Os Economistas) São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence (2001). **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget. (Histórias e Biografias)
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – Diretoria Geral de Estatística (1924). **Recenseamento geral do Brasil, 1920**, Agricultura, vol. III, 2 parte, , Rio de Janeiro.
- MIRABELLI, Helena & VIEIRA, Vera Lúcia (1992). A ocupação e o povoamento do Vale do Ribeira. *In: Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira*, São Paulo: cap.2, SMA/SE, pp.55-84.
- MOURÃO, Fernando A. (1971). **Os pescadores do litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. Tese de doutorado, 2v. São Paulo: FFLCH-USP, 472p.
- MÜLLER, Geraldo (1980). **Estado, estrutura agrária e população: ensaio sobre estagnação e incorporação regional**. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 141p. (Cadernos Cebrap, 32).
- O' LEARY, Arthur H. (s/d). **Relatório da exploração do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes**.
- OLIVEIRA, Eliane Rita (1993) - **Populações humanas na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo: Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 10, NUPAUB-USP. (Draft)
- PAIVA, Odair da Cruz (1993). **Intervenção governamental e reordenação fundiária: a ação da secretaria da Agricultura no Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape na décadas de 1930 e 1940**. Dissertação de mestrado sociologia, Campinas: IFCH/Unicamp, 197p.

- PALACIOS, Juan Manuel Sandoval (1980). **Materialismo cultural y materialismo histórico en los estudios de la relacion sociedad-naturaleza**. Antropologia e Marxismo, n.3, abril-set, México: 32p.
- PAOLLIELLO, Renata Medeiros (1992). **Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira**: a posse como direito e estratégia de apropriação. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp. Campinas: [s.n.].
- PETRONE, Pasquale (1961). **Notas sôbre sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP**. Boletim Paulista de Geografia n.39, julho-outubro, São Paulo.
- _____. (1966). **A Baixada do Ribeira: estudos de geografia humana**. Boletim da FFLCH-USP n.283, São Paulo.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1969). **Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas**. São Paulo: DAEE/USP.
- _____. (1973). **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 157p.
- _____. (1983). **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: FFLCH/CERU-USP, (Coleção Textos, 4).
- QUEIROZ, Renato (1983). **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLH/USP, 166p. (Antropologia 1).
- QUEIROZ, Ruben Caixeta de (1992). **Atores e reatores na Juréia**: idéias e práticas do ecologismo. Dissertação de mestrado, Unicamp. Campinas,SP: [s.n.].
- RESENDE, Roberto Ulisses, (2000). **As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira**. Dissertação de mestrado, São Paulo: Procam-USP. 160p.
- RIBEIRO, Ronaldo (s/d). **Desenvolvimento participativo de critérios para o licenciamento de manejo tradicional de capoeiras no Vale do Ribeira**. Proter/Rebraf e Atlântica Consultoria Agroambiental (texto não publicado)
- VALENTIN, Agnaldo (2003). **Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880**. 20p. (no prelo).
- ZAN, José Roberto (1986). **Conflitos de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no Município de Sete Barras**. São Paulo: FFLCH/USP, 177p.

Documentos eletrônicos

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo – SEADE. Consulta à base de dados. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em 29 de julho de 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Consulta à base de dados SIDRA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 23 de maio de 2003.